

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - UAB**

**Gustavo de Carvalho Luiz**

**OS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL NA  
ECONOMIA BRASILEIRA E OS RISCOS E VANTAGENS  
DAS MEDIDAS DE INCENTIVO AO  
CONSUMO DAS FAMÍLIAS**

Porto Alegre  
2012

**Gustavo de Carvalho Luiz**

**OS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL NA  
ECONOMIA BRASILEIRA E OS RISCOS E VANTAGENS  
DAS MEDIDAS DE INCENTIVO AO  
CONSUMO DAS FAMÍLIAS**

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Doutorando Paulo Ricardo Zilio Abdala

Porto Alegre  
2012

**Gustavo de Carvalho Luiz**

**OS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL NA  
ECONOMIA BRASILEIRA E OS RISCOS E VANTAGENS  
DAS MEDIDAS DE INCENTIVO AO  
CONSUMO DAS FAMÍLIAS**

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública.

Conceito final:

Aprovado em ..... de .....de.....

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. .... – Instituição

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. .... – Instituição

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. .... – Instituição

\_\_\_\_\_  
Orientador – Prof. Dr. .... – Instituição

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho à minha família, pela compreensão durante os momentos de isolamento necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por todas as vitórias já conquistadas e pelas próximas que virão.

À minha família, pela força e confiança de sempre.

Aos amigos e colegas de trabalho na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Ao orientador Paulo Ricardo Zilio Abdala, pelo auxílio durante a elaboração do trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa, de caráter exploratório com parcela descritiva, analisa os efeitos que a economia brasileira pode sentir a partir da crise financeira internacional desencadeada no mundo desenvolvido, e traz uma discussão sobre as possíveis soluções para esse impasse econômico. A presente pesquisa também aborda as medidas de incentivo ao consumo das famílias, que são respostas do governo frente às turbulências externas. O estudo também apresenta as vantagens e riscos dessa medida macroeconômica, além de fazer uma abordagem acerca do aumento do mercado consumidor no Brasil. O caráter exploratório da pesquisa está fundamentado em acervos bibliográficos, bem como em sites oficiais, portais de notícias e páginas eletrônicas de conselhos profissionais, revistas, artigos, dissertações, além de jornais de grande circulação, de onde foram coletadas informações referentes ao tema em pesquisa. Na parte descritiva, o trabalho apresenta uma pesquisa de campo, na forma de questionário, contendo questões relativas às temáticas abordadas no desenvolvimento do estudo proposto, de onde foram originadas representações gráficas e a análise dos resultados da pesquisa.

Palavras-chave: economia; crise; consumo.

## **ABSTRACT**

The present research, exploratory plot with descriptive analyzes the effects that the Brazilian economy can feel from the international financial crisis triggered in the developed world, and brings a discussion about possible solutions to this economic impasse. This research also addresses the incentives for household consumption, which are government responses to external turbulence. The study also presents the advantages and risks of macroeconomic measures, and make an approach on the increase of the consumer market in Brazil. The exploratory research is based on library collections, as well as official websites, news portals and web pages for professional advice, magazines, articles, dissertations, and major newspapers, where we collected information on the subject in research. In the descriptive part, the work also features a search field in the form of a questionnaire containing questions relating to issues addressed in the development of the proposed study, where they originated and graphical analysis of search results.

Keywords: economy; crisis; consumer.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados .....	30
Gráfico 2 – Gênero dos entrevistados.....	30
Gráfico 3 – Profissão dos entrevistados.....	31
Gráfico 4 – Nível de instrução dos entrevistados .....	32
Gráfico 5 - Evolução da Dívida Pública Grega (em % do PIB) .....	54
Gráfico 6 - Opinião sobre a alternativa para resolução da crise na zona do Euro.....	64
Gráfico 7 - Opinião dos entrevistados sobre o preparo do Brasil para os impactos ..	74
Gráfico 8 - Previsão da ONU para crescimento do PIB do Brasil.....	77
Gráfico 9 - Previsões para o PIB do Brasil em 2012 .....	78
Gráfico 10 - Evolução do PIB brasileiro nos último 10 anos.....	78
Gráfico 11 - Comparativo entre o PIB Brasil x Média PIB mundial 2011 .....	80
Gráfico 12 - Percentual de Exportações x Importações brasileiras em 2011 .....	82
Gráfico 13 - Percentual de Crescimento de Exportações e Importações .....	83
Gráfico 14 - Alta nas exportações de alimentos em relação a 2010 .....	84
Gráfico 15 - Estimativa brasileira de exportações (em US\$ bilhões) para 2012.....	85
Gráfico 16 - Percentual de exportações brasileiras às nações desenvolvidas .....	87
Gráfico 17 - Percentual de exportações brasileiras aos Estados Unidos .....	88
Gráfico 18 - Percentual de exportações brasileiras.....	89
Gráfico 19 - Comparação do crescimento da indústria em 2011 em relação a .....	94
Gráfico 20 - Crescimento da Indústria, pela CNI (2010 x 2011).....	95
Gráfico 21 - Índice de empregos no setor industrial, pela CNI (2010 x 2011) .....	96
Gráfico 22 - Criação de novos empregos (vagas com carteira) .....	105
Gráfico 23 – Opinião dos entrevistados sobre os efeitos que a economia.....	107
Gráfico 24 – Opinião sobre impacto da crise internacional para os negócios .....	108
Gráfico 25 - Estimativa de faturamento de empresários para 2012 .....	109
Gráfico 26 - Expectativa para a economia nacional nos próximos 6 meses .....	110
Gráfico 27 – Opinião sobre expectativa dos entrevistados para a economia.....	111
Gráfico 28 - Percentual de otimismo do empresariado brasileiro .....	113
Gráfico 29 - Percentual de pessoas na Classe C em relação à população total.....	116
Gráfico 30 – Opinião dos entrevistados sobre manutenção da economia .....	119
Gráfico 31 - Opinião dos entrevistados sobre a capacidade do mercado interno ...	120
Gráfico 32 - Percentuais de Redução de Impostos para Eletrodomésticos .....	123

Gráfico 33 – Opinião dos entrevistados sobre medidas de incentivo ao consumo..	129
Gráfico 34 - Opinião dos entrevistados sobre vantagens incentivo ao consumo ....	130
Gráfico 35 – Opinião dos entrevistados sobre medida de incentivo ao consumo ...	131
Gráfico 36 - Opinião dos entrevistados sobre situação que mais contribui para.....	132
Gráfico 37 - Percentual da renda do brasileiro comprometido com dívidas .....	135
Gráfico 38 - Grau de endividamento do brasileiro .....	136
Gráfico 39 - Parcela do salário mensal comprometida com prestações.....	137
Gráfico 40 - Pesquisa do IPEA sobre condições de pagamento de dívidas.....	138
Gráfico 41 - Percentuais de elementos de dívidas de Pessoas Físicas (CNDL) .....	139
Gráfico 42 - Taxa de Inadimplência PF medida pelo Banco Central .....	140
Gráfico 43 - Percentual de devolução de cheques compensados.....	142
Gráfico 44 - Percentual de Crescimento de Exportações e Importações em 2011 .	147
Gráfico 45 - Opinião dos entrevistados sobre o comportamento do brasileiro .....	154
Gráfico 46 – Opinião dos entrevistados sobre os riscos do incentivo ao consumo .	155

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perspectiva de Crescimento dos países do G20 .....	51
Figura 2 - Taxa de Desemprego na Zona do Euro 2005-2011 .....	51
Figura 3 – Taxa de Desemprego de países selecionados .....	52
Figura 4 – Dívida bruta Governo Geral setembro/2011 (%do PIB) – Zona do Euro..	56
Figura 5 – Projeção do PIB (em US\$ trilhões) e Taxa de Desemprego nos EUA .....	68
Figura 6 – PIB 2011 e 2012 das 10 maiores economias mundiais.....	81
Figura 7 – Saldo da balança comercial brasileira entre 1994 e 2011 .....	82
Figura 8 - Valores Nominais Empenhados para o PAC (R\$ bilhões) .....	102
Figura 9 - Quadro de investimentos do PAC 2 (R\$ bilhões).....	103
Figura 10 - Estimativa de crescimento do investimento (em % do PIB) .....	104
Figura 11 – O ano de 2011 será melhor ou pior que 2010? O ano de 2012 será ...	111
Figura 12 – O ano que vem será um ano de maior prosperidade econômica .....	112
Figura 13 – Como você se sente em relação a sua vida atualmente? .....	112
Figura 14 – Índice Expectativas das Famílias. Brasil. Janeiro/2011-Janeiro/2012..	114
Figura 15 – Decomposição do crescimento do PIB no Brasil. Ótica da Demanda..	117
Figura 16 – Programa Bolsa Família: 2004-2011 .....	118
Figura 17 – Medidas anunciadas Ministério da Fazenda para estimular Consumo	124
Figura 18 – Média diária de concessões de crédito à Pessoa Física.....	127
Figura 19 - Histórico de inflação em % a.a. (1999 a 2012-estimativa) .....	144
Figura 20 - Diferença entre o Centro da Meta de Inflação e a Inflação em 2011 ....	145

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB: Associação de Comércio Exterior do Brasil  
BC: Banco Central do Brasil  
BCE: Banco Central Europeu  
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BRICS: Grupo de Países Emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)  
CIESP: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo  
CNDL: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas  
CNI: Confederação Nacional da Indústria  
COFECON: Conselho Federal de Economia  
COPOM: Comitê de Política Monetária  
CMN: Conselho Monetário Nacional  
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
EIU: *Economist Intelligence Unit*  
EUA: Estados Unidos  
EUROGRUPO: Zona do Euro  
EUROZONA: Zona do Euro  
€: Euro  
FENABRAN: Federação Brasileira de Bancos  
FGV: Fundação Getúlio Vargas  
FIAP: Faculdade de Informática e Administração Paulista  
FIEP: Federação das Indústrias do Estado do Paraná  
FIESP: Federação das Indústrias de São Paulo  
FMI: Fundo Monetário Internacional  
FMU: Faculdades Metropolitanas Unidas  
FUNCEX: Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior  
G8: Grupo das 8 maiores economias mundiais  
G20: Grupo das 20 maiores economias mundiais  
IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBMEC: Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais  
IDV: Instituto para Desenvolvimento do Varejo  
IEDI: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

IEF: Índice de Expectativas das Famílias  
INSPER: Instituto de Ensino e Pesquisa  
IOF: Imposto sobre Operações Financeiras  
IPM: Instituto de Pesquisas de Mercado  
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo  
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados  
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul  
MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MF: Ministério da Fazenda  
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego  
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OMC: Organização Mundial do Comércio  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PA: Pagamentos Antecipados em Exportações  
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento  
PAC2: Segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento  
PF: Pessoa Física  
PIB: Produto Interno Bruto  
PRAEC: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários  
R\$: Real  
SCPC: Serviço Central de Proteção ao Crédito  
SPC: Serviço de Proteção ao Crédito  
TRANSPETRO: Petrobras Transporte S/A  
TROIKA: trio formado por Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu  
US\$: Dólar  
UE: União Europeia  
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria/RS  
UNB: Universidade de Brasília  
UNIPAMPA: Universidade Federal do Pampa  
UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
WIN: *Worldwide Independent Network of Market Research*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA</b> .....	<b>16</b>
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>22</b>
3.1 OBJETIVO GERAL .....	22
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	22
<b>4 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>23</b>
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	<b>24</b>
5.1 TIPOS DE PESQUISA .....	24
<b>5.1.2 Definição do tipo de pesquisa</b> .....	<b>24</b>
<b>5.1.3 Instrumentos de coleta de dados</b> .....	<b>24</b>
<b>5.1.4 Pesquisa de campo</b> .....	<b>25</b>
<b>6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>33</b>
6.1 CONCEITOS DE CRISE ECONÔMICA .....	33
6.2 INTERVENÇÕES DE REGULAÇÃO ECONÔMICA.....	37
6.3 DEFINIÇÕES DE CONSUMO E CONSUMISMO .....	40
<b>7 ASPECTOS DA ATUAL CRISE ECONÔMICA AMERICANA E EUROPEIA</b> .....	<b>42</b>
7.1 ESTADOS UNIDOS .....	42
7.2 EUROPA .....	48
7.3 POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL.....	57
<b>8 OS EFEITOS DA CRISE INTERNACIONAL NA ECONOMIA BRASILEIRA</b> .....	<b>70</b>
8.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	76
8.2 EXPORTAÇÕES .....	81
8.3 INDÚSTRIA .....	93
8.4 ENTRADA DE CAPITAL ESTRANGEIRO .....	97
8.5 META DE INVESTIMENTOS .....	101
8.6 MERCADO DE TRABALHO .....	104
8.7 CONSTATAÇÕES.....	105
<b>9 PESQUISAS SOBRE PERSPECTIVAS ECONÔMICAS</b> .....	<b>108</b>
<b>10 A IMPORTÂNCIA DO AUMENTO DA CLASSE CONSUMIDORA BRASILEIRA DIANTE DA CRISE INTERNACIONAL</b> .....	<b>115</b>

<b>11 AS POLÍTICAS DE INCENTIVO AO CONSUMO E SUAS VANTAGENS</b>	
<b>FRENTE AOS EFEITOS DA CRISE EXTERNA.....</b>	<b>121</b>
11.1 OS RISCOS DO INCENTIVO AO CONSUMO.....	133
11.1.1 Endividamento.....	133
11.1.2 Inadimplência .....	139
11.1.3 Inflação.....	142
11.1.4 Aumento de importações .....	145
11.1.5 Degradação dos recursos naturais.....	148
11.1.6 Críticas ao incentivo ao consumo .....	151
<b>12 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>180</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo está vivenciando uma atmosfera de incertezas econômicas, que vem espalhando temor entre os mercados e causando profundos desequilíbrios aos países mais afetados por essas turbulências. A atual crise econômica vem atingindo mais intensamente as nações desenvolvidas, que têm sentido os efeitos da estagnação com maior intensidade.

As crises econômicas são eventos cíclicos componentes da própria dinâmica do capitalismo, e quando são desencadeadas a partir dos países desenvolvidos, os reflexos são sentidos nas mais diversas nações. A globalização econômica oriunda do comércio internacional é um dos fatores que contribui para a disseminação dos efeitos de uma crise para o redor do mundo.

O presente trabalho buscará abordar os aspectos da crise econômica internacional desencadeada a partir da Europa e Estados Unidos e buscará apresentar um debate acerca das possíveis soluções para as turbulências. Não menos importante, será a abordagem dos efeitos que a economia brasileira pode sentir em decorrência de uma crise financeira no mundo desenvolvido.

O trabalho também vai explorar as reações da equipe econômica do governo brasileiro diante das incertezas externas, como as políticas de incentivo ao consumo das famílias, bem como as vantagens dessa medida macroeconômica para conter os impactos de uma estagnação internacional, além dos riscos e perigos dessa estratégia, que pode resultar em endividamento das famílias e aumento da inadimplência.

Também será abordado o aumento da classe consumidora brasileira, decorrente da migração de milhões de brasileiros, que estavam abaixo da linha da pobreza, para patamares superiores da economia, o que pode auxiliar o país na transposição dos efeitos da crise externa.

Estarão sendo apresentadas, no decorrer do desenvolvimento do trabalho, representações gráficas a partir da pesquisa de campo, cujo questionário foi direcionado a profissionais ligados as mais diversas áreas de atuação, o que privilegiou a pluralidade de opiniões entre os vários segmentos participantes. As análises de resultados da pesquisa de campo servirão de complemento às revisões bibliográficas. Também constarão no trabalho pesquisas de alguns institutos, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Instituto de Pesquisas de Mercado (IPM) e Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV).

O objetivo geral do trabalho consiste em: estudar os efeitos da crise financeira internacional na economia brasileira e os riscos e vantagens das medidas de incentivo ao consumo das famílias.

Entre alguns objetivos específicos, destacam-se a: identificação dos aspectos da crise mundial, a discussão sobre as possíveis soluções para a crise, a importância do aumento da classe consumidora brasileira, além da identificação dos efeitos que a economia brasileira pode sentir a partir das turbulências externas e a abordagem acerca das medidas de incentivo ao consumo das famílias como estratégia para atenuar os efeitos da crise internacional.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Mais do que nunca, as economias mundiais estão interligadas, num cenário que permite a aproximação de mercados. Os investidores estrangeiros apostam no Brasil, e os brasileiros, da mesma forma, vislumbram oportunidades de negócios no cenário externo. Parte do que é produzido aqui é exportado, como também cresce o volume de importações. Nesse ponto, a economia funciona como um sistema de vasos comunicantes, tanto no mercado produtivo como no mercado de capitais.

Os Estados Unidos são a mais importante economia do planeta, além de ser o país central da dinâmica monetária e financeira do globo. A China é uma economia que passou por um amplo processo de modernização, sendo uma importante parceira comercial para muitas nações. Os países que compõem a zona do euro formam um tradicional bloco econômico. Então, estando esses mercados em crise, ocorrem efeitos também no Brasil. Sempre que ocorrer qualquer sinal de recessão nessas economias, naturalmente, algum impacto acontecerá no cenário econômico brasileiro.

O Brasil, mesmo sendo um país em ascensão, ainda não plainou todos os caminhos para o seu desenvolvimento; e, por estar inserido no contexto econômico globalizado, naturalmente sente alguns dos reflexos da crise internacional.

Dessa forma, não há como visualizar a conjuntura internacional e pensar que o país está completamente blindado dos efeitos colaterais de uma crise financeira no mundo desenvolvido.

A natureza do comércio internacional tem totais condições de transmitir os reflexos de uma crise aos países emergentes, pois a globalização econômica proporciona que os mercados estejam cada vez mais integrados.

Hoje os recursos eletrônicos permitem que rápidos movimentos sejam difundidos para todo o mundo, e as manobras econômicas possuem longo e rápido alcance, resultado da conexão que existe entre os mercados. Dessa forma, estando as economias interligadas, todo e qualquer efeito financeiro nos mercados internacionais, de alguma forma, trará reflexos à economia brasileira.

O fato é que o Brasil está conectado com a economia mundial e caminhando para elevar o índice de internacionalização de sua economia. Assim, cada vez mais os problemas mundiais refletirão na economia doméstica (O TSUNAMI..., 2012).

Pereira (2011) destaca o transporte dos efeitos da crise internacional às demais economias:

Observa-se que os efeitos colaterais da crise financeira e econômica global, que eclodiu com intensidade nos Estados Unidos (EUA), a partir de dezembro de 2007, ainda continuam repercutindo na maioria dos países, em maior ou menor intensidade.

Scurson, Ferreira, Hansen, et al. (2008) refletem esse conceito, destacando que qualquer instabilidade nos Estados Unidos é capaz de contaminar grande parte das economias mundiais, devido à interligação econômica existente e à natureza internacional do comércio:

A crise que afronta o mundo neste momento pode ser espelhada, em determinadas proporções, a que ocorreu na América do norte em 1929, mas naquele momento o mercado mundial não estava conectado de forma tão condizente como o atual. Hoje o mercado internacional está fortemente integrado e oscilações em pontos diversos podem causar instabilidade a nível local, nos mais diferentes pontos geográficos do planeta. Uma manobra financeira mal elaborada pode causar transtornos a nível global em questão de horas.

Um exemplo de uma situação econômica que gerou efeitos no conjunto da economia mundial foi o rebaixamento da nota de crédito dos EUA (Estados Unidos) pela agência de classificação de risco Standard & Poor's, ocorrida em agosto/2011, logo após a elevação do teto da dívida pelo congresso americano. Esse fato gerou forte apreensão entre os mercados e queda nas bolsas de valores ao redor do mundo. Tudo isso devido à classificação de crédito do país ter ficado em observação negativa.

A própria elevação do teto da dívida dos EUA foi uma situação que causou enorme preocupação no cômputo da economia global. Tal fato livrou o mundo de uma situação catastrófica, considerando que os Estados Unidos são os maiores compradores do mercado mundial. A elevação do teto permitiu a emissão de mais títulos do tesouro e evitou que os Estados Unidos entrassem na lista de caloteiros do planeta.

Com isso, o Brasil livrou-se de um enorme prejuízo econômico, uma vez que dois terços das reservas internacionais brasileiras são constituídos por títulos da dívida pública americana, o que totaliza cerca de 211 bilhões de dólares. (CORREA, 2011)

O prejuízo brasileiro seria incalculável com essas reservas desvalorizadas, pois hoje o Brasil é o 5º maior credor externo dos Estados Unidos. Mesmo assim, a elevação do teto da dívida foi apenas um arranjo provisório, e não uma equação definitiva capaz de acarretar uma reforma estruturante que resolva o problema econômico dos EUA. (LUIZ, 2011)

Não restam dúvidas de que um calote americano configuraria uma tragédia global, considerando que os reflexos de uma moratória dos EUA teria capacidade de impactar negativamente às demais nações com enorme rapidez, não somente com os investidores sofrendo prejuízos, mas também haveria um profundo desequilíbrio e grande possibilidade de o mundo inteiro entrar em recessão.

Isso exemplifica que a conexão existente entre os mercados tem potencial de provocar reações em série, tanto positivas como negativas. O mundo econômico reage de uma maneira muito rápida a qualquer comportamento financeiro entre as economias, e se o impacto vier da maior potencia mundial, o resultado pode ser catastrófico.

Pereira (2001) ratifica que a crise americana espalhou seus efeitos ao resto do mundo, lembrando que a turbulência também é resultado de uma crise política que atropela a economia:

É oportuno recordar que a crise aprofundou-se a partir dos desdobramentos do recente impasse político vivido entre o governo Barack Obama (democrata) e o partido republicano, para autorizar a elevação do nível de endividamento dos EUA, para evitar que aquele país deixasse de honrar os compromissos com os seus credores. O frágil acordo que resultou desse desgastante enfrentamento político culminou com o rebaixamento pela agência de classificação de risco Standard & Poor's da nota de crédito dos EUA. A crise ampliou-se em seguida para os países do continente europeu e para o resto do mundo, provocando fortes quedas nas principais bolsas de valores mundiais.

Ou seja, muitos são os efeitos de uma manobra econômica mal executada, principalmente quando a origem de uma crise vem das economias mais pujantes, e isso é fruto da interligação cada vez mais intensa entre os mercados.

A globalização da economia obriga o Brasil a manter o sinal de alerta frente a qualquer efeito externo, pois o país não estará plenamente imune aos impactos de uma crise internacional, mesmo apresentando certa solidez econômica e aumentando a classe consumidora. Não adianta o governo pensar que, por ser o Brasil um país emergente, estará sempre protegido dos reflexos das turbulências. Nesse sentido, cabe à equipe econômica tomar as medidas necessárias para manter

a economia dentro de patamares que garantam os menores impactos frente aos acontecimentos econômicos externos. (LUIZ, 2011)

Mesmo assim, o Brasil vem sentindo os reflexos das incertezas internacionais. No terceiro trimestre de 2011, a economia brasileira se manteve estagnada, apresentando crescimento zero, com redução no consumo das famílias. (IBGE, 2011). A indústria apresentou crescimento de apenas 1,6% e o Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7%, resultados muito abaixo das expectativas do governo (IBGE, 2012). Esse baixo crescimento deu-se muito em conta dos efeitos da crise internacional.

Logo, uma crise econômica internacional nos países avançados constitui um problema dentro do panorama econômico brasileiro, pois os seus efeitos sempre serão sentidos de alguma maneira, sendo que as alternativas para contornar esses efeitos precisam estar permanentemente na pauta maior do governo, que deve agir para evitar o contágio da economia nacional pelos males resultantes das turbulências externas, utilizando-se de medidas estratégicas de enfrentamento.

Essas medidas surgem de acordo com a conjuntura econômica internacional, quando o governo brasileiro age no sentido de adequar o panorama financeiro com vistas a minimizar os reflexos de uma estagnação internacional. Entre essas ações, quando a economia está muito aquecida e a inflação elevada, destacam-se as medidas de restrição ao crédito, como a elevação de juros, com a intenção de frear o consumo, esfriar a economia e controlar a inflação; ou, quando a economia está estagnada, com aumento nos índices de desemprego, déficits comerciais e baixos níveis de crescimento, o governo apresenta medidas de incentivo ao consumo, para facilitar o crédito e estimular as famílias a consumir, com a intenção de manter o mercado aquecido diante das crises.

Porém, além da problemática da crise internacional e seus impactos na economia brasileira, as medidas adotadas pelo governo para contornar os efeitos da crise também podem constituir problemas de ordem econômica.

Quando o governo incentiva o consumo, o mesmo pode aumentar além da capacidade de produção do país, resultando na falta de produtos, pois o mercado não estará preparado para o aumento repentino da demanda. Quando existe muita demanda e pouca oferta, os preços sobem, trazendo a inflação como consequência.

Quanto mais se incentiva o consumo, mais se deve ter atenção para a pressão inflacionária gerada pelo aumento da demanda por parte do mercado consumidor interno.

Por exemplo, no último trimestre de 2011, o governo promoveu algumas medidas de incentivo ao consumo para reverter o quadro de baixo crescimento provocado pela crise externa, e a inflação oficial do país naquele ano fechou exatamente no teto da meta de 6,50% estipulado pelo Conselho Monetário Nacional. (IPCA..., 2012)

Além da inflação, existem outros problemas resultantes do incentivo ao consumo, como o endividamento das famílias, a elevação dos índices de inadimplência, a degradação dos recursos naturais e o aumento das importações.

Em 2011, a inadimplência teve a maior alta dos últimos nove anos: cresceu 21,5% em relação a 2010. Foi a maior inadimplência desde 2002 (SERASA EXPERIAN, 2012). O número de cheques devolvidos voltou a crescer, passando de 1,77% em 2010 para 1,95% em 2011, levando o índice a níveis equivalentes aos observados em 2008 (SCPC, 2012). O número de títulos protestados por dívidas não pagas subiu 5,6% em 2011 sobre o mesmo período de 2010. (BOA VISTA SERVIÇOS, 2012).

Quanto ao aumento do endividamento, pela primeira vez, mais da metade (51%) da renda anual dos brasileiros estará comprometida com dívidas em 2012, de acordo com levantamento da “Tendências Consultoria”. (BARROS, 2012)

Dados do Banco Central (BC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), medidos pela relação entre o estoque de dívidas e a renda anual das famílias, apontaram o grau de endividamento do brasileiro em 43,2% em dezembro/2011. (INFORME..., 2011. P. 2)

Quando as medidas de incentivo ao consumo acabam por aquecer demais a economia e elevar os índices de inflação, de inadimplência e de endividamento, o Banco Central adota medidas para frear o consumo interno. Ou seja, quando o excesso de consumo passa a ser um problema, sendo responsável direto pela inflação elevada, as respostas do governo são medidas como: aumento de impostos, elevação das taxas de juros, obstaculização de empréstimos para forçar a poupança, aumento da taxa dos depósitos compulsórios dos bancos, redução gastos do governo, entre outras medidas.

Então, a crise internacional, por si só, já constitui um problema de ordem econômica no Brasil, pois os efeitos da estagnação externa são sentidos na economia nacional; e as medidas adotadas pelo país para driblar a crise e contornar esses efeitos também podem resultar em sérios problemas, como a inflação e o endividamento das famílias. E quando a inflação começa a preocupar, o governo acaba por aumentar os impostos e elevar os juros para conter o ímpeto dos consumidores. Todos esses desdobramentos são resultantes dos efeitos da crise internacional, e estarão sendo abordados no desenvolvimento do presente trabalho.

Dessa forma, foi contextualizado o seguinte problema de pesquisa: Quais são os efeitos da crise financeira internacional na economia brasileira e quais os riscos e vantagens das medidas de incentivo ao consumo das famílias?

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 OBJETIVO GERAL

A partir da caracterização do problema, o presente trabalho tem por objetivo geral: estudar os efeitos da crise financeira internacional na economia brasileira e os riscos e vantagens das medidas de incentivo ao consumo das famílias.

#### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para a consecução do objetivo geral, foram considerados os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar os aspectos da crise mundial irradiada a partir nos Estados Unidos e Europa;
- b) apresentar uma discussão sobre algumas das possíveis soluções para a crise;
- c) apontar os efeitos da crise internacional na economia brasileira;
- d) analisar os riscos e vantagens das medidas de incentivo ao consumo das famílias;
- e) discutir a importância do aumento do mercado consumidor interno diante da crise internacional.

## 4 JUSTIFICATIVA

A justificativa deste trabalho está em entender como as turbulências nos mercados do mundo desenvolvido têm condições de alterar a situação econômica e a qualidade de vida das famílias brasileiras, colocando em risco postos de trabalho e a própria renda do trabalhador, afetando a indústria, provocando inflação e levando o país a baixos níveis de crescimento. Quando isso ocorre, existem políticas que permitem a transposição desses problemas sem danos consideráveis, da mesma forma em que podem surgir situações com potencial para agravar esse panorama. Tudo depende da maneira como a equipe econômica do governo se porta diante das turbulências nas economias avançadas, e como o país delibera as suas questões internas de mercado em um cenário de incertezas globais.

O presente tema envolve ampla relevância social, considerando que qualquer efeito econômico advindo de uma turbulência externa gera transformações no contexto nacional.

A importância do tema vem da necessidade da percepção de quais reflexos nocivos a economia do Brasil pode vir a sentir em decorrência de uma estagnação nos Estados Unidos ou nos países da Europa, e quais respostas o país apresenta para transpor o momento de forte dificuldade nas economias mundiais.

O assunto em questão apresenta contribuição para que o governo e a sociedade possam identificar os meios de se reduzir os efeitos de uma crise externa na economia brasileira, através da adoção de medidas estratégicas, como as ações de incentivo ao consumo das famílias ou mesmo as medidas de restrição ao crédito, para controlar a inflação e organizar a economia dentro de patamares que garantam a competitividade do país.

Nesse sentido, o trabalho buscará o apontamento dos efeitos que o Brasil pode sentir a partir de uma crise financeira nas grandes economias, além das vantagens e riscos do incentivo ao consumo do brasileiro frente à atmosfera turbulenta nos mercados mundiais, contando com o auxílio de pesquisas bibliográficas e questionários na forma de pesquisa de campo.

## **5 METODOLOGIA**

A metodologia de pesquisa aplicada ao presente trabalho buscou o levantamento das informações atinentes à temática da crise internacional e seus efeitos na economia brasileira, além da abordagem acerca das medidas de incentivo ao consumo das famílias e suas vantagens e riscos diante de um ambiente de incertezas nos mercados financeiros internacionais.

### **5.1 TIPOS DE PESQUISA**

Toda e qualquer classificação de pesquisa se faz mediante algum critério, podendo ser classificadas em três grandes grupos: exploratória, descritiva e explicativa.

#### **5.1.2 Definição do tipo de pesquisa**

As modalidades utilizadas no trabalho foram a pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva.

A escolha pela pesquisa exploratória deu-se pela necessidade do levantamento de informações acerca do assunto proposto, facilitando a delimitação das temáticas e contribuindo para o atingimento dos objetivos do trabalho.

A pesquisa exploratória tem potencial de apontar para um novo enfoque sobre o tema pesquisado, explicitando os detalhes do problema ou o aprimoramento de conceitos sobre a definição dos assuntos que o envolvem. Além disso, a pesquisa exploratória constitui a etapa inicial dos materiais científicos.

Quanto à parte descritiva desse estudo, a mesma se localiza na análise dos resultados da pesquisa de campo utilizada no trabalho, onde foram feitas constatações encima das respostas dos entrevistados, representações gráficas, amostragens percentuais e considerações.

#### **5.1.3 Instrumentos de coleta de dados**

O trabalho foi desenvolvido com base em acervos bibliográficos, bem como em sites oficiais, portais de notícias e páginas eletrônicas de conselhos profissionais,

artigos, dissertações, além de jornais de grande circulação, de onde foram coletadas informações referentes à crise financeira internacional e seus efeitos no cenário econômico brasileiro, às medidas de incentivo ao consumo, com enfoque nos riscos e vantagens dessa política macroeconômica, com a apresentação de formulações teóricas a respeito, ao mesmo tempo em que foram apontadas modificações no âmbito dessa realidade.

Para fins de enriquecimento do trabalho e complementação das afirmativas teóricas, foram elaboradas entrevistas mediante questionários, que fazem parte da pesquisa de campo e correspondem à parcela descritiva do trabalho.

#### **5.1.4 Pesquisa de campo**

A pesquisa de campo foi realizada na forma de questionário, com questões de múltipla escolha, com espaço para observações, que foi encaminhada para profissionais ligados a diversas áreas, como Professores Mestres e Doutores da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Técnico-administrativos em Educação. A pesquisa também contou com a participação de profissionais vinculados a outras instituições, bem como da iniciativa privada.

A pesquisa de campo foi construída por meio da ferramenta Google Docs, onde foi elaborado um formulário eletrônico contendo o questionário.

O Google Docs, resultante da união do Google Spreadsheets com o Writely, consiste num espaço protegido, associado a uma conta Google. (BARROSO E COUTINHO, 2009)

O questionário com a pesquisa de campo, além de constar como apêndice do presente trabalho, também se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico:

<<https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dHVOaTlFOGhvTWpKSW9CUm1LSVFMSFE6MQ>>

O questionário foi elaborado com base nas leituras e pesquisas realizadas durante o desenvolvimento do trabalho. Após a sua construção, o mesmo passou pela validação do professor orientador, Paulo Ricardo Zilio Abdala, antes de ser publicado.

O *link* contendo o questionário começou a ser divulgado no dia 05 de fevereiro do corrente, sendo consideradas todas as participações recebidas até o dia 20/02/2012, quando começaram as análises de resultados e as tabulações gráficas.

As questões apresentadas no questionário possuem relação direta com cada tema pesquisado no trabalho, e estão apresentadas dentro dos capítulos, de acordo com a similaridade das abordagens apresentadas durante o desenvolvimento.

Foram colocadas questões acerca da expectativa dos participantes em relação ao desempenho econômico nacional em 2012 e do comportamento do brasileiro diante das incertezas no mundo desenvolvido. Também foi questionado se o Brasil está imune e protegido dos impactos da crise internacional e se o aumento da classe consumidora e o conseqüente crescimento da demanda interna têm condições de manter a economia brasileira aquecida diante de uma estagnação internacional.

Nesse mesmo enfoque, uma questão buscou apurar quais são os principais efeitos que a economia brasileira pode sentir a partir de uma crise global, e outra pergunta abordou qual situação mais contribui para que o Brasil não seja tão afetado pelos reflexos da atmosfera de incertezas que paira sobre as principais economias.

Quanto às medidas de incentivo ao consumo, foi perguntado se as mesmas podem possibilitar ao Brasil transpor o momento de turbulências externas sem sentir grandes impactos, e quais são as maiores vantagens e riscos dessa política macroeconômica diante de um cenário de crise internacional.

A última pergunta do questionário buscou definir qual a melhor alternativa para a resolução da crise na zona do Euro.

Ao todo, o questionário foi constituído por 18 perguntas, e enviado para 210 e-mails, sendo 66 respondentes.

Apresento abaixo, tabela com a síntese das informações principais dos entrevistados que responderam ao questionário, contendo a data da postagem das respostas, a cidade, área de atuação, grau acadêmico, profissão e idade dos participantes, bem como as primeiras representações gráficas correlatas, sendo os títulos dos gráficos idênticos ao cabeçalho das questões da pesquisa de campo.

Quadro 1 - Síntese das informações principais dos participantes da Pesquisa de Campo

Ordem	Data e Hora das respostas	Cidade/UF	Grau Acadêmico	Área de Atuação	Profissão	Idade
1	5/2/2012 0:47:29	São Borja/RS	Graduação	Arquitetura e urbanismo	Arquiteto	50 a 60
2	5/2/2012 1:12:12	Santana do Livramento/RS	Mestrado	Macroeconomia	Economista	40 a 50
3	5/2/2012 4:57:59	São Borja/RS	Especialização	Consultoria	Administrador	35 a 40
4	5/2/2012 8:12:48	São Borja/RS	Graduação	Segurança Pública	Policia Civil	40 a 50
5	5/2/2012 9:10:01	São Borja RS	Graduação	Psicologia institucional e clínica	Psicóloga	20 a 25
6	5/2/2012 13:11:03	São Borja RS	Graduação	Serviço Público	Outra...	25 a 30
7	5/2/2012 13:53:56	Santana do Livramento/RS	Doutorado	Professor	Economista	30 a 35
8	5/2/2012 14:30:02	São Borja/RS	Graduação	Saúde	Outra...	25 a 30
9	5/2/2012 15:19:00	São Borja/RS	Graduação	Comunicação	Outra...	25 a 30
10	5/2/2012 22:51:06	Santana do Livramento/RS	Mestrado	Economia	Economista	40 a 50
11	5/2/2012 23:19:15	São Borja/RS	Graduação	Saúde	Outra...	15 a 20
12	6/2/2012 0:57:33	São Borja/RS	Estudante Graduando	Informática	Estudante	25 a 30
13	6/2/2012 9:38:48	Porto Alegre/RS	Mestrado	Docência do Ensino Superior	Contador	25 a 30
14	6/2/2012 13:02:36	Porto Alegre/RS	Mestrado	Ensino e pesquisa	Outra...	25 a 30
15	6/2/2012 13:36:01	Santana do Livramento/RS	Doutorado	Magistério Superior	Economista	30 a 35
16	6/2/2012 21:03:25	São Borja/RS	Graduação	Universidade	Estudante	20 a 25
17	6/2/2012 21:20:23	Pelotas/RS	Mestrado	Ciências Geodésicas	Estudante	25 a 30
18	6/2/2012 21:22:16	São Borja / RS	Graduação	Comunicação	Estudante	30 a 35
19	6/2/2012 21:26:47	Itaqui/RS	Especialização	Contabilidade	Contador	35 a 40
20	6/2/2012 21:40:19	Bagé/RS	Mestrado	Serviço público	Administrador	30 a 35
21	6/2/2012 21:57:04	Itaqui/RS	Especialização	Aduaneira	Servidor Público Federal	40 a 50
22	6/2/2012 22:00:05	Bagé/RS	Especialização	Serviço Público Federal	Administrador	25 a 30
23	6/2/2012 22:04:18	São Borja/RS	Graduação	Cooperativismo	Jornalista	50 a 60
24	6/2/2012 22:18:28	Santa Maria/RS	Mestrado	Nutrição	Profª. Universitária	30 a 35
25	6/2/2012 23:05:30	São Borja/RS	Especialização	Servidor público	Administrador	30 a 35
26	6/2/2012 23:58:53	Itajaí/SC	Graduação	Comércio Exterior	Despachante Aduaneiro	25 a 30

Continuação...

Ordem	Data e Hora das respostas	Cidade/UF	Grau Acadêmico	Área de Atuação	Profissão	Idade
27	7/2/2012 7:18:48	Pelotas/RS	Especialização	Administrativo	Administrador	25 a 30
28	7/2/2012 7:33:16	São Borja/RS	Graduação	Comunicação	Estudante	20 a 25
29	7/2/2012 7:40:37	Itaqui/RS	Doutorado	Ciências Exatas	Professor	40 a 50
30	7/2/2012 7:40:54	Uruguaiana/RS	Graduação	Educação	Secretária	50 a 60
31	7/2/2012 7:45:03	São Gabriel/RS	Mestrado	Projetos	Administrador	30 a 35
32	7/2/2012 7:46:52	Santa Maria/RS	Mestrado	Docência	Economista	35 a 40
33	7/2/2012 7:49:08	Bagé/RS	Mestrado	Gestão	Economista	40 a 50
34	7/2/2012 7:49:22	Bagé/RS	Especialização	Planejamento	Administrador	25 a 30
35	7/2/2012 7:58:27	Itaqui/RS	Mestrado	Biologia	Biólogo	25 a 30
36	7/2/2012 8:11:33	São Borja/RS	Graduação	Logística - empresa privada	Administrador	35 a 40
37	7/2/2012 8:29:50	Santana do Livramento/RS	Graduação	Serviço público	Administrador	25 a 30
38	7/2/2012 8:43:36		Graduação	Serviço público	Funcionário público	35 a 40
39	7/2/2012 8:44:53	São Borja/RS	Estudante Graduando	Administração e Comércio	Administrador	25 a 30
40	7/2/2012 9:20:24	Itaqui/RS	Doutorado	Ciência e tecnologia de alimentos	Professor	30 a 35
41	7/2/2012 9:35:14	Itaqui/RS	Graduação	Educação	Bioquímico	40 a 50
42	7/2/2012 10:21:25	São Borja/RS	Graduação	PRAEC	Administrador	25 a 30
43	7/2/2012 10:42:43	Bagé/RS	Especialização	Financeira, orçamentária, materiais e patrimônio	Administrador	35 a 40
44	7/2/2012 11:54:07	Bagé/RS	Especialização	Administração	Administrador	25 a 30
45	7/2/2012 12:37:27	Santana do Livramento/RS	Mestrado	Finanças	Economista	50 a 60
46	7/2/2012 13:09:35	Itaqui/RS	Graduação	Coordenação Administrativa	Assistente em Administração	40 a 50
47	7/2/2012 13:16:36	São Borja/RS	Especialização	Educação	Professor	50 a 60
48	7/2/2012 13:40:21	Santa Maria/RS	Especialização	Administradora UFSM	Administrador	40 a 50
49	7/2/2012 14:33:38	Santana do Livramento/RS	Mestrado	Docência Universitária	Administrador	40 a 50
50	7/2/2012 14:48:06	Itaqui/RS	Pós Doutorado	Fitotecnia - Agronomia- Ciências Agrárias	Professor Agronomia	30 a 35
51	8/2/2012 7:10:41	Bagé/RS	Especialização	Administração	Administrador	40 a 50

Continuação...

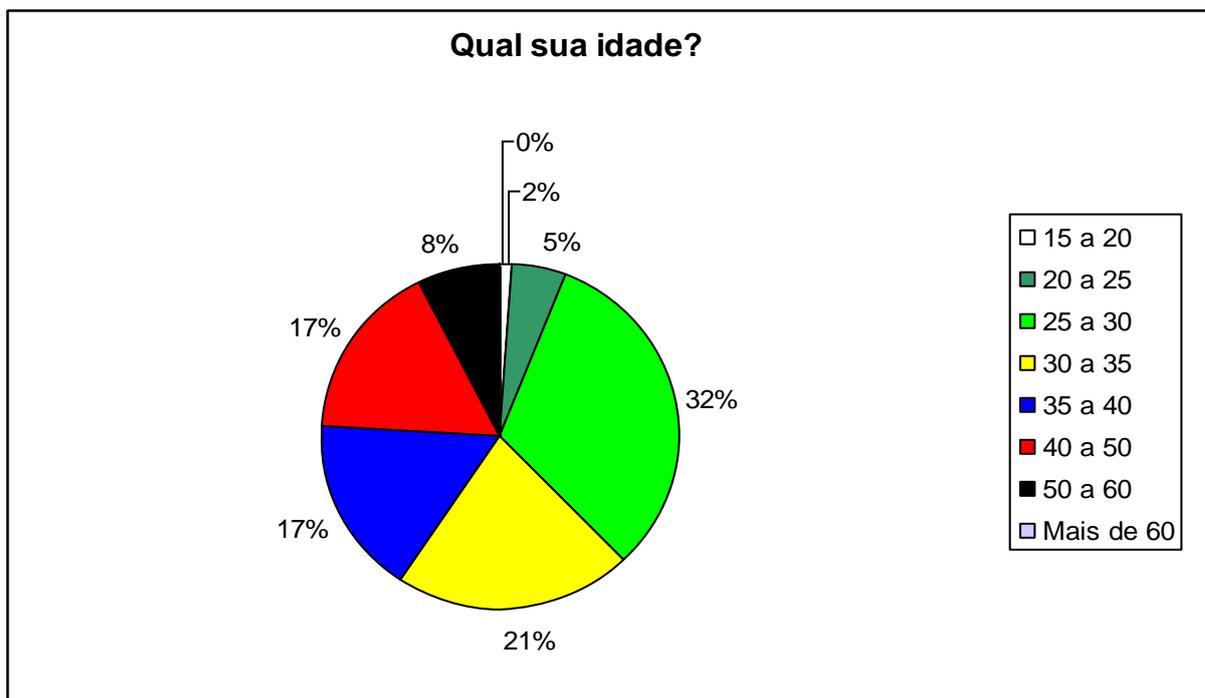
Ordem	Data e Hora das respostas	Cidade/UF	Grau Acadêmico	Área de Atuação	Profissão	Idade
52	8/2/2012 8:35:39	Santana do Livramento/RS	Graduação	Administrativa	Técnico Administrativo em Educação	35 a 40
53	8/2/2012 10:13:04	São Borja/RS	Especialização	Mídia Impressa	Jornalista	25 a 30
54	8/2/2012 12:18:24	Bagé/RS	Especialização	Licitações	Administrador	25 a 30
55	9/2/2012 7:37:56	Itaqui/RS	Especialização	Gestão de Pessoal	Administrador	35 a 40
56	9/2/2012 7:57:06	São Borja/RS	Especialização	Gestão de Pessoal	Administrador	30 a 35
57	9/2/2012 10:53:50	Itaqui/RS	Especialização	Assistência Estudantil	Assistente social	25 a 30
58	10/2/2012 14:12:17	São Borja/RS	Graduação	Servidor Público	Contador	30 a 35
59	10/2/2012 16:08:29	São Borja/RS	Especialização	Finanças Públicas	Servidor público	25 a 30
60	13/2/2012 11:06:38	São Borja/RS	Especialização	Serviço Público Federal	Administrador	25 a 30
61	13/2/2012 14:07:30	Uruguaiana/RS	Graduação	Ciências Humanas	Assistente em Administração	30 a 35
62	14/2/2012 7:47:31	Bagé/RS	Especialização	Contabilidade	Contador	35 a 40
63	14/2/2012 14:38:23	Itaqui/RS	Graduação	Setor Público	Técnico em Contabilidade	30 a 35
64	15/2/2012 10:26:53	São Borja/RS	Mestrado	Administração Pública	Administrador	30 a 35
65	16/2/2012 9:15:17	Itaqui/RS	Doutorado	Microbiologia do Solo	Professora	35 a 40
66	20/2/2012 9:06:50	Alegrete/RS	Doutorado	Economia/administração	Professor	35 a 40

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Conforme o quadro acima, entre os participantes, há respondentes de várias cidades, como: São Borja, Itaqui, Santa Maria, Santana do Livramento, Bagé, Porto Alegre, Pelotas, Itajaí, São Gabriel e Uruguaiana.

A maioria dos entrevistados possui entre 25 a 30 anos (32%), seguidos por participantes entre 30 e 35 anos (21%).

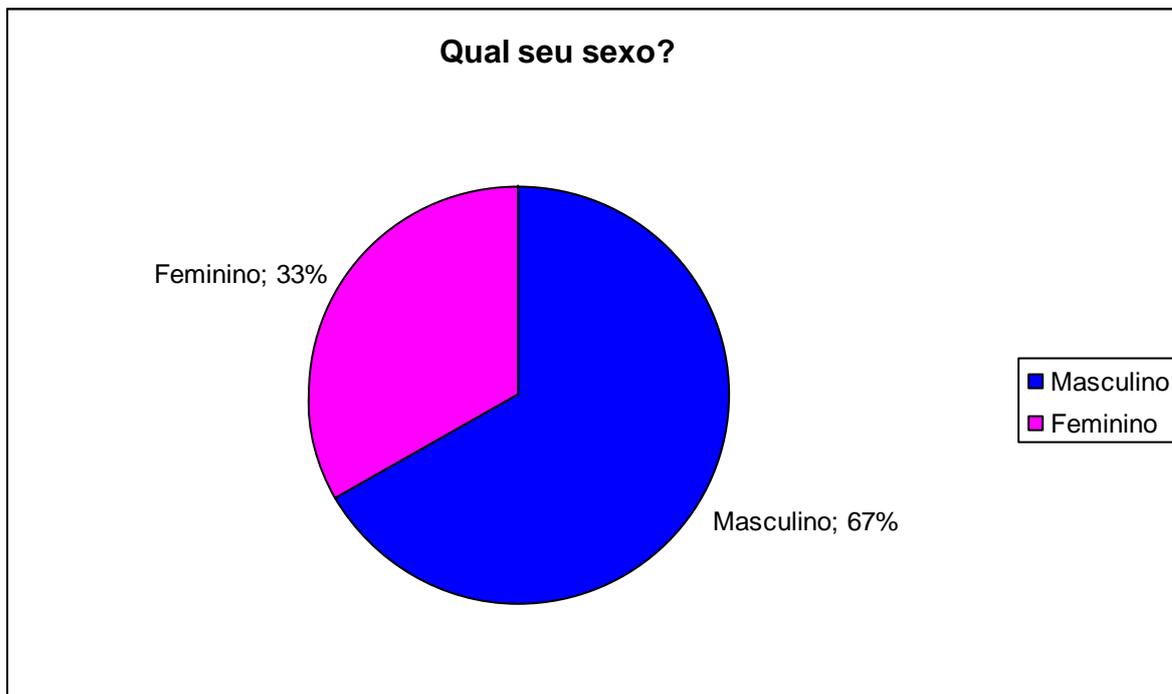
Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Dos 66 respondentes, 44 (67%) são homens e 22 (33%) são mulheres.

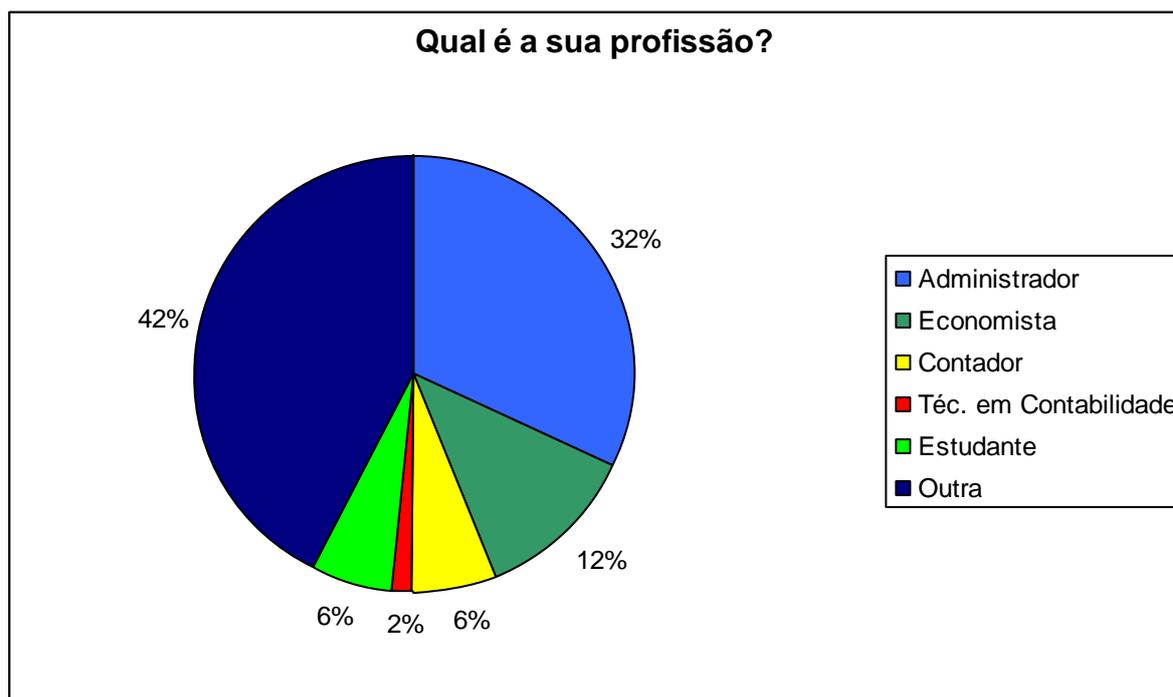
Gráfico 2 – Gênero dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Quanto às profissões dos participantes, 21 são administradores (32%), 8 são economistas (12%), 4 são contadores (6%), 4 são estudantes (6%) e 28 (42%) pertencem a outras profissões, entre elas: assistentes sociais, biólogos, bioquímicos, jornalistas, despachantes aduaneiros, professores universitários e servidores públicos.

**Gráfico 3 – Profissão dos entrevistados.**

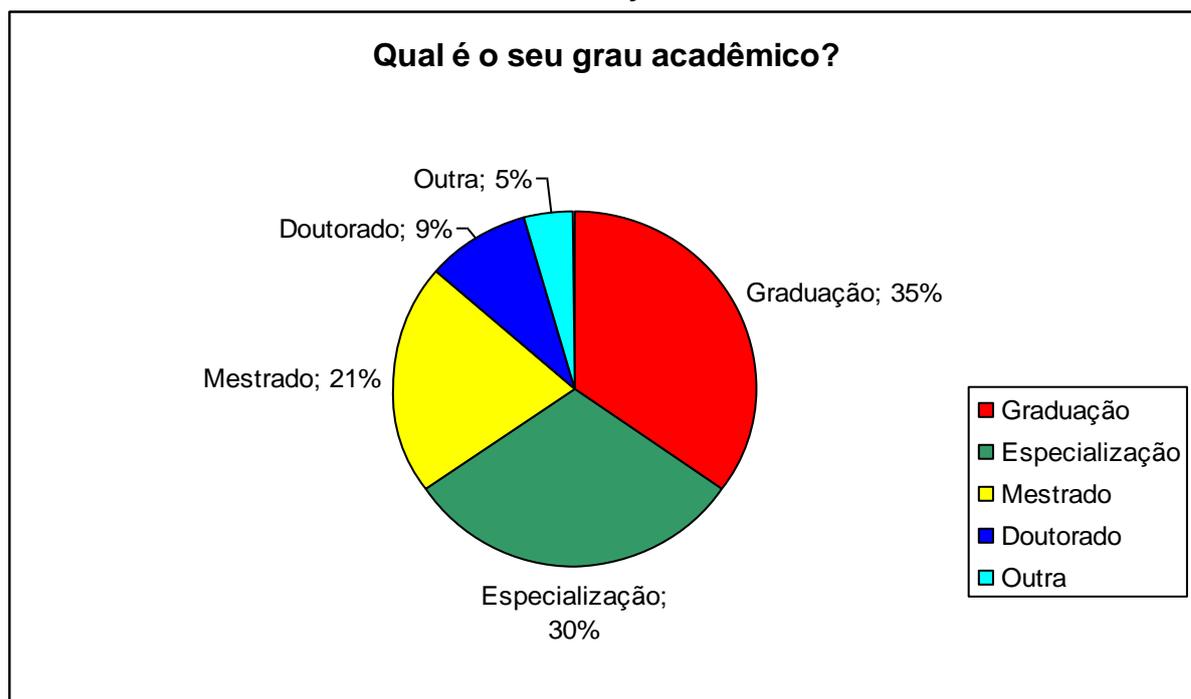


Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo questionou a área de atuação dos participantes. Entre elas, destacam-se: administração, economia, macroeconomia, finanças públicas, contabilidade, magistério superior, consultoria, cooperativismo, comércio exterior, serviço público, planejamento, informática, ciências humanas e exatas, comunicação, comércio, aduaneira, logística, segurança pública, política, jornalismo, mídia impressa, assistência social, ciências geodésicas, gestão de pessoal, arquitetura e urbanismo, licitações, saúde, biologia, nutrição, entre outras.

Quanto ao grau acadêmico dos participantes, 23 (35%) possuem graduação, 20 (30%) têm especialização, 14 (21%) possuem mestrado, 6 (9%) têm doutorado e 1 possui pós-doutorado.

Gráfico 4 – Nível de instrução dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

As demais questões levantadas no questionário e o restante da análise de resultados da pesquisa de campo estão apresentadas de acordo com os temas específicos durante o desenvolvimento do trabalho, sendo possível fazer o confronto entre os posicionamentos bibliográficos e as respostas assinaladas pelos entrevistados.

## 6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desse trabalho tem a finalidade de nortear a pesquisa investigativa, identificando fontes de consulta utilizadas no levantamento bibliográfico, e apresentando as ideias dentro das obras consultadas, citações de autores, conteúdos de notícias, dados de *sites* oficiais e materiais diversos relacionados ao tema do trabalho.

As bases teóricas que são apresentadas buscam sustentar o problema de pesquisa, classificando-o dentro de fundamentos, identificando as bases conceituais, teorias e colocações que abrangem o estudo proposto.

### 6.1 CONCEITOS DE CRISE ECONÔMICA

O Sociólogo francês e professor emérito da Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, Claude Dubar, define uma crise econômica como: a ruptura do equilíbrio entre grandezas econômicas (produção e consumo, preço e volume, oferta e demanda). Uma crise, assim, é uma ruptura, uma mudança brutal, uma “decisão” que rompe, desestabiliza e desequilibra. (PLURAL, 2011, p.175).

O filósofo Michel Serres, membro do Collège de France, em seu artigo: “A crise global”, publicado na revista *Partage* (n. 208, jan.-fev. 2010; Serres, 2010) enfatiza que uma crise afeta tudo o que há de mais profundo nas tradições e culturas:

A crise afeta as relações essenciais dos homens com o mundo. Além do desastre financeiro, cuja importância fortemente anunciada decorre do fato de que o dinheiro e a economia se apoderaram de todos os poderes, mídias e governos, seria melhor assumir a experiência, evidente e global, de que o conjunto de nossas instituições conhece, a partir de agora, uma CRISE que excede em muito o escopo da história ordinária. Ela afeta tudo o que há de mais profundo em nossas tradições e em nossas culturas: o religioso, o militar, o político, o sexual... A crise afeta as relações essenciais dos homens com o mundo (apud DUBAR, 2011, p 176).

O filósofo Serres identifica a crise como uma fantástica mutação que “atinge as relações essenciais dos homens com o mundo” (apud DUBAR, 2011, p 177).

Serres (2010) aponta a revolução da informática como responsável pelo conduto das informações que, em rápidos movimentos, geram efeitos em massa dentre as economias:

A informática oferece novas maneiras para armazenar, processar, transmitir e receber a informação. Antes dela, a imprensa no século XV e a escrita AC já tinham tido desempenhos semelhantes. Na verdade, a matemática nasce com a escrita, e a ciência moderna com a Imprensa durante o Renascimento. As mudanças resultantes afetaram todas as instituições. Iluminou duas vezes a história recente e reproduz-se hoje em dia (apud DUBAR, 2011, p 177).

Serres (2010) afirma que a crise atual é a crise de um sistema de crenças e práticas fundado na ditadura da economia, da rentabilidade, da taxa de lucro e do crescimento da riqueza financeira a qualquer custo. Assim, a que custo? Ao da exploração dos mais pobres e da destruição da natureza, do mundo. (apud DUBAR, 2011, p 177).

Michel Serres (2010) ainda descreve a importância do respeito e da preservação dos recursos naturais frente à lógica acumulativa do capitalismo:

Nós pensávamos que toda nossa história consistia na luta sem descanso contra uma força sempre maior e mais profunda que a nossa. A imagem se inverte: a partir de agora, é da aliança com a natureza – e não da luta contra ela – que depende nossa história futura. Não se trata mais de conquistar, dominar, explorar a natureza, mas sim de respeitá-la (apud DUBAR, 2011, p 177).

Ou seja, Serres defende que a solução para as crises futuras passa pelo respeito à natureza e pela não degradação dos recursos naturais da terra.

Trata-se de uma nova era da humanidade: após as revoluções do Neolítico (aparecimento da escrita e da agricultura) e do Renascimento (descoberta da imprensa e da indústria), uma revolução coloca o mundo antigo em crise, ou seja, a revolução da Internet e da ecologia (SERRES apud DUBAR, 2011, p 177).

Então, na visão do Filósofo francês Michel Serres, a crise é uma mutação gigantesca, um evento extraordinário, histórico e raro, que afeta as relações essenciais do homem com o mundo, transcendendo a esfera financeira, gerando efeitos em todas as referências culturais das famílias, nas questões religiosas, militares, políticas e ideológicas. Serres diz que hoje os recursos tecnológicos, como a informática, têm condições de armazenar, processar e distribuir as informações financeiras que circulam em toda a estrutura econômica global, permitindo que, em questão de instantes, o mundo inteiro possa sentir os efeitos gerados a partir de um comando econômico disparado por meios eletrônicos, considerando que a globalização permite que as economias estejam cada vez mais interligadas. Serres enfatiza que o surgimento de novas crises passa pela degradação dos recursos

naturais da terra, e classifica a ecologia como um elemento que precisa ser respeitado diante da ditadura da economia, que busca o lucro a qualquer custo, até mesmo da destruição da natureza.

O filósofo francês encerra fazendo um comparativo histórico, lembrando as revoluções do Neolítico, que gerou o surgimento da escrita e da agricultura e o Renascimento, que trouxe a descoberta da imprensa e da indústria, dizendo que as mudanças resultantes dessas transformações trouxeram efeitos a todas as instituições da época, e identifica uma nova revolução que permite que a internet e a ecologia, de acordo com a maneira em que são utilizadas, como responsáveis pelas mudanças que afetam o mundo nos dias de hoje, propondo uma aliança com a natureza como ferramenta para evitar crises futuras.

Alguns economistas defendem que as recessões fazem parte de um ciclo econômico natural dos mercados, caracterizado por altos e baixos. Em 1942, um dos economistas mais importantes do século passado, Joseph Schumpeter, escreveu em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, que as recessões são um "mal necessário" nas sociedades capitalistas. (apud VEJA, 2008)

Nesse mesmo sentido, Joseph Garnier, em seu artigo de 1859, publicado na *Encyclopédia Universalis* (2008), apresentou um conceito semelhante de crise:

As crises são perturbações na função geral da troca, tão indispensáveis à vida social como a circulação do sangue é para a vida animal e individual. A crise torna-se um momento necessário do ciclo econômico, presidindo um saneamento indispensável à manutenção contínua do crescimento (apud DUBAR, 2011, p 177).

Garnier considera as crises como necessárias para sanear o sistema econômico, e que desperta a necessidade de reparo dos gargalos que impedem o funcionamento do sistema em si, para que o crescimento ocorra de maneira continuada.

Para Garnier (1859), as crises não são motivos para amedrontar o planeta, pois são eventos naturais da lógica do capitalismo:

As crises capitalistas estão inscritas na estrutura e se desenvolvem, há mais ou menos dois séculos, da mesma forma: quebra da bolsa, falências, queda do crédito, recessão, fechamento de fábricas, desemprego, planos de estímulo, até o ponto em que as intervenções públicas e keynesianas permitam recomeçar um novo ciclo (apud DUBAR, 2011, p 178).

Garnier considera as crises como ciclos que se repetem e que são comuns a partir do advento do capitalismo. Para ele, diante das crises, cabe ao estado realizar as intervenções na economia para readaptar o mercado dentro de patamares que permitam o início de um novo processo, a partir de uma recuperação do sistema financeiro, iniciando assim um novo ciclo.

A idéia de que as crises são necessárias ainda é discutida nos dias atuais. Na opinião de certos analistas, sempre depois de uma expansão, acontece a retração. Para eles, a principal função da recessão é limpar a “gordura” do sistema. Eles acreditam que sem os excessos, as economias ficam “limpas” para o próximo crescimento. (RECESSÃO..., 2008)

O significado das crises consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos. As crises são uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias (KUHN, 2003, p.105).

As crises globais deveriam desembocar em uma mudança de paradigma, recolocando a economia em seu lugar, podendo ser suas crises antecipadas, previstas e talvez tornadas inúteis (DUBAR, 2011, p 178).

Corazza (2000) apresenta aspectos das crises econômicas:

Uma crise geralmente se manifesta como um problema de liquidez, expresso na incapacidade dos bancos atenderem a retirada de depósito dos seus clientes, fato que pode se transformar, com frequência, em problema de solvência do sistema bancário. De modo geral, as crises são provocadas pela conjugação de fatores macroeconômicos, como um ambiente de instabilidade ou um plano de estabilização, e microeconômicos, como a fragilidade intrínseca dos próprios bancos. Normalmente os fatores macroeconômicos se conjugam com situações de vulnerabilidade microeconômica dos bancos, na detonação das crises. (CRISE..., 2000)

Para Corazza (2000), existe a tendência do surgimento de crises no auge dos ciclos econômicos:

As crises financeiras são mais frequentes no auge dos ciclos econômicos, pois existe uma estreita vinculação entre períodos de expansão, pré-disposição dos banqueiros a emprestar e assumir riscos, a efetiva expansão do crédito e as crises bancárias. (CRISE..., 2000)

Ou seja, nos períodos de expansão econômica, quando existe solvência bancária e conseqüente disposição das instituições financeiras a conceder crédito, é originado um ambiente de ensejo ao endividamento pelas pessoas e, a partir daí,

começam os problemas de ordem econômica que afetam os mercados, com cenários frequentes de recessão.

O conceito de recessão é bastante complexo. Costuma-se dizer que uma recessão instala-se quando é registrada uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) durante dois trimestres consecutivos. O PIB representa a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Portanto, a diminuição no valor dele indica que a demanda decresceu na maioria dos mercados. (RECESSÃO..., 2008)

Hoje (01/04/2012), na Zona Euro, Irlanda, Bélgica, Holanda, Itália, Portugal e Grécia estão tecnicamente em recessão. (IRLANDA..., 2012) Esses seis países representam um quarto do PIB total do bloco. (PIB EUROPEU..., 2012)

Esse é o cenário existente nas maiores economias, algumas já em profunda recessão, outras com alta expectativa de entrar em recessão, e muitas estagnadas economicamente e com profundos desequilíbrios.

## 6.2 INTERVENÇÕES DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

Diante das crises econômicas, os governos desempenham ações com vistas a combater os efeitos dessas turbulências, a exemplo das medidas de incentivo ao consumo das famílias para aquecer a economia, ou de restrição ao crédito através do aumento dos juros para frear o consumo e a inflação.

Para Keynes (1983), os Estados têm como principal objetivo adotar medidas para evitar os dois grandes males característicos dos ciclos econômicos: o desemprego e a inflação. Junto com a política monetária, atribui-se à política fiscal, portanto, um papel primordial na obtenção da estabilização econômica (apud PEREIRA, 2011).

Pereira (2010), em outra publicação, reforça a ideia de que as crises são eventos pertencentes ao contexto do capitalismo e enaltece a importância da atuação estatal na regulação da atividade econômica e na transposição das turbulências do mercado:

Registre-se que ocorreu, tanto na crise de 1929 como na crise atual, uma clara ineficiência dos mecanismos reguladores do Estado. É preciso lembrar que as crises são fenômenos inerentes ao sistema capitalista, decorrentes de suas reconhecidas imperfeições, o que reforça a necessidade do Estado atuar de maneira consistente como ente regulador.

De acordo com Gonçalves (2008), depois da Grande Depressão, iniciada com o Crash da Bolsa, em 1929, os economistas aprenderam que o estado tem um papel fundamental na economia. “O estado toma a frente no mercado, restaura a confiança das empresas e ele próprio gera a demanda.” (apud, VEJA, 2008).

O Jornal Zero Hora, de 12 de novembro de 2011, traz uma passagem acerca das políticas governamentais que objetivam ajustar a atividade econômica, sejam para conter a inflação ou para aquecer o mercado:

Quando o Banco Central decidiu agir para conter o crédito, a economia brasileira estava muito aquecida e a prioridade do governo era conter a aceleração da inflação. Como o cenário econômico mudou nos últimos meses, com o agravamento da crise na Europa e nos EUA, o governo agora quer evitar que a atividade econômica esfrie demais e, por isso, removeu as restrições ao crédito. Entre essas ações estão: a manutenção do percentual mínimo de pagamento das faturas de cartão de crédito em 15%, ao invés de 20%, redução de exigências para concessão de crédito consignado entre 36 e 60 meses e redução nos juros para compra de automóveis (SOLTANDO O FREIO..., 2011).

Dentro do papel de ente regulador, cabe ao Estado conter as pressões no índice geral de preços. Em 2011, as pressões inflacionárias tiveram causas predominantemente externas, sobretudo em decorrência de choques de preços de *commodities*, no fim de 2010 e o início de 2011. Ciente da pressão de alta de preços, o Governo Federal agiu tempestivamente por meio da elevação na taxa de juros, medidas macroprudenciais de contenção do crédito e um decisivo programa de consolidação fiscal. (ECONOMIA..., 2012).

Pereira (2011) recorda situações em que o Banco Central interviu no mercado com a intenção de conter o crédito e a inflação:

Registre-se que medidas para restringir a concessão de crédito estão entre as ferramentas usadas pelo governo brasileiro para tentar controlar a inflação. Desde 2010, o governo também já adotou diversas medidas para tentar conter o fluxo excessivo de capital estrangeiro, que provoca a valorização do real ante o dólar e acaba reduzindo a competitividade das exportações brasileiras.

Ou seja, as medidas de contenção ao crédito são estratégias utilizadas pelo governo de acordo com as necessidades de mercado. Já a valorização do real frente ao dólar é prejudicial ao exportador brasileiro, que passa a receber menos pela mesma quantidade exportada. Quando existe valorização da moeda nacional, ocorre um estímulo maior às importações, pois passa a ser mais barato comprar do exterior,

ocorrendo conseqüente queda nas exportações, uma vez que os produtos brasileiros passam a ficar mais caros, perdendo competitividade em relação à concorrência externa, o que obriga o Banco Central a atuar na contenção do fluxo de capital estrangeiro.

É sabido que o Estado possui distintos instrumentos para intervir na economia. Por meio da política econômica o governo intervém com o objetivo de manter o crescimento e os níveis de emprego elevados, com estabilidade de preços. Destacam-se entre esses instrumentos as políticas: fiscal e monetária. Por meio delas torna-se é possível controlar, por exemplo, preços, salários, inflação, impor choques na oferta ou restringir a demanda (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980; MATIAS, 2010b).

Pereira (2011) traz a definição para as políticas fiscais e monetárias, classificando-as como ferramentas de intervenção do estado no controle da economia:

Política fiscal é a manipulação dos tributos e dos gastos do governo para regular a atividade econômica. Ela é usada para neutralizar as tendências à depressão e à inflação. Por sua vez, a política monetária é o conjunto de ações conduzidas pelo Banco Central, cujo fim é influir no crescimento econômico mediante manejo de variáveis monetárias da economia. Por meio da sua aplicação, se prevê o manejo de variáveis como a inflação, emissão de moeda, funcionamento do Banco Central, regulação dos bancos comerciais, juros, proteção das reservas do país, entre outras. Ou seja, a política monetária representa a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeito direto ou induzido, com o propósito de se controlar a liquidez global do sistema econômico. Registre-se que existe uma estreita relação entre as políticas fiscal e monetária, visto que são políticas complementares.

Então, as políticas fiscais e monetárias se complementam dentro da atuação do governo no sentido de regular a atividade econômica, e as ações do governo são executadas com base no panorama internacional dos mercados financeiros.

Stuart de Pieri e Duarte dos Santos (2011) comentam acerca das intervenções governamentais que têm por objetivo adequar a economia de acordo com as oscilações mercadológicas globais, e apontam vantagens e riscos dessas medidas:

Na primeira década dos anos 2000, o Brasil demonstrou, como consequência de uma maior intervenção Estatal na economia, especialmente no segundo mandato do presidente Lula, um novo potencial de crescimento econômico, estimulado, em boa medida, por um significativo aumento nos Gastos Públicos e uma diversificada gama de políticas fiscais e monetárias, que tiveram como resultado uma elevação no consumo das famílias (gasto privado), o que têm como desdobramento positivo um aumento no volume de investimento no setor produtivo e uma redução do

desemprego e como desdobramento negativo, um endividamento público crescente e um aumento no nível geral dos preços – leia-se inflação.

Ou seja, a intervenção do governo no mercado pode ter um encaminhamento positivo, como o aumento no volume de investimentos, ou negativo, como a inflação e o endividamento público.

### 6.3 DEFINIÇÕES DE CONSUMO E CONSUMISMO

O conceito de consumo vai além da compra de um produto ou contratação de um serviço mediante pagamento. A ação de consumir implica na satisfação das necessidades pelos indivíduos ou pelo Estado.

Canclini (1999, p. 77) define o consumo como: “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos”.

Esse consumo é tido como responsável quando é baseado na análise dos impactos que o ato de consumir pode vir a gerar na sociedade e no meio ambiente. O consumo consciente propõe que os consumidores mudem seus hábitos e consumam somente o essencial. (MONTEIRO, 2007)

Monteiro (2007) complementa:

A ideia básica do consumo consciente é transformar o ato de consumo em uma prática permanente de cidadania. O objetivo de consumo, quando consciente, extrapola o atendimento de necessidades individuais. Leva em conta também seus reflexos na sociedade, economia e meio ambiente.

Para Silva (2009), o consumo hoje, está associado a muitas outras questões, que vão além da motivação inicial para a aquisição ou uso de um produto, que é o da necessidade real, isto é, vital para a sobrevivência de um indivíduo ou um grupo social. (apud BRUM e HILLING, 2010, p 117)

Quando o indivíduo passa a comprar bens desnecessários, passa a existir o consumismo.

Segundo Luiz (2005):

O consumismo é uma das características marcantes da sociedade. Sua principal função se volta para a própria essência do capitalismo, ou seja, a venda de produtos e serviços com vistas à apropriação do lucro. Ocorre que, se a ideologia do consumo se vincula a interesses mercadológicos, o seu grande sucesso, bem como suas consequências, transcendem questões de natureza meramente econômica.

Para Brum & Hillig (2010), é preciso a adoção de um padrão de consumo responsável, uma vez que a própria palavra "consumo" leva a uma ideia de apropriação em exagero, o consumismo. Consumir para atender as próprias necessidades não parece questionável, mas para que seja um ato responsável, precisa-se considerar as possibilidades futuras de se continuar usufruindo destes recursos, sem que haja prejuízo para outros indivíduos. Então a discussão é ampla e complexa, mas nem por isso inviável. (REPENSANDO O CONSUMISMO..., 2010)

De acordo com Silva (2009): os meios de comunicação abriram espaço para que a mídia fique a serviço de grandes empresas, que buscam o lucro como objetivo principal, criando imagens de que a realização pessoal dos indivíduos passa pela obtenção de determinados produtos, situações ou status. Neste contexto, a educação sobre o uso adequado dos recursos naturais, com uma maior conscientização da juventude, principalmente, sobre o consumismo descontrolado, parece ser essencial. (apud BRUM e HILLING, 2010, p 117)

Marcondes Filho (1993) reforça a questão da mídia e da propaganda feita encima do ato de consumir da sociedade:

Essa função reforçadora da publicidade é seu suporte para a venda de mercadorias, pois, ao mesmo tempo em que incita ao consumo, é o próprio veículo o transporte dos valores e dos desejos que estão ancorados na cultura que se consome. As mercadorias trazem em si, incorporado, tudo aquilo que a sociedade deseja, e por isso são consumidas. (apud LUIZ, 2005, p. 41)

Ou seja, o consumidor sofre uma pressão muito grande para consumir, incentivados pela publicidade e pela oferta constante de produtos, que faz com que as pessoas se sintam motivadas a adquirir bens, dar presentes, trocar de veículo e suprir seus sonhos de consumo. Esse comportamento, se não for controlado, faz com que o consumidor acabe se endividando.

Segundo Colpo (2005), à medida que o consumo cresce, a qualidade de vida piora. É com a educação, principalmente das futuras gerações, que poderemos conscientizar as comunidades da necessidade de mudar os hábitos de consumo, originando uma sociedade onde a propriedade privada não seja a meta principal, e compreenda-se que meu conforto não pode ser fruto do martírio de outras espécies, uma vez que ecossistemas e formas de vida estão interligados com a nossa possibilidade de sobrevivência. (apud BRUM e HILLING, 2010, p 121)

## 7 ASPECTOS DA ATUAL CRISE ECONÔMICA AMERICANA E EUROPEIA

### 7.1 ESTADOS UNIDOS

Em 2011, a economia mundial foi afetada pelo agravamento da crise financeira global iniciada em 2008. Particularmente devido aos problemas de solvência fiscal na Zona do Euro e conflitos políticos nos EUA, os países desenvolvidos tiveram forte desaceleração no nível de atividade econômica. Com o prolongamento da crise, o mundo assiste a uma “guerra cambial”, promovida pelas economias avançadas para tentar restaurar sua competitividade industrial. (MINISTÉRIO..., 2012)

Mas foi em meados de 2007, que os Estados Unidos sentiram os primeiros sinais de que uma crise aguda estava por vir, originada pela desregulamentação do setor imobiliário, principalmente no segmento *subprime*.

Os clientes *subprime* são aqueles de baixa renda, com historio de inadimplência e assim representado por um maior risco que os de outras categorias de crédito (FERNANDES, 2008).

O conceito de *subprime* foi criado recentemente nos Estados Unidos e serviu para classificar o crédito de elevado risco. Isto é, as instituições financeiras começaram a conceder crédito com baixa taxa de juros a pessoas, que numa situação normal não tinham acesso a esse crédito, uma vez que não possuíam rendimentos suficientes (SILVA, 2007).

Sendo o *subprime* um empréstimo hipotecário de alto risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa, a única garantia exigida para concessão do crédito é a hipoteca do próprio imóvel.

A hipoteca, segundo Sandroni (2001, p. 282), é um tipo de empréstimo em que há uma garantia de pagamento sob a forma de um bem imóvel. Mesmo que o devedor tenha a posse do bem vinculado à hipoteca, ele só adquire sua propriedade depois de quitado o empréstimo. Caso a dívida não seja paga, o credor pode executar a hipoteca e assumir a propriedade do bem.

A modalidade de empréstimo hipotecário *subprime* é um crédito destinado à camada da população americana economicamente vulnerável e com rendimentos

mais baixos, tendo como garantia o próprio imóvel do tomador, concedidos a clientes sem comprovação de renda.

De 2001 a 2004, a taxa de juros americana ficou entre 1% e 1,75% - o que aumentou a confiança dos bancos a fornecer créditos e financiamentos. (MACEDO e ABDO, 2008). Além disso, havia um crescimento constante da economia americana, então se tornou viável e acessível para a maioria das pessoas realizarem a compra da casa própria. Tal fato incentivou os americanos a financiar imóveis, inclusive os cidadãos que já possuíam casas passaram a hipotecá-las com a intenção de prospectar recursos e utilizar o dinheiro para a manutenção ou o aumento do seu consumo habitual.

Naime (2008) explica esse acontecimento:

No início da década, com os juros em queda e o crédito abundante, milhões de americanos tomaram empréstimos para comprar seus imóveis. A alta procura levou à valorização dos bens e à formação de uma bolha imobiliária. Muitos optaram por refinarciar suas casas, pegando dinheiro na troca. O "troco", porém, não era usado na compra de mais imóveis, mas empregado no mercado de consumo. Muitos tomadores de empréstimo de alto risco deixaram de pagar suas dívidas. O preço dos imóveis, que em alguns casos tinha triplicado de valor, desabaram, trazendo ainda mais prejuízos. Muita gente terminou com a dívida maior do que o valor da casa que possuía. Com os preços em baixa e dificuldades para honrar compromissos, muitos simplesmente desistiram da casa. Revendidos aos bancos de todo o mundo, os créditos imobiliários podres levaram os prejuízos a se espalharem pela economia dos EUA, quebrando diversos bancos.

Segundo Veblen (1965), só se toma conhecimento da existência do consumo, quando o mesmo é classificado, pelos padrões ocidentais, como supérfluo ou ostentatório, caso contrário, sua presença no cotidiano passa inteiramente despercebida. Isso explica que os gastos excessivos e o consumo desnecessário, incentivados pela economia aquecida e pelas baixas taxas de juros, levaram a população americana ao endividamento. Quando subiram os juros, começaram os problemas.

Foi justamente o consumo em larga escala que levou os tomadores de empréstimos *subprime* à inadimplência, uma vez que a taxa de juros desses financiamentos estava baixa, o que impulsionou os clientes a irem às compras e consumir cada vez mais, pois o peso da prestação era menor. A partir daí houve a necessidade de começar a contenção dessa febre de consumo, com o aumento das taxas de juros.

Em 2006, a taxa de juros sobe ao valor de 5,25%, aumentando drasticamente os valores das hipotecas que, logicamente, não foram quitadas. (MACEDO e ABDO, 2008)

As taxas de juros das hipotecas *subprime* são pós-fixadas (FILHO, 2011), ou seja, variam conforme as oscilações da economia, e quando houve alta dos juros básicos nos EUA, esses financiamentos ficaram mais caros, o que gerou um efeito cascata com muitos clientes deixando de pagar as prestações em dia. Quando os juros dispararam nos Estados Unidos, com a conseqüente queda do preço dos imóveis, houve inadimplência em massa.

É importante considerar que a elevação das taxas de juros inibe o acesso ao crédito, o que reduz a demanda pela aquisição de imóveis. A elevação das taxas de juros ainda contribui para o aumento da inadimplência e a conseqüente execução das hipotecas em garantia, aumentando o número de casas a venda, fortalecendo a oferta. Quando a oferta de casas está elevada, tende a reduzir-se os preços, daí vem a desvalorização dos imóveis. Com a desvalorização dos imóveis, diminuem os preços dos títulos hipotecários, e as empresas que detêm esses ativos sofrem o prejuízo em seus balanços financeiros.

Os juros elevados provocaram o encarecimento do crédito e o desaquecimento do mercado imobiliário, seguido de automática desvalorização do preço dos imóveis, ou seja, as pessoas que compraram casas não conseguiram vendê-las, levando a inadimplência a patamares exorbitantes.

O aumento da inadimplência prejudicava as liquidações das hipotecas *subprime*, não resultando em fluxo de caixa e capital de giro aos bancos concedentes. Restou às instituições financeiras implementar um processo de securitização desses créditos.

Downes e Goodman (1991) compreendem a securitização como um processo onde se distribui riscos pelo vínculo de instrumento de dívida junto a um grupo de ativos e a conseqüente emissão de títulos lastreados neste grupo. (apud CATÃO, 2006, p 24)

Khothari (1999) fornece um conceito mais amplo, definindo a securitização como uma conversão de ativos de pouca liquidez em títulos mobiliários, os quais são passíveis de serem absorvidos pelo mercado investidor. (apud CATÃO, 2006, p 24)

Segundo Kala (2003), as operações de securitização começaram a surgir a partir da década de 70, quando os agentes financeiros, ao contrário de esperarem

pelo recebimento dos juros e do principal contratados com os tomadores de empréstimos, repassaram esses fluxos de recebimentos a terceiros. Numa estrutura um pouco mais sofisticada, o banco poderia “empacotar” esse conjunto de juros mais o principal a receber e vendê-los ao mercado. (apud CATÃO, 2006, p 17)

Conforme Kendall e Fishman (1996), as operações de securitização podem ser consideradas a mais importante e persistente inovação a surgir no mercado financeiro. (apud CATÃO, 2006, p 17)

De acordo com Imhoff Jr. (1992), essas operações permitiram então que bancos, instituições de poupança e demais agentes participantes desse mercado conseguissem liberar capital, antes imobilizado nas operações de financiamento de longo prazo das hipotecas, para o financiamento de novos empréstimos. (apud CATÃO, 2006, p 28)

Em suma, a securitização consiste em agrupar vários tipos de ativos financeiros, que podem ser títulos de crédito como faturas emitidas e ainda não pagas ou dívidas referentes a empréstimos, e converte-los em títulos padronizados, para serem negociáveis no mercado de capitais. Dessa forma, a dívida é vendida, na forma de títulos, para vários investidores.

A intenção de securitizar era tornar os ativos ilíquidos em líquidos, com a garantia da hipoteca, proporcionando que as instituições financeiras consigam captar novos recursos para conceder novos empréstimos.

Com a intenção de amenizar o perigo dessas arriscadas operações, os bancos americanos credores agruparam-nas aos montes em um pacote e converteram a massa desses ativos financeiros em derivativos negociáveis no mercado internacional, cujo valor era muito superior em relação às dívidas originais.

Dessa forma, criaram-se títulos negociáveis, originados a partir de créditos "podres". Esses papéis financeiros sem lastro continham ativos tóxicos que formavam uma bolha de papéis podres. Foi justamente a venda e compra, em quantidades exageradas, desses títulos vinculados em hipotecas *subprime*, o que provocou o agravamento e o alastramento da crise americana para os mais importantes bancos mundiais.

A explicação para a crise financeira norte americana reside no crescimento das operações de securitização vinculadas a hipotecas, juntamente com a elevação da taxa de juros, o que contribuiu para o aumento da inadimplência, com o aumento da oferta e a redução da demanda por residências. Com cada vez mais

inadimplência, aumentaram as execuções hipotecárias, fazendo crescer a oferta desses imóveis. O aumento da oferta e a redução da demanda por residências forçaram a desvalorização dos imóveis e a baixa das garantias dos títulos securitizados pelas instituições financeiras, e com o enorme volume de operações de securitização na economia global, vários agentes financeiros sofreram prejuízos em seus balanços de patrimônio. Esses fatores eram suficientes para a explosão da “bolha especulativa” do mercado imobiliário, que aconteceu logo em seguida, atingindo intensamente os mercados financeiros e de capitais dos Estados Unidos e dos países europeus que tinham bancos envolvidos nas operações de securitização estadunidenses.

Com o aumento da inadimplência e a queda dos preços dos imóveis, os agentes financeiros ficaram sem os recursos necessários para saldar no tempo devido os seus passivos. Com isso, verificou-se elevada descapitalização dos grandes bancos (deterioração de seus balanços) e uma forte redução da liquidez interbancária, que foi se propagando em razão da extrema incerteza. A crise de liquidez estava posta e não tardou muito para que seus efeitos fossem sentidos no conjunto da economia. (CARCANHOLO; PINTO; FIGUEIRAS et al., 2008).

O marco da crise de 2007/2008 foi o pedido de concordata do importante banco de investimentos *Lehman Brothers*, que constituía uma verdadeira mola propulsora da economia americana e era um dos pilares de sustentação financeira de *Wall Street*. A partir daí foi um verdadeiro efeito dominó, com sucessivas falências e quebras de instituições financeiras tradicionais, derrubando o índice *Dow Jones* em patamares nunca vistos desde os atentados de 11 de setembro de 2001, tamanho o impacto da crise. (FILHO, 2011)

Então, a crise do mercado hipotecário americano se desencadeou pela cascata de insolvências no arriscado segmento *subprime*, agravando-se pela comercialização desenfreada desses papéis “podres” no mercado de capitais, configurando uma turbulência que marcou a economia globalizada.

A conclusão é que a elevação das taxas de juros e o aumento do índice de inadimplência impactaram negativamente a garantia dos títulos atrelados a hipotecas, afetando os balanços das empresas que os possuíam. Isso explica o início da crise financeira nos Estados Unidos, considerando o significativo volume de títulos vinculados a hipotecas no mercado financeiro global.

A partir de então, a crise do crédito hipotecário provocou uma crise de confiança geral no sistema financeiro e falta de liquidez bancária, faltando, inclusive, dinheiro disponível para saque pelos clientes bancários, obrigando os bancos centrais a intervirem com urgência, fornecendo créditos a taxas baixas para os bancos em perigo de concordata, objetivando a geração de liquidez. A crise explodiu muito em conta da decisão das nações mais ricas em salvar os seus grandes bancos que estavam com risco de quebra.

George Bezerra (2011) ratifica esse pensamento:

Em 2008 surgiu uma crise imobiliária que evoluiu para uma crise bancária de enormes proporções. Diante disso o governo usou dinheiro público para salvar o sistema bancário e tentar forçar a retomada da demanda agregada e com isso produziu uma enorme deterioração adicional da tendência dos indicadores fiscais (déficits e dívida pública em relação ao PIB). Ou seja, a superação da crise bancária resultou numa grave ameaça de crise soberana (a percepção dos investidores sobre o risco de comprar títulos emitidos pelo governo).

Na crise de 2008, os bancos confiaram na ilusão de que, quanto maior fosse a crise financeira, mais o governo teria a obrigação de cobrir a dívida. Dessa forma, criou-se a sensação de que a dívida dava lucro. A dívida dos bancos começou a parecer lucrativa, porque o governo sempre vinha e cobria. Assim, a crise do setor financeiro bancário transformou-se em uma crise de dívida pública, pois muitos bancos foram socorridos pelas nações através da emissão de títulos do tesouro.

O Especialista em Risco Político, Alexandre Barros, avalia: “o erro foi lá atrás, deveriam ter deixado quebrar os bancos para limpar o mercado. Quem estava quebrando era ineficiente” (apud ABALO GLOBAL..., 2011a, p. 7).

Fernando Ribeiro, economista-chefe da FUNCEX (Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior), considera que: o que era uma crise financeira acabou por se tornar também uma crise fiscal, pela rápida elevação dos níveis de dívida pública, e uma crise de crescimento, pela fragilidade da demanda privada e pela limitação ao uso de novos estímulos fiscais e monetários. (CRISE INTERNACIONAL..., 2012)

Quando sucessivas quebras de bancos congelaram o crédito, em 2008, os países ricos vinham de um ciclo de crescimento poucas vezes visto. Tinham euros e dólares sobrando para recheiar qualquer rachadura. Desta vez, é diferente (ABALO GLOBAL..., 2011a, p. 7).

A atual crise financeira internacional, que na verdade é um agravamento da crise de 2008, é ainda mais intensa do que aquela, uma vez que o que ocorriam eram concordatas de instituições financeiras, porém agora são os próprios Estados que estão quebrando.

A crise atual é de longe a maior crise do capitalismo na era da globalização. O endividamento americano e o europeu vêm crescendo e, com isso, colocando em risco a economia mundial num contexto amplo. Essa não é a primeira e nem será a última crise econômica, pois esses eventos cíclicos são componentes da própria dinâmica do capitalismo, onde os gastos públicos excessivos são a origem das crises atuais.

As economias desenvolvidas conduziram o seu crescimento acima do endividamento público e privado, e agora convivem com déficit na ordem de 10% do PIB (Produto Interno Bruto). A economia americana, que tem um PIB de US\$14 trilhões de dólares, tem um déficit de US\$1 trilhão por ano (SANDRONI, 2001).

Os Estados Unidos entrou nessa crise com um nível de endividamento alto porque, entre outros motivos, financiou duas guerras com gastos bélicos retumbantes, desconsiderando os agravantes da crise de 2008. Já a Europa entrou em crise com alto grau de endividamento porque, na década anterior, diversos países periféricos ingressaram na Zona do Euro, o que para muitos era uma zona monetária nova, e depararam-se com custos de capital muito mais baixos do que estavam acostumados e foram às compras. As populações desses países foram especuladoras ao se endividarem com a intenção de gerar riqueza e agora estão pagando o preço da especulação.

## 7.2 EUROPA

Inicialmente, é importante realizar algumas colocações acerca dos conceitos da União Europeia (UE) e da Zona do Euro para, logo em seguida, abordar as questões econômicas que assolam grande parte do continente.

A União Européia é um bloco econômico, político e social de 27 (vinte e sete) países europeus que participam de um projeto de integração política e econômica. Os países integrantes da União Europeia são os seguintes Estados soberanos: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália,

Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia. (UNIÃO..., 2012)

Entre os objetivos da União Europeia, destacam-se: a promoção da unidade política e econômica da Europa, a busca por melhores condições de livre comércio entre os países membros e a redução das desigualdades sociais e econômicas entre as regiões. Os países membros da União Europeia e os 19 países de maiores economias do mundo formam o G20. (UNIÃO..., 2012).

As vinte maiores economias do mundo, que compõem o G20, por ordem alfabética, são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia e União Europeia – que, apesar de não ser um país, mesmo assim faz parte do grupo. (CRESCIMENTO..., 2012)

Já a Zona do Euro é um termo utilizado para fazer referência aos países que utilizam o Euro como moeda comum. Desta forma, pode-se dizer que a Zona do Euro é uma união monetária estabelecida dentro da União Europeia. Nem todos os países da União Europeia utilizam o Euro como moeda oficial, a exemplo do Reino Unido, Dinamarca e Suécia. Atualmente são 17 Estados da União Europeia (considerados membros oficiais) que fazem parte da Zona do Euro. Existem também países e territórios que não fazem parte da União Europeia, mas que usam o Euro como moeda oficial, como Andorra, Montenegro e Kosovo. (ZONA DO EURO..., 2012)

O processo para conceber uma moeda única no bloco foi impulsionado pela criação do Banco Central Europeu (BCE), com a intenção de coibir a inflação e administrar a área econômica dos países membros. (FREITAS..., 2012)

A partir de janeiro de 2002, euro foi adotado para livre circulação na chamada Zona do Euro, envolvendo os 17 países que fazem parte do bloco, com a implantação de taxas de juros e carga tributária comum a todos integrantes. Os 17 países que fazem parte da Zona do Euro são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, República da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos (Holanda) e Portugal. (ZONA DO EURO..., 2012)

Partindo para a abordagem do plano econômico, o ano de 2011 foi marcado pela crise que atingiu fortemente a União Europeia. Em função da globalização da economia e das peculiaridades dos mercados mundiais, a crise se espalhou pelos

quatro cantos do mundo, derrubando índices das bolsas de valores e criando um clima de pessimismo na esfera econômica mundial. (CRISE..., 2012)

Entre as causas da crise, as principais são: o endividamento público elevado, principalmente de países como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, e a falta de coordenação política da União Europeia para resolver questões de endividamento público das nações do bloco. (CRISE..., 2012)

Como consequências, a crise trouxe: a fuga de capitais de investidores, escassez de crédito, aumento do desemprego, descontentamento popular com medidas de redução de gastos adotadas pelos países como forma de conter a crise, diminuição dos *ratings* (notas dadas por agências de risco) das nações e bancos dos países mais envolvidos na crise, queda ou baixo crescimento do PIB dos países em função do desaquecimento dessas economias, e a contaminação da crise para países de fora do bloco que mantém relações comerciais com a União Europeia, inclusive o Brasil. A crise pode, até mesmo, causar uma recessão econômica mundial. (CRISE..., 2012)

Diante disso, o cenário para 2012 na Europa é péssimo, uma vez que já houve crises em países como a Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, trazendo profundos desequilíbrios. A própria Inglaterra e a Alemanha, que possuem um perfil mais robusto economicamente, têm perspectivas de crescimento medíocre, com a ausência de mercados, que passam por forte retração, sem que haja estratégias de expansão, principalmente em questões estruturantes. Os países europeus figuram entre aqueles com maior nível de incertezas quanto à capacidade de controle de seus gastos fiscais e gestão dos respectivos níveis de endividamento.

A figura abaixo, extraída do boletim do Ministério da Fazenda “Economia Brasileira em Perspectiva”, edição de fevereiro/2012, mostra a expectativa de crescimento do PIB dos países que compõem o G20, grupo das maiores economias mundiais.

Com base na figura, pode-se perceber que as estimativas para 2012 projetam que as economias emergentes, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, terão crescimento do PIB superior ao de muitos países avançados, o que demonstra o enfraquecimento das economias tradicionais e reforça a tendência de baixo crescimento e lenta recuperação por mais alguns anos no mundo desenvolvido, dada a complexidade dos desequilíbrios financeiros e fiscais desses países.

Figura 1 – Perspectiva de Crescimento dos países do G20

### Perspectiva de crescimento dos países do G20

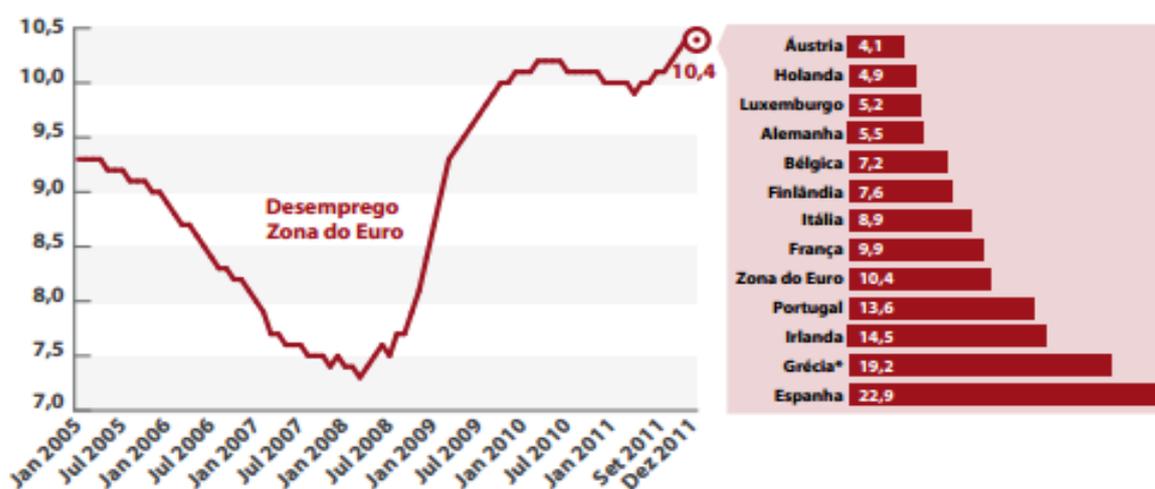


Fonte: FMI, IGBE e Ministério da Fazenda.

Quanto ao desemprego, a faixa do euro tem apresentado índices cada vez maiores, com a Espanha liderando o ranking, seguida pela Grécia, conforme a figura abaixo, que traz os percentuais de desemprego na zona do euro de janeiro/2005 até dezembro/2011:

Figura 2 – Taxa de Desemprego na Zona do Euro 2005-2011

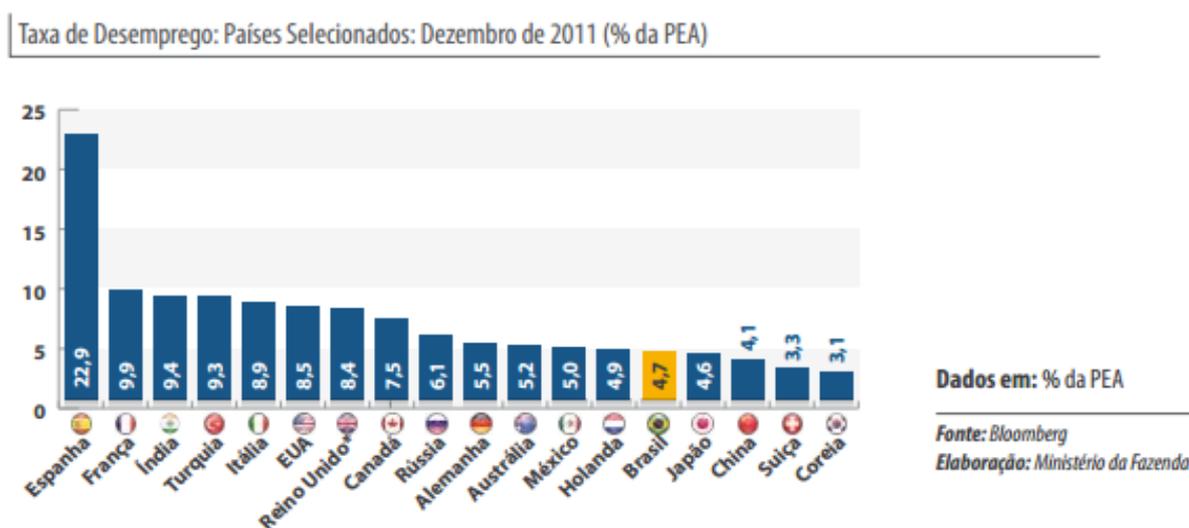
Taxa de Desemprego: Zona do Euro e Países Selecionados da Região (% da PEA)



Fonte: Eurostat, Elaboração: Ministério da Fazenda.

A figura a seguir, que tem referência a dezembro/2011, traz os índices de desemprego de algumas das economias mais avançadas, já mencionadas na última figura, mas também apresenta os índices de desemprego de alguns países emergentes, como o Brasil, China, Rússia e Índia. Os emergentes Brasil e China estão no final da lista, com um percentual de desemprego menor do que muitas economias desenvolvidas.

**Figura 3 – Taxa de Desemprego de países selecionados**



Fonte: Bloomberg. Elaboração: Ministério da Fazenda.

Hoje, os países desenvolvidos estão sendo vítimas da falta de regulação do sistema financeiro. O desemprego não diminui porque não há consumo nem investimento. Os países atingidos pela crise são vítimas de sacrifícios fiscais que impossibilitam a retomada do crescimento, ou, pelo menos, a volta da normalidade. O Banco Central Europeu e o FMI – Fundo Monetário Internacional - exigem esforços fiscais que inviabilizam uma retomada dos rumos nessas economias. Ao mesmo tempo em que os governos são obrigados a cortar gastos, também têm que aumentar impostos, e, no momento em que as economias em crise estão crescendo pouco, quando os impostos são aumentados diminui a capacidade de consumo da população e, com menos consumo, ocorre a redução do ritmo produtivo das indústrias e o enxugamento da força de trabalho das mesmas.

A incerteza quanto às soluções para a economia europeia pode prejudicar ainda mais os esforços de ajuste fiscal da região, bem como impor sacrifícios elevados à população, com medidas de austeridade que envolvem: corte de salários,

congelamento de benefícios sociais e aumento de impostos, que acabam ceifando as condições de reação dessas populações. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011)

A Grécia, inclusive, já adotou a receita de cortes nos gastos públicos, aumento de impostos, novas regras de aposentadoria e aceleração da venda de estatais, que são medidas de austeridade exigidas pela União Europeia (TURBULÊNCIA..., 2011, p. 21).

As medidas de austeridade praticadas na Grécia são condições que a União Europeia impõe a países que necessitam de ajuda financeira e, não cumprir essas medidas, pode implicar na retirada de países da zona do euro. Certamente não é interesse da União Europeia desligar nenhum dos 27 (vinte e sete) países do seu bloco econômico, pois isso seria traumático e representaria uma derrota para o euro, mesmo que esse país represente apenas 2% do PIB da União Europeia, como a Grécia, por exemplo. (O RISCO..., 2011)

Bem maiores ainda são os impactos quando os problemas envolvem um país com maior representatividade financeira, como a Itália, responsável por 20% da produção na eurozona. (PERIGO..., 2011, p. 1).

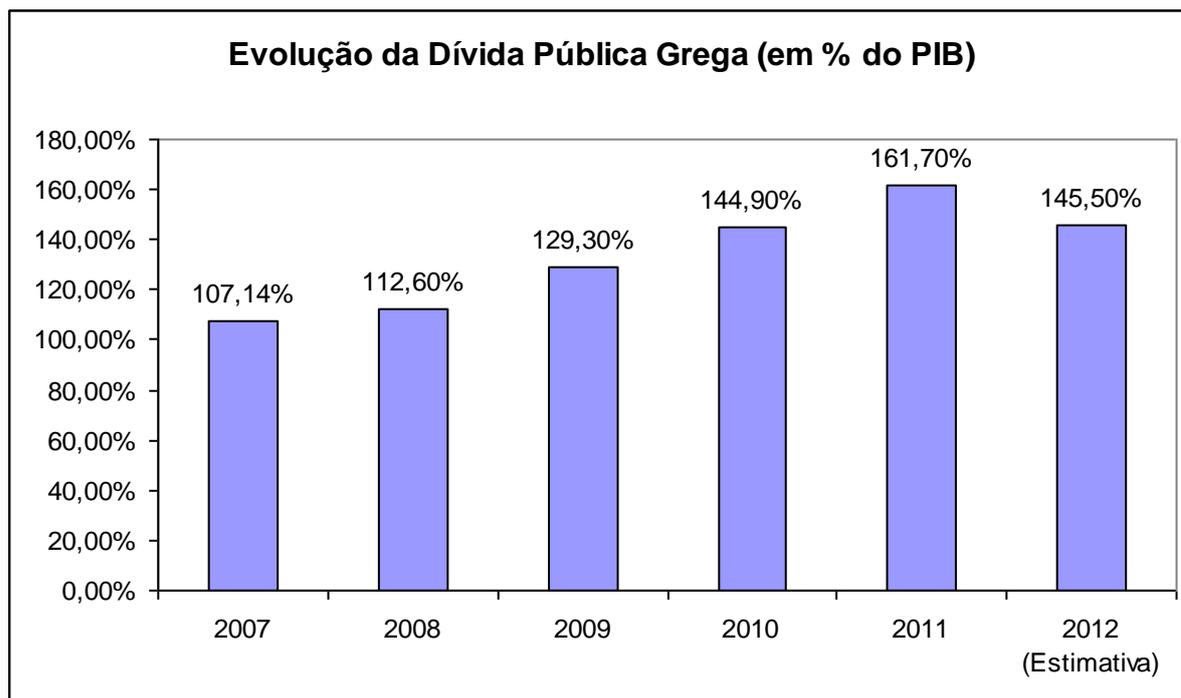
A Grécia é fator de preocupação dos países da faixa do euro, que temem que suas economias sejam contaminadas pela dívida grega. O drama vivido na Grécia prejudica o G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo) no sentido da formulação de acordos sobre aumento de recursos para o FMI, pois a demora na implementação de soluções e na apresentação de resultados aumenta a incerteza sobre os rumos econômicos.

O risco de um calote unilateral por parte da Grécia poderia levantar uma desconfiança maior por parte dos investidores, que viriam a questionar se a Irlanda, Portugal e Espanha, por exemplo, seguiriam o mesmo caminho.

O Presidente do México, Felipe Calderón, que assumiu a presidência do G-20, defendeu a atuação do FMI em países europeus “com problemas de credibilidade” para criar uma “muralha de contenção” que impeça a propagação da crise grega. O aumento dos recursos do fundo permitiria que a instituição dispusesse de meios para enfrentar crises como a atual (ITÁLIA..., 2011).

O gráfico abaixo mostra a evolução da dívida pública grega, com estimativa de ficar em 145,50% do PIB ao final de 2012.

Gráfico 5 - Evolução da Dívida Pública Grega (em % do PIB).



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Jornal Zero Hora. Caderno Dinheiro, 18 fev. 2012. P. 15

Mastroberti (2012) explica os motivos que levaram a Grécia à recessão, com perspectivas pessimistas de recuperação, apontando os corruptos como responsáveis pela crise grega, e a classe trabalhadora como a mais atingida:

Negligenciaram com a administração da economia do país. Gastaram o que não tinham para gastar. Os mais espertos e corruptos de plantão desviaram boa parte dos recursos oriundos dos empréstimos tomados junto aos investidores nacionais e internacionais. Fizeram festa com o dinheiro que era para ajudar a diminuir o déficit público. Mascararam os dados econômicos e financeiros. Prometeram juros polpudos para quem comprasse os títulos da dívida pública grega. Os investidores acostumados a ganhar dinheiro fácil, contando com o trabalho alheio, acreditaram que, pelo fato da Grécia pertencer à União Europeia, estavam protegidos caso alguma coisa desse errado. Hoje é o proletariado quem paga a conta da especulação dos corruptos. (MASTROBERTI, 2012, p. 14)

Muitos dos problemas econômicos da União Europeia não são resolvidos devido á incapacidade política das maiores lideranças, não havendo hegemonia nem consenso nas relações entre os governos; ocorrendo, também, situações que transcendem a esfera institucional e acabam afetando a moralidade dos envolvidos.

Solimano (2011) destaca a ausência de lideranças capazes de solucionar a crise, ao mesmo tempo em que critica duramente o FMI, dizendo que falta ética

entre alguns expoentes da economia, recordando escândalo recente envolvendo o então diretor-gerente do Fundo:

A falta de liderança intelectual sobre como dar uma saída à atual crise que afeta o coração do sistema capitalista global não só ocorre em nível dos governos nacionais e mecanismos regionais. As instituições financeiras globais estão também afetadas por uma crise de ideias e de legitimidade. O caso do FMI é sintomático. Em maio deste ano (2011), o Fundo enfrentou o pedido de renúncia de sua máxima autoridade, enviado de uma prisão em Nova York, o diretor-gerente Dominique Strauss-Kahn, por um escândalo de agressão sexual. Uma instituição assim, que ademais foi incapaz de antecipar e solucionar as mais de cem crises financeiras ocorridas nas últimas três décadas no mundo em desenvolvimento e desenvolvido, claramente não tem força intelectual nem credibilidade moral e técnica para estabelecer uma guia de navegação para orientar uma saída para a atual crise. Seus programas de ajuste nos países da Europa periférica são bem tradicionais e levam o custo da reestruturação econômica a recair nos trabalhadores e na classe média, protegendo os bancos e as elites que levaram às crises. (CRISE ECONÔMICA..., 2011)

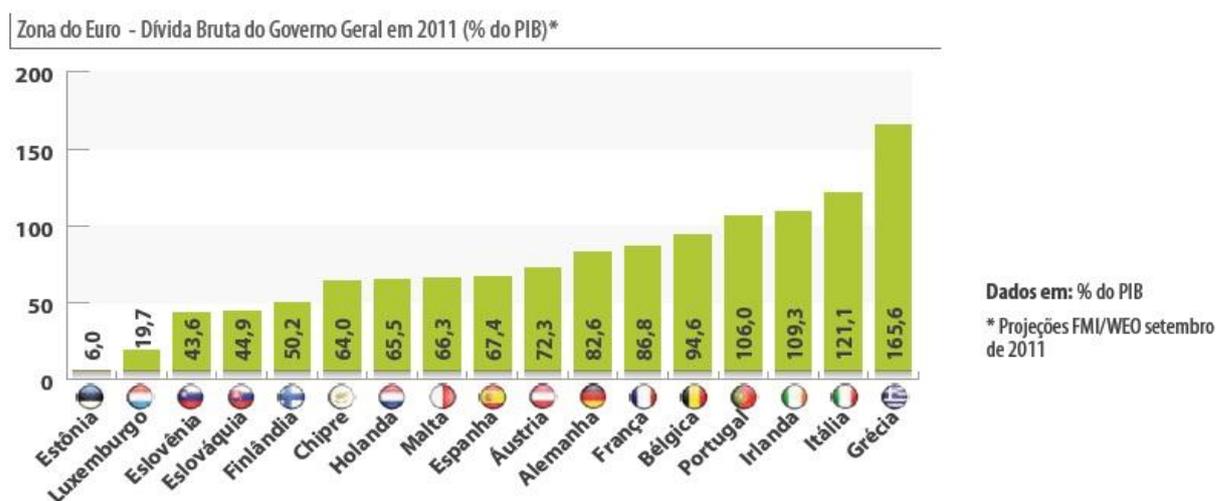
Segundo Solimano (2011), as bolsas na Europa estão voláteis, e economias periféricas como a da Grécia, Irlanda ou Portugal têm níveis de dívida que, em seus atuais termos, são praticamente impagáveis. Essas economias europeias altamente endividadas embarcaram em programas recessivos de ajuste com o Fundo Monetário Internacional (FMI) - pagando um alto custo social e político interno - e tiveram que acudir a sucessivos resgates financeiros por parte dos Governos europeus apoiados pelo BCE, para evitar uma cessação de pagamentos. (CRISE ECONÔMICA..., 2011)

A crise eclodiu muito em conta de ter havido uma camuflagem de problemas no mundo desenvolvido. Nos últimos dez anos, os Estados Unidos e a Europa tiveram um crescimento muito grande, e quando se analisava o endividamento desses países, nem parecia que eram tão elevados, da mesma forma os déficits públicos aparentavam ser menores do que a realidade, porque, na verdade, o forte crescimento dessas economias acabava por mascarar os problemas que já existiam (PESSOA, 2011).

O déficit público representa a dívida do Governo. Ocorre quando o Governo gasta mais que arrecada, ou seja, quando, por meio de impostos e tributação exagerada, não consegue manter as políticas públicas que oferece à população, tais como educação, saúde, saneamento básico, segurança, entre outras (PAIVA, 2011).

Hoje o endividamento dos países em crise é um problema que demanda solução urgente, principalmente os que estão com percentuais de dívida sobre o PIB acima de 100%, como Portugal, Irlanda, Itália e Grécia, conforme abaixo:

**Figura 4 – Dívida bruta do Governo Geral em setembro/2011 (%do PIB) – Zona do Euro.**



Fonte: FMI, Elaboração: Ministério da Fazenda.

Depois da Grécia, a Itália é o país com uma das economias mais endividadas na zona do euro, chegando a 1,9 trilhão de euros, equivalente a 121,1% do seu PIB (ITÁLIA..., 2011, p. 15).

Hoje, (01/04/2012) na Zona Euro, Irlanda, Bélgica, Holanda, Itália, Portugal e Grécia estão tecnicamente em recessão. (IRLANDA..., 2012) Esses seis países representam um quarto do PIB total do bloco (PIB EUROPEU..., 2012)

Juntas, as 17 economias que compõem a região do euro encolheram 0,3% no quarto trimestre de 2011, contra crescimento de 0,7% registrado nos Estados Unidos. No entanto, a zona do euro ainda não está oficialmente em recessão, uma vez que houve crescimento de 0,1% no terceiro trimestre de 2011. (ITÁLIA..., 2012). A última recessão no bloco de países que compartilham o euro foi em 2009. (ZONA DO EURO..., 2012).

O rombo nas contas dos países em dificuldades é tão fora de cifras convencionais de dinheiro que o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a necessidade de levantar US\$ 500 bilhões para futuros socorros financeiros. Desse total, US\$ 200 bilhões são recursos que já foram prometidos ao Fundo por governos

européus em melhor situação financeira para ajudar as nações da região que passam por severa crise. (FMI PRECISA..., 2012)

O aspirador de dinheiro dos países não desliga aí: a instituição calcula que as necessidades de empréstimo de nações em dificuldade financeira em todo o mundo chegarão a US\$ 1 trilhão nos próximos anos. (FMI PRECISA..., 2012)

Logo, os países com credibilidade abalada têm, no endividamento, o responsável pelas suas crises econômicas. Então, a lição que se tira é que, mesmo quando existe crescimento e estabilidade, não é recomendado que os governos trabalhem com níveis de endividamento elevados, porque quando a crise vier, ficará prejudicada a utilização do instrumento fiscal, que é a única ferramenta poderosa para tirar uma economia de uma recessão.

### 7.3 POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Os Estados Unidos e a Zona do Euro continuam se debatendo no emaranhado da crise que teve início na economia americana, em 2008. E a economia japonesa prossegue numa estagnação que já vivenciava há duas décadas. Ou seja, as economias que juntas correspondem a aproximadamente 70% do Produto Interno Bruto mundial ainda estão longe de voltar a pisar num terreno firme de recuperação econômica (BEZERRA, 2011).

Para Gutierrez (2011), a melhor saída para os países afetados pela crise é o ajuste fiscal:

Uma saída para o cenário global só será possível mediante um entendimento a partir de soluções unificadas, com a combinação entre aumento de receitas e corte de gastos dos governos, configurando um rigoroso ajuste fiscal. O ajuste fiscal é doloroso, porém necessário, pois não há saída para esses países, uma vez que a perspectiva é de baixo crescimento e de recessão econômica no mundo desenvolvido.

Lopes e Palmeira (2008) consideram que o enfrentamento efetivo de uma crise passa pela resistência e seriedade, além da correta alocação dos recursos produtivos em políticas públicas que sejam capazes de gerar emprego e renda para as populações:

A atual crise internacional só pode ser enfrentada resistindo, negociando com seriedade, pondo os vastos recursos produtivos e a poupança forçada dos trabalhadores - que estão sendo desperdiçados - a favor de projetos que gerem emprego, modernizem as infraestruturas básicas e garantam a universalização dos direitos sociais. (A CRISE FINANCEIRA..., 2008)

Para George Bezerra (2011), faltam estratégias para driblar a crise na Zona do Euro:

As principais divergências na Europa têm ocorrido em torno das estratégias para lidar com a crise na Zona do Euro. A crise de 2008 jogou as economias periféricas desta União Monetária numa recessão e em enormes dificuldades para gerir as suas dívidas soberanas. Mas a crise prossegue e as divergências entre os países-membros, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional sobre a forma de lidar com o imbróglio têm sido também enormes.

Diante da turbulência econômica que assola as maiores potências, percebe-se a demora na implementação de medidas estruturais capazes de solucionar os problemas, principalmente na faixa do euro, onde não estão sendo tomadas decisões importantes. As medidas de austeridade, ao mesmo tempo em que diminuem as dívidas, acentuam a estagnação.

Para Pereira (2011): “a demora na adoção de medidas consistentes por parte dos dirigentes mundiais está contribuindo para aumentar as desconfianças dos mercados”.

O boletim “Economia Brasileira em Perspectiva”, do Ministério da Fazenda, edição agosto/outubro de 2011, traz avaliação do FMI quanto aos riscos de aumento da desaceleração econômica mundial, em virtude de fragilidades fiscais em diversos países da área do euro. No mesmo boletim, consta que as medidas implementadas até agora na Europa têm caráter mais paliativo, uma vez que as questões estruturais da região ainda não foram levadas em conta. De todo modo, ainda que se chegue a uma solução para o problema fiscal e financeiro na Europa, os efeitos sobre a atividade econômica serão sentidos nos próximos anos. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011)

Para Bezerra (2011), a principal causa das tentativas mal sucedidas de resolver a situação da crise tem sido a enorme divergência entre economistas, governantes e políticos sobre as melhores estratégias para lidar com a estagnação. Essas divergências têm resultado em impasses que inviabilizam o encaminhamento de soluções definitivas, tanto nos Estados Unidos como na Europa.

No mesmo sentido, Timothy Geithner, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, afirma que falta entendimento por parte das lideranças europeias: “Acredito que será muito útil que a Europa fale com uma clara e única voz sobre uma estratégia para abordar a crise. É muito duro para as pessoas que investem na

Europa entender qual é a estratégia quando há muitas vozes" (apud ZERO HORA, 2011a, p. 3).

Os desdobramentos mostram que os líderes mundiais não estão tomando as decisões esperadas e no tempo certo. O mercado exige uma visão holística que englobe o problema como um todo, e não medidas paliativas, que não resolvam integralmente as complicações desses países.

Keith Martin, Diretor da consultoria de risco norte-americana Aon, considera que existe uma indecisão política na União Europeia que retarda a solução para a crise e alimenta a especulação: "Está havendo uma espécie de diálogo entre políticos e o mercado, que reage muito a boatos. Quando há sinais de que os líderes avançam nas decisões, tudo bem. Quando o mercado vê que isso não ocorre, piora de novo. O mercado quer uma visão holística, não medidas paliativas" (apud SFREDO, 2011, p. 1).

Bezerra (2011) diz que falta entendimento entre as economias mais sólidas e os países em dificuldade:

Nos extremos, os governantes e os contribuintes da economia mais forte e dinâmica – a Alemanha – alegam que as economias em crise – principalmente a Grécia – foram relapsas e irresponsáveis na condução da política econômica e agora devem realizar grandes sacrifícios para recuperar a competitividade e a solvência. Já os representantes das economias mais frágeis alegam que Alemanha e outros países mais competitivos obtiveram enormes benefícios com a criação do Euro, acumulando superávits nas relações comerciais com esses países.

José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, considera: "Temos a necessidade de mais Europa, não de menos Europa, uma integração profunda é grande parte da solução" (apud ZERO HORA, 2011b, p 3). A declaração foi dada na forma de crítica à França e Alemanha, que manifestaram desejo de solucionar os problemas da Europa em uma ação bilateral.

Algumas ações já foram desempenhadas pelas lideranças europeias para conter a turbulência, como: a implementação de um pacote econômico anticrise, lançado em 27/10/2011, a maior participação do FMI e do Banco Central Europeu nas ações de enfrentamento da crise, o fortalecimento da liquidez dos bancos europeus através do Banco Central Europeu e a ajuda financeira aos países com mais dificuldades econômicas como, por exemplo, a Grécia. Todas essas ações de combate à crise são coordenadas, principalmente, por França e Alemanha; porém

nenhuma dessas medidas foi capaz de trazer resultados capazes de solucionar os impasses econômicos que trazem tantos problemas àqueles países (CRISE..., 2012).

O então presidente francês, Nikolas Sarkozy, um dos líderes do bloco, propôs ações ineficazes e tardias de contenção de riscos. A Alemanha, por possuir uma economia mais ajustada em relação aos demais países, sofre pressão externa para aumentar a ajuda às nações afetadas e, ao mesmo tempo, recebe pressões internas para frear o gasto com os países em risco, dificultando a atuação da chanceler Angela Merkel na proposição de soluções para os impasses.

Em dezembro/2011, Sarkozy e Merkel proporam um plano de integração fiscal e financeira entre os 17 países que usam a moeda única, aprovado por 16 membros da União Europeia, mas rejeitado pelo Reino Unido. A dupla tem mostrado pouco resultado na busca pelo afastamento do risco de uma recessão na Europa (A ECONOMIA..., 2011, p. 50).

Quanto à ajuda financeira aos países em dificuldade, resultado da maior participação do FMI e do Banco Central Europeu nas ações de enfrentamento da crise, Pereira (2011) observa que a concessão de elevados empréstimos não tem trazido os melhores resultados:

Em relação à União Europeia, apesar dos esforços que vem sendo feitos pelos governos da Alemanha e França e pelo Banco Central Europeu para resolver as questões envolvendo a crise soberana da Zona do Euro, por meio da concessão de elevados empréstimos aos países em crise, notadamente para a Grécia, e assim amenizar a desaceleração das economias, os resultados não são animadores. A crise, que na sua origem era um problema de liquidez dos bancos, transformou-se numa crise fiscal em importantes países da União Europeia, como por exemplo, a Espanha e a Itália.

Para obter recursos, os governos vendem títulos públicos, que são uma espécie de empréstimo. O título é um papel e funciona como garantia de que o investidor receberá o dinheiro de volta depois de um período estabelecido em contrato. O dinheiro investido rende juros. Porém se não for pago, fica configurado o calote. (ENTENDA A CRISE..., 2011)

A incerteza é tanta que, para levantar recursos, os governos da União Europeia oferecem títulos soberanos da dívida a investidores, mas o agravamento da crise global, que põe em dúvida a real condição financeira desses países, obriga os investidores a solicitar juros cada vez mais altos para comprarem essas dívidas.

A agência de classificação de risco Fitch defende que o euro carece de uma solução coletiva, com o Banco Central europeu sendo mais ativo no mercado financeiro, comprando as dívidas dos países ameaçados da zona do euro para evitar um colapso da moeda única europeia (ALERTA..., 2012). Quando o Banco Central compra títulos do tesouro, representa a injeção de mais recursos na economia.

Outra hipótese para solucionar o imbróglio é dividir a faixa do euro em dois grandes grupos: um contendo as nações que possuam as finanças mais equilibradas, e outro grupo com os países ameaçados e em constante pressão. Isso possibilitaria que os países em dificuldade possam desvalorizar a moeda para ganhar competitividade nas exportações, pois a moeda única, que impera naquela zona monetária, impede o uso da desvalorização contra a crise.

Segundo Hammes (2011, p. 6), “Como não há moeda própria, mas sim a única para países da zona do euro, a solução da desvalorização, tentada por inúmeros países no passado como estratégia para reduzir o impacto de crises, é receita totalmente descartada”.

Bezerra (2011) ratifica que a moeda única, resultante da união monetária, impede o implemento de soluções:

A enorme diferença estrutural na competitividade entre os países da Zona do Euro, sem a possibilidade de fazer ajuste pela taxa de câmbio, é o principal problema da crise naquela região. A impossibilidade de resolver esse constrangimento (mantendo a União Monetária) leva a uma sucessão de medidas que não trazem uma solução definitiva, enquanto a magnitude do problema vai se agravando cada vez mais.

São aventadas outras medidas alternativas, como a retirada de parte da periferia não competitiva ou a efetivação de uma grande união fiscal, com os países membros garantindo, de maneira coletiva, as dívidas dos países em dificuldade.

Howard Davies, Vice-governador do Banco da Inglaterra, Diretor da *London School of Economics* e Professor na *Sciences Po em Paris*, avalia: “Parece inevitável que a zona do euro terá de encolher, com a retirada de parte da sua periferia não competitiva pelo menos por algum tempo, ou que a dívida dos países-membros terão que ser garantidas coletivamente, o que implica alguma forma de união fiscal (apud ZERO HORA, 2011, p. 3).

Ou ainda, as nações emergentes, como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, poderiam ajudar os países em crise do mundo desenvolvido com a

utilização das reservas internacionais que possuem para comprar os títulos da dívida desses países, pedindo em troca a retirada das barreiras a seus produtos na Europa ou nos Estados Unidos.

Paul Krugman (2012), economista ganhador do Nobel, disse em sua coluna no The New York Times, em 20/02/2012, que os líderes políticos europeus não levaram em conta as lições das crises econômicas anteriores para lidar com a estagnação atual:

A Grécia estaria em grandes apuros independentemente das decisões políticas que foram tomadas, e o mesmo se pode dizer, em menor medida, dos outros países da periferia da Europa. Mas os problemas foram complicados muito mais do que o necessário pela forma com que os líderes europeus e, mais amplamente, sua elite política, substituíram a análise pela moralização e as lições de história pela fantasia. (apud ZERO HORA, p. 3. 26/02/2012)

Bezerra (2011) identifica as diferenças nos encaminhamentos para a solução da crise entre europeus e americanos.

Há diferenças curiosas na forma como se lida com a crise na Europa e nos Estados Unidos. Enquanto neste último país há um reconhecimento de que a fraqueza da economia não recomenda um aperto da política fiscal no curto prazo, na Europa a crise dos países da periferia tem sido tratada internamente com aprofundamento do corte de gastos e aumento de impostos. Isso apesar do fato de que a economia americana pelo menos já está em crescimento, enquanto a grega continua registrando taxas negativas de variação do PIB desde o início da crise. Aperto da política fiscal numa economia em recessão, sem competitividade e pagando taxas de juros estratosféricas sobre a dívida é uma receita para o fracasso continuado.

Existem correntes favoráveis e outras contrárias às medidas de austeridade diante de turbulências econômicas. Para alguns economistas e para os sindicatos gregos, o plano de austeridade atualmente em curso está fadado ao fracasso. Eles argumentam que, ao empobrecer a população, as medidas de austeridade vão simplesmente encolher ainda mais a economia do país, reduzir a arrecadação de impostos e aumentar o déficit. Esses analistas creem que medidas desse tipo acabam por empurrar os países a uma recessão e, em consequência, a uma diminuição da receita obtida com impostos. (ENTENDA A CRISE..., 2012)

Já líderes da União Europeia dizem que a Grécia não tem escolha, que os gastos estatais precisam cair mesmo que isso signifique danos de curto prazo à economia. Também argumentam que as medidas, como cortes de salários, farão

com que aumente a competitividade grega e atrairão novos negócios ao país. (ENTENDA A CRISE..., 2012)

Por sua vez, Jean Pisani-Ferry, diretor do centro de estudos econômicos Bruegel, defende que mesmo diante de um aperto fiscal, pode-se realizar manobras de recuperação: “Um programa de ajuste é necessariamente recessivo, mas não precisa impedir a mobilização de ferramentas para a recuperação econômica”. (apud. SEGUNDO RESGATE..., 2012)

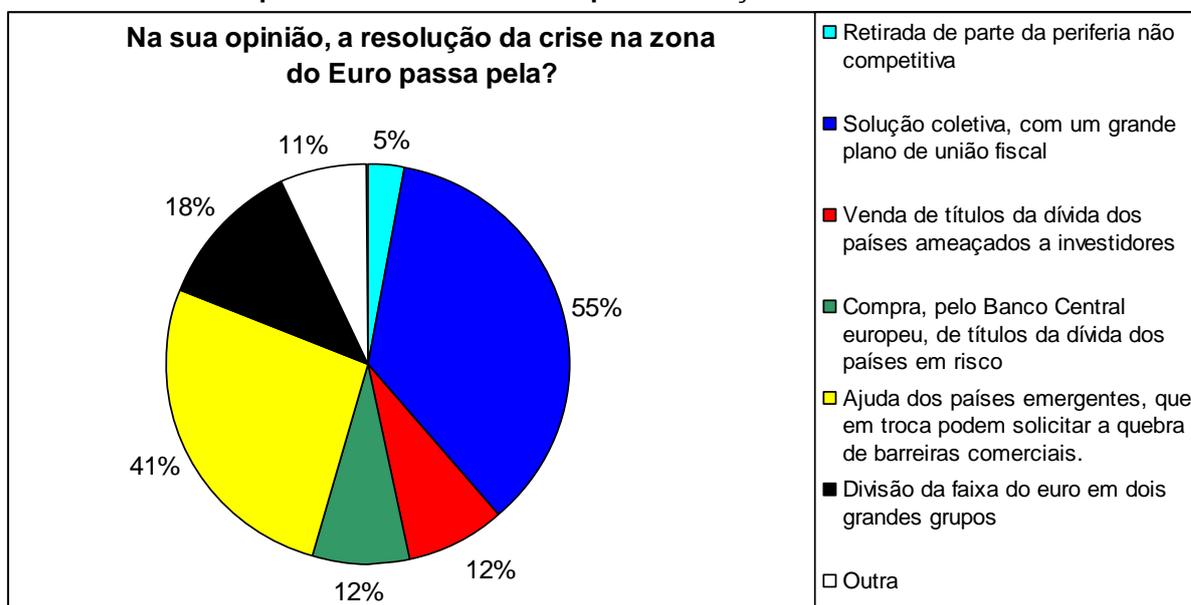
Contudo, o PIB das 17 economias que compõem o bloco do euro encolheu 0,3% nos últimos três meses de 2011, mostrando as dificuldades enfrentadas pelos países para conciliar crescimento com cortes nos gastos públicos. O encolhimento do PIB torna mais difícil cumprir as promessas de ajuste das contas públicas. Isso porque a economia feita com corte de gastos acaba sendo prejudicada pela queda na arrecadação dos impostos, que é resultado do recuo da economia. (PIB EUROPEU..., 2012)

Considerando as inúmeras alternativas que são cogitadas como soluções para o impasse econômico na União Europeia, a pesquisa de campo do presente trabalho apresentou a seguinte pergunta: “Na sua opinião, a resolução da crise na zona do Euro passa pela?”

- Retirada de parte da periferia não competitiva;
- Solução coletiva, com um grande plano de união fiscal, com os países membros garantindo as dívidas dos países em dificuldade;
- Venda de títulos da dívida dos países ameaçados a investidores;
- Compra, pelo Banco Central Europeu, de títulos da dívida dos países em risco;
- Ajuda dos países emergentes, usando suas reservas internacionais para a compra dos títulos da dívida dos países ameaçados, solicitando em troca a quebra de barreiras comerciais impostas a seus produtos;
- Divisão da faixa do euro em dois grandes grupos: um contendo as nações que possuam as finanças mais equilibradas, e outro grupo com os países ameaçados, para que esses possam desvalorizar a moeda para ganhar competitividade.
- Outra.

Os resultados estão apontados no gráfico abaixo, seguidos dos respectivos comentários:

**Gráfico 6 - Opinião sobre a alternativa para resolução da crise na zona do Euro.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

O resultado mostrou que 55% dos entrevistados concorda que a resolução da crise na zona do euro passa por uma solução coletiva, com um grande plano de união fiscal, com os países membros garantindo as dívidas dos países em dificuldade. Já 41% dos respondentes pensam que a melhor alternativa para superar a crise na união europeia seria a ajuda dos países emergentes, usando suas reservas internacionais para a compra dos títulos da dívida dos países ameaçados, solicitando em troca a quebra de barreiras comerciais impostas a seus produtos. E 18% aposta que a estratégia mais adequada seria uma divisão da faixa do euro em dois grandes grupos: um contendo as nações que possuam as finanças mais equilibradas, e outro grupo com os países ameaçados, para que esses possam desvalorizar a moeda para ganhar competitividade, o que hoje é impossível devido à moeda única. Enquanto que 12% dos respondentes apontou a compra, pelo Banco Central Europeu, de títulos da dívida dos países em risco e outros 12% assinalou a venda de títulos da dívida desses países a investidores. A possibilidade do encolhimento da zona do euro, com a retirada de parte da periferia não competitiva não foi muito cogitada pelos participantes, sendo assinalada por apenas 5% dos entrevistados, o que equivale a 3 respostas em 66 totais.

O respondente nº 7, Professor do Ensino Superior e Doutor em Economia, acrescentou que o incentivo ao consumo pode ser uma alternativa para solução dos problemas econômicos na união europeia.

O entrevistado nº. 33, Mestre em Economia, enfatiza a necessidade da revisão das metas por parte da União Europeia.

O entrevistado número 20, que é Administrador e possui Mestrado, sugere a eliminação do euro, dizendo que a moeda única traz problemas partilhados.

O entrevistado nº 17, estudante e Mestre em Ciências Geodésicas, afirma ser necessário um conjunto amplo de medias para solucionar a crise na Europa.

A entrevistada nº 65, Doutora em Microbiologia do Solo, acrescenta que: “mesmo tendo a mesma moeda cada país precisa assumir as suas dívidas (cada país tem suas políticas sociais e econômicas), seja por empréstimos ou outras permutas com os demais países da zona do euro”.

Após o encerramento da coleta de informações da pesquisa de campo, ocorreu, em 21/02/2012, em Bruxelas (Bélgica), a confirmação, por parte dos ministros das finanças da zona do euro, de mais um resgate à Grécia para evitar a quebra daquele país, na ordem de € 130 bilhões até 2014, em troca da imposição de novos controles pelos gregos:

A zona do euro salvou mais uma vez a Grécia de uma moratória imediata ao dar finalmente nesta terça-feira (21/02/2012) sinal verde para um segundo resgate de € 130 bilhões até 2014, mas em troca Atenas tem que ceder parte de sua soberania e aceitar uma supervisão permanente pela chamada "troika" (um trio formado por Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu). (ZONA DO EURO..., 2012)

O ministro de Economia e Competitividade espanhol, Luis de Guindos, comentou o segundo resgate à Grécia:

Foi uma noite longa, mas saímos com a satisfação de um acordo. É um bom programa e evidentemente agora a questão é que a Grécia faça as reformas e se ponha a crescer. (apud ZONA DO EURO,... 2012)

O presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, destaca que a Grécia poderá organizar sua estrutura econômica a partir desse novo resgate:

Isto dará à Grécia o tempo necessário para seguir no caminho da consolidação fiscal e das reformas estruturais, mas também permitirá que volte ao crescimento sustentável e ao emprego e preservará a estabilidade

financeira na Grécia e no conjunto da zona do euro. (apud ZONA DO EURO..., 2012)

O acordo reduzirá a carga da dívida da Grécia e permitirá que o país permaneça na zona do euro, embora sob um grau de controle externo e fiscalização muito maior. (EUROZONA APROVA..., 2012)

O comissário europeu para Assuntos Econômicos, Olli Rehn, diz que haverá uma fiscalização encima da aplicação das medidas de austeridade pela Grécia: "O plano de resgate da Grécia está baseado em uma rígida condição: a de reforçar a vigilância da Grécia e impor uma presença permanente da missão da Comissão Europeia" (apud EUROZONA APROVA..., 2012).

Esse acordo somente foi possível após os políticos gregos aprovarem uma nova série de medidas de austeridade, que são condições necessárias à obtenção de um pacote de resgate para a economia do país. O objetivo dessas medidas de austeridade, que são cortes orçamentários, é reduzir o déficit grego de 160% de seu PIB para 120% até 2020. (ZONA DO EURO..., 2012)

Em suma, esse acordo permitirá que o governo grego tenha acesso a 130 bilhões de euros em empréstimos e permitir uma redução de 100 bilhões de euros na dívida que o país tem com bancos privados, o que equivale a uma redução entre 50% e 70% do dinheiro que emprestaram para a Grécia no passado. (ENTENDA A CRISE..., 2012)

Esse acordo, na verdade, não traz prejuízos financeiros aos governos europeus, pois o pacote de € 130 bilhões não é uma doação e sim um empréstimo, concedido a baixas taxas de juros. Como o acordo envolve um perdão de dívidas gregas, os maiores prejudicados são os credores privados, ou seja, os bancos europeus, que diminuirão os seus títulos de créditos a receber da parte dos gregos e perderão grandes somas em dinheiro. Pelo acordo, esses credores privados aceitaram prejuízos.

O acordo, ao mesmo tempo em que traz alívio, também traz apreensão, pois, apesar das medidas de austeridade aplicadas até o momento, o governo grego continua gastando mais do que sua receita em impostos.

Mais recentemente, em 30/03/2012, houve um novo acordo entre os ministros de finanças da Zona do Euro, que prevê uma ampliação dos recursos ao fundo de resgate destinado a ajudar nações da região em dificuldades em 700

bilhões de euros. Na realidade, esse dinheiro novo se restringe a 500 bilhões de euros, pois 200 bilhões já estão comprometidos com empréstimos. (SILVA, 2012)

Partindo agora para a análise da situação estadunidense, segue insustentável o atual cenário de mega-déficits comerciais e fiscais, pois o governo americano continua importando muito mais do que exporta e gastando muito mais do que tem.

Em 2011, os EUA tiveram o maior déficit comercial (diferença negativa entre exportações e importações) desde 2008, chegando a US\$ 558 bilhões. (UHLMANN, 2012, p. 18)

Enquanto os chineses continuarem despejando seus produtos a preços competitivos, os Estados Unidos terão dificuldades em conseguir melhorar sua situação comercial, mesmo com o crescimento moderado de suas vendas externas. (UHLMANN, 2012, p. 18)

Sem falar no grave problema político, com o impasse entre democratas e republicanos, não havendo hegemonia nessas relações. Considerando que o Estado é o maior agente econômico, logo a política e a economia devem caminhar juntas, o que não vem ocorrendo de maneira consensual nos Estados Unidos, onde há uma crise política que atropela a economia; logo, a crise também é política.

A saída para os Estados Unidos pode ser política, com a população dando hegemonia aos republicanos ou aos democratas, para que apresentem um claro projeto de futuro.

O principal desafio dos Estados Unidos é fomentar a economia com o objetivo de gerar mais empregos. De acordo com os indicadores oficiais, o país só estará de volta ao seu crescimento potencial em 2015, quando a taxa de desemprego poderá voltar à proximidade de uma média histórica, conforme a figura a seguir:

**Figura 5 – Projeção do PIB (em US\$ trilhões) e Taxa de Desemprego nos EUA (em %)**



Fonte: FMI e Escritório de Orçamento Público dos EUA. Elaboração: Ministério da Fazenda

Porém, já é possível perceber uma lenta recuperação na economia americana, diferente do cenário europeu.

O crescimento econômico nos Estados Unidos registrou avanço de 2,8% no quarto trimestre de 2011, em comparação com o igual período de 2010, havendo aceleração no consumo, segundo o cálculo inicial divulgado pelo Departamento de Comércio no final de janeiro/2012. Ou seja, a maior economia do mundo cresceu a um ritmo anual de 2,8 % no quarto trimestre de 2011 após um ritmo do 1,8% nos três meses anteriores. (EUA CRESCEM..., 2012)

De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), o PIB americano cresceu 0,7% no quarto trimestre de 2011, frente à alta de 0,5% do terceiro trimestre. (OCDE, 2012)

O Presidente Barack Obama vem impulsionando o emprego e incentivando empresas a contratar no país, ao invés de investirem com empregos na Índia ou na China, onde a mão de obra é mais barata. "Nós ouviremos líderes empresariais que estão trazendo empregos de volta para casa e veremos como nós podemos ajudar outras empresas a seguir esse exemplo", afirmou Obama (apud OBAMA..., 2012).

O presidente Obama trabalha no restabelecimento da economia americana, visando às famílias de classe média, para que recuperem a segurança e o otimismo.

Entre outras medidas, Obama vem facilitando a concessão de vistos para turistas, com a intenção de gerar empregos. Obama afirma que: "Quanto mais gente visitar a América, mais americanos voltarão ao trabalho". (SENTENÇAS..., 2012)

A ênfase em manter os empregos nos EUA está em linha com a mensagem econômica populista cunhada por Obama. Uma das provas da lenta recuperação da

economia americana são os dados de geração de postos de trabalho em dezembro/2011, que mostrou a criação de 212 mil novas vagas e uma queda na taxa de desemprego para 8,5%, o menor nível em quase três anos. Segundo Barak Obama (2012): "Estamos caminhando na direção certa. E não vamos desistir".

Ben Bernanke, Presidente do Banco Central Americano, é mais pessimista quanto à retomada dos níveis de emprego em patamares desejados: "Temos um longo caminho a percorrer antes que se possa dizer que o mercado de trabalho opera de forma normal". (ESTÁ DITO,... 2012)

Bernanke complementa fazendo uma crítica à demora nas soluções nos EUA: "apesar dos sinais recentes de melhora, a recuperação econômica tem sido desesperadamente lenta até agora".

George Bezerra (2011) sustenta que:

Para o longo prazo, se reconhece a necessidade de um amplo e profundo programa de ajuste fiscal americano, e que ele seja em boa parte financiado pelo aumento de impostos. Essa corrente do pensamento econômico dá suporte técnico às posições do partido democrata e da Casa Branca.

Reis (2011) faz uma projeção da economia global para 2030:

Pulemos agora para o ano de 2030. Até lá os efeitos da letargia europeia e americana terão passado, mas não sem deixar cicatrizes profundas, que mudarão a configuração dos poderes econômicos. Os países antes chamados "em desenvolvimento" estarão no auge da ascensão. Se ao longo desses anos tiverem repetido os erros de endividamento que a Europa cometeu, estarão à beira de um abismo. Mas é pouco provável, dado o passado que terão como referência.

Então, a atual crise americana e europeia deixará sequelas por longo tempo e, automaticamente, servirá de referência aos países em desenvolvimento, para que não cometam os mesmos erros e excessos cometidos pelas economias avançadas, e que possam alcançar patamares de desenvolvimento cada vez mais próximos da excelência.

## 8 OS EFEITOS DA CRISE INTERNACIONAL NA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil já passou por diversos ciclos de recessão econômica. O mais longo ocorreu na década de 1980, quando ocorreu a transição do regime militar para a democracia. No governo do presidente José Sarney, os brasileiros enfrentaram longos períodos de inflação e hiperinflação. Ao mesmo tempo, crescia a dívida externa. Com o passar dos anos, em vez da situação melhorar, ela piorava, e os produtos ficavam ainda mais caros. Durante essa fase, o Brasil chegou a ter três moedas diferentes (cruzeiro, cruzado e cruzado novo). Além disso, vários planos econômicos foram criados com o intuito de remediar a crise. Durante a chamada "década perdida", o cotidiano das pessoas e o funcionamento do setor produtivo eram outros. O cenário só foi melhorar mesmo cerca de dois anos depois da queda do presidente Fernando Collor de Mello, com o início do Plano Real. (RECESSÃO..., 2008)

Hoje, o Brasil tem apresentado certa solidez econômica e um mercado consumidor crescente; porém, num contexto amplo, não deixa de estar sujeito às contaminações externas advindas da estagnação nos mercados mundiais.

Os efeitos negativos de uma crise internacional, devido à globalização econômica e às peculiaridades do comércio entre as nações, podem perfeitamente ser transportados a todo cômputo global, com variações de intensidade entre as economias, sejam elas deficitárias, emergentes ou avançadas. O Brasil, naturalmente, também sente os efeitos colaterais das turbulências econômicas no mundo desenvolvido.

A crise econômica nos Estados Unidos não se daria, contudo, sem afetar diretamente a autonomia dos demais países do mundo, incluindo o Brasil (LOPES; PALMEIRA, 2008).

No entanto, os efeitos sentidos na economia brasileira têm sido menores em relação às economias avançadas.

Um estudo divulgado em abril/2010, pela fundação alemã Bertelsmann, diz que o Brasil está entre os países que reagiram de maneira mais efetiva à crise financeira internacional. A pesquisa mostrou como 14 países desenvolvidos e em desenvolvimento reagiram à crise, entre eles Brasil, Alemanha, China, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Índia e Turquia. Um grupo de especialistas analisou a rapidez e a eficiência das medidas tomadas pelos governos para estabilizar a economia de cada

país. Segundo a fundação Bertelsmann, os países em desenvolvimento reagiram melhor aos problemas financeiros do que as nações industrializadas. "Esses países aprenderam com as diversas crises pelas quais passaram nas últimas décadas", diz o estudo. (CRESCENTI, 2010)

Para Sabine Donner (apud CRESCENTI, 2010), responsável pela pesquisa: "Os países em desenvolvimento sanearam seus orçamentos antes da crise e por isso puderam tomar medidas rápidas e eficientes para reativar a economia". Em consequência disso, países como Brasil, China e Índia têm agora uma posição melhor no mercado mundial do que antes da crise, disse Donner: "Agora são esses países que estão reavivando a economia mundial".

No mesmo sentido, o Jornal Britânico Financial Times, em reportagem publicada em 28/09/2011, publicou que: "Entre os grandes mercados globais, poucos estão mais bem posicionados que o Brasil para resistir a um grande choque externo, com uma reserva de moeda estrangeira de US\$ 352 bilhões, um sistema financeiro sólido e capacidade significativa para tomar medidas anticíclicas de estímulo" (BRAZIL..., 2011).

Com a mesma opinião, a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde (2012), diz de que o Brasil está mais protegido da crise global em comparação com os demais países. Lagarde reconhece que as medidas macroeconômicas brasileiras merecem elogios e afirma que o país é o mais imune e preparado para enfrentar a crise:

Do ponto de vista do FMI, o Brasil é um país que tem um histórico extremamente sólido, está numa situação favorável devido a políticas sólidas. Acreditamos que o Brasil está mais imune e mais bem protegido que qualquer outro país dos efeitos de contaminação da crise do euro. (apud BRASIL..., 2012).

Lopes e Palmeira (2008) reforçam que o Brasil possui condições de transpor os momentos de crise, por conta da solidez econômica que vem apresentando e devido à força do mercado interno.

O Brasil teria mais possibilidades de resistir do que outros países e de ultrapassar a crise. Não por razões macroeconômicas, já que os desequilíbrios neste setor são violentos, mas porque é um dos poucos países que ainda podem enfrentar uma modificação no seu modelo de desenvolvimento de forma incorporadora, mudando o comportamento de submissão ao 'pensamento único' e às práticas neoliberais. As possibilidades de reorientar a alocação de recursos para aproveitar o

potencial de crescimento do mercado interno de produtos básicos e de bens e serviços não transacionáveis são reais.

De acordo com Lopes e Palmeira (2008), as oportunidades de que o Brasil dispõe através de políticas de integração econômica resultam na conquista de melhores posições de barganha no plano internacional, e consideram que os impactos de uma crise no Brasil tendem a ter intensidade reduzida:

Existem oportunidades de aumentar a eficiência e a divisão de trabalho com os países vizinhos da América do Sul tendo como base o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Analistas e economistas brasileiros mais otimistas tem argumentado que a atual crise financeira nos Estados Unidos tende a ter efeitos diretos de pequeno impacto sobre o Brasil.

O Ministro da Fazenda Guido Mantega vem afirmando, com frequência, que o Brasil está preparado para as turbulências e que os efeitos da crise serão minimizados:

Caso haja um agravamento da crise mundial, o Brasil nunca esteve tão preparado. Hoje, não só temos mais reservas, mas temos os mecanismos e instrumentos que criamos na crise de 2008. Eles estão todos ativos e poderão ser implementados a qualquer momento (apud MÁXIMO, 2011).

Embora tenha minimizado os riscos da situação mundial para a economia brasileira, Mantega admite que possa haver consequências para o país.

Temos de ficar alerta, olhando as consequências. Mesmo o Brasil estando preparado, pode haver queda na bolsa, no crédito e no comércio, mas o país enfrentará esse cenário com o mínimo de danos para a atividade econômica. (apud MÁXIMO, 2011).

Nesse sentido, é importante considerar que a crise não está localizada somente no cenário externo. O Brasil também tem mostrado fragilidade em alguns aspectos. Só que o problema do Brasil é bem diferente. Em sua maior parte, resume-se em má gestão ou corrupção no governo (HENRIQUE, 2011).

O ex-analista econômico do Banco Central (BC), Professor da UNB (Universidade de Brasília) e membro do Conselho Federal de Economia (COFECON), Newton Marques, diz que a crise certamente afetará o Brasil: “Mas é daquelas situações em que damos um passo para trás para, depois, darmos dez passos à frente, numa situação mais privilegiada do que os demais; além disso, o

Brasil está com o sistema financeiro ajustado e com reservas que superam os US\$ 350 bilhões” (apud CASTANHO, 2011).

Embora o Brasil seja um país emergente em franco desenvolvimento, faz-se necessário considerar que, de alguma maneira, uma desaceleração econômica nas maiores economias mundiais trará reflexos negativos ao cenário econômico brasileiro, como a baixa do dólar, o que facilita as importações, ou a redução do mercado externo para as exportações, entre outros fatores que trazem impactos na economia brasileira. O câmbio baixo é, justamente, o resultado da combinação entre a estagnação americana e europeia e a solidez brasileira. Além disso, a desvalorização do dólar contribui para retirar competitividade das exportações do país e estimular a “enxurrada” dos importados.

O Ministro Guido Mantega quer evitar e/ou combater ao máximo o chamado “tsunami monetário”: “Quanto mais desvalorizado for o real, melhor será para dar competitividade à indústria manufatureira brasileira. Vamos continuar com ações de modo a impedir a desvalorização do câmbio” (apud MARQUES e SVERBERI, 2012).

Fernando Ribeiro, Economista-Chefe da FUNCEX (Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior), considera que não é prudente acreditar que o Brasil possa passar ileso por esse período tempestuoso, e aponta três fatores da crise que podem causar efeitos negativos à economia brasileira:

Além dos efeitos diretos da crise nos países desenvolvidos, que respondem por mais da metade do PIB mundial, há três fatores que têm potencial de fazer estragos em nosso desempenho exportador: uma queda dos preços das commodities, uma desaceleração maior do que a esperada na economia chinesa e uma eventual retração do mercado internacional de crédito (RIBEIRO, 2012).

Um dos efeitos que a economia brasileira sente a partir da crise internacional é a estagnação econômica e a redução do consumo. No terceiro trimestre de 2011, a economia se manteve estagnada em comparação com os três meses anteriores, com a redução do consumo das famílias, que apresentou a primeira queda em quase três anos, com o PIB trimestral em -0,1% em relação ao trimestre anterior. Nesse mesmo período, a estimativa de crescimento do PIB também caiu por conta das turbulências externas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ECONOMIA..., 2011b).

Tal fato incentivou o governo a lançar um pacote de medidas de incentivo ao consumo para conter a estagnação da economia ocorrida no terceiro trimestre de

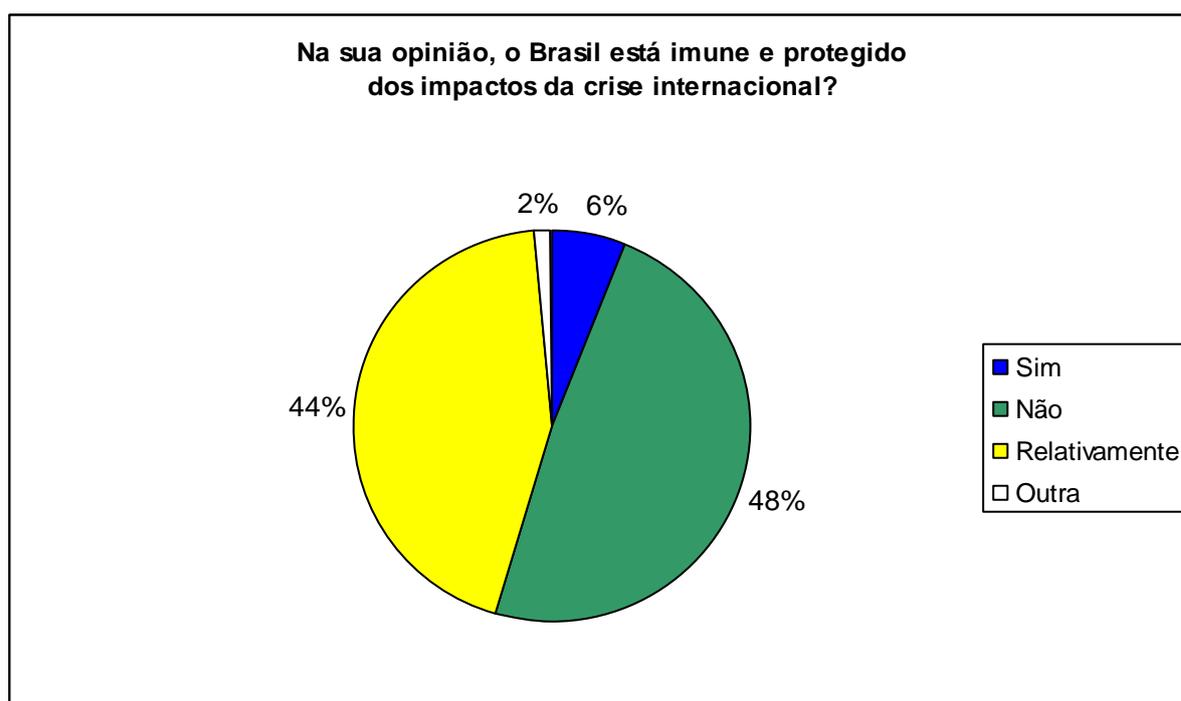
2011, em função, justamente, da crise econômica no cenário externo, de acordo com o boletim do Ministério da Fazenda: "Economia Brasileira em Perspectiva", edição agosto/outubro de 2011. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011)

O pacote de medidas para incentivar o consumo proposto pela equipe econômica do governo foi uma resposta rápida à turbulência na economia externa, sendo que as políticas de incentivo ao consumo, suas vantagens e riscos, serão abordadas nos próximos capítulos desse trabalho.

No intuito de analisar os efeitos da crise externa no Brasil, a pesquisa de campo apresentou a seguinte pergunta: "Na sua opinião, o Brasil está imune e protegido dos impactos da crise internacional?"

As respostas indicaram que 4 (6%) participantes responderam "sim", 32 (48%) responderam "não" e 29 (44%) responderam "relativamente".

**Gráfico 7 - Opinião dos entrevistados sobre o preparo do Brasil para os impactos da crise.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

A pesquisa traz uma amostragem de que, praticamente metade dos entrevistados aposta que o país está "relativamente" protegido dos impactos da crise internacional.

Mas, para que o Brasil realmente não sinta tanto os efeitos da crise externa, precisará estar atento a toda e qualquer movimentação econômica que ocorra nas

demais nações, principalmente nas maiores potências, tomando ciência das questões que envolvam os rumos econômicos mundiais e assumindo um papel participativo dentro das políticas internacionais de mercado, de modo que possa antever as situações externas e desempenhar ações com vistas à melhor preparação para as crises nas nações avançadas.

Para Lopes e Palmeira (2008), o comportamento do governo brasileiro deve ser pró-ativo, de modo que participe das decisões que envolvam os encaminhamentos econômicos que interferem no humor global:

Nossos governantes precisam estar dispostos a atuar ativamente mostrando que também tem condições de lidar com a crise, criando possibilidades em participar de decisões no que se refere à economia do Brasil, para evitar ainda mais uma desaceleração e um menor crescimento da economia em nosso país.

Pereira (2011) tem uma visão mais crítica, e afirma que o modelo econômico brasileiro é controverso, e que o governo e a sociedade precisam se preparar para solucionar as questões socioeconômicas:

O modelo econômico que vem sendo executado no Brasil é contraditório, na medida em que busca conciliar crescimento econômico, elevadas taxas de juros reais, aumento do superávit primário e avanços nas contas fiscais. Assim, diante desse cenário de turbulência na economia mundial, pode-se argumentar que o governo brasileiro, ao lado da sociedade, precisa preparar-se de maneira adequada para enfrentar os complexos problemas socioeconômicos e políticos que o Brasil terá que enfrentar nos próximos anos, como por exemplo, melhorar o desempenho da governança pública, combater a corrupção, aumentar a competitividade, estimular a inovação, e em especial, elevar a qualidade da educação.

Pereira (2011) traz recomendações para que o Brasil transponha o momento turbulento decorrente da crise econômica mundial sem sentir grandes impactos:

Diante do novo contexto mundial e nacional, é essencial que o governo brasileiro procure ajustar a política econômica em vigor, utilizando com maior intensidade a política fiscal e reduzindo a importância da política monetária. Esse esforço irá exigir o aprofundamento dos cortes nos gastos correntes do setor público, priorizar os investimentos em setores estratégicos, redução de tributos, em particular os impostos indiretos, diminuição do serviço da dívida, por meio de cortes na taxa de juros, controle a inflação e medidas para evitar a valorização do real. Essas ações e medidas para elevar o nível de consistência na condução da política econômica são essenciais para permitir que o Brasil enfrente de maneira adequada os complexos problemas socioeconômicos, políticos e ambientais decorrentes dos efeitos que ainda persistem da crise financeira e econômica mundial.

Então, não restam dúvidas de que o Brasil precisa acompanhar com especial atenção os desdobramentos dos impasses econômicos exteriores, controlando a economia diante das turbulências que atormentam os mercados mundiais, objetivando proteger o país das complicações decorrentes dos impactos da crise financeira internacional.

## 8.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Abordando numericamente, o Brasil já sente os efeitos da crise externa. Os economistas consultados pelo banco Central já haviam previsto a revisão para baixo das taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para 2011 e 2012, de acordo com publicação do Boletim Focus de 06/01/2012, informativo semanal do Banco Central que demonstra os indicadores de movimentações econômicas (BOLETIM..., 2012). O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país ao longo do ano (FELLETT, 2012).

E a desaceleração prevista realmente se confirmou, pois o PIB brasileiro cresceu 2,7% em 2011 em relação a 2010 e alcançou R\$ 4,143 trilhões em valores correntes (ou US\$ 2,367 trilhões), segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2012).

Segundo Fellet (2012), o resultado do PIB em 2011 foi abaixo da expectativa do governo, mas evidencia um bom momento econômico nacional em relação à situação do mundo:

O percentual de 2,7% é bem inferior à projeção do governo feita no início do ano passado, que previa uma expansão de 5%. Porém, o resultado oficial de 2011 evidencia o relativo bom momento da economia brasileira num momento em que a Europa e os Estados Unidos enfrentam graves dificuldades para voltar a crescer.

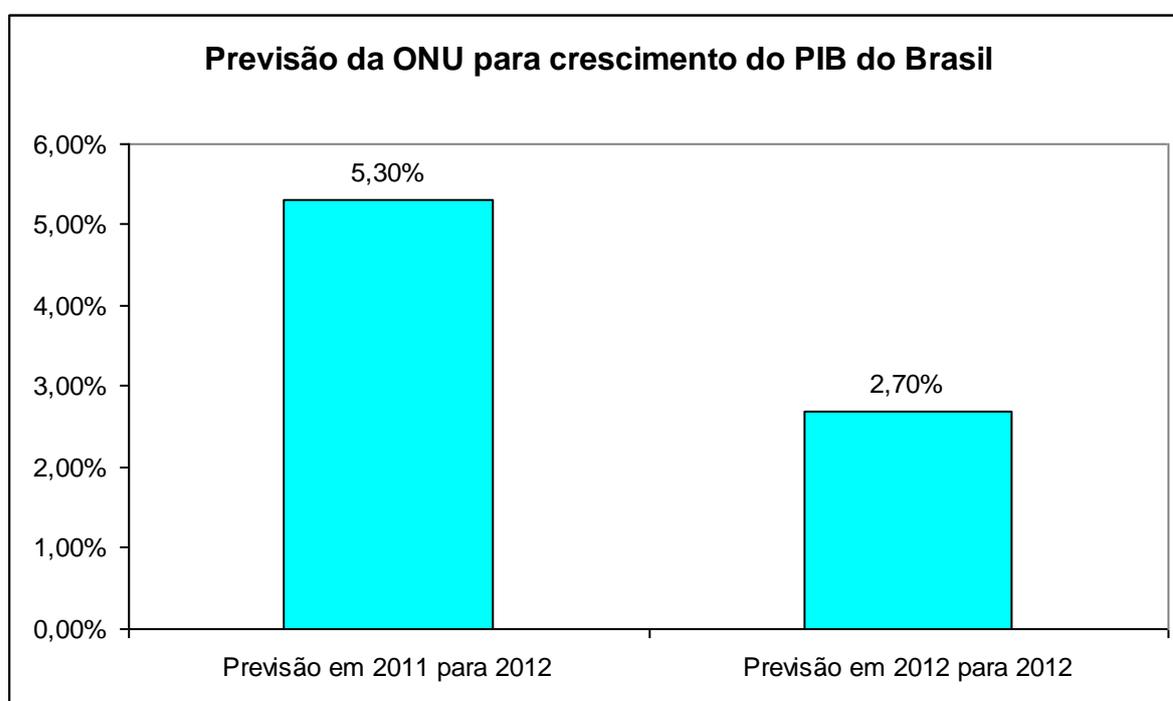
Mesmo com o Produto Interno Bruto tendo fechado 2011 com alta de apenas 2,7%, o Ministro da Fazenda Guido Mantega prevê uma meta de 4,5% para o crescimento do PIB em 2012. Para o ministro, a atividade econômica vai acelerar, sobretudo em função da elevação da taxa de investimento e do consumo das famílias (MARQUES; SVERBERI, 2012).

Já o Boletim Focus, compilado do Banco Central, edição de março/2012, é mais cauteloso, pois a estimativa de analistas do mercado financeiro que foram

consultados pelo BC para a elaboração desse boletim prevêm uma alta de somente 3,3% do PIB para 2012 (BOLETIM..., 2012).

A Organização das Nações Unidas (ONU) é ainda mais pessimista, pois reduziu para 2,7% sua previsão para o crescimento do Brasil em 2012; ou seja, o crescimento em 2012 será igual ao de 2011. Em relatório sobre a economia mundial divulgado em meados do ano passado (2011), a previsão da ONU para crescimento do Brasil em 2012 era de 5,3%. O corte na previsão para o País foi, portanto, de quase a metade da estimativa anterior, conforme o gráfico abaixo. (ECONOMIA..., 2012a).

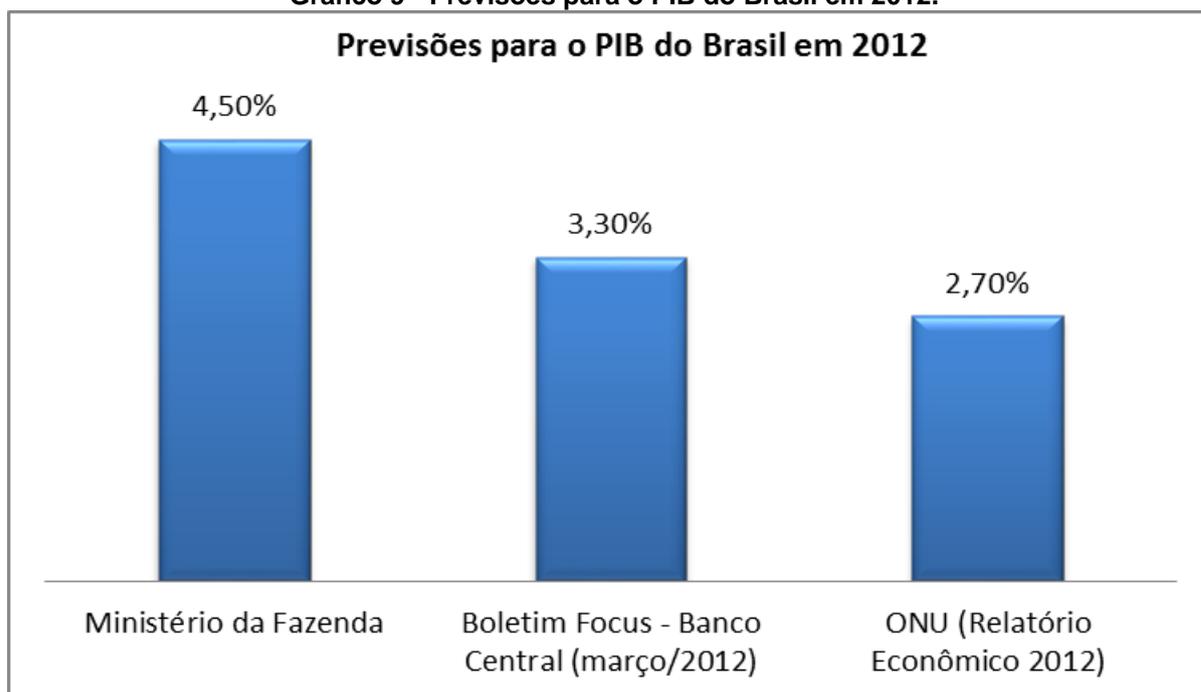
**Gráfico 8 - Previsão da ONU para crescimento do PIB do Brasil.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório Econômico da ONU 2012

O gráfico abaixo mostra uma escala decrescente entre a estimativa para o PIB brasileiro de 2012 projetado pelo Ministério da Fazenda, em relação à opinião dos economistas consultados pelo Banco Central, publicada no Boletim Focus de março/2012, sendo ainda menor a previsão da ONU para o crescimento brasileiro em 2012.

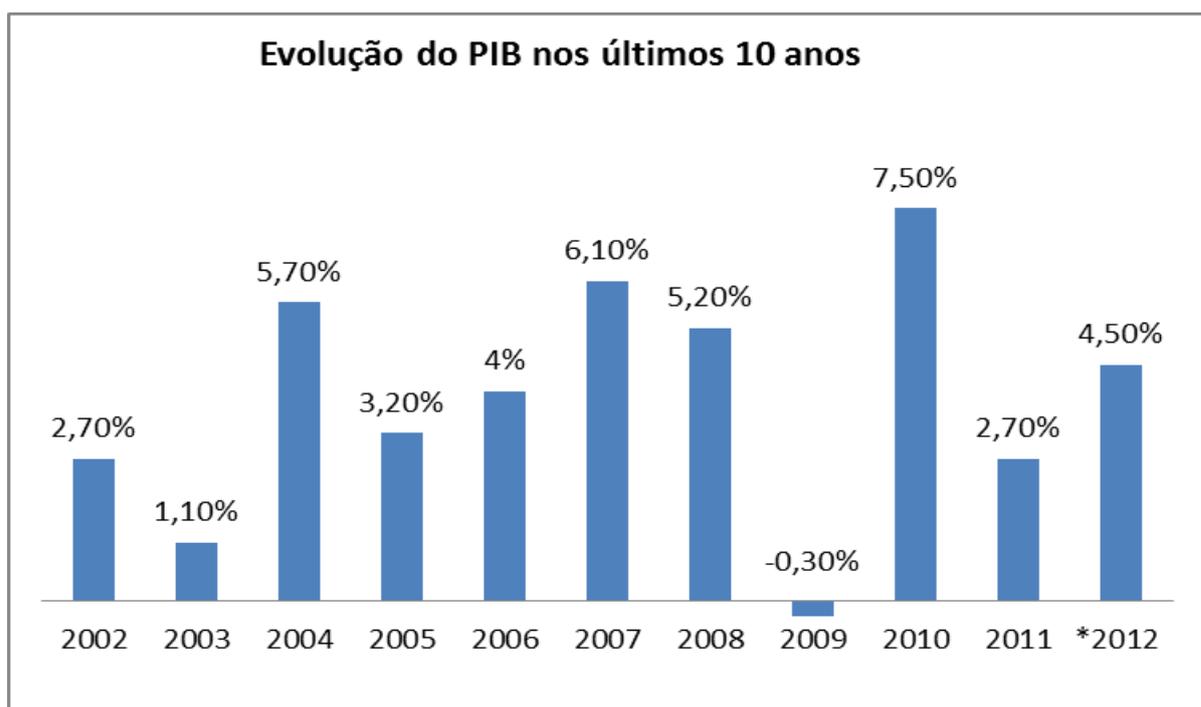
Gráfico 9 - Previsões para o PIB do Brasil em 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em informações do Ministério da Fazenda, Boletim Focus do Banco Central e Relatório Econômico da ONU 2012.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB brasileiro nos últimos dez anos. O percentual do PIB para 2012 constante no gráfico refere-se à estimativa do Ministério da Fazenda.

Gráfico 10 - Evolução do PIB brasileiro nos último 10 anos.



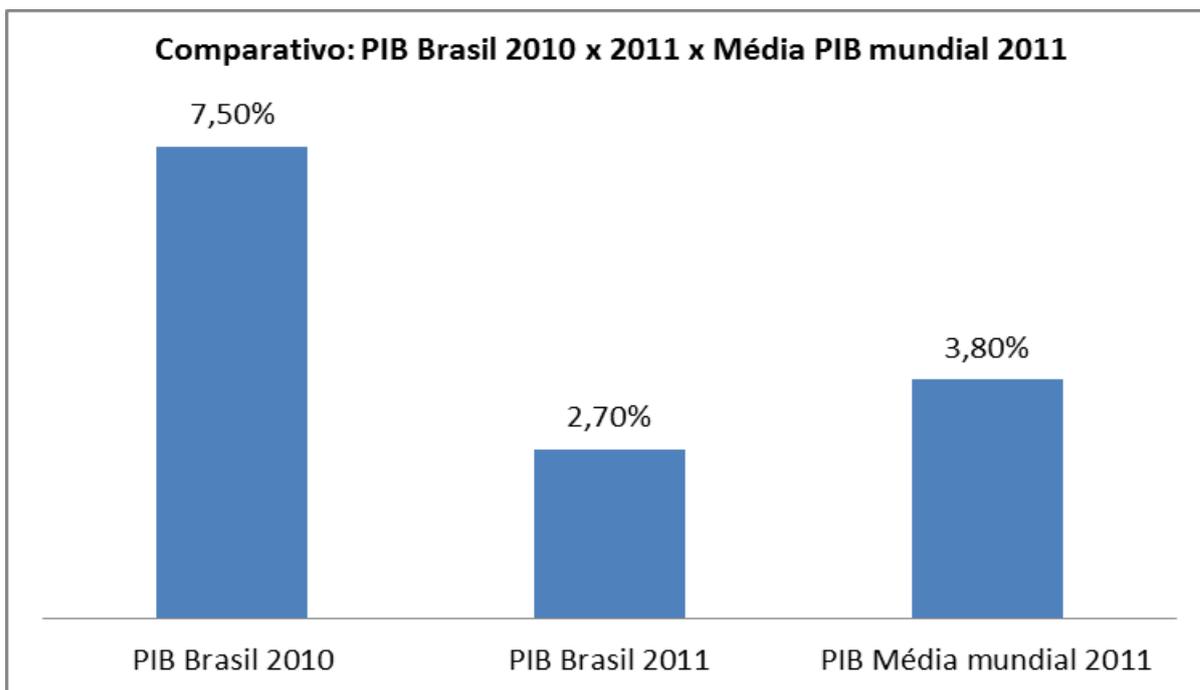
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Ministério da Fazenda.

Chama atenção no gráfico acima, o PIB de 7,5% alcançado em 2010 e a queda acentuada para 2,7% em 2011. A explicação reside no fato de que, em 2010, houve muito estímulo ao mercado através de políticas do governo, aliado ao fato de a economia brasileira estar num momento de solidez em comparação à situação do mundo, com um aquecimento econômico robusto. Com a economia aquecida e cada vez mais dinheiro em circulação, a inflação ficou elevada, obrigando o Banco Central a adotar medidas para contê-la, como o aumento dos juros e a limitação do crédito, para conter o ímpeto dos consumidores e controlar a economia. A queda no PIB de 2011 em relação a 2010 é resultante da atitude do governo em “puxar o freio” econômico para controlar os índices inflacionários. O resultado foi um crescimento de 2,7%, abaixo das expectativas oficiais, tendo sido registrado, inclusive, crescimento zero no terceiro trimestre de 2011, o que motivou o governo a, novamente, lançar um pacote de medidas de incentivo ao consumo no final daquele ano.

O Blog Beyondbrics, do Jornal Britânico Financial Times, traz um comentário sobre o crescimento de 2,7% do PIB brasileiro em 2011 comparado ao crescimento de 7,5% de 2010:

Enquanto o crescimento da economia chinesa segue padrão de um voo de condor, alçando-se a grandes altitudes mesmo quando enfrenta o que se considera uma desaceleração, o do Brasil lembra o hesitante voo de uma galinha. Justamente quando a economia brasileira parece estar prestes a decolar; volta a despencar à medida que o superaquecimento força o Banco Central a acionar os freios. (apud ZERO HORA, 11 MAR. 2012. P. 3)

O próximo gráfico traz um comparativo entre o PIB atingido pelo Brasil em 2010 e 2011, bem como o resultado do PIB mundial em 2011:

**Gráfico 11 - Comparativo entre o PIB Brasil 2010 x 2011 x Média PIB mundial 2011.**

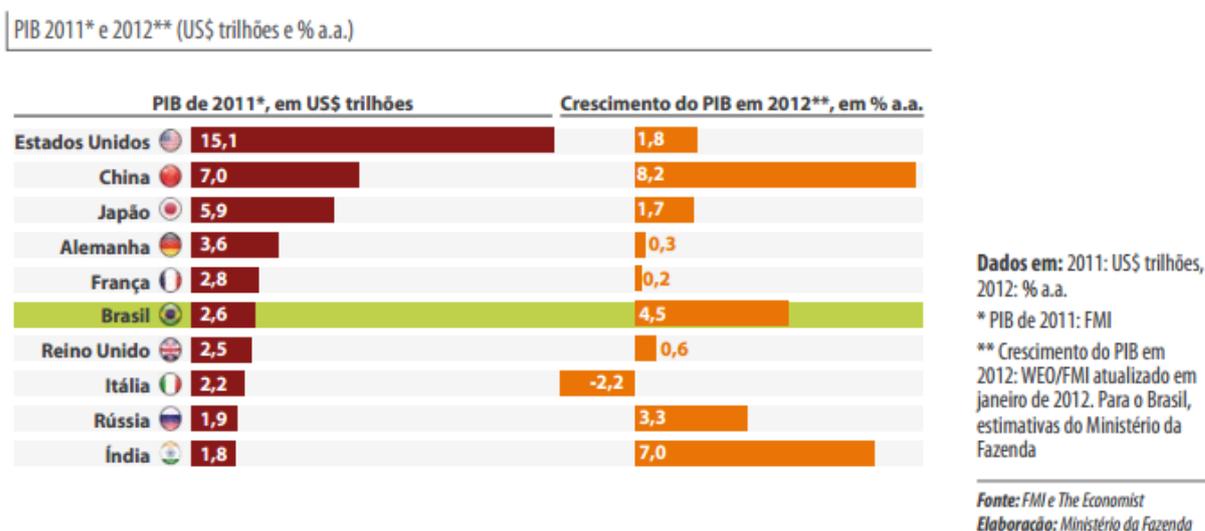
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos Indicadores IBGE 2012 e G1 Economia.

Então, o PIB brasileiro cresceu, em 2011, 2,7%; bem menos que em 2010, quando atingiu 7,5%, que foi o maior crescimento desde 1986. Em 2011, a média mundial foi de 3,8%. O resultado do Brasil foi melhor que o do Reino Unido, dos Estados Unidos e da França. O Brasil ficou atrás da China, Índia e da Alemanha, que teve 3% de crescimento depois dos 3,5% em 2010. (ECONOMIA..., 2012)

De acordo com o IBGE (2012), com o desempenho do PIB em 2011, o Brasil ultrapassou o Reino Unido e tornou-se a 6ª maior economia do mundo. A empresa de consultoria britânica Centro de Pesquisas para Economia e Negócios (CEBR) já havia antecipado essa tendência em dezembro/2011. (BRASIL..., 2011)

A próxima figura traz informações sobre o PIB 2011, em trilhões de dólares, das dez maiores economias do globo, além das projeções para o PIB em 2012 das mesmas. As informações foram retiradas portal do Ministério da Fazenda.

**Figura 6 – PIB 2011 e 2012 das 10 maiores economias mundiais (US\$ trilhões e % a.a.).**



Fonte: FMI e The Economist. Elaboração: Ministério da Fazenda

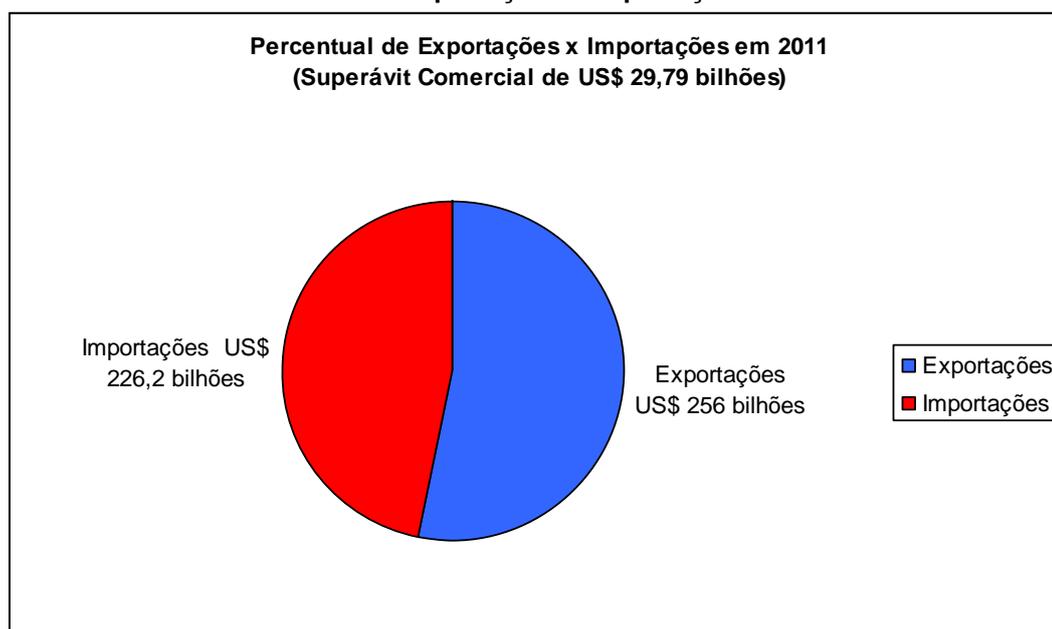
## 8.2 EXPORTAÇÕES

Os efeitos que o Brasil venha a sentir a partir das incertezas econômicas externas derivam de várias situações. Com a crise financeira internacional, devido à baixa atividade econômica, os países afetados são forçados a reduzir o seu ritmo de consumo e de produção e, como o Brasil possui parceiros comerciais que estão fortemente atingidos pela turbulência, a tendência era que as exportações diminuíssem por conta da redução da demanda pela importação de produtos brasileiros provocada pela desaceleração nesses países, considerando que uma crise internacional representa menos mercado externo para as exportações.

Porém, a economia brasileira tem mostrado que está conseguindo transpor o momento de incerteza nos mercados mundiais, pois a balança comercial apresentou superávit em 2011.

No Brasil, em 2011, as exportações bateram recorde, com negócios na ordem de US\$ 256 bilhões, um valor 27% maior em relação ao ano anterior (2010); e o total de importações foi de US\$ 226,2 bilhões, sendo o saldo comercial de US\$ 29,8 bilhões, um aumento de 47% em relação ao ano anterior. (MDIC..., 2012). O superávit comercial em 2011 foi praticamente US\$ 10 bilhões a mais que o saldo de 2010. (ECONOMIA..., 2012).

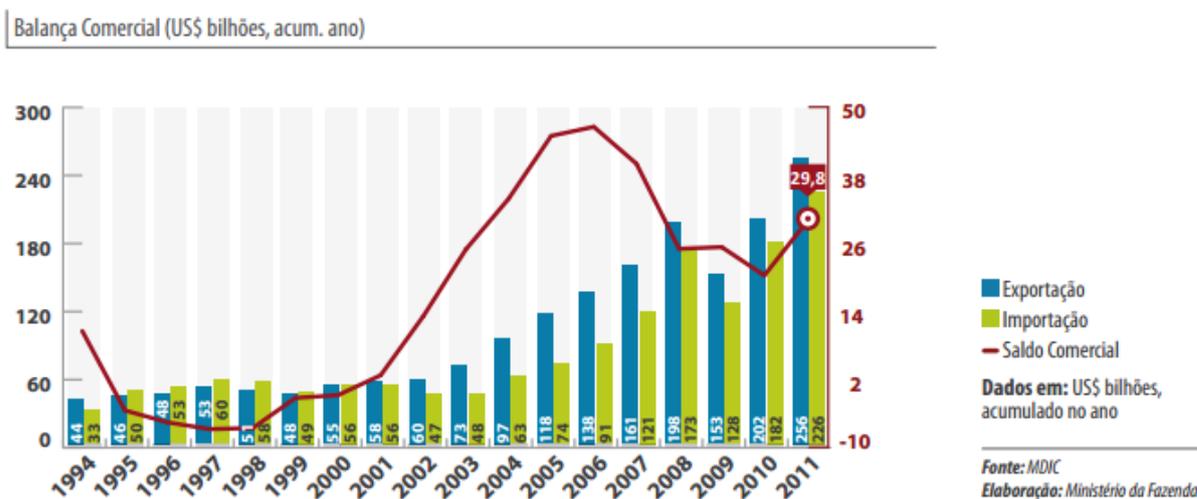
Gráfico 12 - Percentual de Exportações x Importações brasileiras em 2011.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

A figura que segue traz o saldo da balança comercial brasileira no período compreendido entre 1994 e 2011.

Figura 7 - Saldos da balança comercial brasileira entre 1994 e 2011 (US\$ bilhões, acum. ano)



Fonte: MDIC. Elaboração: Ministério da Fazenda

Ou seja, as exportações brasileiras, em 2011, superaram as importações em quase US\$ 30 bilhões (US\$ 29,8 bilhões), registrando o maior superávit da balança comercial nos últimos quatro anos, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

No entanto, o IBGE (2012) apontou que as importações cresceram mais do que as exportações em 2011, muito em conta da valorização cambial do real frente ao dólar:

No âmbito do setor externo, as Exportações de Bens e Serviços tiveram crescimento de 4,5%, enquanto que as Importações de Bens e Serviços se expandiram em 9,7%. A valorização cambial ajuda a explicar o maior crescimento relativo das importações: entre 2010 e 2011, a taxa de câmbio (medida pela média trimestral das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda) variou de 1,76 para 1,67 (IBGE, 2012).

O gráfico abaixo traz um comparativo entre os percentuais de crescimento das exportações com as importações em 2011.

**Gráfico 13 - Percentual de Crescimento de Exportações e Importações no Brasil em 2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em informações do IBGE 2012

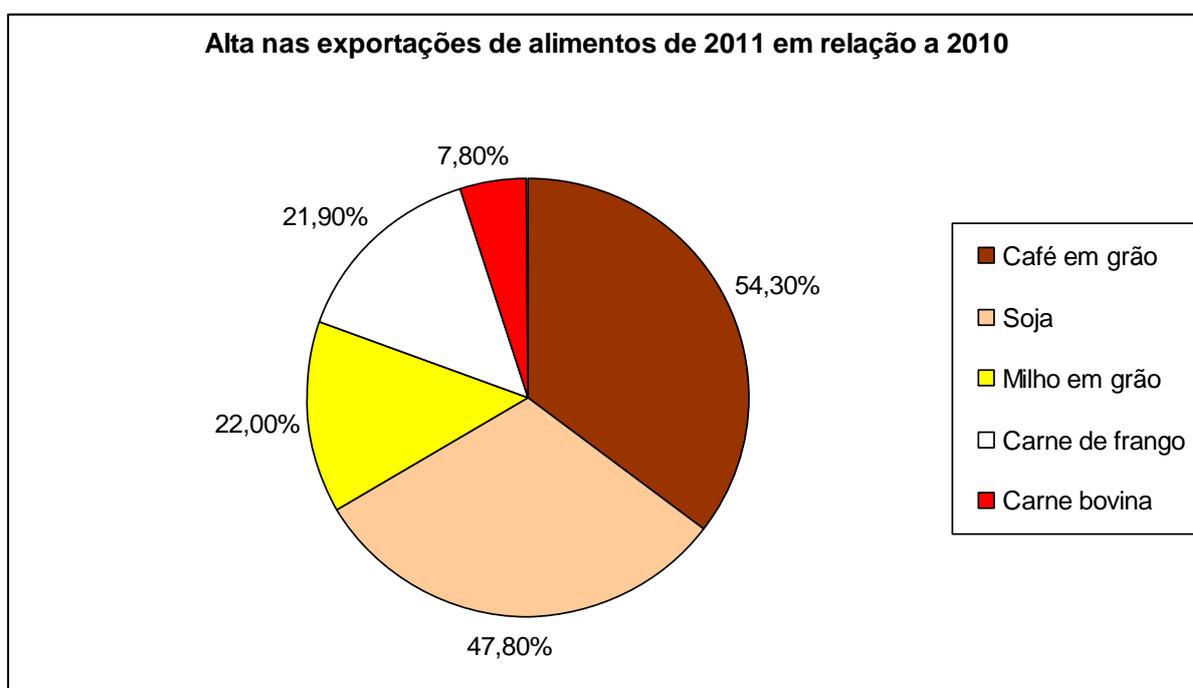
Apesar de as importações terem crescido num percentual maior em relação às exportações, conforme os indicadores econômicos do IBGE, mesmo assim houve superávit na balança comercial em 2011.

Os Produtos agrícolas, como café e soja, estão entre os que mais contribuíram para esse resultado. Os técnicos do MDIC se mostraram otimistas com o resultado das exportações brasileiras (EXPORTAÇÕES..., 2012).

O Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, diz que: "Nós tivemos um crescimento tanto dos preços quanto da quantidade exportada, o que fez com que o agronegócio tivesse um desempenho acima de 40% da participação das exportações brasileiras". (apud G1 Economia 03/01/2012)

Os alimentos tiveram peso importante nas exportações em 2011. O café em grão cresceu 54,3% nas vendas ao exterior em 2011 em relação a 2010. A soja registrou alta de 47,8%. O milho em grão teve crescimento de 22,3%. A carne de frango ficou em 21,9% e a carne bovina em 7,8% (EXPORTAÇÕES..., 2012).

**Gráfico 14 - Alta nas exportações de alimentos em relação a 2010.**



Fonte: Elaborado pelo autor, com informações do Site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Em 2012, o desempenho positivo da balança comercial vem sendo mantido, pois, no fim de fevereiro/2012, as vendas externas alcançaram US\$ 28,535 bilhões, e as importações US\$ 28,106 bilhões, com superávit de US\$ 429 milhões. (BALANÇA COMERCIAL..., 2012, p. 2). Essas informações são as mais atualizadas sobre o saldo comercial até a data de entrega do trabalho (02/04/2012).

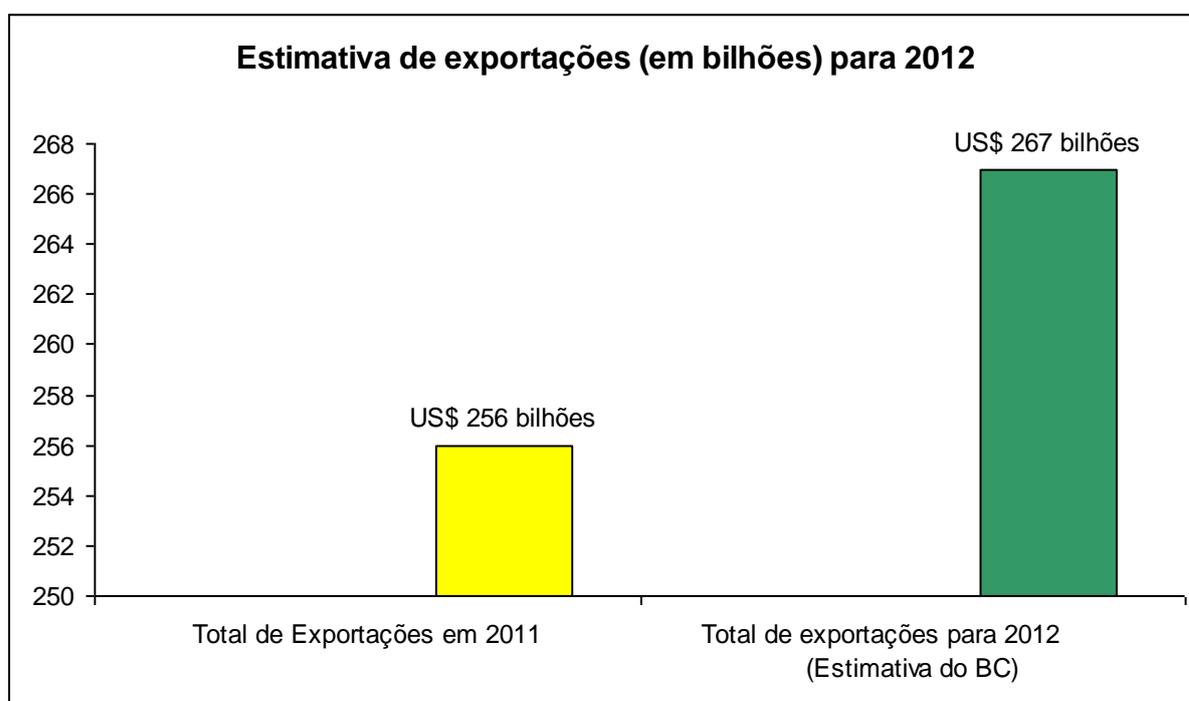
O aumento do saldo comercial que ocorreu em 2011 está relacionado, principalmente, com a elevação dos preços das chamadas "*commodities*" (produtos básicos com cotação internacional, como alimentos, petróleo e minério de ferro,

entre outros) no mercado externo - que vigorou, com mais intensidade, nos primeiros meses de 2011. Com o preço em alta, as vendas externas se tornaram mais rentáveis, o que aumentou o valor das exportações (MARTELLO, 2012).

Então, mesmo com a crise econômica internacional, as exportações brasileiras cresceram e registraram o maior superávit da balança comercial nos últimos quatro anos, registrando, ao fim de 2011, um valor 27% maior em relação ao mesmo período de 2010, sendo praticamente US\$ 10 bilhões a mais que o saldo de 2010. Os alimentos tiveram peso importante nesses índices positivos de vendas ao mercado externo, com o agronegócio registrando participação em 40% das exportações. Por isso, em 2012, é possível prever boas estimativas para as vendas de produtos agrícolas aos mercados mundiais, considerando que são menos sujeitos a quedas, tendo em vista a grande demanda externa por alimentos, apesar da crise internacional.

Em 2011 o total de exportações foi de US\$ 256 bilhões (MDIC, 2012). O Banco Central prevê, para 2012, aumento de 4,3% (chegando a US\$ 267 bilhões) nas exportações (MINISTÉRIO..., 2011).

**Gráfico 15 - Estimativa brasileira de exportações (em US\$ bilhões) para 2012.**



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Site do Ministério da Fazenda

O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) aponta como fatores positivos para o aumento das exportações em 2012: as medidas de incentivo às exportações, como o “Reintegra”<sup>1</sup>, o preço das *commodities* agrícolas, que são menos sujeitos a quedas devido à demanda mundial por alimentos, e o fato das economias em desenvolvimento estarem com crescimento acima das avançadas (MINISTÉRIO..., 2011).

Outro ponto importante que contribuiu para que as exportações brasileiras não reduzissem por conta da crise internacional é o fato do Brasil ter muitos parceiros comerciais emergentes que não estão diretamente atingidos pela crise, como a China, por exemplo, além de países do extremo oriente que, naturalmente, continuarão demandando as matérias-primas brasileiras através de suas importações.

Pereira (2011) destaca que o Brasil possui um sistema bancário sólido e conserva parcerias comerciais com diversos países, mas faz um alerta acerca do perigo de um enfraquecimento desses parceiros nos próximos anos, o que pode trazer prejuízos indiretos:

O crescimento do Brasil será sustentado por um cenário favorável de expansão da força de trabalho, ganhos reais de salário e expansão do crédito, facilitado por um sistema bancário sólido, uma economia diversificada e ampla gama de parceiros comerciais. Contudo, o Banco Mundial alerta que nos próximos dois anos há ainda o risco de enfraquecimento econômico de seus parceiros comerciais, o que prejudicaria indiretamente o país.

André Gerdau, Presidente da Gerdau, afirma que: “A Gerdau, até o momento, não sente o efeito da incerteza econômica nas vendas, principalmente porque a maioria das nossas operações está em países emergentes, onde a demanda continua aquecida” (apud AS DUAS CARAS..., 2011, p. 104).

A afirmação do Presidente da Gerdau aponta para uma nova tendência mercadológica cada vez mais intensa, que são os negócios do Brasil com os países emergentes.

---

<sup>1</sup> Reintegra: Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras. Pelo regime especial, o exportador terá de volta 3% da receita da exportação de bens manufaturados. Fonte: Site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

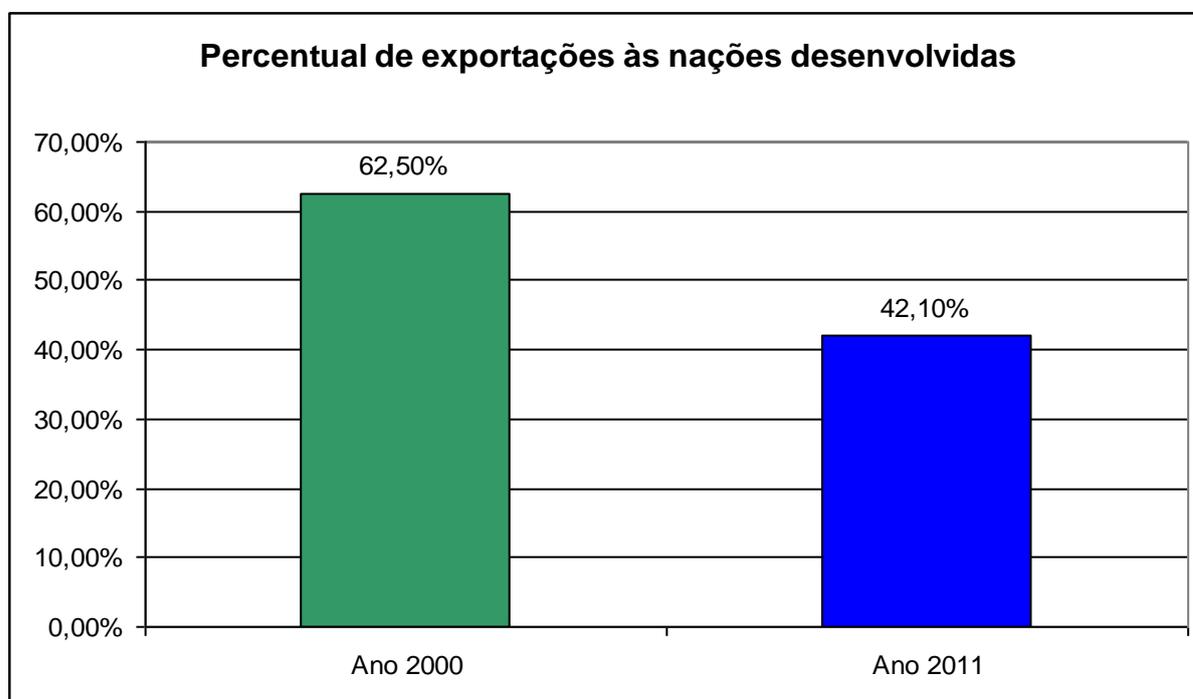
Reis (2011) aborda a importância dos países em desenvolvimento no contexto econômico contemporâneo, destacando o Brasil, especialmente:

Ao longo desses anos, mudanças profundas têm acontecido na economia. Especialistas falam à exaustão da novíssima ordem mundial, na qual os países em desenvolvimento são os verdadeiros motores do mercado. O Brasil tem posição privilegiada neste novo cenário. Embora esteja aquém do desenvolvimento chinês ou indiano, o país tem características que o posiciona uma cabeça à frente dos outros emergentes, com o sistema político democrático e relativamente estável, e uma cultura de negócios um tanto mais próxima da Europa.

Os países em desenvolvimento, inclusive, entraram na pauta maior da atividade econômica brasileira no que tange às vendas externas.

Na última década, não só o modelo das exportações brasileiras mudou, como também o perfil de seus compradores. Se em 2000 o país vendia às nações desenvolvidas 62,5% da pauta, esse número caiu para 42,1% em 2011. Em 10 anos, a participação de países desenvolvidos caiu devido à China, principalmente (BRASIL..., 2012b).

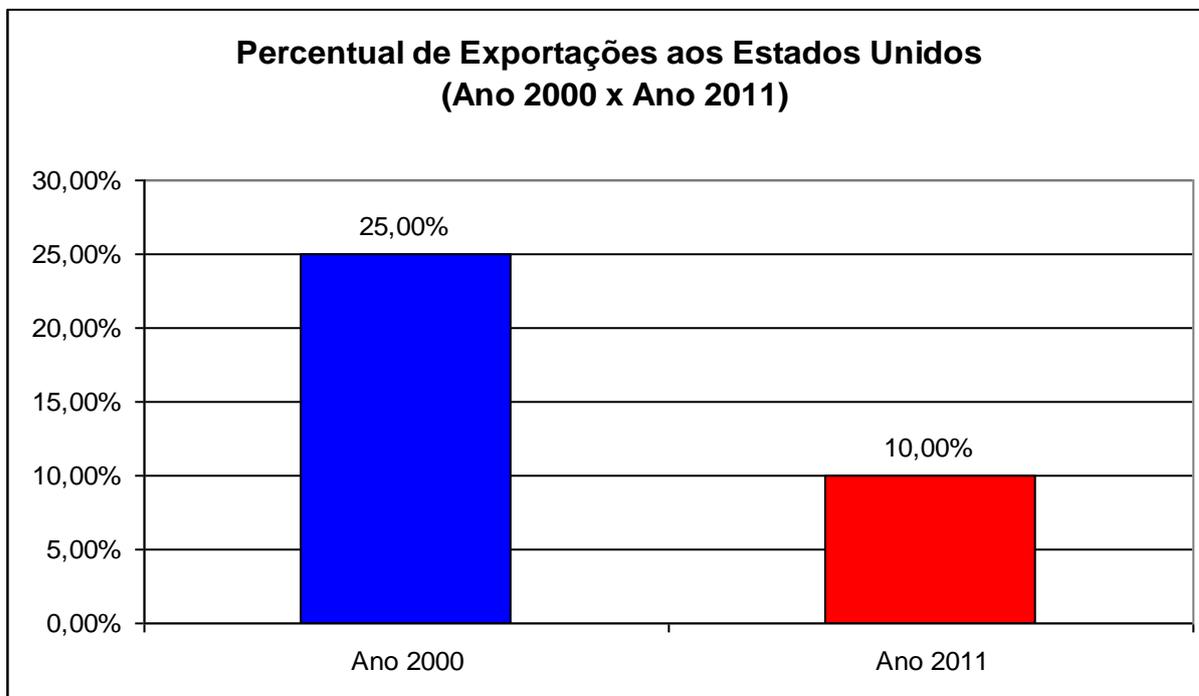
**Gráfico 16 - Percentual de exportações brasileiras às nações desenvolvidas (2010 x 2011).**



Fonte: Elaborado pelo autor, com informações do Site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Os Estados Unidos, que abocanhavam uma fatia de 25% das exportações brasileiras em 2000, ficaram com 10% em 2011, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

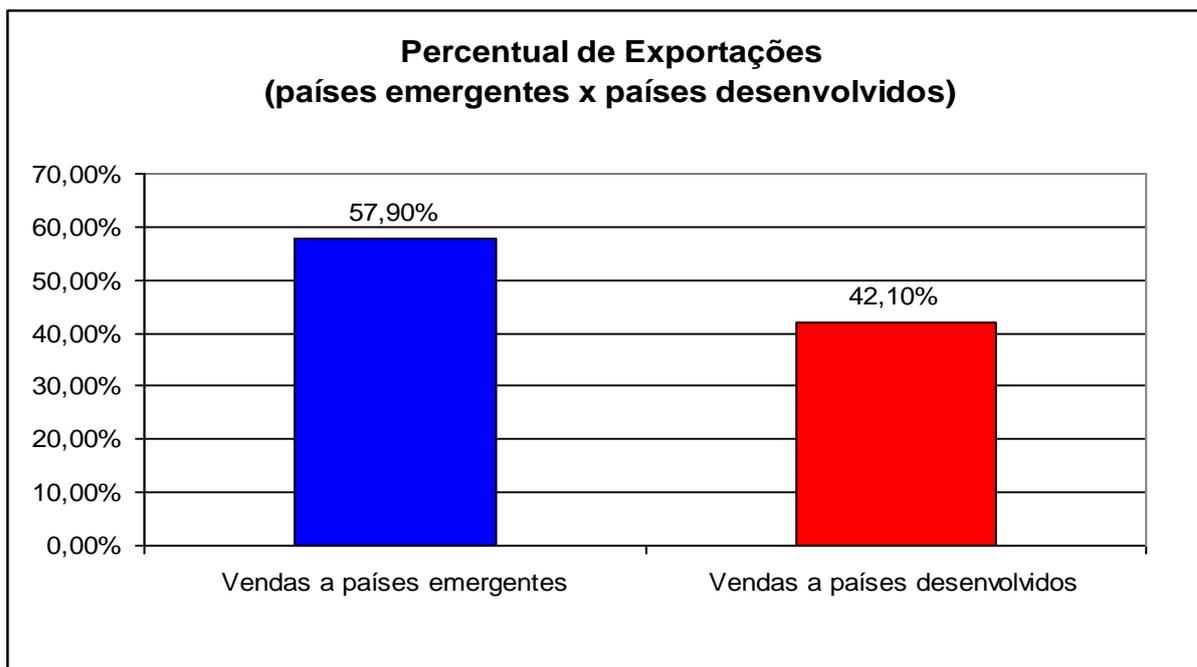
**Gráfico 17 - Percentual de exportações brasileiras aos Estados Unidos.**



Fonte: Site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Liderados pela China, os países em desenvolvimento agora são os maiores importadores de produtos brasileiros e ficam com nada menos que 57,9% do total, conforme o gráfico abaixo e segundo dados do MDIC.

**Gráfico 18 - Percentual de exportações brasileiras (países emergentes x países desenvolvidos).**



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em informações do Site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Reis (2011) complementa afirmando que umas das lições da crise é que se deve buscar a diversificação:

Este não é um movimento meramente conjuntural, mas sim o fruto de uma das mais importantes lições da crise: diversificar é preciso. As empresas que não se apoiavam em apenas um continente foram as que melhor resistiram aos abalos da recessão. Escaldados, os desenvolvidos procuram agora se escorar onde podem. Já não é uma questão de prevenção, mas sim de sobrevivência. (VIRANDO A MESA..., 2011)

O resultado é que os países emergentes desfrutam de uma posição mais cômoda em relação às maiores potências econômicas, e hoje devem entrar na pauta das questões estratégicas pelas outras nações, uma vez que são países que se encontram em franca ascensão.

Andrés Solimano (2011) traz indicadores interessantes sobre a ascensão dos países emergentes, apontando esse fenômeno como uma mudança sistêmica de primeira magnitude.

Em 1990, 80% do PIB mundial eram gerados pelas economias desenvolvidas. Em 2010, duas décadas depois, geram apenas 60% do produto mundial. Em contraste, a contribuição do mundo em desenvolvimento quase se duplicou, atingindo 40% do produto global. As projeções da OCDE são que para o ano de 2020 o mundo em desenvolvimento superará em importância econômica (isto é, em sua

contribuição ao PIB global) o mundo hoje denominado desenvolvido. (CRISE ECONÔMICA..., 2011)

Estudo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) revela que a nova demanda dos países em desenvolvimento, que cresceram a taxas invejáveis, ajudou a jogar para cima os preços das *commodities*, o que levou o Brasil a deixar um pouco de lado os manufaturados e se dedicar aos produtos básicos. De 2000 a 2011, os emergentes cresceram as suas compras de produtos brasileiros em nada menos que 716,5% (BRASIL..., 2012b).

O ímpeto dos países emergentes ao importarem as *commodities* brasileiras impactou positivamente as receitas das exportações, turbinando tanto a quantidade, quanto, principalmente, os preços desses produtos básicos.

Porém, especialistas alertam que o crescimento das vendas externas, que ocorreu em 2011, mascara problemas. Isso porque o resultado de 2011 está inflado pelo aumento dos preços das *commodities*. Com a alta destes preços no fim do ano passado (2011) e começo deste ano (2012), que também acabou por impulsionar a inflação no Brasil, os exportadores de produtos básicos ganharam mais por suas vendas sem necessariamente elevar o volume exportado (MARTELLO, 2012).

Ou seja, se o volume de exportações ficar no mesmo patamar em 2012 e o agravamento da crise provocar a redução da demanda externa, vai forçar a baixa dos preços das *commodities*, resultando num superávit da balança comercial menor em relação ao conquistado em 2011.

Segundo o economista José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), o superávit da balança comercial deve ser menor em 2012. Com o agravamento da crise financeira internacional, explicou ele, os preços das *commodities* devem cair, assim como a demanda por outros produtos. "Em 2012, os preços devem cair e os valores das exportações também." (apud MARTELLO, 2012).

De acordo com o economista Mailson de Nóbrega, ex-ministro da Fazenda: "o colapso da economia europeia causaria uma depressão econômica mundial muito mais severa do que a quebra do Lehman Brothers, gerando uma restrição de crédito inclusive aqui. Além disso, a China entraria em crise também, o que poderia afetar a demanda por nossas *commodities*" (apud INFORME..., 2012, p. 3).

Então, caso ocorra a redução da demanda mundial pelas *commodities* brasileiras, o efeito econômico lógico é a baixa dos preços desses produtos, o que impactaria negativamente no saldo da balança comercial.

Já Fernando Ribeiro (2011), economista-chefe da FUNCEX, avalia que a demanda mundial pelas *commodities* brasileiras não deve baixar em 2012, devido ao aumento do mercado consumidor mundial, o que beneficia os valores das exportações e o saldo comercial dessas operações:

De forma geral, considera-se que a demanda mundial por esses produtos (*commodities*) continuará forte nos próximos anos, devido à entrada no mercado consumidor de grandes contingentes populacionais na China, na Índia e em outros países em desenvolvimento. (CRISE INTERNACIONAL..., 2011)

Ribeiro (2011) destaca que muitos países possuem fortes restrições na oferta desses produtos básicos, o que é positivo para o mercado de *commodities* brasileiro, que tem um enorme potencial nesse aspecto:

A isso se soma o fato de que a capacidade de expansão da oferta mundial de *commodities* deve continuar enfrentando restrições importantes, seja pela falta de fontes adicionais (como no caso do minério de ferro), seja pelo alto custo de explorar novas jazidas (caso do petróleo), seja ainda pela escassez de terras e de investimentos para a produção agrícola. Esse ainda é considerado o cenário mais provável, e nele o Brasil se encontra muito bem posicionado, mais do que qualquer outro país do mundo, por ter enorme potencial de aumento de oferta tanto em *commodities* agrícolas quanto nas minerais e energéticas. (CRISE INTERNACIONAL... 2011)

O Brasil deve ter uma preocupação maior em relação a como a Ásia, em especial a China, responderá à deterioração europeia, pois os resultados das vendas do Brasil ao exterior dependem muito do ritmo de crescimento da economia chinesa e, também, da alta dos produtos que exporta ao mundo. Uma desaceleração mais significativa na China impactaria negativamente as exportações brasileiras. A interrogação é se a China, o segundo motor do mundo, e que está financiando grande parte da dívida americana, conseguirá manter a média de desenvolvimento. O ideal para a economia nacional em 2012, é que ocorra uma desvalorização do real, o que facilita as exportações, e a baixa dos juros, para privilegiar o mercado. É necessário que o câmbio facilite as exportações e os preços dos produtos exportados sigam altos, principalmente as *commodities*, que são os principais produtos de exportação do Brasil.

Todavia, caso ocorra baixa nos preços globais das *commodities* para 2012, é possível dizer que o próprio efeito recessivo advindo da crise internacional poderá fazer com que a pressão inflacionária no Brasil seja menor, pois a alta que vem ocorrendo nos preços das desses produtos, apesar de aumentar os valores das exportações, também impulsiona a inflação. Como uma crise reduz a atividade econômica dos países afetados, isso provoca a diminuição da produção e do consumo nessas economias, obrigando esses parceiros comerciais a importar menos os produtos brasileiros, provocando, naturalmente, uma redução da atividade econômica também no Brasil, que ficará com produtos, antes exportados, parados na prateleira. Quando isso acontece, as empresas e indústrias brasileiras são forçadas a reduzir o ritmo de produção, e produção em quantidade maior do que a demandada provoca queda no preço dos produtos, o que puxa a inflação para baixo. É nesse sentido que a continuidade da crise internacional em 2012 poderá trazer um efeito de deflação no Brasil, com a baixa do preço das *commodities*, por exemplo.

É mais ou menos como alguma pessoa que precisa emagrecer e acaba contraindo uma gripe e, em decorrência dessa gripe, ela perca peso. (TEIXEIRA, 2011). Ou seja, o Brasil, que precisa reduzir a inflação, depara-se com uma crise internacional que, conforme a conjuntura, pode resultar numa pressão inflacionária interna menor. Obviamente que o governo não aposta numa crise de algum outro país para que a inflação seja reduzida, mas é um fenômeno que pode ocorrer, o que é positivo economicamente para o Brasil, pois um dos maiores problemas da economia nacional é justamente a inflação, que ao final de 2011 atingiu exatamente o teto da meta do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Nesse sentido, o Professor de Administração da FIAP (Faculdade de Informática e Administração Paulista), Claudio Carvajal, ratifica: "Com a estagnação mundial, é pouco provável que subam os preços no Brasil. Como a maioria dos especialistas prevê uma desaceleração no mundo inteiro, o consumo deve diminuir. Com menos pessoas dispostas a comprar, a tendência é de queda de preços" (apud ABALO GLOBAL, 2011, p. 5).

No tocante a preços e seus índices gerais, a inflação calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2011 em 6,50% (exatamente no teto da meta do Conselho Monetário Nacional), na maior taxa anual desde 2004, quando ficou em 7,60%, segundo dados divulgados em 06/01/2012 pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010, o indicador de inflação havia ficado em 5,91%. (INFLAÇÃO,... 2012)

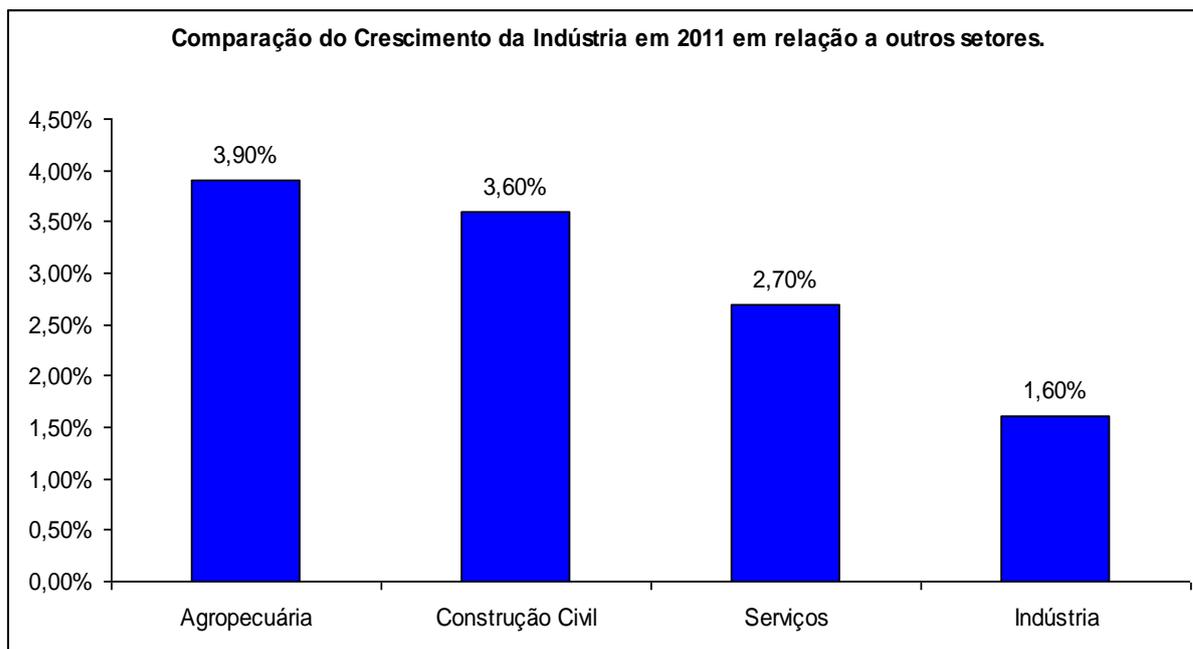
### 8.3 INDÚSTRIA

Importante destacar que a ênfase em *commodities* afeta as indústrias do país. A dependência cada vez maior da venda de produtos básicos e a perda de competitividade dos manufaturados estão provocando uma desindustrialização no Brasil, alerta o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Roberto Giannetti. Para ele, o Brasil está jogando fora as conquistas obtidas nos anos 80, quando a pauta de exportação do país incluiu produtos de alto valor agregado: “No fim dos anos 70, saímos daquele perfil de exportadores de café e começamos vender produtos com valor agregado, que geram emprego e riquezas. Isso está se perdendo rapidamente” disse ele, lembrando que, quando se retiram as *commodities* da contabilidade das exportações, a balança comercial brasileira passa a ter um déficit de US\$ 100 bilhões (BRASIL, 2012b).

Esse contágio na indústria é confirmado pelos números oficiais. O IBGE divulgou o crescimento do setor industrial em 2011, que ficou em 1,6%, conforme já esperava a maioria dos analistas. (INDICADORES IBGE, 2012).

O percentual de 1,6% no crescimento da indústria em 2011 é considerado baixo, comparado aos 2,7% dos serviços, 3,6% da construção civil e 3,9% da agropecuária (FALCÃO, 2012).

Segue abaixo o gráfico contendo a comparação entre o crescimento da indústria no ano de 2011 em relação a outros setores, como agropecuária, construção civil e serviços, onde se pode constatar a desvantagem em nível de desempenho da indústria em relação a outros segmentos, o que traz prejuízos aos maiores parques industriais do país, bem como ao conjunto da economia nacional.

**Gráfico 19 - Comparação do crescimento da indústria em 2011 em relação a outros setores.**

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em indicadores do IBGE 2012.

Só em janeiro/2012, a produção industrial registrou queda de 2,1%, em relação a dezembro de 2011. Atividade fabril caiu em 14 dos 27 setores pesquisados. (INDICADORES IBGE, 2012)

Em relação a janeiro/2011, a atividade mostrou recuo de 3,4%. (INDICADORES IBGE, 2012)

Segundo Fellet (2012), o movimento de "encolhimento" da indústria na composição do PIB é motivado pela crise externa e pela forte concorrência dos importados:

O setor industrial vem perdendo o fôlego nos últimos meses. De acordo com o IBGE, a indústria nacional está encolhendo desde a metade do ano passado. Economistas avaliam que, em 2012, a situação continua a se deteriorar, principalmente devido à valorização do real, que encarece as vendas brasileiras no exterior e barateia as importações.

O Boletim Focus, do Banco Central, de março/2012, prevê crescimento de apenas 2,03% na produção industrial em 2012 (BOLETIM, 2012).

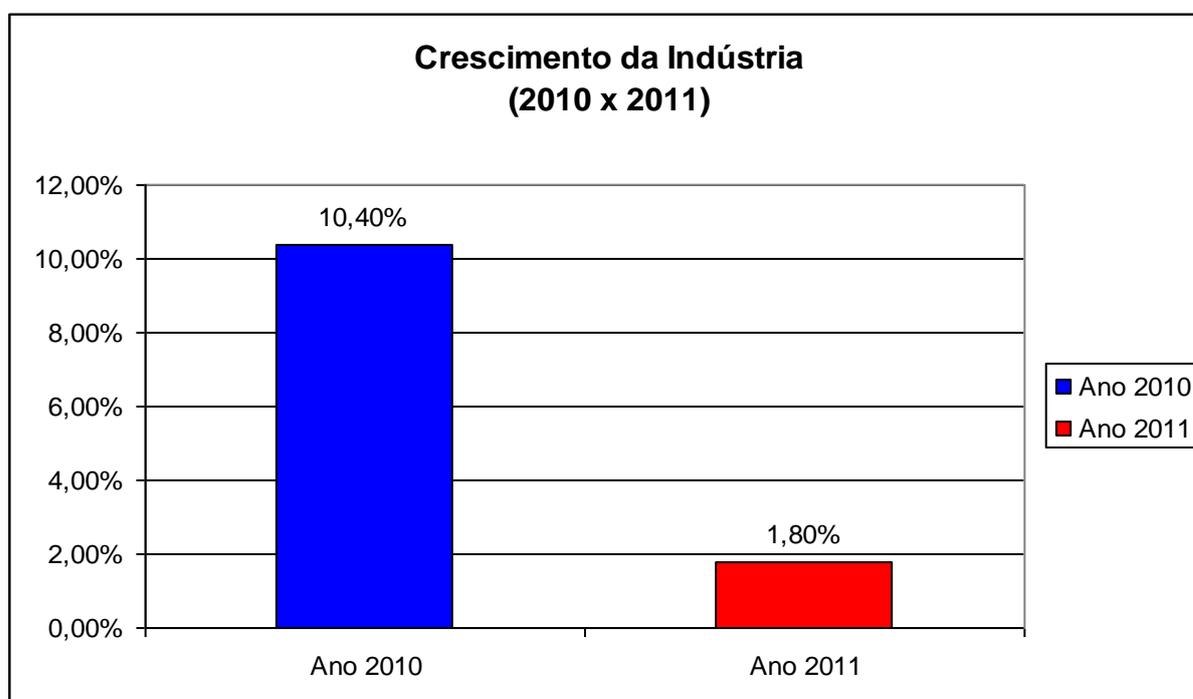
A indústria brasileira crescerá menos do que o Produto Interno Bruto (PIB) em 2012, segundo estima a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Assim, deverá ser repetida a performance de 2011, quando o setor manufatureiro também

teve uma expansão mais fraca (1,6%) do que a média da economia (2,7%) (ESTADÃO, 2012).

André Gerdau, Presidente da Gerdau, tem a mesma visão: “Há uma nítida retração da participação da indústria manufatureira no valor agregado das exportações. A perda de competitividade ocorre principalmente pela valorização do real, pelos juros e pelo excesso de tributação” (AS DUAS CARAS..., 2011, p. 104).

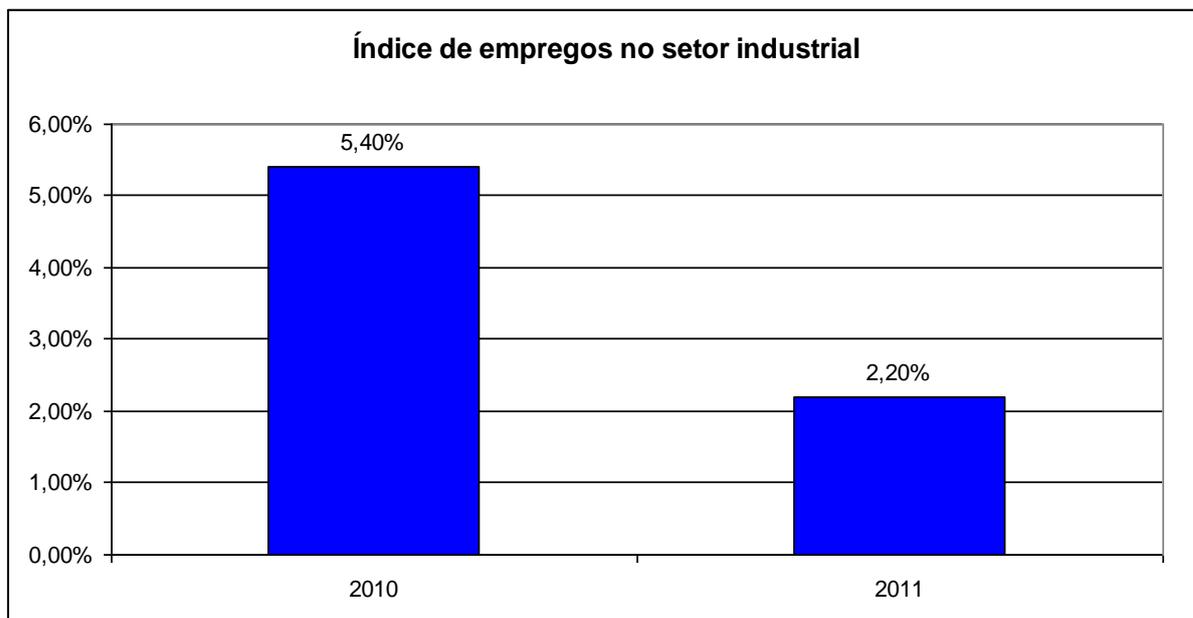
Para a Confederação Nacional da indústria (CNI), o percentual de crescimento da indústria brasileira em 2011 foi levemente superior ao percentual apontado pelo IBGE (1,6%). De acordo com a CNI, o crescimento da indústria foi de 1,8% ao fim de 2011, muito abaixo do recorde de 2010, quando atingiu 10,40%.

**Gráfico 20 - Crescimento da Indústria, pela CNI (2010 x 2011).**



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Jornal Zero Hora, Caderno Dinheiro, 18 dez. 2011. p. 3.

Os índices de crescimento de empregos no setor industrial também reduziram bastante, caindo para menos da metade num comparativo entre 2010 e 2011, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), constantes no gráfico abaixo:

**Gráfico 21 - Índice de empregos no setor industrial, pela CNI (2010 x 2011).**

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Jornal Zero Hora, Caderno Dinheiro, 12 fev. 2012. p. 3.

Conforme Ricardo Martins, diretor do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) a previsão para a contratação industrial em 2012 é uma redução de 5,8%, ocasionada pela baixa da atividade econômica do País (apud BRANDÃO, 2012).

Pereira (2011) diz que o Brasil, em decorrência dos efeitos da retomada da crise mundial, sofrerá uma sensível redução do crescimento da economia em 2012, decorrente, em especial, da desaceleração na indústria.

O economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Rogério Cezar de Souza, afirma que a redução da estimativa de crescimento do PIB deve-se muito à retração da produção industrial. (ZERO HORA, 2011c, p. 3).

A professora de economia da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), Maria de Fátima Barboza, afirma que: “Devido à crise internacional, para a indústria, em particular, tem o problema das importações, que são crescentes e desestimulam a atividade interna” (apud, DA SILVA, 2011).

Então, a ênfase nas exportações de produtos básicos gera um efeito de desindustrialização no Brasil, o que prejudica os estados que possuem os maiores parques industriais, que aos poucos perdem espaço no contexto de mercado para

as transações comerciais que envolvem as *commodities*, que possuem baixa oscilação de preços e tem demanda mundial constante.

Outro fator que afeta negativamente a indústria é a entrada de capital estrangeiro, que pressiona a valorização do real, torna as importações mais atrativas e tira a competitividade das exportações brasileiras. Esse assunto é abordado no item seguinte do trabalho.

#### 8.4 ENTRADA DE CAPITAL ESTRANGEIRO

O Brasil tem grande preocupação com relação à expansão monetária, que é fruto da injeção de liquidez que os países europeus vem realizando na União Europeia. No momento em que Banco Central Europeu injeta grandes somas de dinheiro nas economias avançadas, ocorre o que é chamado de “tsunami monetário”, termo metaforizado pela Presidente Dilma Rousseff. Com essa injeção de liquidez nas instituições do continente, os países emergentes de certa forma são prejudicados, pois as suas indústrias passam a perder competitividade.

Em geral, a causa primária da fabricação de dinheiro é o déficit público. A expansão monetária promovida pelos países em crise é alta. O volume de dinheiro emitido pelos Estados Unidos e Europa chega à elevada soma de US\$ 8,8 trilhões, valor equivalente a quatro vezes o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A razão essencial da emissão de 8,8 trilhões de dólares é a crise da dívida pública decorrente de déficits fiscais crônicos, tanto nos Estados Unidos como nos países da União Europeia. Mesmo os bancos centrais mais rigorosos e autônomos acabam expandindo a moeda quando há déficit público, para evitar calotes bancários e recessão econômica. (O TSUNAMI..., 2012)

Para a presidenta Dilma Rousseff, a concessão de empréstimos do Banco Central Europeu a juros baixos para os países da região é uma medida protecionista e que não pode ocorrer. No fim de fevereiro/2012, o Banco Central Europeu anunciou a liberação adicional de 530 bilhões de euros para os bancos europeus a juros de 1% ao ano. Em dezembro/2011, 489 bilhões de euros já haviam sido oferecidos aos bancos. (DILMA..., 2012)

A presidenta Dilma Rousseff critica a política cambial adotada pelos países desenvolvidos que, para tentar driblar a crise em que estão metidos, injetam dinheiro na economia mundial de forma irresponsável. Para a presidenta, a alta emissão de

moeda, nos moldes que vem sendo praticada por países da Europa e pelo Japão, provoca o que ela chamou de “tsunami monetário” nos mercados emergentes, como é o caso do Brasil, prejudicando a competitividade das indústrias nacionais. (PASSOS, 2012).

De acordo com Dilma, só os países da comunidade europeia despejaram no mercado internacional, até hoje, US\$ 4,7 trilhões de dólares, o que ela disse considerar uma política monetária “absolutamente inseqüente” do ponto de vista do que ela produz sobre os mercados internacionais. Dilma promete medidas de proteção industrial: “Nós vamos continuar desenvolvendo este país, defendendo a sua indústria e impedindo que os métodos de saída da crise dos países desenvolvidos impliquem na canibalização dos mercados emergentes”. (apud PASSOS, 2012).

O inglês Peter Mandelson, ex-Comissário de Comércio da União Europeia (UE), tem opinião divergente da Presidente Dilma, e diz que se não houvesse o “tsunami monetário”, o resultado poderia ser muito pior para os BRICS (grupo de países emergentes):

Sem essa liquidez adicional, teríamos de tomar enormes riscos em nosso sistema bancário, criando um possível colapso econômico. E isso teria um efeito muito mais desastroso na economia brasileira do que o ‘tsunami monetário’ (apud COSTA, 2012).

A chanceler alemã Angela Merkel diz que os países desenvolvidos tentam buscar solução para as maiores dificuldades por meio da injeção de recursos pelo BCE, e reclama dos mecanismos de proteção comercial adotados pelo Brasil e por vários países emergentes, acusando-os de protecionistas (DILMA,... 2012).

Merker afirmou, em discurso diante da presidente Dilma Rousseff, o seguinte: “A presidente falou que está preocupada com um tsunami de liquidez. Do nosso lado, nós estamos olhando onde estão as medidas protecionistas unilaterais” (SENTENÇAS, 2012, p. 14).

Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, discorda de Merkel e exalta as práticas de defesa do mercado como legítimas, rechaçando o rótulo de protecionismo brasileiro:

Temos de defender nosso mercado, não é protecionismo. Defesa do mercado está prevista nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra práticas predatórias, desleais (ZERO HORA, 2012, p. 3).

Com cada vez mais dinheiro sendo injetado nas economias desenvolvidas, a prática da especulação financeira cresce no país, pois, com a taxa de juros praticada no Brasil, será aqui que os especuladores internacionais vão despejar o dinheiro oriundo da injeção de grandes somas de recursos na Europa.

Rubens Teixeira (2012), Diretor Financeiro e Administrativo da Petrobras Transporte S/A (TRANSPETRO), afirma que o bloco dos BRICS está atento às injeções de liquidez do Banco Central Europeu, e enfatiza que essa conduta provoca a desvalorização do dólar frente ao real e o aumento do capital especulativo:

Existe uma desconfiança dos membros do bloco (BRICS) com a conduta dos países desenvolvidos de adotarem políticas monetárias que beneficiem as suas economias em detrimento dos efeitos perniciosos que podem causar nos países em desenvolvimento. Desvalorizações do dólar, por exemplo, podem tornar os produtos de um país mais caros, menos competitivos e inviabilizar a sua exportação. Estas desvalorizações ocorrem especialmente por conta de os bancos centrais americanos e europeus estarem injetando altas somas de dinheiro na economia, na tentativa de reaquecê-la. Esses recursos terminam sendo investidos em países como o Brasil, cujas taxas de juros são atrativas, gerando valorização da moeda doméstica. (RADIOGRAFIA..., 2012).

A explicação está na oportunidade criada para que investidores captem dinheiro no mercado internacional a taxas de juros baixíssimas e apliquem em títulos brasileiros à taxa Selic, atualmente em 9,75% ao ano. (O TSUNAMI..., 2012).

Com mais dinheiro nas carteiras, fruto da liquidez adicional, investidores de todo o mundo tendem a olhar com maior interesse as nações em desenvolvimento. Além de oferecerem projeções mais favoráveis de crescimento do PIB, estes países já não são percebidos como tão arriscados e possuem taxas de juros mais elevadas. O Brasil, com uma taxa de juro básica que deve fechar o ano em 9,5%, é candidato natural a receber recursos. (AÇÃO..., 2012)

O ministro Mantega concorda que a injeção de liquidez na Europa atrairá investidores para aplicar em títulos brasileiros, valendo-se da taxa de juros praticada no Brasil: "vai sobrar dinheiro para os países emergentes mais sólidos. Virá recurso especulativo ganhar dinheiro aqui. Eles vêm aqui buscar as nossas taxas, os nossos negócios" (SEM MEDIDAS..., 2012).

Além do preço do dólar estar baixo no mundo todo, a taxa de juros dos empréstimos no exterior é escandalosamente mais baixa do que a nacional (HERÉDIA, 2012).

A presidente Dilma promete providências para conter o capital especulativo e resguardar a indústria nacional, com a aplicação de novos ajustes na política cambial brasileira:

Nós teremos que criar outros mecanismos de combate aos processos que vão ser desencadeados por esses US\$ 4,7 trilhões (total de liquidez já injetada nos países europeus). Hoje as condições de concorrência são adversas, não porque a indústria brasileira não seja produtiva, não porque o trabalhador brasileiro não seja produtivo, mas porque tem uma guerra cambial, baseada numa política monetária expansionista, que cria condições desiguais de competição (apud PASSOS, 2012).

O governo federal vem adotando medidas para reforçar sua decisão de reduzir o fluxo de capital especulativo que entra no país para obter ganhos com a diferença entre os juros praticados nos países avançados e a taxa básica de juros brasileira. (MINISTÉRIO..., 2012)

Uma das medidas tomadas pelo governo para conter o ingresso de dólares no Brasil e, conseqüentemente, a pressão pela queda da cotação da moeda norte-americana, foi a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de baixar os juros de 10,5% para 9,75% ao ano. (MARTELLO, 2012). Foi o quinto corte consecutivo efetuado pelo Copom durante o governo da presidente Dilma e o maior desde junho de 2009, no sentido de dar seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias (COM TSUNAMI..., 2012).

Outra medida foi aumentar o prazo de incidência do IOF majorado de 6% para empréstimos buscados no exterior por empresas de 3 para 5 anos (MARTELLO, 2012). O objetivo da medida é desestimular a tomada de crédito no exterior para prazos mais curtos e reduzir o ingresso de dólares no país, evitando, assim, uma valorização excessiva do real (INCIDÊNCIA..., 2012).

O Banco Central também definiu que os exportadores que desejarem receber antecipadamente por suas vendas externas, nos chamados pagamentos antecipados (PA), deverão enviar o produto ao exterior em até 360 dias – limitando, assim, estas operações. Até o momento, não havia prazo formal para o envio (MARTELLO, 2012).

O ministro Guido Mantega defende que o dólar baixo prejudica a economia brasileira e defende um câmbio flutuante:

Dólar a R\$ 1,50 ou R\$ 1,60, como ocorreu no início de 2011, é ruim para a economia brasileira. É ruim para a indústria. É ruim para a

exportação. Dólar em R\$ 1,80 é melhor do que em R\$ 1,50. Não estamos buscando nem R\$ 1,70 ou R\$ 1,80. Gostamos da modalidade de câmbio flutuante. É bom que flutue (apud, MARTELLO, 2012)

O ministro Mantega diz que há efeitos colaterais nas medidas do governo para conter a entrada de capital externo e que o ideal seria ter um câmbio flutuante puro:

Somos partidários do câmbio flutuante, mas não podemos fazer papel de bobos e nos deixar levar pela manipulação feita nos países avançados (apud SEM MEDIDAS... 2012)

De acordo com o Ministro Guido Mantega, se as medidas de controle do ingresso de capital estrangeiro não tivessem sido implementadas, o dólar estaria abaixo de R\$ 1,40 e a indústria brasileira já estaria quebrada (SEM MEDIDAS..., 2012).

Atualmente, a taxa do dólar está um pouco acima de R\$ 1,70 (MARTELLO, 2012) e a equipe do governo trabalha no sentido de buscar um patamar que garanta a competitividade brasileira. Uma das alternativas seria a taxação do capital especulativo e a redução da taxa de juros, para que os recursos que entrem no país fomentem o crescimento, e não apenas o bolso dos investidores.

Mantega comenta sobre a cotação do dólar: "Conseguimos ficar com o dólar acima de R\$ 1,70. É um patamar que melhora a competitividade das exportações brasileiras, mas não é ideal. Apesar de não existir patamar ideal, quando maior for a cotação melhor para a indústria" (apud BRASIL..., 2012).

Então, a entrada de capital estrangeiro, proveniente da liquidez colocada nos países europeus e atraído pelas altas taxas de juros praticadas no Brasil, é um dos efeitos que a economia brasileira sente a partir da crise econômica internacional. Esse fato desestabiliza a economia, gera efeitos negativos na indústria, no emprego, no saldo comercial e nas taxas de crescimento. Além disso, com mais recursos ingressando no país, há uma pressão maior para a queda do dólar, o que torna as exportações mais caras e as importações mais atrativas, afetando o saldo comercial.

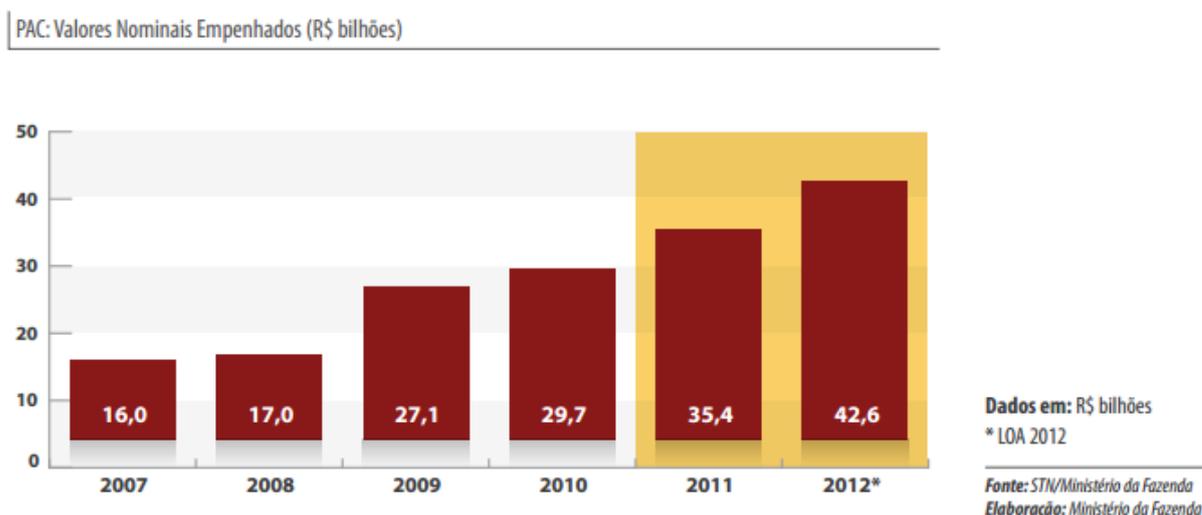
## 8.5 META DE INVESTIMENTOS

Quanto à meta de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a mesma não será alterada por conta da crise econômica que

afeta os Estados Unidos e alguns países da Europa. A garantia foi dada no último mês de agosto/2011 pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior. De acordo com a Ministra: “em hipótese alguma, o governo cogita rever as decisões já tomadas. Os investimentos são fundamentais, inclusive, para enfrentar essas turbulências”. Ela completou dizendo que a economia brasileira não está indiferente ao que se passa no resto do mundo: “Estamos preocupados, mas serenos para enfrentar essa situação como já o fizemos, em 2008”, disse, referindo-se à crise financeira internacional provocada pela instabilidade dos títulos imobiliários norte-americanos (ECONOMIA, 2011).

Os valores empenhados do PAC do Governo Federal apresentaram grande crescimento, alcançando R\$35,4 bilhões em 2011. Este valor representa aumento de quase 20% em relação a 2010 e de 121,3% entre 2007 e 2011. Em linha com o modelo de crescimento econômico sustentado no investimento, para 2012, estima-se um crescimento de 20,8%, alcançando R\$42,6 bilhões, de acordo com o boletim “Economia Brasileira em Perspectiva”, edição de fevereiro/2012.

**Figura 8 - Valores Nominais Empenhados para o PAC (R\$ bilhões)**



Fonte: STN/Ministério da Fazenda. Elaboração: Ministério da Fazenda

No que concerne à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), os investimentos serão próximos de 1 trilhão de reais no período 2011-2014. Aproximadamente 50% deste montante será direcionado a investimentos em Energia e 30% ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Após 2014, já há investimentos definidos para os setores de energia e transportes. Essas

informações constam no boletim “Economia Brasileira em Perspectiva”, publicação do Ministério da Fazenda, edição de fevereiro/2012. As informações sintetizadas seguem na figura abaixo.

**Figura 9 - Quadro de investimentos do PAC 2 (R\$ bilhões)**

PAC 2 (R\$ bilhões)			
PAC 2			
Eixos	2011-2014	Pós-2014	Total
PAC Comunidade Cidadã	23,0		23,0
PAC Água e Luz para Todos	30,6		30,6
PAC Cidade Melhor	57,1		57,1
PAC Transportes	104,5	4,5	109,0
PAC Minha Casa Minha Vida	278,2		278,2
PAC Energia	461,6	626,9	1.088,5
<b>Total</b>	<b>955,0</b>	<b>631,4</b>	<b>1.586,4</b>

Dados em: R\$ bilhões  
 Fonte: MPOG  
 Elaboração: Ministério da Fazenda

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração: Ministério da Fazenda

O governo federal informou, em 07/03/2012, que foram executados R\$ 204,4 bilhões em obras da segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) em 2011, primeiro ano da nova fase do programa. O valor representa 21% do investimento previsto até 2014 - R\$ 1 trilhão. (AMATO, 2012)

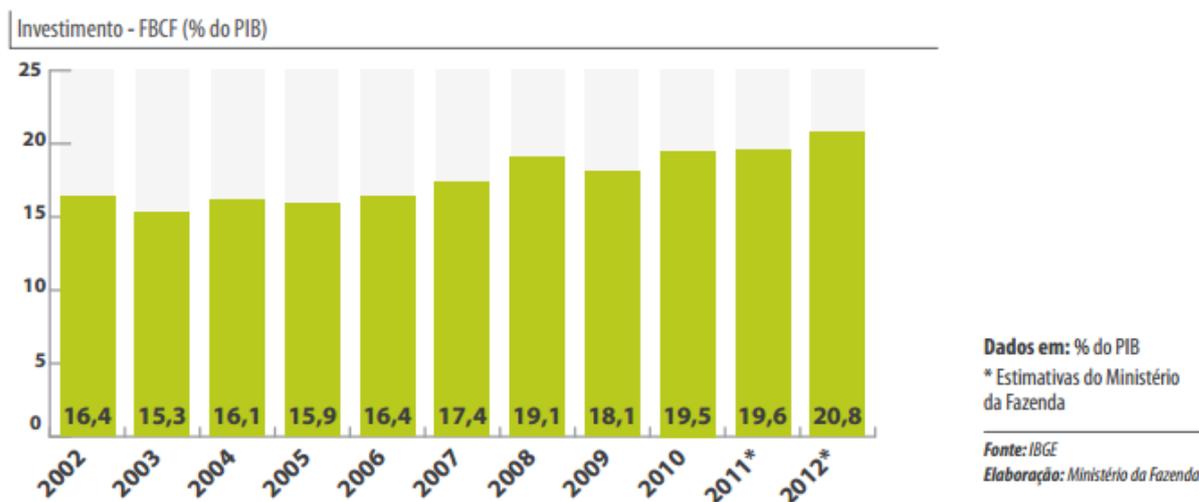
No mesmo dia, em 07/03/2012, o ministro da Fazenda Guido Mantega destacou que o aumento da taxa de investimento poderá ajudar o Brasil a apresentar uma taxa mais significativa de expansão econômica, prevendo um crescimento de 11% nos investimentos em 2012 e anunciando uma meta de investimentos na ordem de 24% do PIB em 2014:

Uma das forças propulsoras do crescimento em 2012 será o aumento do investimento público e privado. Temos a meta para 2014 de que o investimento atinja 24% do PIB. Neste ano (2012), o crescimento do investimento deve ser de 11% (MARQUES; SVERBERI, 2012).

O boletim “Economia Brasileira em Perspectiva”, publicação do Ministério da Fazenda, edição de fevereiro/2012, traz uma estimativa para o percentual de crescimento de investimento, que deve chegar a 20,8% do PIB em 2012. Isso quer

dizer que o modelo de crescimento adotado pelo Governo Federal dará ainda maior ênfase ao investimento em todos os setores da economia.

**Figura 10 - Estimativa de crescimento do investimento (em % do PIB)**



Fonte: IBGE. Elaboração: Ministério da Fazenda

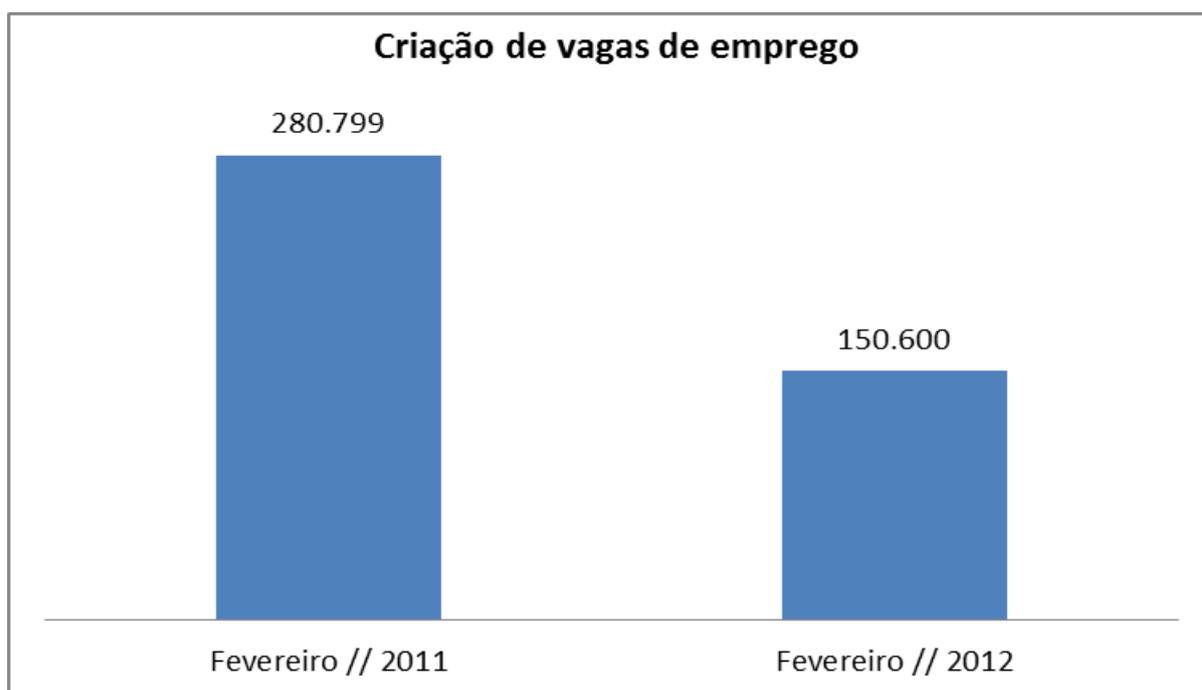
A avaliação de Mantega é que esses valores devem aumentar gradativamente em 2013 e no ano seguinte. Ele lembrou o fato de que somente a Petrobras investirá 83 bilhões de reais em 2012 (MARQUES; SVERBERI, 2012).

## 8.6 MERCADO DE TRABALHO

Quanto ao mercado de trabalho, conclui-se que a crise internacional gerou efeitos no emprego, pois se abateu sobre o mercado de trabalho brasileiro e ajudou a enfraquecer a geração de novas vagas com carteira, que já vinha perdendo fôlego por conta de desaceleração da atividade interna.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o total de novas vagas de emprego em fevereiro/2012 foi de 150.600, ou seja, 56,6% a menos na comparação com fevereiro/2011, quando foram geradas 280.799 vagas (MINISTÉRIO..., 2012).

Segue abaixo a representação gráfica desses dados, com base em informações do Ministério do Trabalho e Emprego:

**Gráfico 22 - Criação de novos empregos (vagas com carteira).**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Site do Ministério do Trabalho e Emprego

No início do ano (2011), o Ministério do Trabalho havia previsto um saldo de novas vagas na casa de 3 milhões para o final de 2011 (ECONOMIA..., 2011); porém, por conta do enfraquecimento da geração de empregos, forçada pela desaceleração da atividade interna, o resultado foi 1.966.449 vagas novas com carteira (PORTAL MTE/EMPREGO, 2012).

Para a professora de economia do INSPER (Instituto de Ensino e Pesquisa), Regina Madalozzo, em 2012 vão ser gerados menos empregos novos em relação a 2011.

Na previsão do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), 2012 será um ano com crescimento menor na contratação com carteira assinada do que o ano anterior. A expectativa é de 1 milhão a 1,5 milhão, mas com tendência para o menor número, já que o crescimento da economia deve ser semelhante ao de 2011 (apud, VELLUTO, 2012).

## 8.7 CONSTATAÇÕES

Resumindo, a crise internacional resultou em estagnação econômica e redução no consumo das famílias no terceiro trimestre de 2011, em comparação

com os três meses anteriores, o que motivou o governo a lançar políticas de incentivo ao consumo.

A mesma turbulência externa não apresentou efeitos drásticos na economia brasileira no que concerne às exportações, que bateram recordes em 2011, impulsionadas pela alta nos preços das *commodities*, sendo que a balança comercial apresentou o maior superávit em quatro anos, com o Brasil exportando, cada vez mais, para países em desenvolvimento.

A desaceleração econômica da Europa e Estados Unidos impulsionou o Brasil em alguns pontos, que ganhou em importância no que tange a exportações, aumentando os preços dos produtos e das operações nas vendas ao mercado internacional. A grande demanda externa por alimentos proporcionou ao agronegócio brasileiro o total de 40% do somatório de exportações em 2011, e essa ênfase em *commodities* vem gerando um efeito de desindustrialização pela perda da competitividade dos manufaturados, com a indústria apresentando crescimento medíocre de 1,6% em 2011, conforme o IBGE.

A crise econômica internacional não vai gerar efeitos negativos na meta de investimentos do governo, pois as ações do PAC serão mantidas, inclusive como ferramenta de enfrentamento às turbulências, além da estimativa de investimentos na ordem de 20,8% do PIB em 2012 e 24% em 2014, de acordo com o Ministério da Fazenda.

A crise externa gerou efeitos no emprego. Segundo o MTE, o total de novas vagas de emprego em fevereiro/2012 foi de 150.600, ou seja, 56,6% a menos na comparação com fevereiro/2011, por conta da desaceleração da atividade interna, resultado da crise internacional.

A grande injeção de liquidez nas economias europeias também vem trazendo preocupações ao país, pois isso aumenta o capital especulativo, afeta a competitividade da indústria nacional e traz desequilíbrios, prejudicando as exportações e canibalizando os mercados emergentes.

Na pesquisa de campo, foi feita a seguinte pergunta, pertinente com a abordagem do presente capítulo: “Na sua opinião, quais são os principais efeitos que a economia brasileira pode sentir a partir de uma crise global?”

Respostas: 50% (33 pessoas) respondeu “enfraquecimento na geração de empregos”, 47% (23 pessoas) respondeu “queda nas exportações e aumento de importações”, 38% (25 pessoas) respondeu “déficit no saldo comercial”, 35% (23

peças) respondeu “retração na produção industrial, pela forte concorrência de importados”, e 30% (20 pessoas) respondeu “queda no consumo interno das famílias”.

Comparando com a realidade, a única alternativa que de fato não ocorreu foi o déficit comercial, pois houve superávit. As outras quatro alternativas aconteceram, pois foram gerados menos empregos, houve aumento de importações, retração na produção industrial e queda no consumo das famílias no terceiro trimestre/2011.

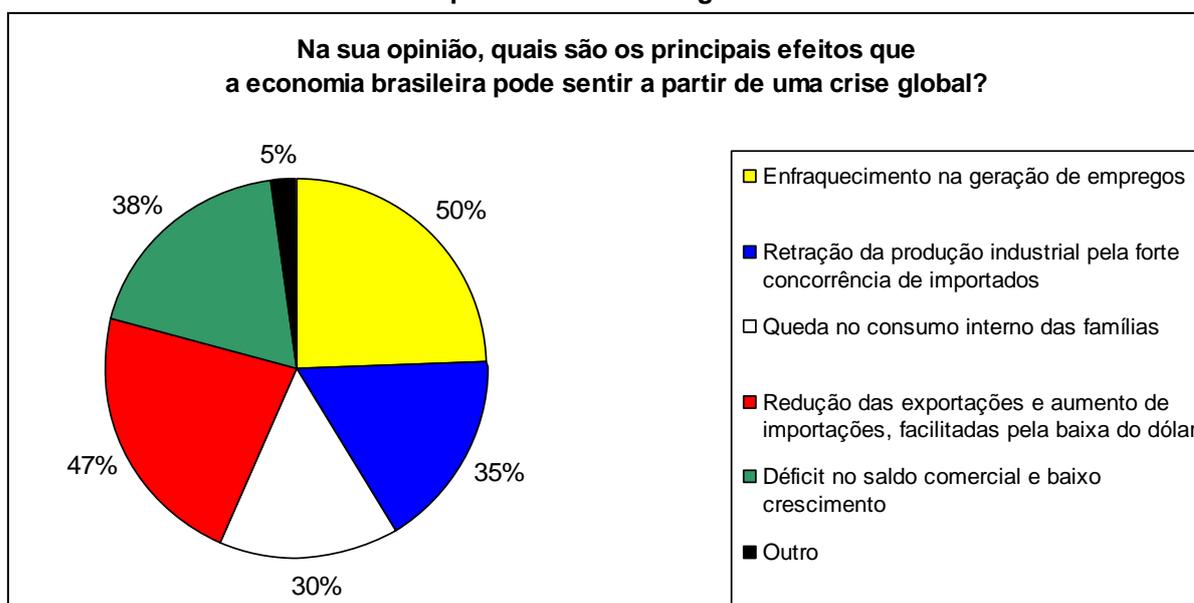
O entrevistado nº. 33, de Bagé/RS, que é Mestre e Economista, diz que um dos efeitos que o Brasil pode sentir por conta da crise externa é a retirada dos investimentos por parte dos investidores.

O entrevistado nº. 49, de Santana do Livramento/RS, que é Professor Universitário e Mestre em Administração, apontou a desindustrialização em segmentos que dependem da variação cambial para exportar seus produtos como um dos efeitos a serem sentidos no Brasil por conta da crise internacional.

O entrevistado nº 17, Mestre, da cidade de Pelotas/RS, apontou a forte redução na oferta de crédito, como um dos possíveis efeitos da crise para o Brasil.

Ou seja, a presente questão da pesquisa de campo veio a ratificar a revisão bibliográfica, que apontou o enfraquecimento da geração de empregos, aumento de importações e retração na produção industrial como alguns dos principais efeitos que o Brasil pode sentir a partir de uma crise externa.

**Gráfico 23 – Opinião dos entrevistados sobre os efeitos que a economia brasileira pode sentir a partir de uma crise global.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

## 9 PESQUISAS SOBRE PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

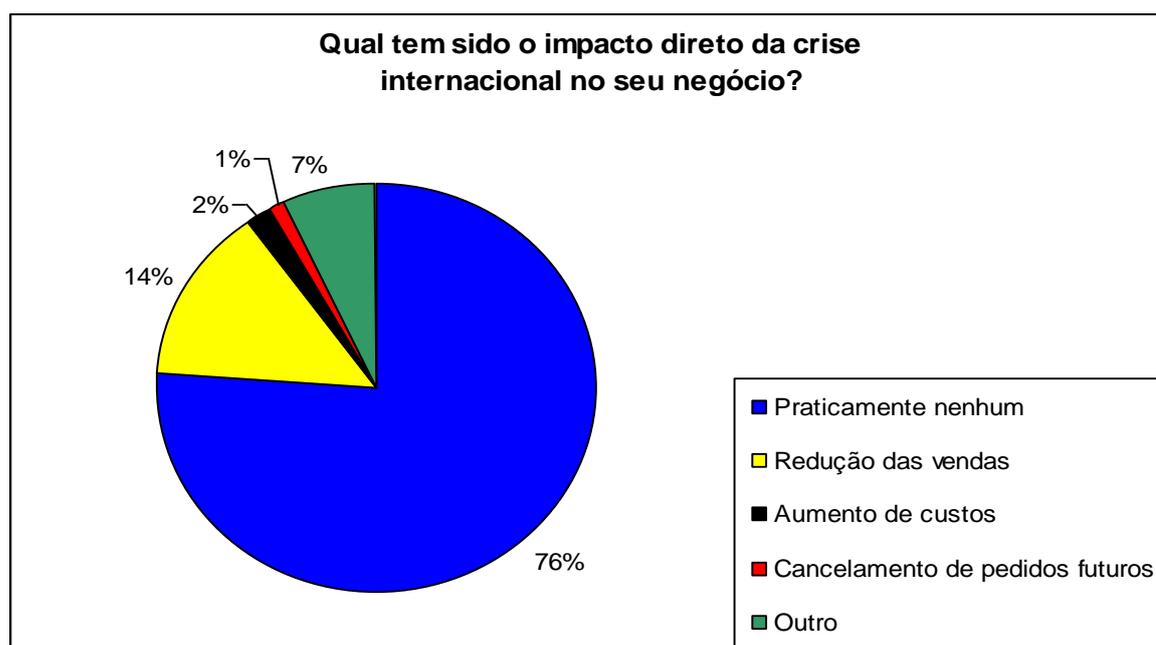
O brasileiro tem se mantido otimista em relação à economia nacional em um cenário de crise financeira externa com expectativa de recessão em muitos países.

Pesquisa do Instituto de Pesquisas de Mercado (IPM) da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), que ouviu 250 (duzentos e cinquenta) empresários da Região Metropolitana de Porto Alegre, mostra que, mesmo com a atual crise internacional, que traz incerteza aos mercados, o clima é de otimismo para 2012. De acordo com a pesquisa, no quesito exportações, 78% dos entrevistados preveem aumentar ou manter o volume de embarques em vendas para o exterior, apesar da turbulência internacional (ZERO HORA, 2011d, p. 8).

A mesma pesquisa mostrou que o cenário de incertezas provocado pela crise financeira internacional não traz preocupações à grande maioria dos empresários entrevistados. Foi feita a seguinte pergunta: “Em relação à recente turbulência econômica dos Estados Unidos e Europa, qual tem sido o impacto direto em seu negócio?”.

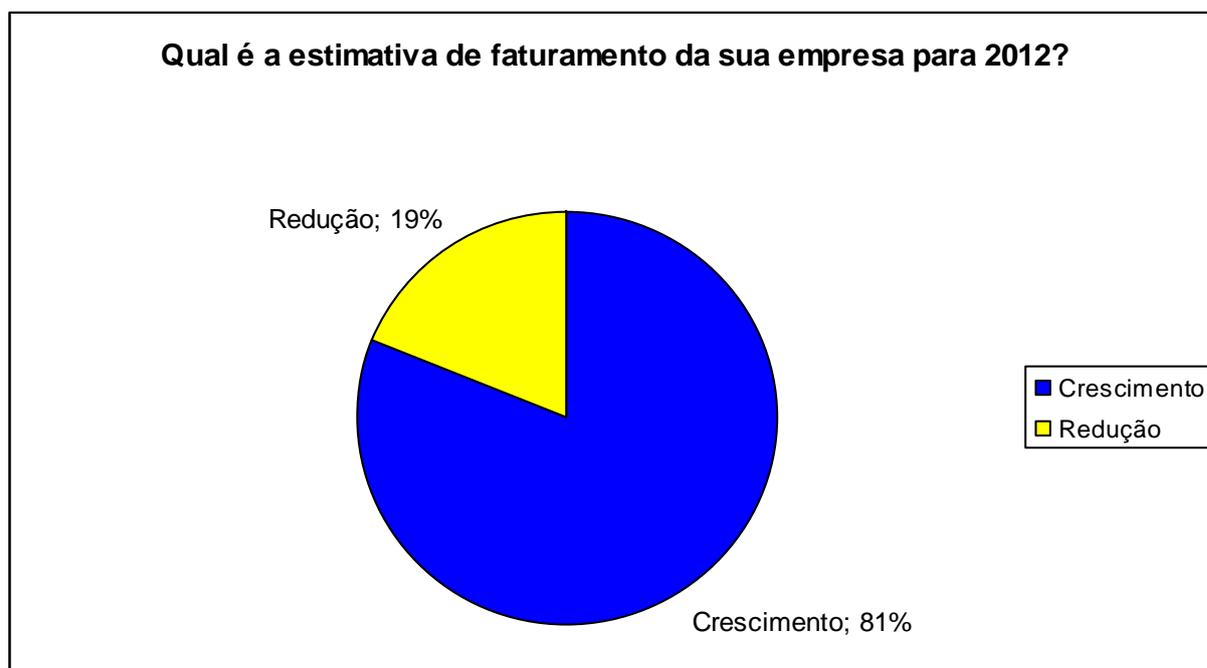
Resultado: 76% dos entrevistados respondeu “praticamente nenhum”, 14% respondeu “redução das vendas”, 2% respondeu “aumento de custos”, 1% respondeu “cancelamento de pedidos futuros” e 7% respondeu “outro”.

**Gráfico 24 – Opinião sobre impacto da crise internacional para os negócios de empresários.**



Apesar da turbulência internacional e de seus efeitos no mercado interno, 81% dos 250 empresários entrevistados pelo IPM da UNISINOS espera crescimento no faturamento para 2012, conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 25 - Estimativa de faturamento de empresários para 2012.**



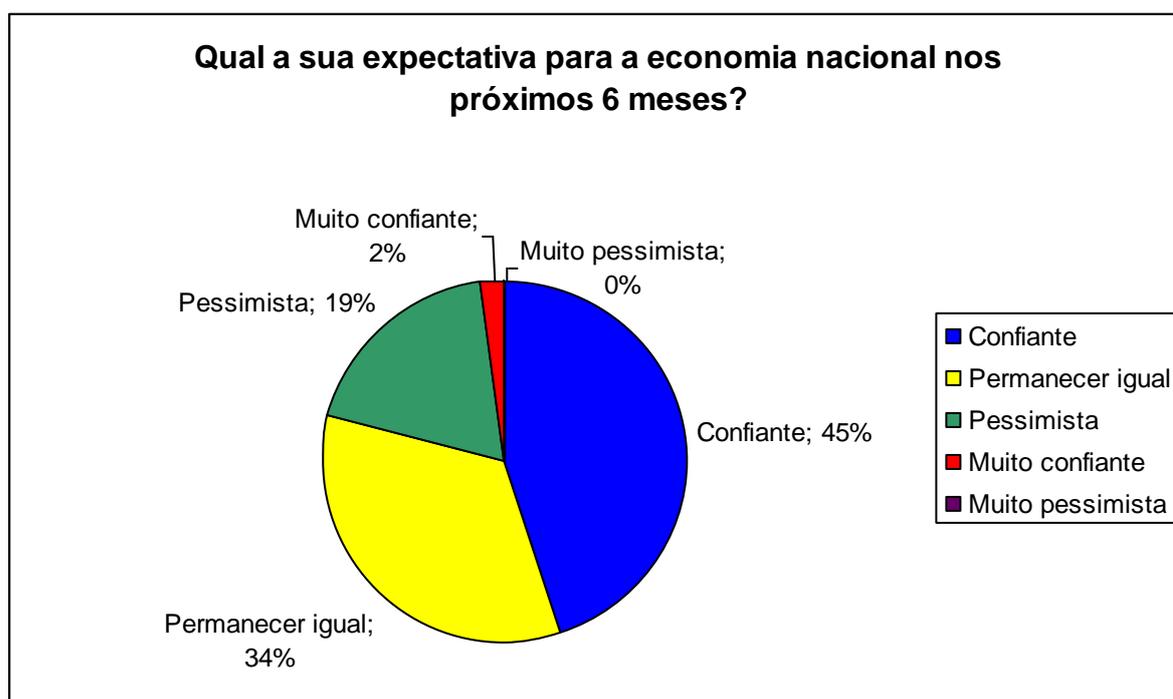
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Jornal Zero Hora, Caderno Dinheiro, 04 dez. 2011. p. 8

Para os próximos seis meses (1º semestre de 2012), os empresários estão otimistas quanto ao panorama econômico em curto prazo. A maior parcela dos entrevistados mantém a expectativa de que a economia nacional terá um bom desempenho em 2012, mesmo diante de um cenário de crise externa. A pergunta foi: “Qual a sua expectativa para a economia nacional?”.

Resposta: 45% respondeu “confiante”, 34% respondeu “permanecer igual”, 19% respondeu “pessimista”, 2% respondeu “muito confiante” e 0% respondeu “muito pessimista”.

Segue abaixo o gráfico contendo esses percentuais, o que demonstra que a maioria dos participantes da enquete da UNISINOS mostrou-se confiante e otimista em relação à economia nacional.

Gráfico 26 - Expectativa para a economia nacional nos próximos 6 meses.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Jornal Zero Hora, Caderno Dinheiro, 04 dez. 2011. p. 8

A pesquisa de campo do presente trabalho apresentou pergunta semelhante: “Qual a sua expectativa para a economia nacional em 2012?”.

Respostas: 33 pessoas, o que equivale à metade dos entrevistados (50%) respondeu “confiante”; 35% (23 pessoas) respondeu que a economia deverá “permanecer igual” a 2011; e 14% (9 pessoas) respondeu “pessimista”.

Então, a pesquisa de campo constatou um índice de pessimismo muito pequeno entre os participantes que responderam ao questionário, e que a metade dos respondentes mostrou-se confiante em relação ao desempenho da economia brasileira em 2012, independente do cenário de crise que traz desequilíbrios às nações desenvolvidas.

Segue abaixo a representação gráfica da questão, contendo os percentuais observados:

Gráfico 27 – Opinião sobre expectativa dos entrevistados para a economia nacional em 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Outra pesquisa semelhante, denominada Barômetro Global de Otimismo, realizada pelo Ibope Inteligência Pesquisa e Consultoria Ltda, em parceria com a *Worldwide Independent Network of Market Research (WIN)*, apontou que o ano de 2012 será melhor do que 2011 para os brasileiros.

Foram realizadas 2.002 entrevistas domiciliares em âmbito nacional, no mês de dezembro de 2011, com pessoas das classes A, B, C, D e E. O resultado é recorde pelo terceiro ano seguido, de acordo com a imagem abaixo, que contem a proporção do otimismo nos últimos levantamentos:

**Figura 11 – O ano de 2011 será melhor ou pior que 2010? O ano de 2012 será melhor ou pior que 2011?**



Fonte: Ibope Elaboração: Ibope.

A mesma pesquisa perguntou aos entrevistados a seguinte questão: O ano que vem (2012) será um ano de maior prosperidade econômica, maior dificuldade econômica ou será igual ao ano que passou? As respostas seguem na imagem abaixo, que apontam que 60% dos entrevistados respondeu que 2012 será de maior prosperidade do que 2011.

**Figura 12 – O ano que vem será um ano de maior prosperidade econômica, maior dificuldade econômica ou será igual ao ano que passou?**



Fonte: Ibope Elaboração: Ibope.

O barômetro global de otimismo indica que metade da população mundial está feliz e satisfeita com a sua própria vida. No Brasil esse índice é bem maior: 76% garantem estar muito satisfeitos com suas vidas.

**Figura 13 – Como você se sente em relação a sua vida atualmente?**

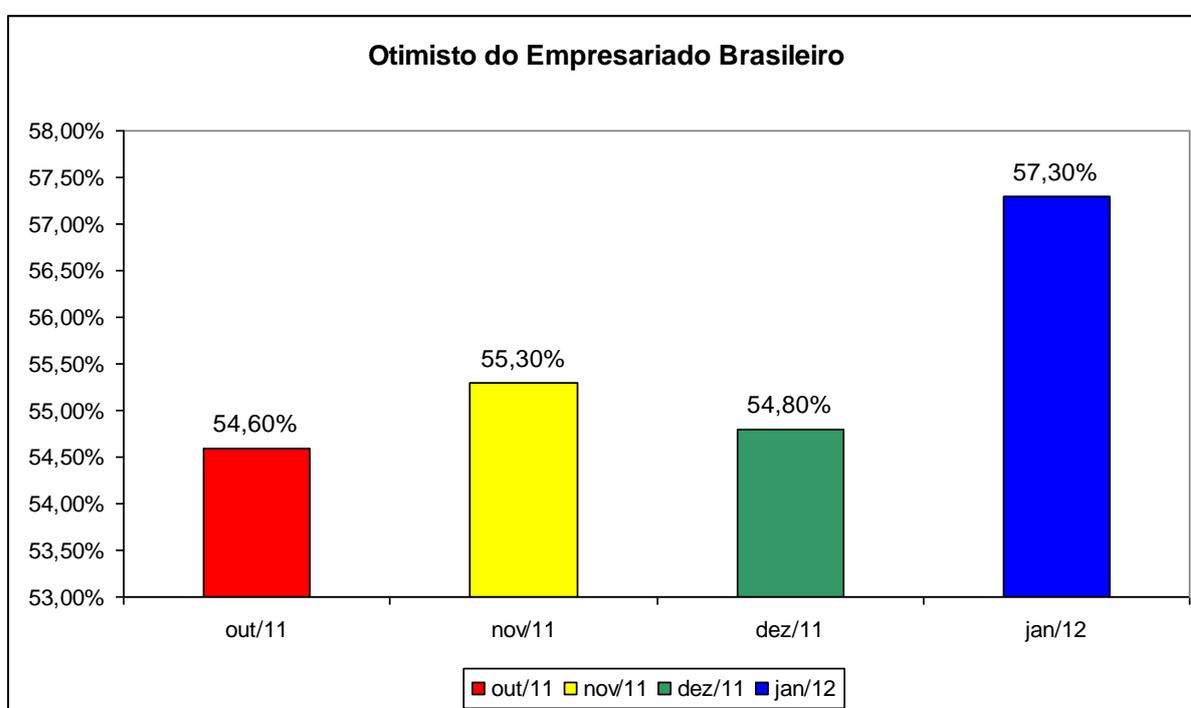


Fonte: Ibope Elaboração: Ibope.

De acordo com a pesquisa do Ibope, para 74% dos brasileiros, 2012 será melhor do que 2011 e 60% acredita que será um ano de prosperidade econômica. Esse mesmo otimismo se reflete na vida pessoal: 76% garantem estar muito satisfeitos com suas vidas. (IBOPE..., 2012)

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) também divulgou pesquisa questionando o otimismo dos empresários diante de um cenário de incerteza econômica externa. O índice acima de 50 pontos indica que os empresários estão confiantes, de acordo com o gráfico abaixo, contendo as variações dos últimos meses:

**Gráfico 28 - Percentual de otimismo do empresariado brasileiro.**



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Jornal Zero Hora, Caderno Dinheiro, 29 jan. 2012. p. 3

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também realizou pesquisa sobre o otimismo do brasileiro em relação à economia nacional, através do Índice de Expectativas das Famílias (IEF), em sua 18ª edição, publicada em fevereiro de 2012.

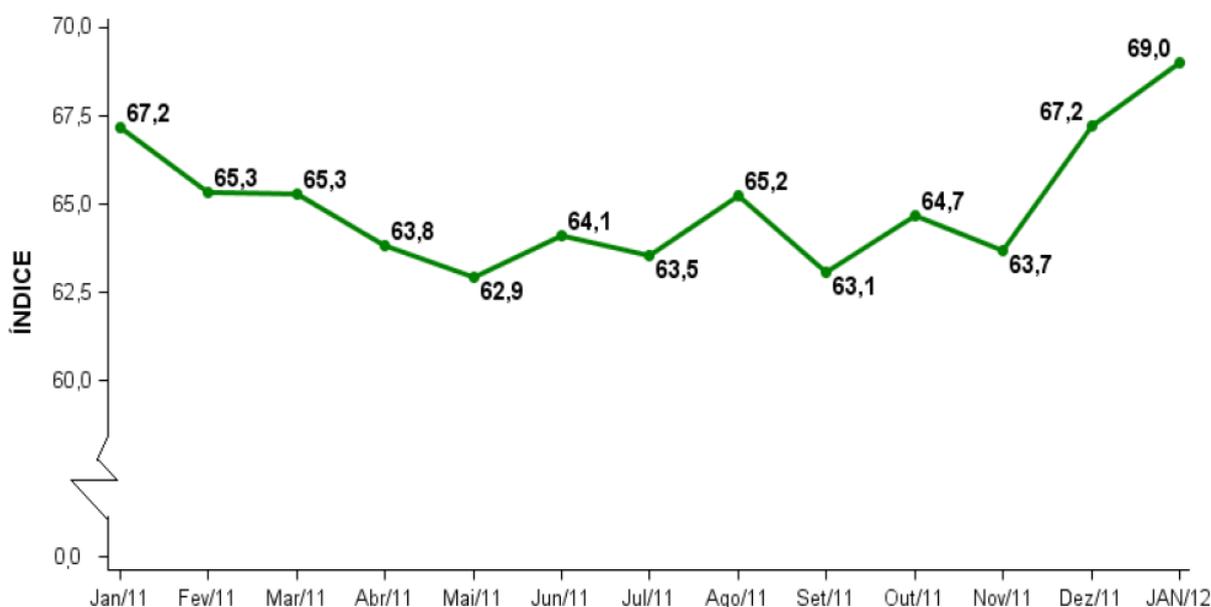
Essa pesquisa é realizada em 3.810 domicílios, distribuídos por mais de 200 municípios em todas as unidades da federação, abordando temas como: situação econômica nacional; condição financeira passada e futura; decisões de consumo; endividamento e condições de quitação de dívidas e contas atrasadas; mercado de

trabalho, especialmente nos quesitos segurança na ocupação e sentimento futuro de melhora profissional (IPEA, IEF, 2012).

A décima oitava edição do IEF aponta que os brasileiros permanecem otimistas em relação à situação socioeconômica do País. O índice apurado em janeiro/2012 foi de 69 pontos, o mais alto já registrado desde o início do índice. O valor é superior ao mês anterior (dez/2011) – 2,8 pontos acima - e ao apurado há um ano, em janeiro de 2011, quando também registrou 67,2 pontos (IPEA, IEF, 2012).

**Figura 14 – Índice de Expectativas das Famílias. Brasil. Janeiro/2011-Janeiro/2012.**

**Gráfico 1: Índice de Expectativas das Famílias. Brasil.  
Janeiro/2011-Janeiro/2012**



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 18<sup>a</sup> Índice de Expectativas das Famílias (IEF)

Registre-se que, em fevereiro de 2012, o percentual de otimismo das famílias brasileiras com a economia nacional caiu de 69,00 para 67,2 pontos (NÚMERO negativo, Jornal Zero Hora, p. 3. 18/03/2012).

Parte da tranquilidade do brasileiro em relação à economia vem da confiança e da importância que o país vem ganhando frente à atual conjuntura mundial, que apresenta um cenário de crise.

## 10 A IMPORTÂNCIA DO AUMENTO DA CLASSE CONSUMIDORA BRASILEIRA DIANTE DA CRISE INTERNACIONAL

A classe consumidora do Brasil cresceu consideravelmente nos últimos anos. Milhões de pessoas que antes não consumiam, por estarem abaixo da linha da pobreza, migraram para patamares superiores da economia, o que lhes dá condições de garantir a subsistência por seus próprios meios.

Com o aumento do mercado consumidor, que se apresenta cada vez mais crescente e dinâmico, há um favorecimento do cenário econômico, com mais pessoas consumindo, criando-se a expectativa de uma economia aquecida frente aos efeitos negativos do mercado no mundo desenvolvido.

O crescimento da demanda interna tem condições de garantir o dinamismo da atividade no país, mesmo com o agravamento da crise econômica internacional, com estimativa de crescimento do PIB de 2012 sendo auxiliado pela demanda doméstica (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012).

De acordo com um estudo divulgado em abril/2010 pela fundação alemã Bertelsmann, o Brasil está entre os países que menos sentem os impactos da crise internacional, devido à demanda interna, que teria ajudado o país a contornar a crise. Isso se deve em parte às reformas e aos programas sociais do governo, que aumentaram a renda média dos brasileiros, permitindo um aumento do mercado consumidor, diz a pesquisa (CRESCENTI, 2010).

De acordo com outra pesquisa divulgada em 27 de junho de 2011, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), do início de 2003 até maio de 2011, 48,7 milhões de pessoas entraram nas classes A, B e C no Brasil, quase a população da Espanha, um crescimento de 47,94%. Somente na classe C foram 39,5 milhões de novos integrantes no período, um aumento de 46,57% (G1 ECONOMIA, 2012a).

A Presidente Dilma comemora o fato de 40 milhões de pessoas terem chegado à classe média:

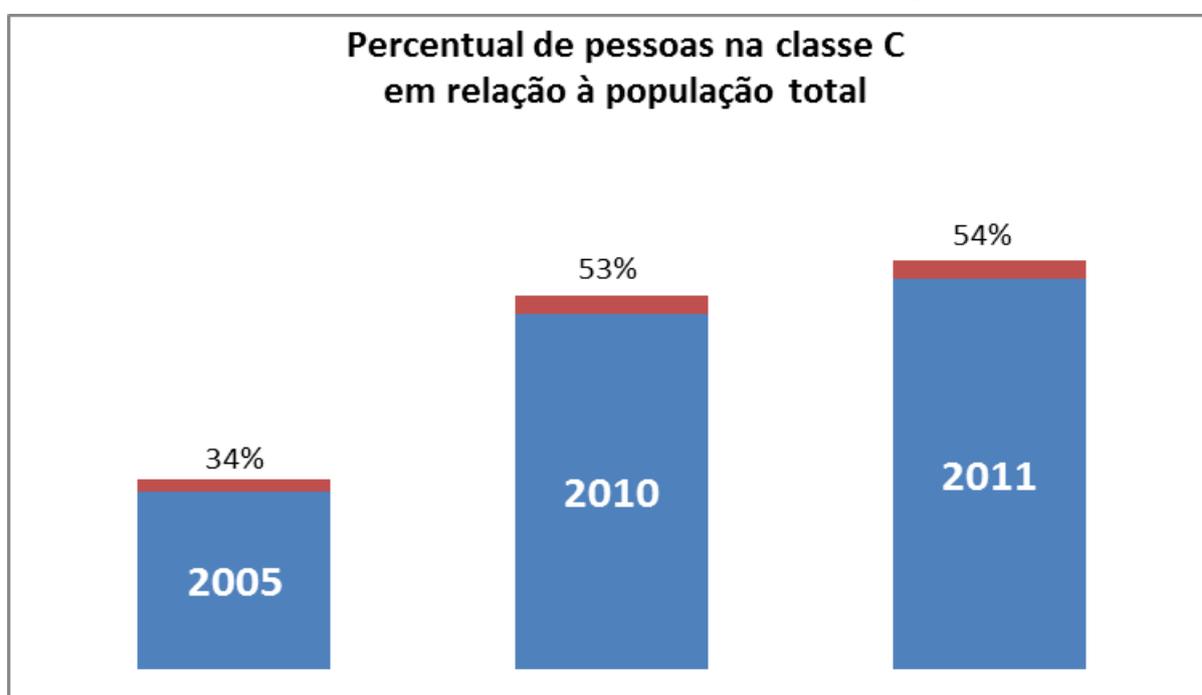
Cerca de 40 milhões chegaram à classe média. E chegaram à classe média vindos das camadas mais pobres da população. Para a gente ter uma noção desta proporção é como se, neste período, nós tirássemos da pobreza toda Argentina. É um feito enorme e este feito é muito importante porque significa que todos esses brasileiros e brasileiras se juntaram a um grupo de cidadãos que tem mais acesso à saúde. Nós sabemos que este processo vai continuar, tem o empenho do governo brasileiro (apud THURM, 2011).

A sétima edição da pesquisa “Observador Brasil 2012”, feita pela empresa Cetelem BGN, financeira do grupo francês BNP Paribas, em parceria com o instituto *Ipsos Publics Affairs*, apontou que a maior da parte da população brasileira (54%) já faz parte da classe C, o que equivale a 103 milhões de pessoas. (ARAGÃO, 2012)

Isso representa uma mudança em relação ao verificado em 2005, quando a maioria da população (51%) estava nas classes D/E. De 2010 a 2011, a classe C recebeu 2,7 milhões de brasileiros. (MOREIRA, 2012)

Conforme o gráfico abaixo, em 2005, a classe C equivalia a 34% da população, e hoje esse percentual representa 54% do total de brasileiros.

**Gráfico 29 - Percentual de pessoas na Classe C em relação à população total. 2005 a 2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa “Observador Brasil 2012”, empresa Cetelem BGN

O ex-analista econômico do Banco Central, Professor da UNB (Universidade de Brasília) e membro do Conselho Federal de Economia (COFECON), Newton Marques, afirma que o mercado interno salvará novamente o Brasil de uma nova crise. Segundo ele: “Com os programas de distribuição de renda, o país aumenta cada vez mais sua massa salarial. Ou seja, há mercado interno. Por isso, se os investidores estrangeiros olharem com cuidado para o Brasil, certamente verão que somos a menina dos olhos do mundo”, argumentou o ex-analista do BC. “Nesse ponto, precisamos dar a mão à palmatória ao ex-presidente Lula [Luiz Inácio Lula da Silva]”, completou (apud CASTANHO, 2011).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera que a economia em 2012 continuará sustentada pelo consumo doméstico. Isso porque houve o aumento do salário-mínimo, o relaxamento da política monetária e uma expansão dos gastos públicos (CONSUMO..., 2012).

O Ministério da Fazenda estima que a demanda doméstica continuará a ser o principal fator de crescimento econômico brasileiro em 2012, situando-se no patamar de 5,6% do PIB, ante 4,7% previsto para 2011, conforme gráfico abaixo, do boletim do Ministério da Fazenda: “Economia Brasileira em Perspectiva”, edição agosto/outubro de 2011:

**Figura 15 – Decomposição do crescimento do PIB no Brasil. Ótica da Demanda (%a.a.).**



Fonte: IBGE, Elaboração: Ministério da Fazenda

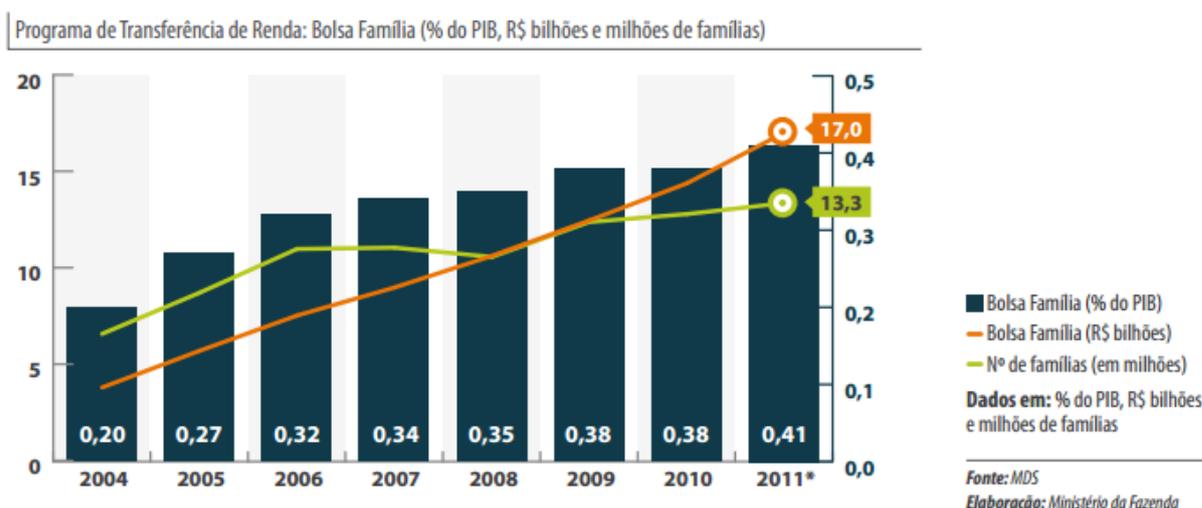
A demanda reprimida das famílias brasileiras que ascenderam à classe média nos últimos anos é o que deve sustentar o crescimento do consumo interno e, por conseguinte, o desempenho da economia, mesmo diante da crise. A avaliação é da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Para Roque Pellizzaro Junior, presidente da CNDL: “é importante a manutenção do consumo interno mesmo diante de um aperto maior dos juros em função de uma inflação persistente e das incertezas a respeito da recuperação de economias desenvolvidas como Estados Unidos e Zona do Euro” (PORTAL ADMINISTRADORES, 2011).

O programa Bolsa-Família é um dos principais responsáveis pelo fato de 40 milhões de brasileiros terem ascendido socialmente. Essa mudança de patamar, consistente e acelerada, foi uma das principais responsáveis pelo fato de o país não ter sido tão afetado pela crise global na comparação com algumas economias

avançadas. Com mais dinheiro no bolso, os brasileiros conseguiram manter o mercado aquecido até mesmo no auge da crise internacional iniciada em 2008, atenuando para o Brasil o impacto das sequelas sobre o consumo, a renda e o nível de emprego (IMPOSTO..., 2011).

Conforme o boletim do Ministério da Fazenda “Economia Brasileira em Perspectiva”, edição referente ao mês de fevereiro/2012, o programa “Bolsa Família”, reconhecido como um dos programas mais eficientes em reduzir a pobreza, fornece assistência a 13,3 milhões de famílias, com recursos na ordem de 0,41% do PIB, conforme a figura abaixo, que traz os números entre 2004 e 2011:

**Figura 16 – Programa Bolsa Família: 2004-2011 (em % do PIB, bilhões e milhões de famílias).**



Fonte: MDS, Elaboração: Ministério da Fazenda

A ascensão de milhões de brasileiros à classe “C” traz grande expectativa a todos os segmentos do mercado, devido ao forte potencial de consumo adquirido nos últimos anos por essa categoria de brasileiros.

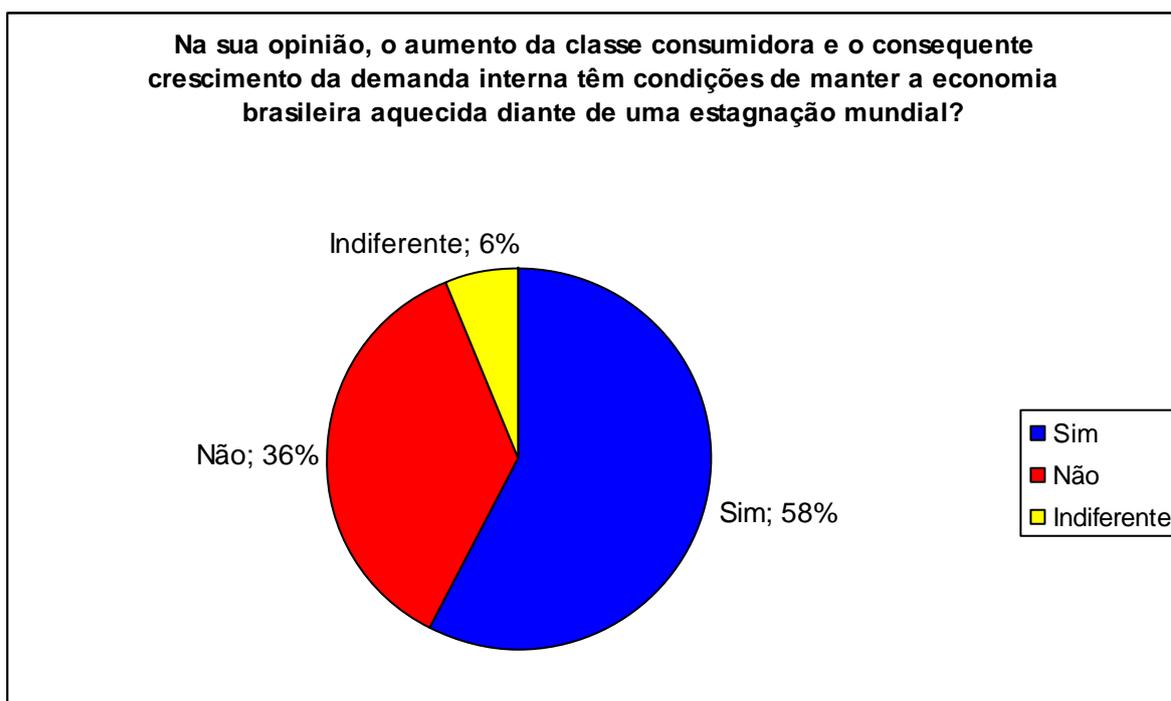
A maior vantagem do aumento da classe consumidora brasileira reside no fato de que, com cada vez mais pessoas consumindo, têm-se uma expectativa de que boa parte do que for produzido no Brasil tenha como garantia de consumo o próprio mercado interno, pois a dinâmica da economia brasileira, diferente de outras épocas, está calcada na demanda doméstica.

Nesse enfoque, a pesquisa de campo do trabalho apresentou a seguinte pergunta: “Na sua opinião, o aumento da classe consumidora e o conseqüente crescimento da demanda interna têm condições de manter a economia brasileira aquecida diante de uma estagnação mundial?”

Resposta: 58% dos respondentes (38 pessoas) disse que “sim”, 36% (24 pessoas) disse que “não” e 6% (4 pessoas) respondeu indiferente.

Segue abaixo a representação gráfica:

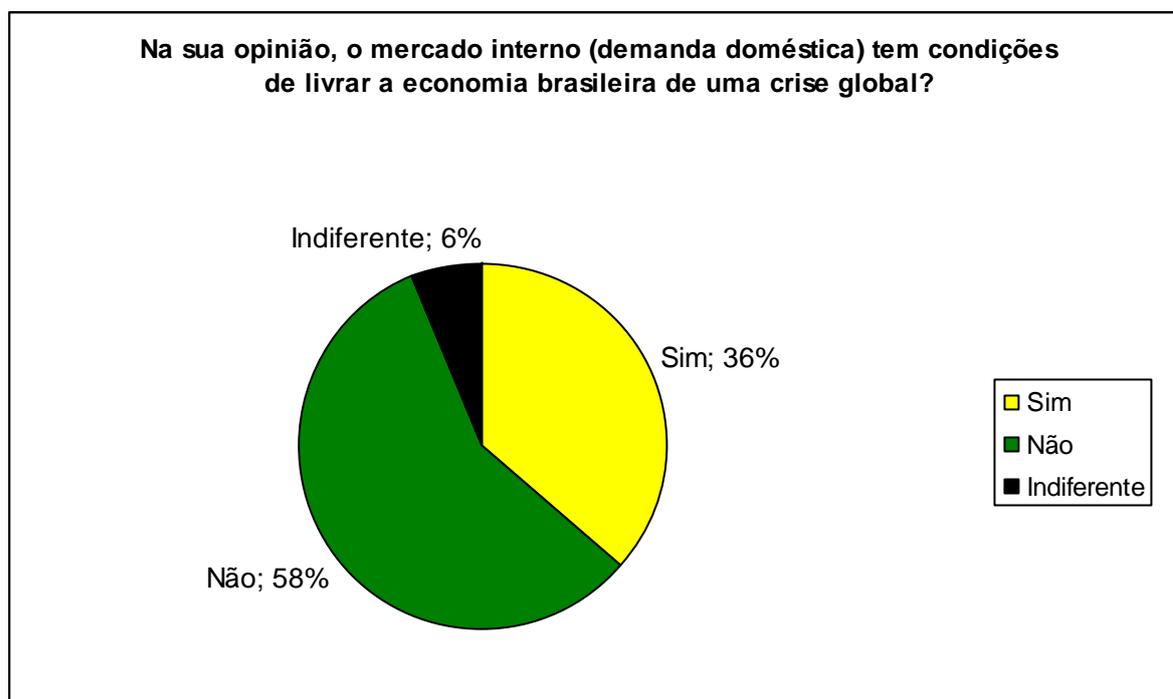
**Gráfico 30 – Opinião dos entrevistados sobre manutenção da economia brasileira aquecida a partir do aumento da classe consumidora e o consequente crescimento da demanda interna.**



A pesquisa de campo propôs outra questão acerca do aumento do mercado consumidor interno: “Na sua opinião, o mercado interno (demanda doméstica) tem condições de livrar a economia brasileira de uma crise global?”

Respostas: 58% dos entrevistados (38 pessoas) respondeu “não”, 36% (24 pessoas) respondeu “sim” e 6% (4 pessoas) respondeu indiferente, conforme o gráfico abaixo.

**Gráfico 31 - Opinião dos entrevistados sobre a capacidade do mercado interno livrar a economia brasileira de uma crise global.**



As respostas para essas duas questões apresentadas no questionário da pesquisa de campo indicam que a maioria dos entrevistados acredita que o aumento do mercado consumidor interno tem condições de manter a economia brasileira aquecida diante de uma crise internacional. Por outro lado, os respondentes dizem que o mercado interno brasileiro, por si só, não possui condições de livrar a economia brasileira de uma crise global.

## **11 AS POLÍTICAS DE INCENTIVO AO CONSUMO E SUAS VANTAGENS FRENTE AOS EFEITOS DA CRISE EXTERNA**

As medidas de incentivo ao consumo são respostas do governo às turbulências na economia internacional. São intervenções de ordem econômica que o governo realiza objetivando adequar a economia em patamares que garantam a competitividade nacional. Essa tem sido uma prática recorrente da equipe econômica do governo brasileiro.

Através do Banco Central, o governo vem dizendo que o brasileiro deve continuar consumindo, devido à força do mercado interno que é muito grande, com a justificativa de que, se for mantido o ritmo de consumo estará sendo garantindo o fôlego da economia sem sofrer grandes impactos por conta da crise econômica internacional. O governo vem estimulando essa prática através de ações como a liberação de depósitos compulsórios aos bancos, redução de impostos e de taxa de juros para incentivar o crédito e estimular a população a consumir.

O Ministro da Fazenda Guido Mantega define as medidas de barateamento do crédito e as isenções fiscais que são lançadas para estimular o consumo como impulsionadoras do crescimento, para garantir um mercado forte, geração de empregos e manutenção de investimentos (NICÁCIO, 2011).

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central baixou os juros de 10,5% para 9,75% ao ano. (MARTELLO, 2012). Foi o quinto corte consecutivo efetuado pelo Copom durante o governo da presidente Dilma (COM TSUNAMI..., 2012).

Quando o Banco Central reduz a taxa de juros, o objetivo é injetar mais dinheiro (por meio de crédito) na economia, o que estimula a população ao consumo, resultando em mais dinheiro em circulação, o que pode ser positivo num momento de baixo crescimento.

A equipe econômica do governo lança medidas de incentivo ao consumo quando a economia esfria demais, com a intenção de conter a estagnação e abrir espaço para o crescimento em um cenário de crise internacional.

A economia brasileira se manteve estagnada e apresentou crescimento zero no terceiro trimestre do ano passado (2011), com a redução do consumo das famílias, que apresentou a primeira queda em quase três anos, com o PIB trimestral em -0,1% em relação ao trimestre anterior. Algumas decisões tomadas pelo governo

no começo do ano de 2011 para esfriar a economia já sinalizavam que o desempenho do PIB seria mais fraco. (ECONOMIA..., 2011).

Tal fato incentivou o governo a lançar um pacote de medidas de incentivo ao consumo, para conter a estagnação da economia ocorrida no terceiro trimestre de 2011, quando o crescimento do PIB caiu em função, justamente, da crise no cenário externo (MINISTÉRIO..., 2011).

No início de 2011, o PIB brasileiro começou alto por conta ainda do crescimento em 2010, que fechou em 7,5%, e foi caindo, pressionado pela crise europeia e pelas medidas do Banco Central para evitar inflação, como aumento dos juros e a limitação do crédito. Mas no terceiro trimestre a queda foi muito grande. O Banco Central, então, diminuiu os juros e estimulou novamente o consumo por meio da facilitação do crédito para retomar o crescimento. (ECONOMIA..., 2012)

A notícia abaixo, do Jornal Zero Hora, recorda o momento econômico em que o governo implementou medidas de incentivo ao consumo com o objetivo de conter a estagnação ocorrida ao final do terceiro trimestre de 2011:

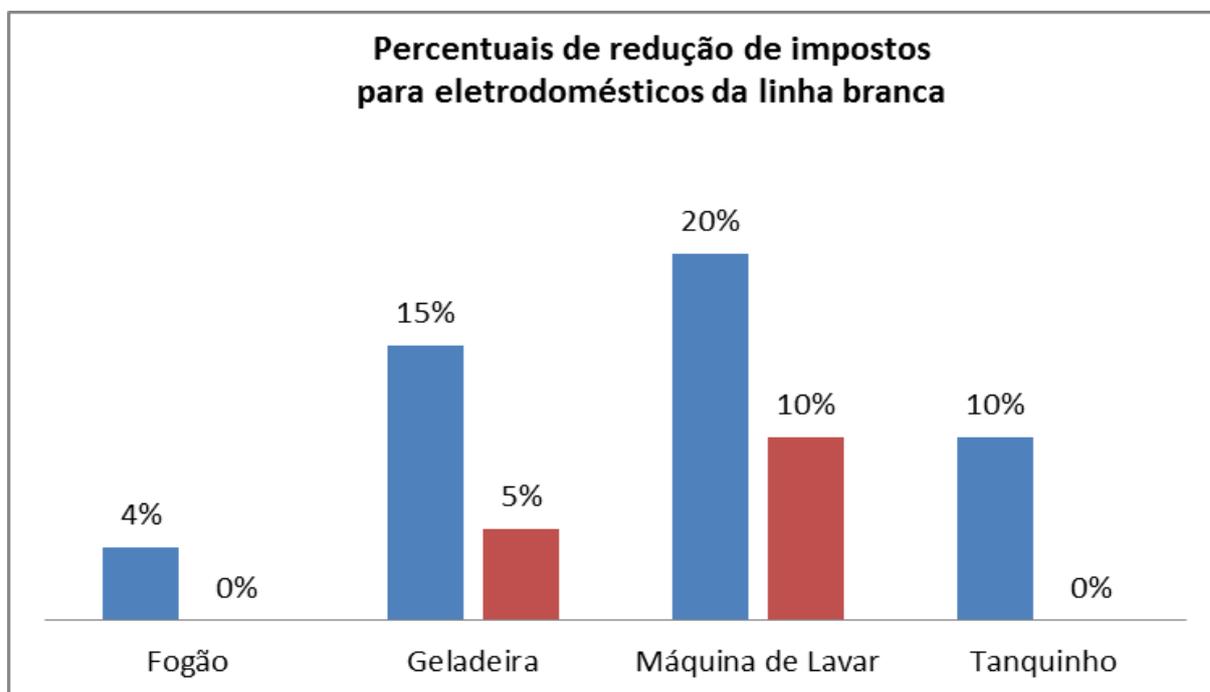
Quando o Banco Central decidiu agir para conter o crédito, a economia brasileira estava muito aquecida e a prioridade do governo era conter a aceleração da inflação. Como o cenário econômico mudou no terceiro trimestre de 2011, com o agravamento da crise na Europa e nos EUA, o governo agora quer evitar que a atividade econômica esfrie demais e, por isso, removeu as restrições ao crédito. Entre essas ações estão: a manutenção do percentual mínimo de pagamento das faturas de cartão de crédito em 15%, ao invés de 20%, redução de exigências para concessão de crédito consignado entre 36 e 60 meses e redução nos juros para compra de automóveis (SOLTANDO O FREIO..., 2011).

Entre as medidas do pacote de incentivo ao consumo lançado pelo governo está a diminuição de impostos para eletrodomésticos da linha branca e aplicações financeiras, sendo tal iniciativa uma resposta à crise econômica global.

A redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para a linha branca foi anunciada em dezembro/2011. No caso do fogão, a alíquota do tributo passou, em dezembro, de 4% para zero. Para a aquisição de geladeiras, o tributo foi reduzido de 15% para 5% e, para as máquinas de lavar, passou de 20% para 10%. Para tanquinhos, o IPI recuou de 10% para zero. Os produtos beneficiados são aqueles com selo "A" de qualidade energética. (GOVERNO..., 2012)

Conforme o Ministro Guido Mantega: “Temos uma forte produção da linha branca. Eu falei com produtores e constatei isso. Por isso estamos estimulando o consumo”. (apud TAVARES, 2012).

**Gráfico 32 - Percentuais de Redução de Impostos para Eletrodomésticos da linha branca.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do Ministério da Fazenda

A redução do IPI para a linha branca, anunciada em dezembro/2011, foi prorrogada pelo governo em março/2012. A prorrogação foi oficializada por meio de publicação de decreto presidencial em edição extra do "Diário Oficial da União" de 26/03/2012. A prorrogação vai de março até o fim de junho/2012. (ALVARENGA..., 2012)

A mesma publicação do Diário Oficial da União homologou a extensão dos benefícios de redução de impostos também para toda a linha de móveis, passando de 5% para zero; de laminados (pisos), de 15% para zero; papel de parede, de 20% para 10%; e de luminárias e lustres, de 15% para 5%. (GONERVO..., 2012). Dessa forma, foi estendida a redução de impostos para outros segmentos, aumentando as possibilidades de compras pelo mercado interno.

Os percentuais seguem ilustrados na figura abaixo, com dados obtidos através do Banco Central:

Figura 17 – Medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda para estimular o Consumo.

### Medidas anunciadas pela Fazenda para estimular consumo

Redução da alíquota de IPI até junho de 2012

	Quanto era		Quanto ficou
 Móveis	5%	→	0
 Laminados	15%	→	0
 Papel de parede	20%	→	10%
 Luminárias e lustres	15%	→	5%
	Quanto era até dezembro – reduções prorrogadas		Quanto ficou
 Fogão	4%	→	0
 Máquina de lavar	20%	→	10%
 Geladeira	15%	→	5%
 Tanquinho	10%	→	0

G1.com.br

Fonte: Banco Central do Brasil, Elaboração: G1 Economia

Com a prorrogação do IPI reduzido para a linha branca, Mantega espera, inclusive, mais contratações:

O setor vai continuar produzindo mais. Teve uma boa demanda nesses três primeiros meses, e eu espero que isso continue nesses próximos três meses, de modo que haverá manutenção do emprego e eu espero que eles empreguem mais trabalhadores. Esses setores todos estarão estimulados a manter a mão de obra, portanto não deve haver nenhuma dispensa de trabalhadores e até dever haver novas contratações, porque as encomendas devem aumentar (apud GOVERNO..., 2012).

Além da desoneração nos produtos da linha branca, também houve outras medidas de incentivo ao consumo.

O governo zerou a alíquota de PIS/COFINS sobre massas, que era de 9,25%. A isenção de imposto sobre a farinha de trigo e pão, que vencia no dia 31 de dezembro, foi prorrogada por mais um ano. Outra medida anunciada foi a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A alíquota caiu de 2% para zero sobre os investimentos externos em ações, capital de risco (venture capital). O governo também reduziu de 6% para zero o imposto cobrado sobre aplicações de não-residentes em títulos privados de longo prazo com duração acima de quatro anos (TAVARES, 2012).

Mantega acrescentou que pode haver novas medidas no futuro, “à medida em que forem necessárias, queremos garantir um mercado forte, uma geração de empregos forte, e manter investimentos ocorrendo no país” (apud TAVARES, 2012).

As medidas de incentivo ao consumo vem dando bom resultado, pois o IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) constatou alta nas vendas no mercado varejista em 6,5% em janeiro/2012 e 7,4% em fevereiro/2012. Um dos fatores que influenciaram fortemente este crescimento foi a desoneração do IPI para os eletrodomésticos de linha branca, implantada pelo governo em dezembro/2011 e prorrogada até junho/2012.

Para março/2012, o IDV prevê crescimento de 6,5% nas vendas, impulsionadas, principalmente, pela desoneração do IPI para os produtos de linha branca, que auxiliou muitas das redes varejistas a um crescimento global de vendas. (IDV, 2012)

O presidente do IDV, Fernando de Castro (2012), apoia as medidas de incentivo implementadas pelo governo, elogia a preparação do varejo para receber o crescimento da demanda por consumo e destaca que o setor varejista contribuiu para a geração de empregos em 2011:

O varejo teve um papel fundamental no crescimento do PIB, pois expandiu sua rede de atendimento para viabilizar a incorporação da nova classe média emergente ao mercado de consumo, permitindo, rapidamente, a incorporação dessas classes ao mercado. Além disso, as redes varejistas reduziram os preços dos produtos, levando a estes consumidores os bens que tanto aspiravam ao preço que tinham condições de pagar. Muitos fatores contribuíram para este crescimento do varejo acima da média registrada pelo PIB. Um deles é que as empresas varejistas se prepararam para atender a esta demanda de consumo, o que acabou sendo elemento

importante na geração de empregos. Em 2011, o comércio criou 460 mil novos postos de trabalho (IDV..., 2012).

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, elogiou a prorrogação e ampliação do IPI a novos setores, mas defendeu a extensão da medida a toda a cadeia produtiva dos segmentos beneficiados:

A medida dá um fôlego aos setores, reduz custos e torna os produtos da linha branca mais competitivos diante dos similares importados, mas são necessárias iniciativas mais concretas. Gostaríamos que essas desonerações atingissem toda a cadeia produtiva da linha branca, como aço e plásticos, que não estão sendo beneficiados (apud MEDIDAS..., 2012).

O pacote de medidas para incentivar o consumo proposto pelo governo foi uma resposta rápida à turbulência na economia externa e foi lançado com a expectativa de impacto imediato tanto na produção como nas vendas.

O objetivo do incentivo ao consumo é estimular o crédito e proporcionar aos consumidores redução e isenção de impostos, além de juros menores para incentivá-los a consumir, visando romper a estagnação da economia, aquecendo o mercado e beneficiando uma cadeia de segmentos.

Alessandra Ribeiro, economista da consultoria Tendências, diz que: “Estas medidas devem contribuir para que o primeiro trimestre do ano (2012) seja um pouco melhor, até mesmo pelo aumento do salário mínimo, que deve incentivar o consumo” (apud, TAVARES, 2012).

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Edson Campagnolo, classificou como positivas as medidas de incentivo ao consumo anunciadas em dezembro/2011 pelo governo federal:

Em 2008, medidas como estas também foram tomadas e a resposta da indústria foi imediata, porque o consumo cresceu. Agora, novamente a equipe econômica deu uma resposta rápida à turbulência que está ocorrendo na economia internacional e acredito que o impacto também será imediato, não só na produção como nas vendas (PORTAL FIEP, 2012).

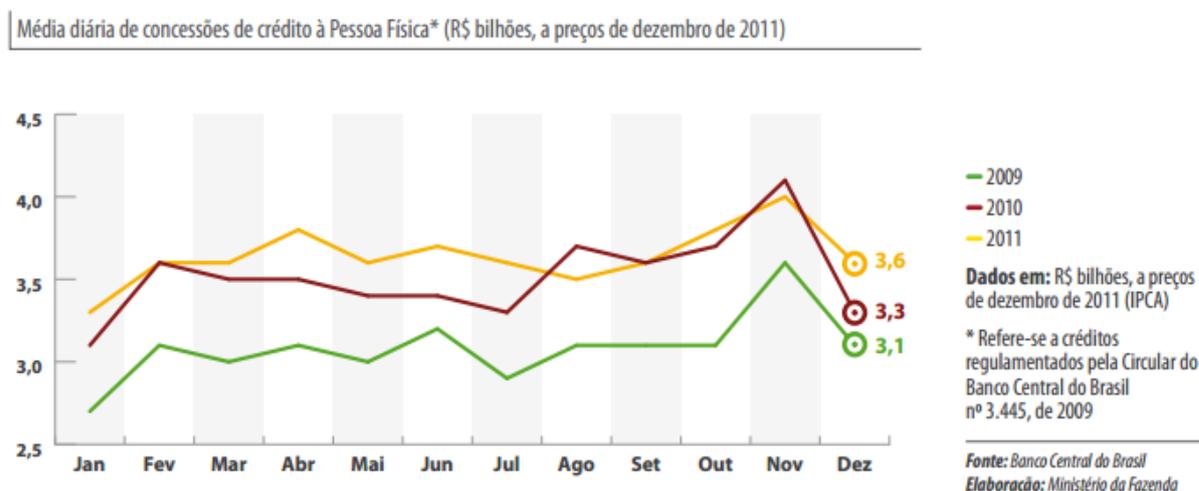
A diretora do Instituto *Kantar Worldpanel*, Fátima Merlin, afirma que o grande protagonista da economia brasileira nos próximos anos continuará sendo o consumidor, e que as medidas de incentivo ao consumo possibilitam aos consumidores o ingresso em novos ramos do mercado. Segundo ela: “As famílias

brasileiras deverão, até 2020, consumir R\$ 5 trilhões em produtos e serviços, o país caminha para ter até 2015 o quinto maior PIB do mundo” (apud MATIAS, 2012).

A diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, disse, no último dia 01/12/2011, que o Brasil está mais protegido dos impactos da crise internacional em relação aos países que são os protagonistas da turbulência, justamente pela solidez econômica e, principalmente, pela força do mercado interno, que é estimulado pelo governo através de medidas de incentivo ao consumo. A diretora do FMI elogiou os programas de estímulo ao consumo lançados pelo governo brasileiro e afirmou que o mercado interno é a "arma" do país para reduzir os impactos da crise. "Do nosso ponto de vista, o Brasil está estabelecendo os padrões para programas de desenvolvimento econômico para todos os países", disse (apud BRASIL, 2012a).

Um fator que comprova que o brasileiro está consumindo mais, além das medidas do governo para incentivar o consumo e o cenário de aumento da renda e do emprego, é o fato da trajetória da média diária das concessões de crédito às pessoas físicas a operações de crédito para o consumidor terem registrado crescimento em 2011 em relação a 2010, conforme figura abaixo:

**Figura 18 – Média diária de concessões de crédito à Pessoa Física (R\$ bilhões a preços de dez/2011)**



Fonte: Banco Central do Brasil, Elaboração: Ministério da Fazenda

A facilitação do crédito estimula o brasileiro a procurar financiamentos para adquirir produtos que atendam a sua necessidade de consumo, sendo que o crédito fácil eleva os índices de operações de concessão de empréstimos para pessoas físicas.

A China é um exemplo de país emergente que também aposta na demanda doméstica. Na opinião de David Michael, diretor do Boston Consulting Group, a urbanização e o estímulo para o consumo interno da China criarão mais pontos de crescimento econômico.

Em geral, estou confiante no desenvolvimento econômico sustentável da China. A economia chinesa será impulsionada por políticas em busca do desenvolvimento equilibrado e estímulo ao consumo. Atualmente, o consumo interno chinês ainda é atrasado em comparação a muitos países. Por isso, o consumo interno é muito importante para o desenvolvimento econômico da China no futuro. (apud XUAN, 2011)

Para Niu Xuan (2011), o governo chinês já decidiu que um dos focos de trabalho no campo da economia será expandir a demanda doméstica. Para alcançar isso, o consumo da população deve ser a força principal, em um modelo semelhante às políticas de aposta no mercado interno praticada no Brasil.

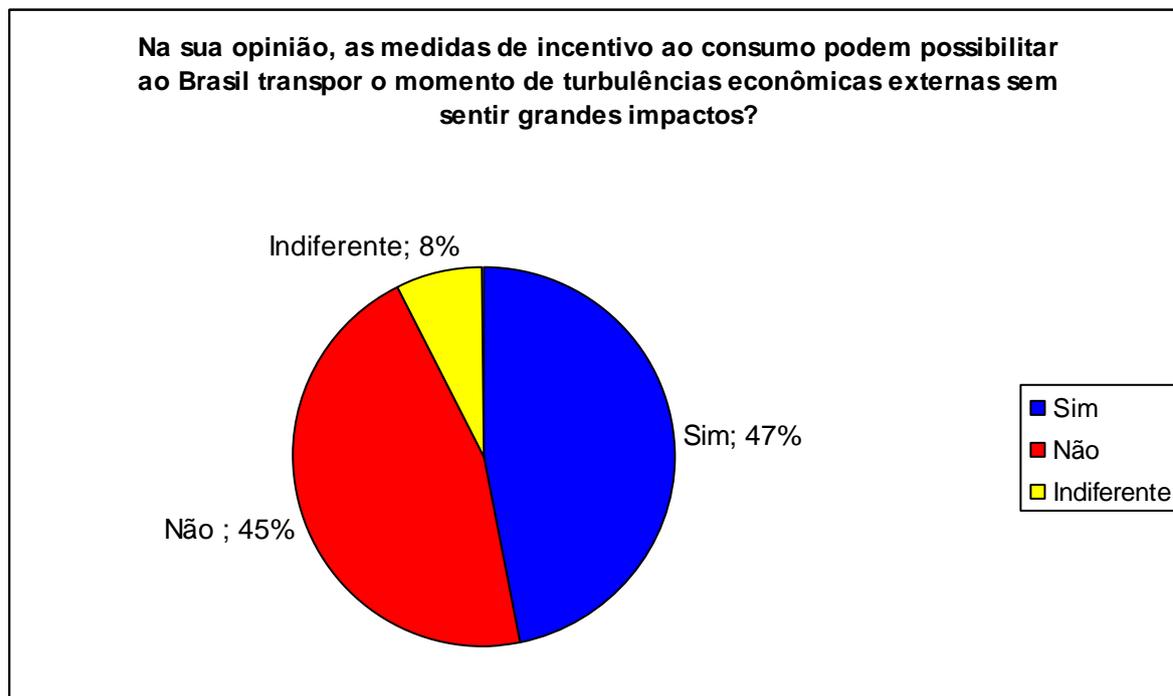
Embora o Brasil ainda esteja enfrentando alguns problemas de ordem econômica, como a inflação e taxas de juros elevada, a economia tem demonstrado sinais de solidez e de crescimento. Então uma boa alternativa de proteção frente aos reflexos de uma crise externa é o estímulo ao mercado interno através de medidas de incentivo ao consumo, pois, com cada vez mais consumidores chegando a classes mais elevadas da economia, pode haver um cenário de favorecimento para que o Brasil possa transpor esse momento de turbulências internacionais sem sentir grandes danos.

A pesquisa de campo também apresentou questões relativas às políticas de incentivo ao consumo: “Na sua opinião, as medidas de incentivo ao consumo podem possibilitar ao Brasil transpor o momento de turbulências econômicas externas sem sentir grandes impactos?”

Respostas: 47% (31 pessoas) respondeu que “sim”, 45% (30 pessoas) respondeu que “não” e 8% (5 pessoas) respondeu “indiferente”.

Segue abaixo o gráfico respectivo:

**Gráfico 33 – Opinião dos entrevistados sobre as medidas de incentivo ao consumo.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Outra questão da pesquisa de campo trouxe a seguinte pergunta: “Na sua opinião, quais são as maiores vantagens do incentivo ao consumo do brasileiro em um cenário de crise internacional?”

Respostas: 62% (41 pessoas) assinalou “manutenção do mercado forte, empregos e investimentos”, 48% (32 pessoas) respondeu “garantia da manutenção do fôlego econômico”, 23% (15 pessoas) marcou “rompimento da estagnação econômica e aquecimento do mercado” e outros 23% (15 pessoas) assinalou “reflexo positivo no mercado produtivo e de capitais”, enquanto que 6% (4 pessoas) marcou “outra”

O entrevistado nº 2, de Santana do Livramento, Economista, Mestre em Macroeconomia e Professor Universitário, diz que as medidas de incentivo ao consumo possibilitam ao país contornar a crise internacional por meio de manobras econômicas.

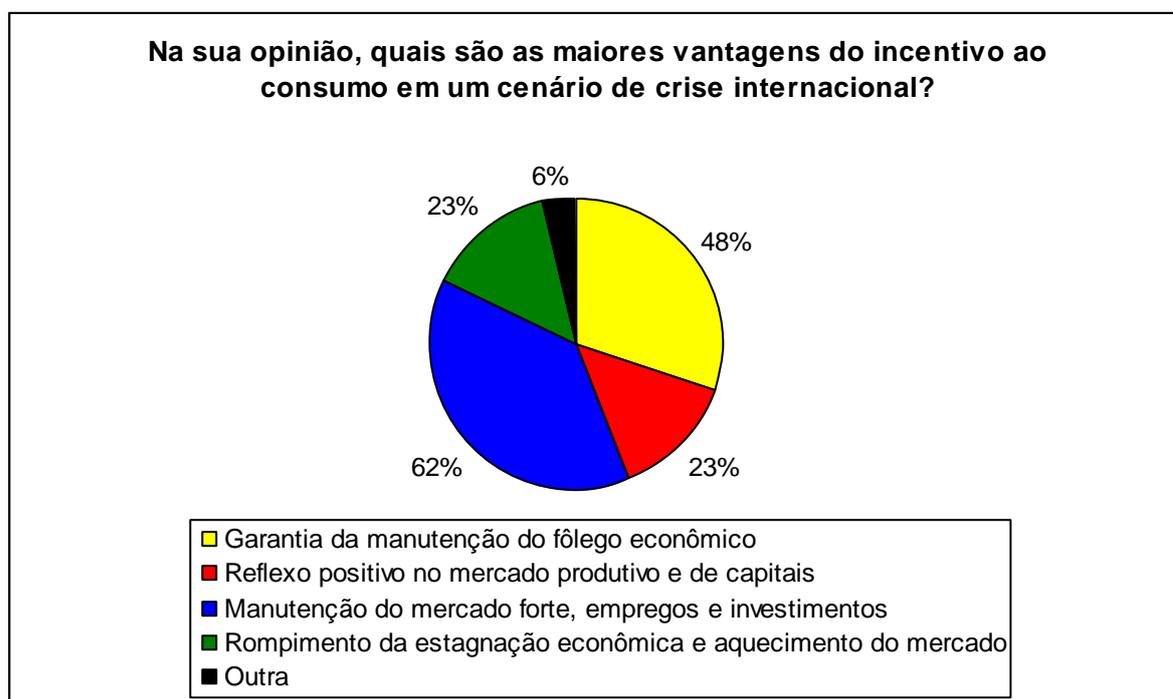
O respondente nº. 14, que é Mestre e mora em Porto Alegre/RS, diz que as políticas de incentivo ao consumo auxiliam na manutenção das taxas de crescimento do PIB.

O entrevistado nº. 33, que é de Mestre em Economia, destaca que as políticas de incentivo ao consumo ajudam a manter a máquina pública e auxiliam na arrecadação de impostos.

O respondente nº. 64, que é Administrador e Mestre em Administração Pública, defende que as medidas de incentivo ao consumo garantem uma autoestima do mercado de uma maneira minimamente sustentável.

Seguem abaixo as amostragens percentuais na forma de gráfico:

**Gráfico 34 - Opinião dos entrevistados sobre as vantagens do incentivo ao consumo.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

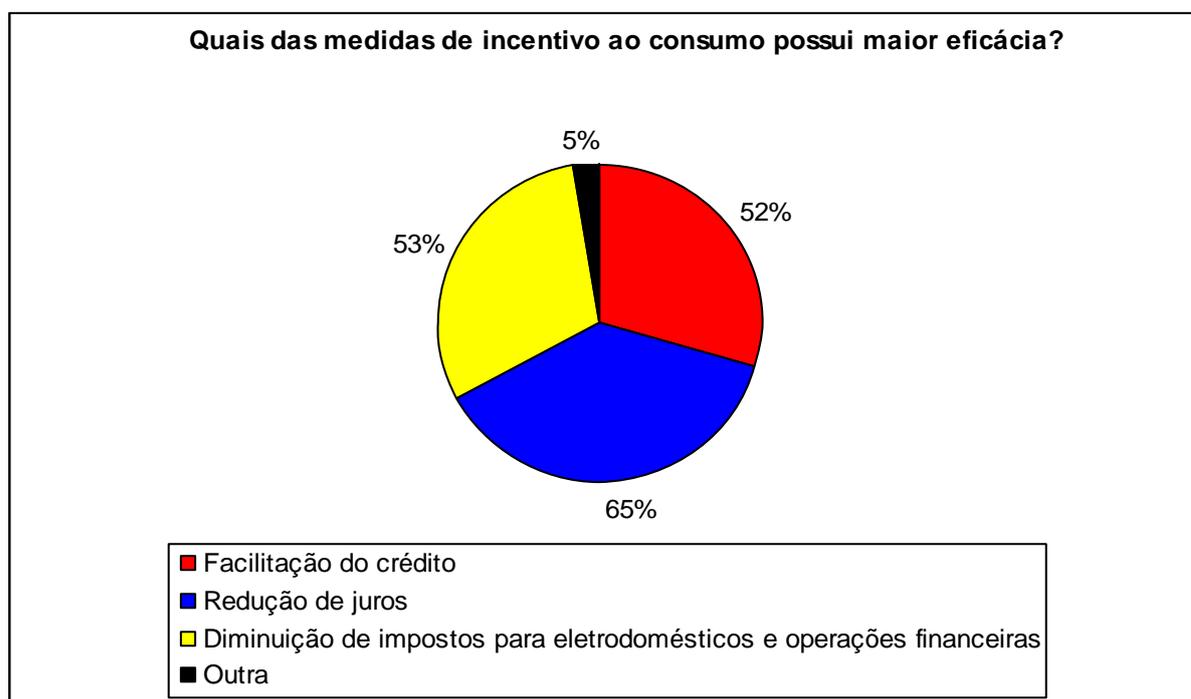
A pesquisa de campo também apresentou o seguinte questionamento: “Quais das medidas de incentivo ao consumo possui maior eficácia?”.

Respostas: 65% (43 pessoas) assinalou “redução de juros”, 53% (35 pessoas) respondeu “diminuição de impostos para eletrodomésticos e operações financeiras”, 52% (34 pessoas) respondeu “facilitação do crédito” e 5% (3 pessoas) respondeu “outra”.

O entrevistado nº. 15, Doutor em Economia e Professor de Magistério Superior, diz que a distribuição de renda também é uma maneira eficaz de incentivar o consumo ao mesmo tempo em que reduz a desigualdade social.

Segue abaixo o gráfico correspondente à questão da pesquisa de campo.

**Gráfico 35 – Opinião dos entrevistados sobre medida de incentivo ao consumo mais eficaz.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

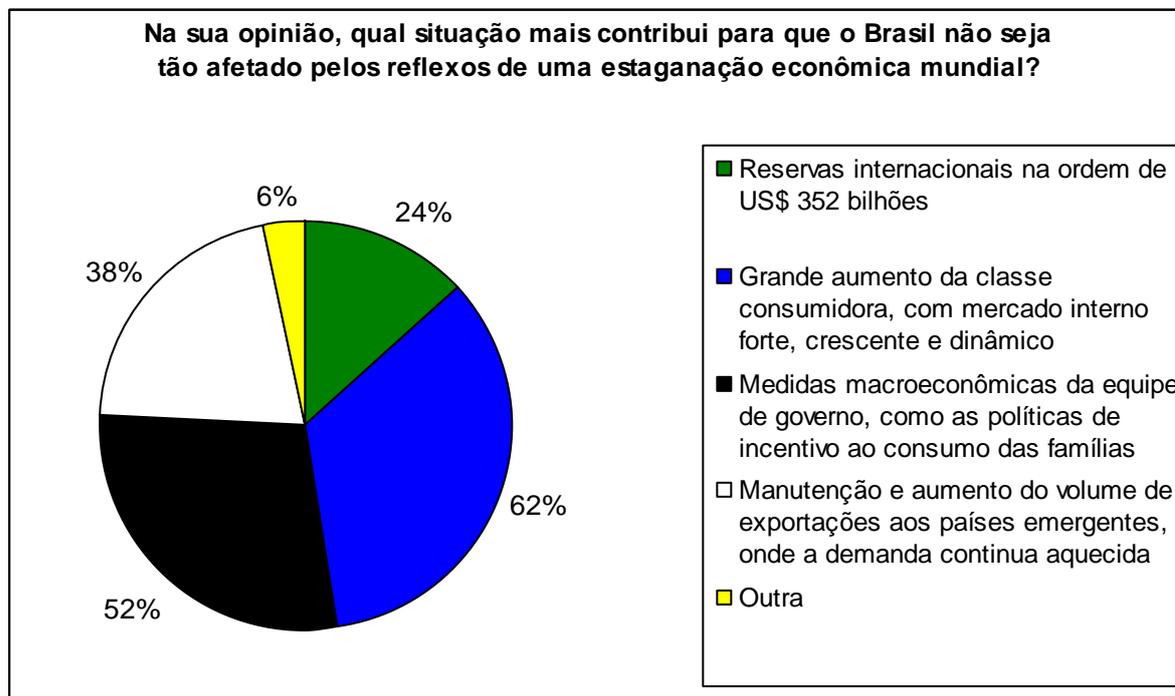
A pesquisa de campo trouxe outra pergunta envolvendo as questões que auxiliam o Brasil quanto a não contaminação pelos efeitos da crise externa: “Na sua opinião, qual situação mais contribui para que o Brasil não seja tão afetado pelos reflexos de uma estagnação econômica mundial?”

Respostas: 62% (41 pessoas) respondeu “grande aumento da classe consumidora, com mercado interno forte, crescente e dinâmico”, 52% (34 pessoas) assinalou “medidas macroeconômicas da equipe de governo, como as políticas de incentivo ao consumo das famílias”, 38% (25 pessoas) respondeu “manutenção e aumento do volume de exportações aos países emergentes, onde a demanda continua aquecida” e 24% (16 pessoas) marcou “reservas internacionais da ordem de US\$ 352 bilhões”.

O entrevistado nº. 14, Mestre, de Porto Alegre, diz que o aumento da produção interna, com incentivos ao setor produtivo nacional e políticas de ampliação de empregos formais também auxiliam o Brasil a não sentir tanto os impactos da crise internacional.

Segue abaixo o gráfico relativo à pergunta da pesquisa de campo:

**Gráfico 36 - Opinião dos entrevistados sobre situação que mais contribui para que o Brasil não seja tão afetado pelos reflexos de uma estagnação econômica mundial.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Ou seja, as medidas macroeconômicas de incentivo ao consumo e o aumento da classe consumidora foram bastante citadas pelos respondentes do questionário da pesquisa de campo, ratificando as posições da pesquisa bibliográfica.

E, no fim das contas, as medidas de incentivo ao consumo propostas pelo governo trouxeram resultados, pois, segundo o IBGE, o desempenho da economia em 2011, com PIB na ordem de 2,7%, foi puxado pelo consumo das famílias, que teve expansão de 4,1% em relação a 2010, resultando no oitavo ano consecutivo de aumento (INDICADORES IBGE, 2012).

O crescimento do consumo das famílias (4,1%) foi superior ao do PIB (2,7%) em 2011, fato que reforça as expectativas do varejo (IDV, 2012).

O crescimento brasileiro fez o país ultrapassar o Reino Unido e se tornar a sexta maior economia do mundo. Mais uma vez, como nos últimos oito anos, foi o consumo das famílias que puxou o crescimento brasileiro e empurrou para frente a economia (ECONOMIA..., 2012).

## 11.1 OS RISCOS DO INCENTIVO AO CONSUMO

As medidas de incentivo ao consumo das famílias devem ser responsáveis e sustentáveis, para evitar uma série de consequências que podem ocorrer em sua decorrência, e que estão apresentadas nos tópicos abaixo.

### 11.1.1 Endividamento

Diante da crise internacional, o incentivo ao consumo e o estímulo ao mercado interno são alternativas para driblar a turbulência, porém esse consumo deve ser responsável para evitar o endividamento, que certamente trará prejuízos futuros.

Existem alguns exemplos de países da faixa do euro, como: Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Grécia, cujas populações foram extremamente especuladoras ao ponto de se endividarem com a intenção de gerar riqueza, e por conta disso têm um futuro economicamente sombrio pela frente.

Foi justamente o consumo em exagero que levou a Europa a uma crise com alto grau de endividamento; pois, na década anterior, diversos países periféricos ingressaram na zona do Euro e passaram a observar custos de capital muito mais baixos do que estavam acostumados. Tal fato estimulou esses países a irem às compras e consumir além da capacidade de pagamento. Uma vez que custos de capital menores ensejam um processo de endividamento, agora essas populações estão pagando o preço da especulação.

A Grécia, por exemplo, na última década, gastou muito mais do que podia, usando empréstimos pesados. Os gastos públicos dispararam, e os salários do funcionalismo praticamente dobraram. Isso deixou o país vulnerável quando estourou a crise global de 2008, detonada pela quebra do banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos. (CALOTE..., 2012)

A Grécia tem gastado mais do que arrecada desde antes de entrar na zona do euro. Após a adoção da moeda comum, os gastos públicos cresceram em grandes proporções. E ao mesmo tempo em que o dinheiro saía facilmente dos cofres estatais, poucos recursos entravam, já que a evasão fiscal é amplamente praticada na Grécia. Assim, o país encontrava-se muito mal preparado para lidar com a crise financeira global que estourou em 2008. (ENTENDA A CRISE..., 2012)

Ou seja, os gastos sem medida e o endividamento são a origem das crises atuais, como no exemplo da Grécia.

Paixão Jr. (2011) esclarece acerca do endividamento motivado pelo consumo exagerado:

O fato é que Wall Street criou seus derivativos de vento para atender aos desejos de uma sociedade doente que consumia tudo e qualquer coisa. Durante quase uma década, as famílias americanas não pouparam um único centavo; torravam seus salários e ainda se endividavam. Esse consumismo doente atendeu a dois propósitos básicos: garantiu uma sensação de bem-estar social e permitiu que a economia americana ficasse superaquecida durante anos. Mas, como tudo na vida, nada dura para sempre. (CONSUMISMO DOENTE..., 2011)

Paixão Jr. (2011) completa enfatizando a ideia de que o consumo deve ser pautado na necessidade, para que se evite o consumismo e o endividamento:

O ensinamento que fica desse consumismo doente é simples: não temos que comprar porque é barato; apenas temos que comprar o que precisamos. Quando passamos a nos impor limites, passamos a valorizar o dinheiro e usá-lo para aquilo que realmente nos agrega valor. (CONSUMISMO DOENTE..., 2011)

O responsável pela Área de Análise de Ações para a América Latina do Instituto de Pesquisa Credit Suisse, Andrew T. Campbell, salienta que no Brasil também ocorre a prática do consumo de produtos não essenciais à sobrevivência:

O aumento recente da renda nominal no Brasil mitigou os efeitos da inflação, o que fez com que a população continuasse a consumir e direcionasse seus gastos, cada vez mais, para itens que não são de primeira necessidade, como produtos de beleza e tecnologia. Os brasileiros costumam gastar em vez de poupar (apud ECONOMIA MUNDIAL..., 2012)

Numa abordagem nacional, é possível dizer que a elevação da classe consumidora e o aumento do consumo provocado pelas medidas de facilitação do crédito proporcionaram a elevação de um índice preocupante: o endividamento das famílias brasileiras.

Uma das consequências mais fortes do incentivo ao consumo é a possibilidade de endividamento, que pode ser causado pelo acesso facilitado ao crédito por meio de financiamentos.

Os produtores agrícolas, por terem o êxito dos negócios sujeito às condições climáticas, costumam sofrer com o endividamento proveniente do crédito rural. Atualmente, de acordo com a Subcomissão de Endividamento Agrícola da Câmara

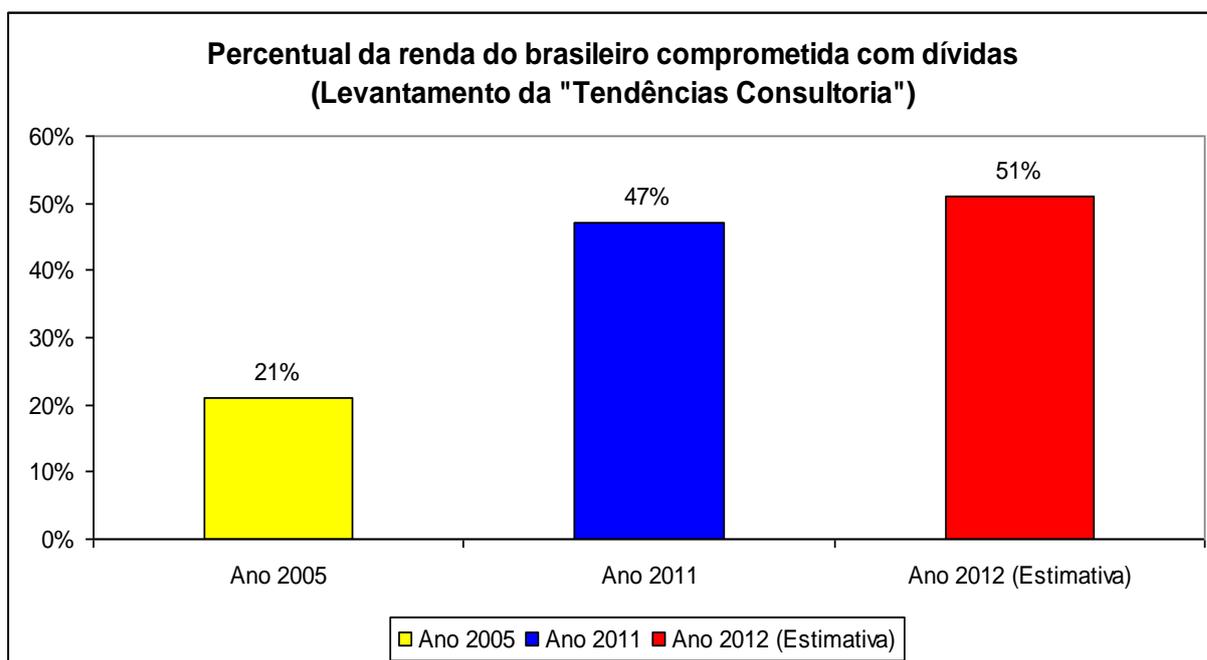
dos Deputados, a dívida acumulada dos produtores brasileiros deve chegar a R\$ 140 bilhões (BELEDELI, 2012).

Para Lima (2008), o próprio governo acaba se tornando o agente de endividamento do cidadão:

A movimentação do governo para incentivar o consumo, como forma de minimizar os efeitos da crise financeira mundial sobre o Brasil, é motivo de preocupação para economistas que temem que as pessoas, incentivadas pelo próprio governo, acabem comprando além do que podem pagar.

Levantamento da “Tendências Consultoria” aponta que, pela primeira vez, mais da metade da renda anual dos brasileiros estará comprometida com dívidas em 2012. Em 2005, esse número era de 21%. O ano de 2011 fechou com endividamento de 47% e, em 2012, o endividamento das famílias deve chegar a 51% (BARROS, 2012).

**Gráfico 37 - Percentual da renda do brasileiro comprometida com dívidas.**



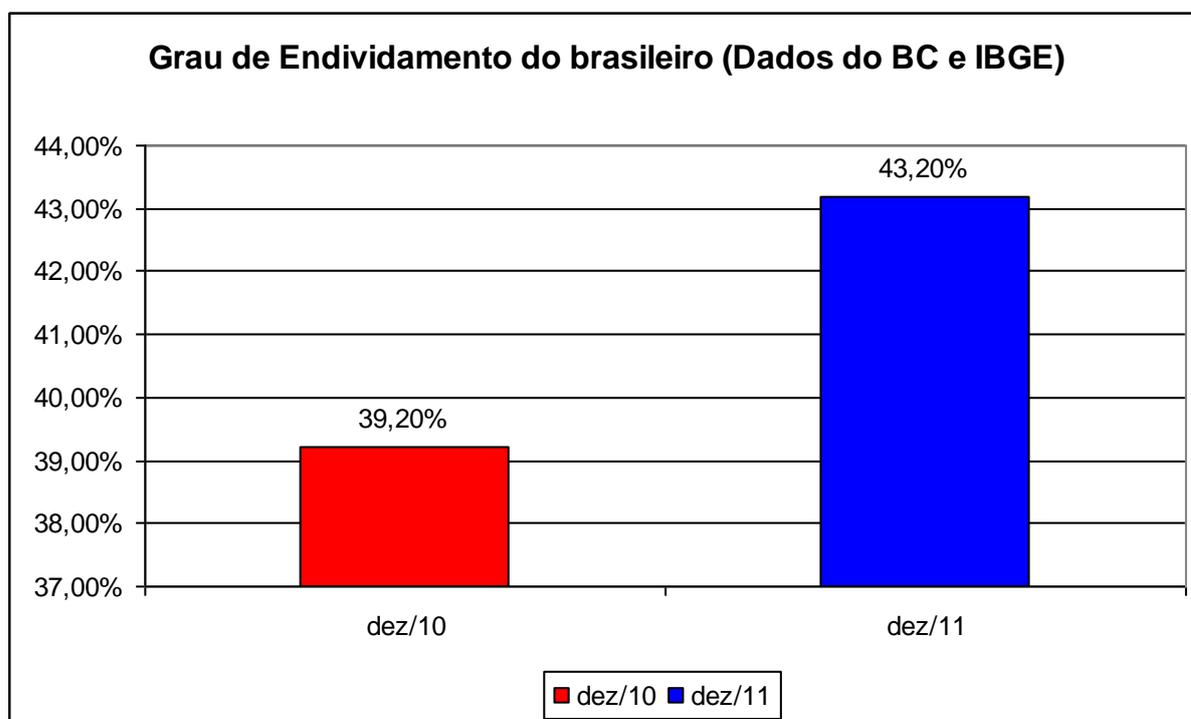
Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisa da Tendências Consultoria

De acordo com o gráfico acima, mais da metade da renda do brasileiro (51%) estará comprometida com dívidas em 2012.

Dados do Banco Central e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), medidos pela relação entre o estoque de dívidas e a renda anual das

famílias, apontaram o grau de endividamento do brasileiro em 43,2% em dezembro/2011, quatro pontos percentuais acima dos 39,2% de dezembro de 2010 (INFORME..., 2011. P. 2).

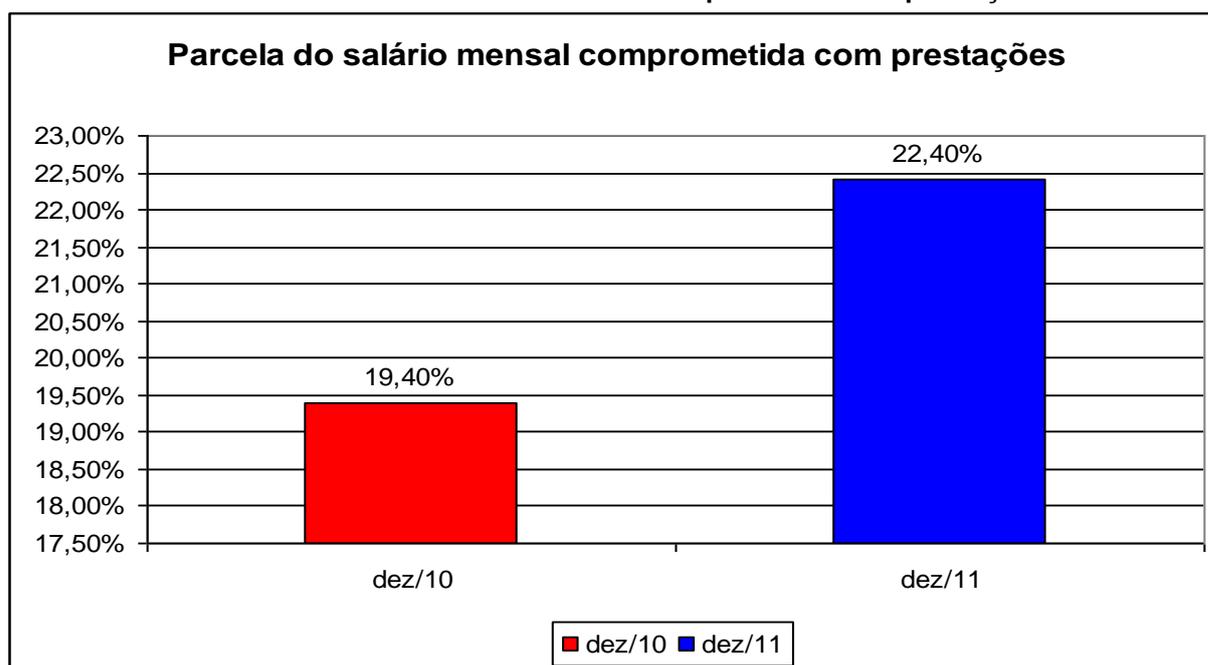
**Gráfico 38 - Grau de endividamento do brasileiro.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Central e IBGE

O mesmo levantamento indicou que a parcela do salário mensal comprometida com o pagamento de prestações passou de 19,4%, em dezembro de 2010, para 22,4% em dezembro de 2011 – alta de 3%, conforme o gráfico demonstrado abaixo, com base em dados do Banco Central e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Gráfico 39 - Parcela do salário mensal comprometida com prestações.

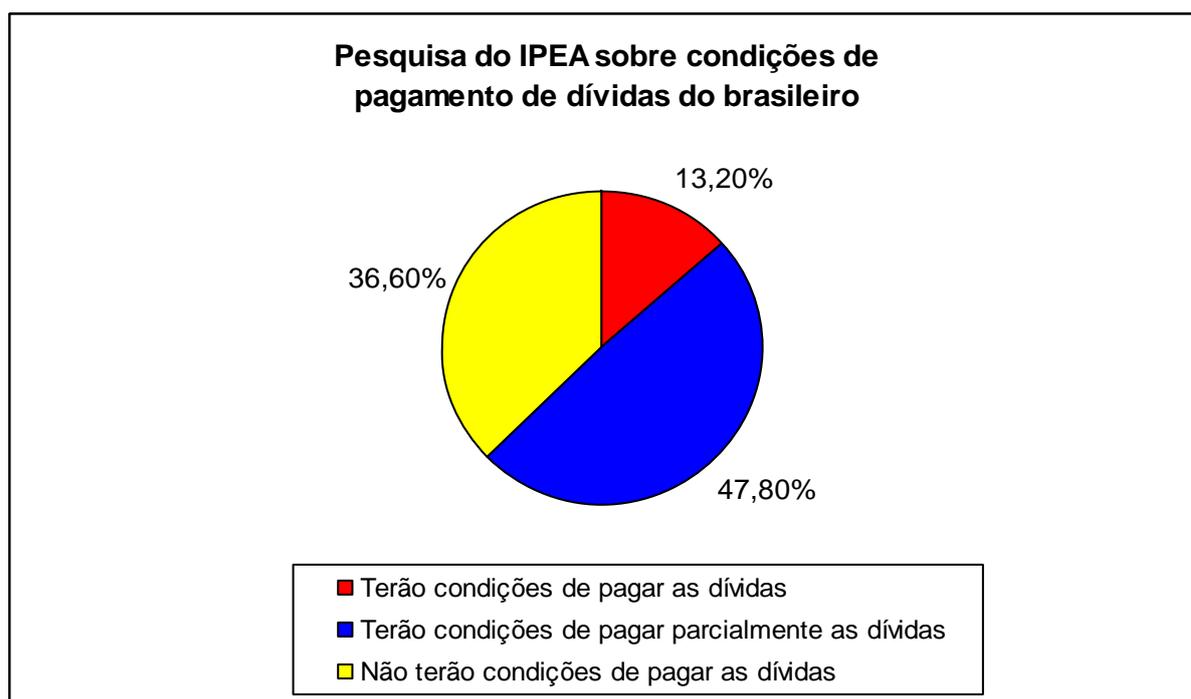


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Central e IBGE

O professor Ricardo Araújo, especialista em finanças da Fundação Getúlio Vargas, recorda a situação difícil que ocorreu com os aposentados que contrataram o empréstimo consignado, criado em maio de 2004 e que não foi acompanhado de uma política com juros baixos o suficiente para evitar o comprometimento dos vencimentos. “Os mais idosos pegaram os empréstimos, se enrolaram e chegaram a uma situação de não conseguir comprar os seus remédios”, afirmou o professor (apud, LIMA, 2008).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também realizou pesquisa sobre o grau de endividamento do brasileiro, através do Índice de Expectativas das Famílias (IEF), em sua 18ª edição, publicada em fevereiro de 2012. A pesquisa foi realizada em 3.810 domicílios, distribuídos por mais de 200 municípios em todas as unidades da federação.

A pesquisa do IPEA trouxe um indicador preocupante, que mostrou que quase 37% da população brasileira (36,6%) passa por apuros e não tem condições de pagar suas dívidas, e que apenas 13,2% dos entrevistados acreditam que terão condições de honrar os compromissos, enquanto 47,8% responderam, em dezembro/2011, que conseguiriam quitar parcialmente as contas.

**Gráfico 40 - Pesquisa do IPEA sobre condições de pagamento de dívidas do brasileiro.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Índice de Expectativa das Famílias

A tabela abaixo, decorrente de pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), mostra a elevação do percentual de brasileiros endividados, a manutenção de contas e dívidas em atraso e de pessoas que não terão condições de quitar as suas obrigações (CNDL, 2012).

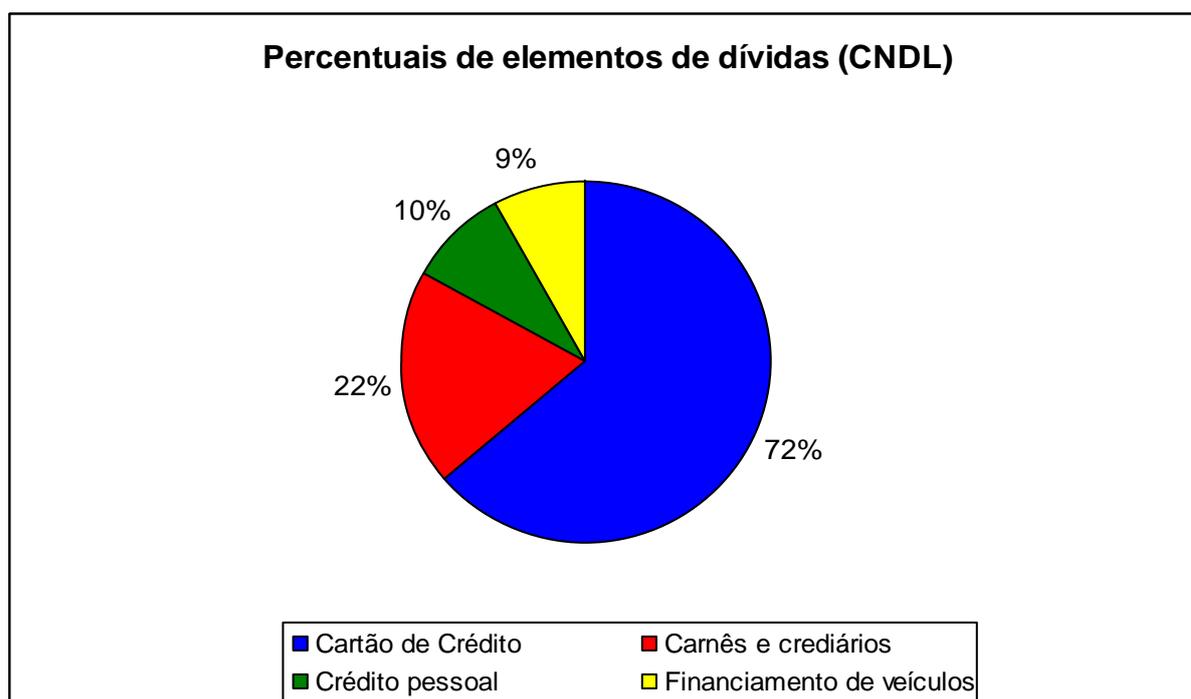
**Quadro 2 - Percentual de brasileiros endividados com contas em atraso e os que não terão condições de pagar as obrigações.**

	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Set/2010	59,2%	24,7%	9%
Ago/2010	62,5%	24,7%	8,2%
Set/2011	61,6%	24,3%	9%

Fonte: Elaborada pelo autor com base na Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)

A CNDL escalonou os percentuais da dívida do consumidor por elementos de despesas, sendo: 72% das dívidas oriundas do cartão de crédito, 22% originadas de carnês e crediários, 10% do crédito pessoal e 9% decorrente de financiamentos de veículos.

Gráfico 41 - Percentuais de elementos de dívidas de Pessoas Físicas (CNDL).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

Roberto Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (FENABRAN), alerta: “com o esforço do governo em facilitar o crédito para as famílias através de linhas mais baratas, a capacidade de endividamento aumentará”. Para Troster: “é preciso estar atento ao comprometimento do salário com as prestações, o que é determinante para a inadimplência” (apud INFORME..., 2011. P. 2).

### 11.1.2 Inadimplência

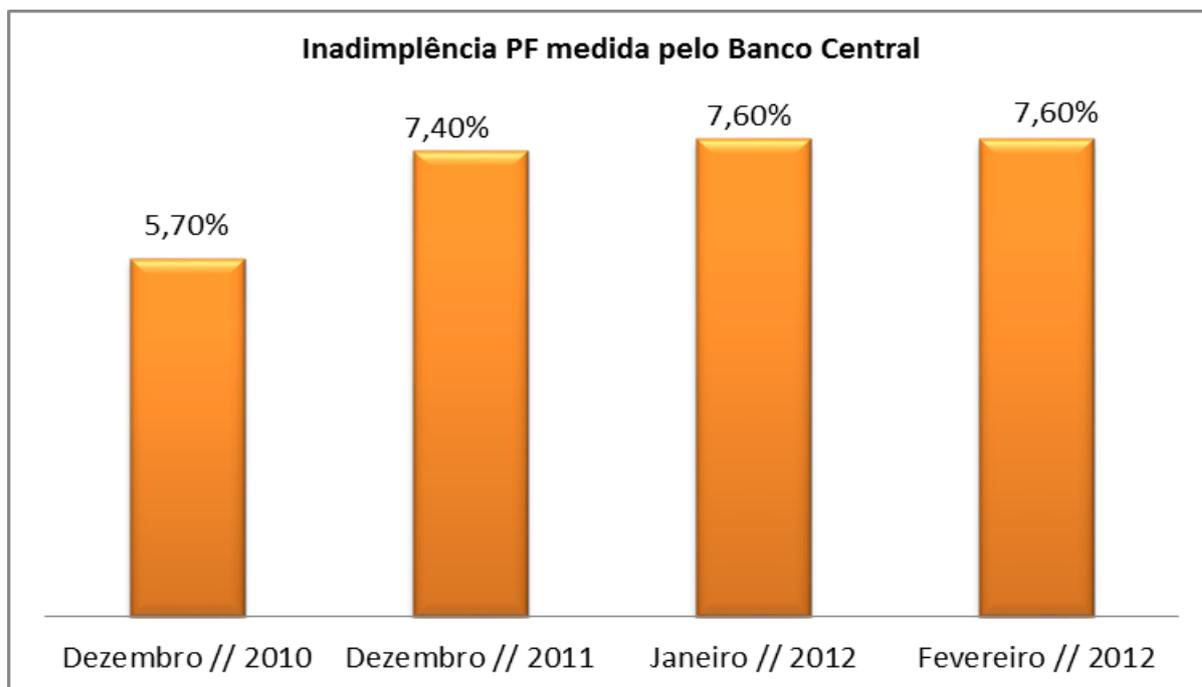
Outra problemática advinda do aumento do consumo e um dos reflexos de suas medidas de incentivo é a elevação dos índices de inadimplência. Aumentou bastante em 2011 o número de brasileiros que não conseguiram pagar suas dívidas.

O indicador do Banco Central apontou elevação na taxa de inadimplência das pessoas físicas (PF), que permaneceu estável em 7,6% em fevereiro/2012, no maior patamar desde dezembro de 2009 (7,7%), informou, em 27/03/2012, o Banco Central. (MARTELLO, 2012)

Em dezembro de 2011, a taxa estava em 7,4% (número revisado), passando para 7,6% em janeiro deste ano (2012). Em todo ano passado (2011), a taxa de

inadimplência das pessoas físicas avançou 1,7 ponto percentual, visto que estava em 5,7% no fim de 2010. A taxa de inadimplência das pessoas físicas calculada pelo Banco Central mede o atraso de pagamento superior a 90 dias. (MARTELLO, 2012)

**Gráfico 42 - Taxa de Inadimplência PF medida pelo Banco Central. Dez/2010 a Fev/2012.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do Banco Central do Brasil

Pelo gráfico acima, percebe-se que a inadimplência das pessoas físicas vem numa escala ascendente, e uma das causas é o consumo além da capacidade de pagamento das pessoas.

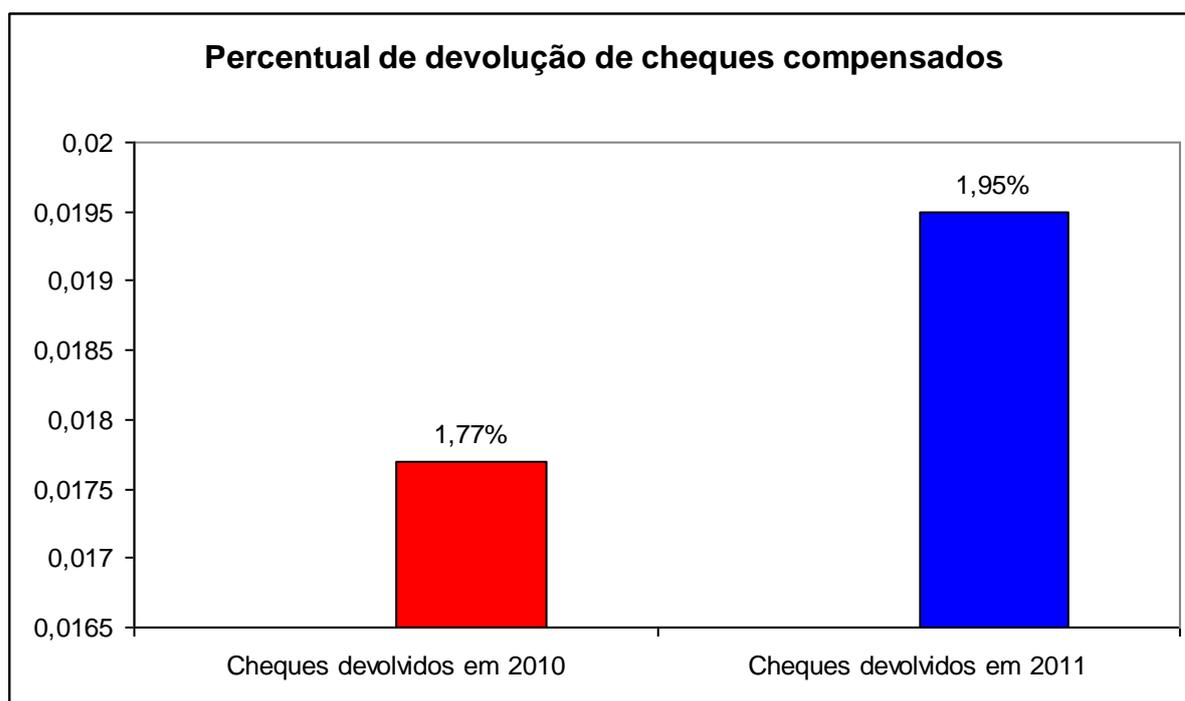
Dados divulgados em 09/02/2012, pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), também revelaram que a inadimplência do consumidor brasileiro registrou alta de 2,91% em janeiro de 2012, na comparação com o mesmo mês de 2011, enquanto as vendas registraram aumento de 4,72%. (CNDL, 2012)

De acordo com os números, esta é a décima elevação seguida na mesma base de comparação. Para a entidade (CNDL), a inadimplência alta neste ano (2012) é consequência de dois movimentos distintos: a contração econômica estimulada nos primeiros meses de 2011, com o objetivo de desestimular o consumo interno e combater inflação; e as medidas de incentivo ao consumo e flexibilização do crédito adotadas no segundo semestre, para reverter o quadro de baixo crescimento por causa da crise externa. (CNDL, 2012)

A Serasa Experian, empresa especializada gerenciamento de risco de crédito, também apontou o aumento do índice de inadimplentes. A inadimplência acumulada no ano de 2011 teve a maior alta dos últimos nove anos: cresceu 21,5% em relação a 2010. Foi a maior inadimplência desde 2002, quando o percentual foi de 24,7%, informou a Serasa, em 10/01/2012, por meio do indicador de inadimplência do consumidor. (SERASA EXPERIAN, 2012).

De acordo com a Serasa Experian, responsável pelo levantamento, foi um efeito cascata. O brasileiro somou novas contas aos débitos que já vinha acumulando nos anos anteriores. “Primeiro, o aumento do endividamento. Segundo, a inflação, principalmente em transporte e alimentos. O consumidor não tem onde cortar. E, terceiro, os juros elevados. Foram fatores determinantes para o aumento da inadimplência”, explica Carlos Henrique de Almeida, economista da instituição. (apud BARROS, 2012).

O número de cheques devolvidos (segunda devolução por falta de fundos) voltou a crescer, passando de 1,77% em 2010 para 1,95% em 2011, "levando o índice a níveis equivalentes aos observados em 2008", segundo divulgou, em 20/01/2012, a Boa Vista Serviços, administradora do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC). Foram devolvidos por volta de 1,95% dos cheques compensados no Brasil em 2011. O volume somou um total de 19,7 milhões de retornos diante de cerca de 1 bilhão de cheques compensados no ano. O percentual é o maior desde 2009, quando houve 2,15% de devoluções (apud PERCENTUAL..., 2012).

**Gráfico 43 - Percentual de devolução de cheques compensados.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações da empresa Boa Vista Serviços, Administradora do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC)

O número de títulos protestados por dívidas não pagas subiu 5,6% em 2011 sobre 2010, aponta levantamento divulgado em 19/01/2012 pela Boa Vista Serviços. O valor médio dos títulos protestados em dezembro/2011 foi de R\$ 1.789 para pessoas físicas e de R\$ 2.455 para as pessoas jurídicas (TÍTULOS..., 2012).

Então, percebe-se que as medidas de incentivo ao consumo podem levar ao endividamento das famílias, com conseqüente elevação dos índices de inadimplência, conforme os números apresentados nesse trabalho, do Banco Central do Brasil, da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e da empresa Serasa Experian.

### 11.1.3 Inflação

Toda e qualquer economia, no momento em que se encontra muito aquecida, terá uma expectativa de inflação. Quando há cada vez mais pessoas consumindo, ancoradas por políticas de facilitação do crédito e outras medidas de estímulo ao consumo, representa a injeção de mais dinheiro em circulação, o que pressiona os preços para cima.

Se uma economia cresce demais, o consumo pode aumentar além da capacidade de produção do país, resultando na falta de produtos. E, quando existe muita demanda e pouca oferta, os preços sobem, provocando a inflação.

Quanto mais se incentiva o consumo, mais se deve ter atenção para a pressão inflacionária gerada pelo aumento da demanda por parte do mercado consumidor.

De acordo com o professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC), Marcus Xavier, é importante o cuidado com a chamada “inflação de demanda”:

Com a redução das taxas de juros e medidas de incentivo ao consumo, a tendência é que as pessoas consumam mais, o que pode provocar a chamada "inflação de demanda" - com muita procura e pouca oferta, a tendência dos preços é subir (RECEIO DE INFLAÇÃO..., 2011).

Existe um risco muito grande no momento em que o Banco Central reduz as taxas de juros para incentivar o consumo, pois pode ocorrer de o mercado não estar abastecido de mercadorias suficientes, e a inflação de demanda puxada pelas medidas de facilitação poderá provocar a elevação nos preços, pois quando há muita demanda e pouca oferta, os valores dos produtos sobem, puxados pela pressão inflacionária. Dessa forma, o Banco Central deve ser bastante cauteloso no manuseio da taxa de juros.

Quando a procura por produtos fica maior do que a oferta, caberá ao Banco Central adotar medidas capazes de reduzir o consumo interno, através de aumento de impostos e de taxas de juros, obstaculização de empréstimos para forçar a poupança, aumento da taxa dos depósitos compulsórios dos bancos, redução gastos do governo, entre outras medidas.

A elevação dos juros é um dos principais instrumentos para o controle da inflação, mas tem efeitos colaterais. Quando eles sobem, bancos costumam aumentar suas taxas para empréstimos, o que desestimula investimentos produtivos (FELLET, 2012).

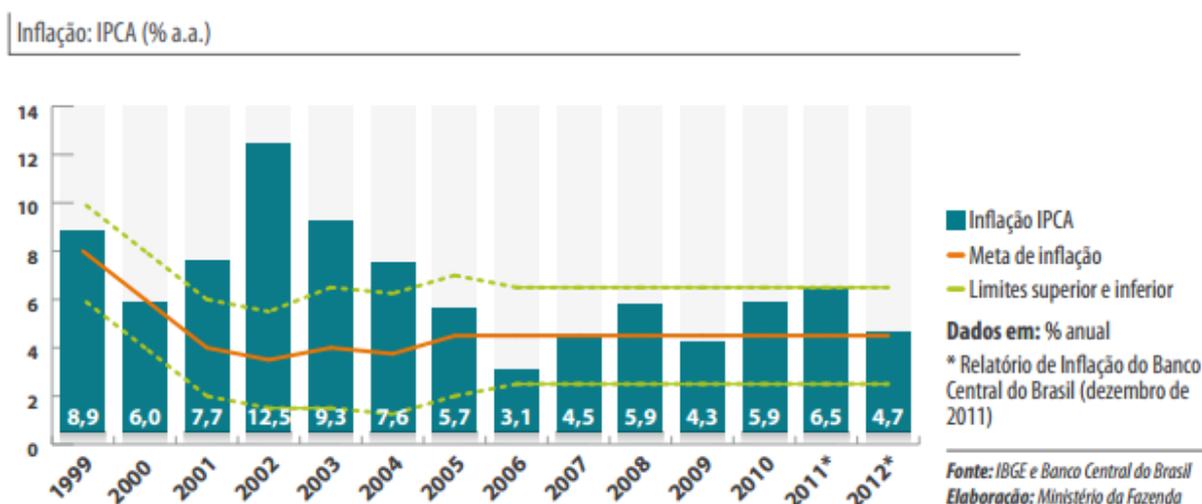
As pressões inflacionárias em 2011 tiveram causas predominantemente externas, sobretudo em decorrência de choques de preços de *commodities*, no fim de 2010 e o início de 2011. Ciente da pressão de alta de preços, o Governo Federal agiu tempestivamente por meio de alta na taxa de juros, medidas macroprudenciais

de contenção do crédito e um decisivo programa de consolidação fiscal (ECONOMIA..., 2012).

O ano de 2011, que teve medidas econômicas de incentivo ao consumo, especialmente no último trimestre, terminou com a inflação calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 6,50% (exatamente no teto da meta do Conselho Monetário Nacional), na maior taxa anual desde 2004, quando ficou em 7,60%, segundo dados divulgados em 06/01/2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010, o indicador havia ficado em 5,91% (INFLAÇÃO..., 2012).

A figura abaixo, extraída do boletim “Economia Brasileira em Perspectiva”, de fevereiro/2012, traz um histórico dos índices de inflação no Brasil, desde 1999 até uma estimativa para o fim de 2012. Pela projeção do Banco Central, a inflação deve convergir para o centro da meta no final desse ano (2012).

**Figura 19 - Histórico de inflação em % a.a. (1999 a 2012-estimativa).**



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil. Elaboração: Ministério da Fazenda.

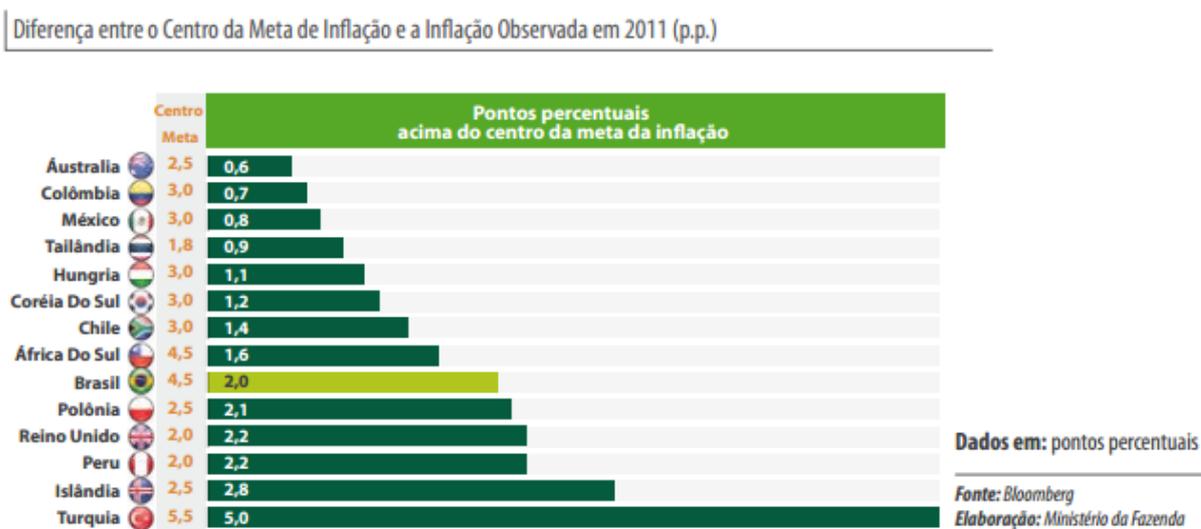
A inflação não acompanha apenas o crescimento econômico, mas também surge em períodos de estagnação; pois, durante uma crise, geralmente ocorre o aumento dos gastos públicos, com a liberação de compulsórios bancários e medidas de incentivo ao consumo. Isso resulta em mais aquecimento no mercado, causando inflação. Quando existe estagnação, aumentam os gastos públicos, e muitas vezes o Estado passa a gastar mais do que a capacidade, aumentando a quantidade de dinheiro em circulação, ocorrendo o aumento nos preços.

Então, mesmo quando uma economia se encontra em desaceleração, o aumento da moeda em circulação, injetada através da elevação dos gastos públicos, pressionará os preços para cima.

Esse é o cuidado que deve existir nas políticas de incentivo ao consumo das famílias, pois, quanto maior for o estímulo ao consumo, maior será também a demanda, bem como a expectativa de inflação na economia.

No Brasil, em 2011, o contágio da inflação mundial dos preços das *commodities* contribuiu para que a inflação encostasse no teto da meta do governo. Porém, é importante destacar que a elevação inflacionária foi um fenômeno global em 2011, conforme figura abaixo, que apresenta a diferença entre o centro da meta de inflação e a inflação observada em 2011 em alguns países.

**Figura 20 - Diferença entre o Centro da Meta de Inflação e a Inflação Observada em 2011.**



Fonte: Bloonberg. Elaboração: Ministério da Fazenda

#### 11.1.4 Aumento de importações

O aumento do consumo, decorrente do aquecimento da economia interna e da transformação das classes sociais, forçou parte do empresariado brasileiro a optar pela importação de produtos para atender a essa demanda dos consumidores. A bem da verdade, o aumento da demanda, forçada pelo incentivo ao consumo, faz com que a empresa brasileira produza abaixo da sua capacidade, e acabe importando matérias-primas, deslocando empregos além-mar (KUAZAQUI, 2011).

Por isso, faz-se necessário que as empresas e as indústrias estejam preparadas para atender cada vez mais consumidores que estão chegando a patamares econômicos mais elevados, e estão aumentando repentinamente a demanda por produtos.

Hoje, parte do mercado – a emergente classe C - está consumindo mais, apoiada pelo acesso à renda e pela flexibilização do crédito. Em vista disso, as empresas precisam demonstrar preparo para atender a esse aumento repentino de consumo. Algumas empresas que se encontram nos maiores setores econômicos estão trabalhando abaixo do seu nível de produção, optando por não deslocar investimentos e sim importar matéria-prima e outros produtos. A Nestlé, por exemplo, optou pela importação de parte do que comercializa no país (KUAZAQUI, 2011).

O grande aumento da classe consumidora e as políticas de facilitação do crédito obrigaram alguns segmentos empresariais brasileiros a aumentar o volume de importações para fazer frente à demanda, ou seja, algumas empresas e indústrias não têm conseguido conciliar o ritmo de produção com o aumento do consumo do brasileiro, o que gera efeitos no trabalho, resultando em desemprego, uma vez que a produção em menor número, forçada pelo aumento de importações, exige reduzida força de trabalho na estrutura produtiva interna.

Por conta disso, a iniciativa privada deve aumentar seu nível de investimento em produção no sentido de atender de forma mais pontual às diferentes necessidades do mercado, e não apenas importar produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, substituindo a produção interna (KUAZAQUI, 2011).

Nesse sentido, é importante que o setor privado procure atender as mais diversas necessidades mercadológicas de maneira uniforme, aumentando seu nível de investimento em produção, ao invés de apenas importar as matérias-primas básicas; pois, com a crescente classe consumidora, ficaria privilegiada a pirâmide econômica, com vários segmentos de mercado interagindo através da oferta, demanda e consumo, atendendo às diferentes necessidades advindas do mercado interno.

Além do fato de algumas empresas importarem matérias-primas, por não conseguirem adaptar a sua estrutura produtiva para atender ao aumento da demanda por consumo, ainda existe o fator cambial, com a baixa do dólar e a

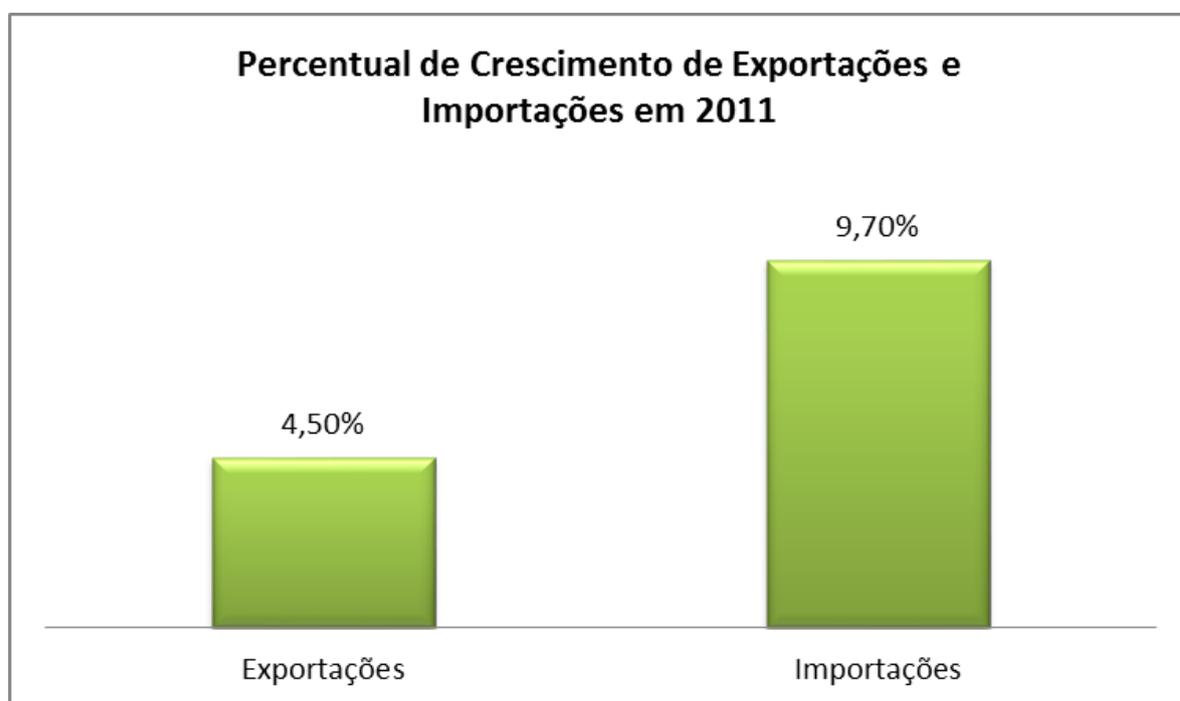
valorização do real, o que reduz a competitividade da indústria e privilegia as importações, que ficam mais baratas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as importações totalizaram US\$ 226,25 bilhões em 2011, com elevação de 24,5% sobre 2010 (MARTELLO, 2012).

De acordo com o IBGE, em 2011, as importações cresceram 9,7%, e as exportações, 4,5%. (Indicadores IBGE, 2012)

O gráfico abaixo exemplifica o aumento de importações em um percentual acima do dobro das exportações, conforme os indicadores do IBGE.

**Gráfico 44 - Percentual de Crescimento de Exportações e Importações em 2011.**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em indicadores oficiais do IBGE 2012

Com a classe consumidora crescendo cada vez mais no Brasil, mais o fato de haver ações governamentais que objetivam a facilitação do crédito, o ritmo de produção das empresas e indústrias deve acompanhar essa tendência.

Seria justamente esse o momento do empresário brasileiro investir na valorização da estrutura produtiva, para importar menos matéria-prima e fomentar as suas bases de produção, pois, com milhões de pessoas chegando a patamares econômicos superiores, tem-se uma expectativa de que boa parte do que for

produzido seja absorvido pelo próprio mercado interno, o que seria extremamente positivo economicamente.

#### **11.1.5 Degradação dos recursos naturais**

Outro aspecto referente ao crescimento econômico e ao aumento do consumo que deve ser observado é a degradação dos recursos naturais da Terra, considerando que a ideia capitalista de acumulação e crescimento do capital são objetivos que se sobrepõem aos demais interesses.

De acordo com Monteiro (2007): “Hoje, a humanidade sente na pele as consequências de centenas de anos de consumo desenfreado e irresponsável, na forma de aquecimento global, poluição de águas, extinção de animais e outros desastres ecológicos.” (COMO FUNCIONA..., 2007)

Nesse mesmo sentido, Vânia Bastos (1996 p. 103) acrescenta:

Os efeitos da lógica acumulativa do capitalismo têm sido a destruição e o esgotamento prematuro das riquezas do solo e do subsolo, com sérias consequências para as gerações futuras. O aumento do dióxido de carbono e a emissão de gases industriais na atmosfera têm efeitos climáticos que preocupam seriamente os cientistas, pois colocam em risco a vida do ser humano.

A sociedade moderna tem como valores importantes o consumo, o estoque, a quantidade, a substituição por objetos mais novos e, portanto, um descarte de materiais que ainda poderiam ser utilizados ou reciclados (CORTEZ; ORTIGOZA, 2002).

Ainda existem outros fatores preocupantes decorrentes da lógica de acumulação e sobreposição de objetivos capitalista, como o lixo industrial, que é resultante do crescimento desenfreado e hoje constitui um problema de grande vulto aos países desenvolvidos. As empresas americanas altamente industrializadas precisam fazer reserva de um ou dois anos de antecedência para poder queimar seus resíduos. Esse problema também ocorre na África, onde alguns países depositam resíduos químicos de sobras de produção em depósitos clandestinos, colocando em risco a população (BASTOS, 1996).

Cortez e Ortigoza (2007) trazem uma definição para o consumo relacionada a perdas ambientais e alerta para a destruição do ecossistema motivada pela cultura do objeto:

O ato de consumir trata-se de uma questão fundamental associada à geração de resíduos, ao desperdício e à qualidade de vida. Há uma exploração sem limites dos ecossistemas para dar suporte a uma cultura do objeto: mais infraestrutura, mais estradas, mais consumo, mais equipamentos, mais mercadorias, mais energia, mais capitais, mais informações etc.

Cortez e Ortigoza (2007) destacam ainda a importância da conservação da natureza frente aos crescimentos econômicos:

Já há algumas décadas, observa-se a preocupação quanto à capacidade dos ecossistemas para suportar os impactos causados pelas atividades humanas, tanto no fornecimento dos recursos necessários como na absorção dos resíduos dessas atividades. Surgiu então o conceito de sustentabilidade, que procura resolver o conflito entre desenvolvimento econômico e conservação da natureza. Esse conceito é muito complexo e controverso, uma vez que, para ser implementado, exige mudanças fundamentais em nossa maneira de pensar, viver, produzir e consumir.

Parte do mercado já está atenta a essa questão. De acordo com Monteiro (2007), cresce em nível mundial o número de pessoas e empresas que se sentem responsáveis pela atual crise ambiental e que, de alguma forma, estão dispostas a mudar seus padrões de consumo:

Consumidores exigem cada vez mais das empresas, práticas efetivas de responsabilidade sócio-ambiental. Um número crescente de organizações tem adotado parâmetros não-financeiros em suas compras. Mesmo o governo caminha neste sentido, promovendo as chamadas licitações sustentáveis (COMO FUNCIONA,... 2007).

O especialista em sustentabilidade Fábio Feldman (2011) destaca que algumas empresas estão considerando a sustentabilidade como fator diferencial diante do cliente:

Já há essa demanda por parte do consumidor de que a empresa não desmate. E as empresas estão se preocupando em não desmatar com medo de que haja boicote a seus produtos. O consumidor tem que saber o que vai acontecer depois que ele utilizar determinado produto: ele vai voltar para o ciclo de produção ou vai ser lançado em qualquer lugar? (apud FLORES, 2011)

O superintendente do Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal, Fernando Castanheira, esclarece que: "A empresa tem o dever de garantir que tanto o seu negócio quanto toda a sua cadeia produtiva sejam sustentáveis. E é obrigação do consumidor cobrar isso; ele deve exigir que a empresa tenha essa responsabilidade" (apud FLORES, 2011).

Segundo Sabará (2011), as empresas e indústrias devem, cada vez mais, buscar práticas sustentáveis de produção:

Para um produto ser considerado sustentável, ele deve contribuir para a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento das pessoas envolvidas em sua produção. Isso inclui, por exemplo, garantir que as atividades de extração, processamento e transportes de insumos atendam aos quesitos de sustentabilidade. Mas, ter a sustentabilidade como base para todas as ações de uma empresa é o grande desafio do nosso tempo. Não basta oferecer produtos ecologicamente corretos, a preocupação com a preservação ambiental e o bem-estar das pessoas devem ser as diretrizes para alinhar, de maneira harmônica, produção e sustentabilidade.

Sabará (2011) completa enfatizando a importância da existência de prêmios de certificação internacional para empresas com produção sustentável, no sentido de incentivá-las a buscar cada vez mais a produção sustentável, destacando o papel da sociedade e da imprensa na fiscalização das companhias que degradam o meio ambiente por meio de sua produção:

Outro indicador de resultados concretos são as certificações internacionais, como o SEED Awards De Empreendedorismo Sustentável, prêmio criado pela ONU para ser entregue a projetos empreendedores e ambientalmente responsáveis. Por isso, é importante que a sociedade fique cada vez mais atenta ao que a comunidade científica, o governo e as ONGs têm dito sobre engajamento das empresas. É preciso que as fontes que legitimam as práticas corporativas tenham credibilidade e exerçam uma fiscalização real e imparcial. Nesse sentido, a imprensa também tem um papel importante, já que por meio de suas matérias acaba exercendo forte pressão às organizações, principalmente àquelas que não estão de acordo com as regras de sustentabilidade.

Monteiro (2007) acrescenta que o próprio consumidor possui parcela de responsabilidade pela degradação dos recursos naturais: "A escassez de recursos naturais, nesse sentido, não pode ser atribuída somente às empresas, pois foram os consumidores que financiaram sua exploração." (COMO FUNCIONA..., 2007).

Washington (2009) traz um indicador preocupante: "A humanidade já consome 30% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra. Se os padrões de consumo e produção se mantiverem no atual patamar, em menos

de 50 anos serão necessários dois planetas Terra para atender nossas necessidades de água, energia e alimentos.” (O QUE É CONSUMO..., 2001).

No Brasil, pelo menos, os consumidores estão mais conscientes quanto ao consumo adequado. Pesquisa da Greendex, apresentada pela *National Geographic Society*, aponta o Brasil como segundo país em consumo consciente, atrás apenas da Índia. (FARINA, 2012).

Celso Monteiro (2007) encerra com um questionamento: “O grande desafio do consumo é encontrar o ponto de equilíbrio entre as demandas de nossa sociedade e os limites naturais do planeta. Será que ultrapassamos esse limite?” (COMO FUNCIONA..., 2007).

Então, as empresas e indústrias devem incrementar as políticas sustentáveis às suas questões estratégicas de mercado, visando um reflexo positivo junto ao consumidor final. E o governo deve levar em conta os impactos ambientais decorrentes das medidas de incentivo ao consumo, ao mesmo tempo em que a sociedade deve evitar o financiamento da exploração dos ecossistemas por meio do seu consumo, e ao mesmo tempo precisa estar atenta às empresas que realmente praticam políticas sustentáveis, sendo que essas merecem reconhecimento por meio de prêmios e certificações de qualidade, que servem como estímulo à manutenção das práticas de sustentabilidade.

#### **11.1.6 Críticas ao incentivo ao consumo**

Alguns especialistas criticam as medidas de incentivo ao consumo propostas pelo governo, com a justificativa que as mesmas privilegiam setores em específico, causam o endividamento das famílias e não são as políticas mais adequadas diante das crises.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, defende que o crescimento da economia não pode ser mais puxado pelo crédito ao consumo, e que o novo motor deve ser a aplicação de recursos na expansão da capacidade produtiva (ZERO HORA, 24 mar. 2012, p. 18).

O economista do banco japonês Nomura Holdings, Tony Volpon, diz que o pacote de estímulos “foi um erro”, e que “o governo deveria deixar espaço para o Banco Central cortar juros mais agressivamente” (apud TAVARES, 2012).

Com o mesmo raciocínio, o professor Ricardo Araújo (2008), da Fundação Getúlio Vargas, enfatiza que é importante que as medidas para incentivar as pessoas a irem às compras deveriam vir acompanhadas de uma redução drástica de juros para o consumidor. Do contrário, não terá efeitos benéficos para a economia.

O consumo só poderia ser incentivado se as condições de pagamento fossem incentivadas também. O Brasil é um país que tem uma elevada taxa de juros. No parcelamento da compra de um bem, seja em 12 vezes, em 24 vezes ou em 48 vezes, a soma de juros pagos pelo consumidor é exorbitante, é muito alta (apud LIMA, 2008).

Para Juan Jensen (2012), da Tendências Consultoria: “o governo tem problemas fiscais para 2012 e estas medidas podem tornar a conta fiscal um pouco mais complicada. Isso foi apenas um paliativo para setores em particular, quando deveriam ter sido tomadas medidas mais estruturais, com redução de impostos para economia como um todo” (apud TAVARES, 2012).

Com a mesma ideia, o Professor Ricardo Araújo (2008) reforça a necessidade das medidas de incentivo ao consumo não privilegiarem somente alguns setores do mercado:

A movimentação do governo deve ocorrer no sentido de incentivar o consumo de forma generalizada e não com políticas de crédito direcionadas para determinados setores. O governo não pode dar esse crédito para alguns setores em detrimento de outros. O crédito deve ser dado para consumidores, pessoas físicas, e não para alguns setores da economia isoladamente, como ocorreu com o setor automotivo (apud LIMA, 2008).

O ritmo frenético dos brasileiros ao consumirem, motivados pelo crédito fácil, os leva a comprometer boa parte dos seus rendimentos com dívidas, sendo que, muitas vezes, os bens que adquirem são completamente supérfluos.

Nesse sentido, Juarez Amorim (2011) faz críticas mais severas às medidas do governo que objetivam incentivar o consumo das famílias, que acaba por empurrar as pessoas ao endividamento:

Não é difícil afirmar que o governo foi irresponsável. Os brasileiros estão se atolando nas dívidas. A onda consumista preconizada por Lula, principalmente depois da crise econômica mundial de 2008, fez com que a população comprometesse anos de suas vidas para adquirir um automóvel que vai "consumir" em dois ou três anos. São quase dez milhões de automóveis no Brasil nos últimos três anos. Com isso, o problema maior, que é a inflação, começa a aparecer (JUAREZ..., 2011).

O Professor Araújo (2008) faz uma contribuição, destacando que palavra de ordem nesse momento para o consumidor é cautela:

O mundo vive um momento de cautela. Eu não conheço ninguém, mesmo pessoas que têm dinheiro, que estejam torrando dinheiro, nesse momento, no consumo. Agora, se o governo quiser utilizar os bancos públicos para fomentar consumo, tem que reduzir a taxa de juros (apud LIMA, 2008).

Nesse mesmo enfoque, a pesquisa de campo do trabalho apresentou a seguinte pergunta: “Na sua opinião, qual deve ser o comportamento do brasileiro diante das incertezas econômicas no mundo desenvolvido?”

Respostas: 73% (48 pessoas) respondeu “cautela”, 32% (21 pessoas) respondeu “manutenção do ritmo de consumo habitual”, 9% (6 pessoas) respondeu “redução do consumo” e 11% (7 pessoas) respondeu “outra”.

O entrevistado nº. 15, de Porto Alegre/RS, Mestre, diz que o brasileiro deve fazer poupança diante das turbulências externas.

O entrevistado nº. 19, que possui graduação e é estudante de Comunicação, diz que o brasileiro, diante de um cenário de crise internacional, deve criar alternativas que não dependam do poder público.

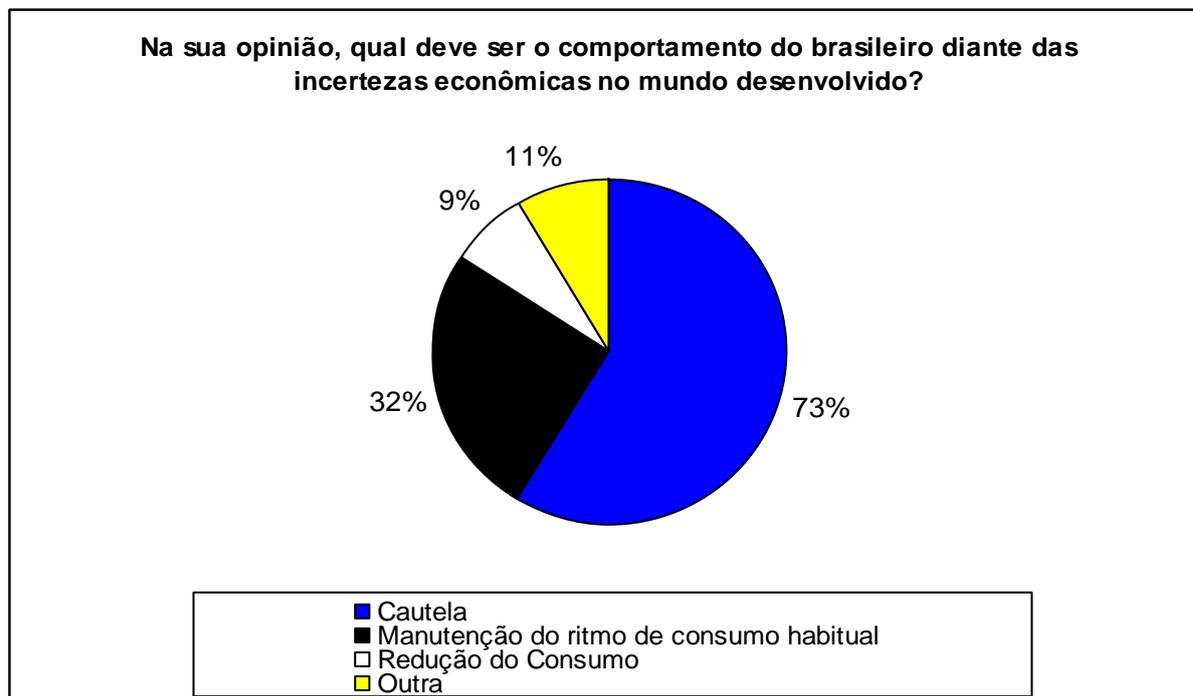
O respondente nº. 52, Administrador e Especialista, afirma que o brasileiro, no geral, não está tão preocupado com as variações econômicas, talvez por desconhecimento.

O entrevistado nº. 65, de São Borja, Administrador e Mestre em Administração Pública, diz que é preciso que o brasileiro adquira maior educação econômica.

Percebe-se que a cautela é um comportamento recomendado diante da crise externa que vem atingindo as nações desenvolvidas; e que o brasileiro precisa ter conhecimento do panorama econômico para que possa projetar suas finanças dentro de margens que permitam a garantia e manutenção da sua capacidade regular de pagamento, evitando problemas futuros por conta de uma desaceleração da atividade econômica no Brasil.

Segue abaixo a representação gráfica da questão da pesquisa de campo, com o questionamento acerca do comportamento do brasileiro diante da crise internacional:

**Gráfico 45 - Opinião dos entrevistados sobre o comportamento do brasileiro diante das incertezas econômicas no mundo desenvolvido.**



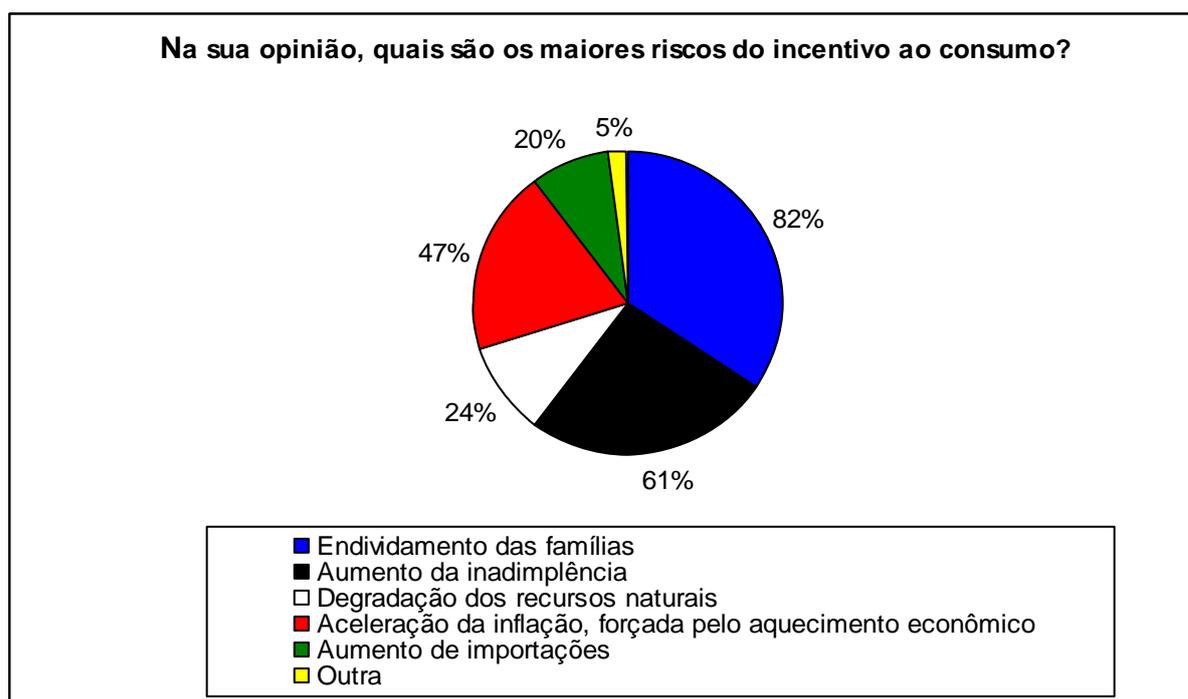
Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Outra pergunta da pesquisa de campo envolveu todas as problemáticas advinhas do incentivo ao consumo tratadas no trabalho em apenas uma questão: “Na sua opinião, quais são os maiores riscos do incentivo ao consumo?”

Respostas: dos 66 respondentes, 82% (54 pessoas) respondeu “endividamento das famílias”, 61% (40 pessoas) assinalou “aumento da inadimplência”, 47% (31 pessoas) respondeu “aceleração da inflação, forçada pelo aquecimento econômico”, 24% (16 pessoas) respondeu “degradação dos recursos naturais”, 20% (13 pessoas) marcou “aumento de importações (empresas e indústrias com estruturas produtivas despreparadas para atender à crescente demanda por produtos, o que as leva a importar matérias primas para saldar a produção interna)” e 5% (3 pessoas) marcou “outra”.

O entrevistado nº. 64, Administrador e Mestre em Administração Pública, destaca que as medidas de incentivo ao consumo também incentivam o desperdício.

O respondente nº. 33, de Bagé, Mestre em Economia, diz que as medidas de incentivo ao consumo podem oportunizar a formação de uma bolha, que levará o país para uma crise em um futuro próximo.

**Gráfico 46 – Opinião dos entrevistados sobre os maiores riscos do incentivo ao consumo.**

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa de Campo

Por esses motivos é que o incentivo ao consumo deve ser responsável e sustentável, para que as medidas de facilitação ao crédito não aumentem a pressão inflacionária e não levem a população ao endividamento desnecessário, que traz consigo a inadimplência. O consumo em larga escala contribui para a degradação dos recursos naturais, por conta da onda de crescimento e pelo incentivo ao consumo das populações. É importante considerar, também, que o aumento da demanda de consumo, forçada pelo crédito facilitado, muitas vezes obriga as empresas e indústrias a aumentarem as importações de matérias-primas para fazer frente a essa nova ordem, gerando redução da força de trabalho e defasagem de investimentos em estruturas produtivas.

## 12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi extremamente interessante de se desenvolver, considerando que o tema proposto se trata de um assunto atual, que vem sendo abordado diariamente nos jornais e noticiários. O enfoque da pesquisa permitiu contínuas consultas a sites oficiais, como o Banco Central, Ministério da Fazenda, IPEA, IBGE, IDV e CNI, de onde foram extraídos dados de fontes autênticas, que garantem a legitimidade das informações do trabalho.

O trabalho, por apresentar um tema cujos desdobramentos ocorrem diariamente, exigiu atenção especial aos fatos ocorridos em tempo real dentro da conjuntura econômica. Em vários momentos, surgiram informações novas, que foram prontamente incorporadas ao trabalho, como: o percentual do PIB do país em 2011, divulgado em março/2012 pelo IBGE, notícias sobre as medidas para conter a entrada de capital estrangeiro em resposta à injeção de liquidez nos países em crise, matérias sobre a redução da taxa de juros e prorrogação da redução de impostos, dados da indústria brasileira, números da ONU, OCDE e informações dos boletins do Ministério da Fazenda “Economia Brasileira em Perspectiva” e do Banco Central “Boletim Focus – Relatórios de Mercado”, além de atualizações econômicas internacionais, entre outros elementos. Tal fato exigiu foco constante nos assuntos relacionados à estagnação global que assola os maiores mercados financeiros do mundo.

Já a pesquisa de campo proporcionou uma interação com vários profissionais, que deram valiosa contribuição ao presente estudo; além disso, apresentou números capazes de gerar resultados importantes acerca das temáticas abordadas no trabalho. Na pesquisa de campo, foram levantadas considerações que trazem a opinião de profissionais das mais diversas áreas de atuação, com a participação de administradores, economistas, servidores públicos, entre outros.

Na análise dos resultados da pesquisa de campo, observou-se que a expectativa dos entrevistados sobre a economia nacional em 2012 é muito positiva, pois 50% dos respondentes disse estar confiante quanto ao desempenho econômico brasileiro em 2012, enquanto que 35% respondeu que a economia deve “permanecer igual” a 2011 e apenas 9% disse estar pessimista.

Todavia, esse otimismo está cercado de certa dose de precaução, pois o alto percentual de 73% dos respondentes afirma que o brasileiro deve ter cautela diante das incertezas econômicas no mundo desenvolvido.

Outro questionamento mostrou que 44% dos participantes entende que o Brasil está relativamente imune e protegido dos impactos da crise internacional, e 48% disse que o país corre riscos de contágio pelos efeitos da crise externa.

A pesquisa de campo mostrou que, na opinião dos entrevistados, o aumento da classe consumidora e o conseqüente crescimento da demanda interna têm condições de manter a economia brasileira aquecida diante de uma estagnação mundial, sendo essa opinião ratificada por 58% dos participantes.

Porém, apenas 36% dos respondentes afirmou que o mercado consumidor interno tem condições de livrar a economia brasileira de uma crise global, sendo que 58% assinalou que a demanda doméstica não tem essa capacidade. Ou seja, na opinião da maioria dos entrevistados, o mercado consumidor tem potencial de manter a economia aquecida frente às turbulências, mas, por si só, não tem condições de salvar o país de uma crise global.

A maioria dos respondentes da pesquisa de campo, num percentual apertado de 47%, afirmou que as medidas de incentivo ao consumo podem possibilitar ao Brasil transpor o momento de turbulências econômicas externas sem sentir grandes impactos, enquanto que 45% respondeu que essas medidas macroeconômicas não auxiliam a economia diante das crises, sendo que 8% respondeu que as políticas de incentivo ao consumo são indiferentes e pouco interferem positivamente frente à atmosfera de incertezas econômicas mundiais.

Na opinião dos participantes da pesquisa, as maiores vantagens do incentivo ao consumo do brasileiro em um cenário de crise internacional são, primeiramente, a manutenção do mercado forte, empregos e investimentos, seguida pela garantia da manutenção do fôlego econômico, depois o reflexo positivo no mercado produtivo e de capitais e, por último, o rompimento da estagnação econômica e o aquecimento mercadológico.

Ainda dentro da abordagem das medidas de incentivo ao consumo, os participantes da pesquisa de campo elegeram a redução de juros como a medida de incentivo que possui maior eficácia.

A pesquisa também abordou os riscos das políticas de incentivo ao consumo das famílias. A grande maioria dos respondentes (82%) apontou o endividamento

como a consequência mais grave da promoção do consumo. Em segundo lugar, com 61%, ficou o aumento da inadimplência, seguido pela aceleração da inflação, forçada pelo aquecimento econômico. Na sequência decrescente de marcação das assertivas, veio a degradação dos recursos naturais da Terra, resultado da lógica acumulativa do capitalismo, e, por último, o aumento das importações.

A metade dos participantes da pesquisa de campo apontou o enfraquecimento na geração de empregos como o principal efeito que a economia brasileira pode sentir a partir de uma crise externa. A 2ª assertiva que mais recebeu marcações (47%) nessa questão foi a “Redução das exportações e aumento de importações, facilitadas pela baixa do dólar”. Os respondentes também assinalaram o déficit no saldo comercial e baixo crescimento, a retração da produção industrial pela forte concorrência de importados e a queda no consumo interno das famílias como possíveis efeitos que a economia brasileira pode vir a sentir por conta de uma crise internacional.

A pesquisa também questionou qual situação mais contribui para que o Brasil não seja tão afetado pelos reflexos de uma estagnação econômica mundial. A opção mais assinalada, com 62%, foi o “grande aumento da classe consumidora, com mercado interno forte, crescente e dinâmico”; depois, com 52%, as “medidas macroeconômicas da equipe do governo, como as políticas de incentivo ao consumo das famílias”, enquanto que 38% dos respondentes sustenta que a “manutenção e aumento do volume de exportações aos países emergentes, onde a demanda continua aquecida” é uma situação que resguarda a economia nacional dos impactos externos. As reservas internacionais que o Brasil dispõe, na ordem de US\$ 352 bilhões, foi lembrada por 24% dos respondentes.

A última questão da pesquisa de campo perguntou qual a possível solução para a crise na zona do Euro. Uma solução coletiva, com um grande plano de união fiscal, com os países membros garantindo as dívidas dos países em dificuldade, foi a alternativa assinalada por 55% dos respondentes como solução para o impasse econômico europeu. Já 41% destacou que a solução na eurozona passa pela ajuda dos países emergentes, que em troca podem solicitar a quebra de barreiras comerciais impostas a seus produtos. Apenas 5% destacou o encolhimento do bloco econômico, com a retirada de parte da periferia não competitiva.

Esse trabalho traz lições que ficam dos acontecimentos econômicos globais, pois cada política governamental deve ser desenvolvida considerando as possíveis

consequências futuras. A pesquisa mostrou que um governo deve estar atento ao contexto externo, visando manter a economia em condições de observância dos fatos que permeiam as principais economias. Os países podem incentivar o consumo para combater o baixo crescimento, porém, precisam controlar o aquecimento econômico, que pode trazer consigo a inflação e o consequente endividamento da população, além da elevação dos índices de inadimplência e a degradação dos recursos naturais.

Constatou-se também que o endividamento excessivo é a causa das crises atuais, e que as maiores economias, na última década, quando vinham de um potencial processo de crescimento, ao mesmo tempo apresentavam alto grau de endividamento. E, quando a crise veio, ficou prejudicada a utilização do instrumento fiscal, que é um recurso capaz de atenuar uma estagnação econômica.

Pode-se identificar que o Brasil naturalmente também sofre as consequências da crise internacional, com a redução do PIB, o câmbio desfavorável que prejudica as exportações e tira a competitividade dos produtos, aumento de importações, perdas na indústria, redução do consumo das famílias, queda na estimativa de geração de empregos, entre outros fatores.

Foi muito positivo trabalhar o assunto principal da presente pesquisa, além de gratificante, pois a temática é de grande importância para o governo e a sociedade, sendo recompensador realizar um trabalho capaz de auxiliar na ampliação e no aprimoramento de conhecimentos.

A sensação é de pleno dever cumprido, com a certeza de conseguir contribuir para a disseminação de conhecimentos e para a construção de material científico.

## REFERÊNCIAS

ABALO GLOBAL. **Jornal Zero Hora**. Caderno Dinheiro. 21 ago. 2011. p. 7.

ABALO GLOBAL. **Jornal Zero Hora**. Caderno Dinheiro. 14 ago. 2011. p. 5.

A crise americana. **Programa Conta Corrente, de 30 jul. 2011. Globo News**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JYZyrtP303l>> Acesso em: 20 set. 2012.

**Ação do BCE reforça tendência de alta do real ante o dólar**, mar. 2012. Veja. Economia. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/acao-do-bce-reforca-tendencia-de-alta-do-real-ante-o-dolar>> Acesso em: 29 mar. 2012.

A ECONOMIA em 2012. **Revista Época**. Edição Especial. n. 710, p. 50, 95, 104, 105. Perspectiva. 26 dez. 2011.

ALVARENGA, Darlan. **Mantega anuncia prorrogação de IPI menor para linha branca**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/mantega-anuncia-prorrogacao-de-ipi-menor-para-linha-branca.html>> Acesso em: 27 mar. 2012.

AMATO, Fábio. **Governo diz que foram executados R\$ 204,4 bilhões no 1º ano do PAC 2**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/governo-diz-que-foram-executados-r-2044-bilhoes-no-1-ano-do-pac-2.html>> Acesso em: 27 mar. 2012.

AMORIM, Juarez. **Juarez critica incentivo ao consumo de Lula**, maio 2011. Disponível em: <<http://minasgerais.pps.org.br/portal/showData/201901>> Acesso em: 27 mar. 2012

ANTUNES, Heitor. **Antenado: Brasil cresce 2,7% em 2011 e vira 6ª economia do mundo**. Disponível em: <<http://lanternateen.com/2012/03/antenado-brasil-cresce-27-em-2011-e-vira-6a-economia-do-mundo/>> Acesso em: 23 mar. 2012

ARAGÃO, Marianna. **Classe C chega a 54% da população e tem renda média de R\$ 1.450**, mar. 2012. Folha.com. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1065542-classe-c-chega-a-54-da-populacao-e-tem-renda-media-de-r-1450.shtml>> Acesso em: 27 mar. 2012.

AS DUAS CARAS do Dinheiro em 2012. **Revista Época**. Edição Especial. n. 710, p. 50, 95, 104, 105. Perspectiva. 26 dez. 2011.

BALANÇA Comercial. Superávit foi de US\$ 370 milhões na terceira semana de fevereiro. **Jornal Zero Hora**. Produtos e Serviços. P. 2.

BARROS, Michele. 2012. Jornal da Globo. **Número de inadimplentes no Brasil cresce 21% em 2011**, jan. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/01/numero-de-inadimplentes-no-brasil-cresce-21-em-2011.html>> Acesso em 18 jan. 2012.

BARROSO, Marta. COUTINHO, Clara. **Utilização da ferramenta Google Docs no Ensino das Ciências Naturais. Um Estudo com alunos do 8ºano de escolaridade**. Revista Iberoamericana de Informática Educativa. Disponível em: <<http://161.67.140.29/iecom/index.php/IECom/article/view/5/152>> Acesso em: 10 mar. 2012.

BASTOS, Vânia. **Para entender a economia capitalista: noções introdutórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

BELEDELI, Marcelo. Jornal do Comércio. **Volume do Endividamento Desafia Produtores Rurais**, jan. 2012. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=83445>> Acesso em 18 jan. 2012.

BEZERRA, George. **A crise no mundo desenvolvido e o pensamento que as autoridades da zona do euro não podem verbalizar**, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.maximaasset.com.br/arquivos/relatorios/analise\\_economica\\_072011.pdf](http://www.maximaasset.com.br/arquivos/relatorios/analise_economica_072011.pdf)> Acesso em: 07 fev. 2012.

BOLETIM Focus. **Relatório de Mercado**, jan. 2012. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20120106.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2012.

BOLETIM Focus. **Relatório de Mercado**, mar. 2012. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20120316.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2012.

BRANDÃO, Márcia. Expectativas para 2012: ano de desafio para os brasileiros. **Jornal Dia Dia**. jan. 2012. Disponível em: <[www.jornaldiadia.com.br/jdd/index.php/artigos-e-opinioes/82943-expectativas-para-2012-ano-de-desafio-para-os-brasileiros](http://www.jornaldiadia.com.br/jdd/index.php/artigos-e-opinioes/82943-expectativas-para-2012-ano-de-desafio-para-os-brasileiros)> Acesso em 16 jan. 2012.

BRASIL está preparado para tsunami monetário, diz Mantega, mar. 2012. **IG. Economia**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/brasil-esta-preparado-para-tsunami-monetario-diz-mantega/n1597668094326.html>> Acesso em: 30 mar. 2012

BRASIL exporta mais para emergentes do que para ricos. **O Globo**. jan. 2012. Disponível em: <<http://moglbo.globo.com/integra.asp?txtUrl=/economia/brasil-exporta-mais-para-emergentes-do-que-para-ricos-3590974>> Acesso em 07 jan. 2012.

BRASIL vai ajudar FMI com injeção de recursos para resolver crise do Euro. **Isto É Online**. Economia. dez. 2011. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/181179\\_BRASIL+VAI+AJUDAR+FMI+COM+I+NJECAO+DE+RECURSOS+PARA+RESOLVER+CRISE+DO+EURO](http://www.istoe.com.br/reportagens/181179_BRASIL+VAI+AJUDAR+FMI+COM+I+NJECAO+DE+RECURSOS+PARA+RESOLVER+CRISE+DO+EURO)> Acesso em: 15 jan. 2012.

BRAZIL is sell admin financing control market fears turn gives euro area. **Jornal Financial Times**. Inglaterra: 28 set. 2011.

BRUM & HILLIG. Repensando o Consumismo: uma reflexão sobre a necessidade de um “consumo responsável”. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET-CT/UFSM**. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/viewFile/2300/1400>> Acesso em: 21 jan. 2012.

CALOTE na Agrópole. **Europa sob mau tempo. Jornal Zero Hora**. Caderno Dinheiro. 12 fev. 2012. P. 5.

CANCLINI, N. G. (1999). **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. (4a ed.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CARCANHOLO Marcelo; PINTO, Eduardo; FILGUEIRAS, Luiz; et al. **Crise financeira internacional: Natureza e impacto**, maio 2008. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/crise\\_financeira\\_internacional\\_gep\\_maio\\_2008.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/crise_financeira_internacional_gep_maio_2008.pdf)> Acesso em: 25 dez. 2011.

CASTANHO, Manoel. **Conselheiro fala sobre crise econômica na imprensa**, ago. 2011. COFECON – Conselho Federal de Economia. Disponível em: <[http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2346&Itemid=999999999](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2346&Itemid=999999999)> Acesso em 18 dez. 2011.

CATÃO, Gustavo. **Securitização de Recebíveis no Setor Bancário Brasileiro. Um estudo multi-caso**, 2006. Disponível em: <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6466/1/2006\\_GustavoCamposCatao.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6466/1/2006_GustavoCamposCatao.pdf)> Acesso em: 10 dez. 2011.

CEBENOYAN, A. Sinan; STRAHAN, Philip E. **Risk management, capital structure and lending at banks**. Journal of Banking and Finance. 28, p. 19-43, 2004.

CIDIN e SILVA, **A pegada ecológica em relação ao homem, à natureza e à cidade**. IN: [http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v\\_en/Mesa3/1.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa3/1.pdf), em 11 de novembro de 2009.

COLPO, E.E. **O consumo como uma prática cultural**. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria; 2005. 50 p.

**Com 'tsunami monetário', Copom corta Selic em 0,75 ponto porcentual**, mar. 2012. Veja. Banco Central. Economia. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/com-tsunami-monetario-copom-corta-selic-em-0-75-ponto-porcentual>> Acesso em: 28 mar. 2012.

CONSUMO interno manterá economia em 2012. **Jornal do Comércio**. Editorial. 16 jan. 2012.

CORAZZA, Gentil. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil, 2000**. Disponível em: <[http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000\\_08.pdf](http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf)> Acesso em: 23 jan. 2012.

CORREA, Alessandra. **Brasil só fica atrás da China em expansão de investimento em dívida americana**. Da BBC Brasil em Washington, jul 2011. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110718\\_divida\\_eua\\_br\\_ac.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/07/110718_divida_eua_br_ac.shtml)> Acesso em: 18 fev. 2012.

CORREIO DO BRASIL. Ano XII - Número 4466. **Irlanda volta a cair na recessão**. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/irlanda-volta-a-cair-na-recessao/412631/>> Acesso em: 23 mar. 2012.

CORTEZ, Ana e ORTIGOZA, Silvia. **Consumo Sustentável: Conflitos entre necessidade e desperdício.** São Paulo: Unesp, 2007.

CORTEZ, A. T. C. **A questão de resíduos sólidos domiciliares: coleta seletiva e reciclagem – A experiência de Rio Claro (SP).** Universidade Estadual Paulista – UNESP, Tese, Rio Claro – SP, 2002.

COSTA, Ana Clara. **Sem 'tsunami monetário', bancos europeus poderiam entrar em colapso,** mar. 2012. Economia. Entrevista. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/sem-tsunami-monetario-bancos-europeus-poderiam-entrar-em-colapso>> Acesso em: 29 mar. 2012.

CRESCENTI, Marcelo. **Brasil foi um dos países que melhor reagiram à crise, diz estudo alemão,** abr. 2010. BBC Brasil. De Frankfurt para a BBC Brasil. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100423\\_alemanha\\_estudo\\_r.c.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100423_alemanha_estudo_r.c.shtml)> Acesso em: 30 mar. 2012.

CRISE na Europa. **EUA crescem abaixo da expectativa.** Jornal Zero Hora. 28 jan. 2012. P. 8.

DA SILVA, Camila Bezerra. **Criação de empregos em queda,** dez. 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/tag/ministerio-do-trabalho/>> Acesso em: 22 fev. 2012.

DAVIES, Howard. **Jornal Zero Hora.** Caderno Dinheiro. Artigo. **A terra financeira desolada na Europa.** 28 ago. 2011. P 3.

DOWNES, J.; GOODMAN, J. E. **Dictionary of Finance and investment terms.** New York: Barron's, 1991.

DUBAR, C. **La crise des identités: l'interprétation d'une mutation.** Paris: PUF, 2006.

ECONOMIA. **Crise econômica não vai afetar meta de investimentos do PAC, diz ministra,** ago. 2011. Disponível em: < <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/crise-economica-nao-vai-afetar-meta-de-investimentos-do-pac-diz-ministra/>> Acesso em 18 dez. 2011.

ECONOMIA. **Inadimplência registra aumento de 5,8% em setembro.** Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2011/10/06/inadimplencia-registra-aumento-de-58-em-setembro/>> Acesso em: 11 fev. 2012.

ECONOMIA Brasileira. **Economia Brasileira atual, dados, índices, exportações, importações, inflação, PIB, setores da economia, comércio exterior, importações, saldo comercial, parceiros econômicos, produtos, energia, setores da economia brasileira.** Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/geografia/economia\\_brasileira.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm)> Acesso em: 26 mar. 2012.

ECONOMIA brasileira paralisa no 3º trimestre; Incentivo ao consumo é aposta do governo. **Correio do Brasil**, Ano XI, n. 7361, dez. 2011. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/economia-brasileira-paralisa-no-3%C2%BA-trimestre-incentivo-ao-consumo-e-aposta-do-governo/338573/>> Acesso em: 08 Dez. 2011.

**ECONOMIA MUNDIAL à beira de nova recessão.** Diário do Nordeste. Negócios., jan. 2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1094936>> Acesso em: 20 jan. 2012.

ECONOMIA – REFLEXO AQUI, Crise global enfraquece a criação de empregos no país. **Jornal Zero hora**. 19 nov. 2011. P. 18

Encyclopedia Universalis. **Crises économiques**. 2008.

**ENTENDA a crise da dívida nos Estados Unidos**, do UOL Economia em São Paulo. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/07/25/entenda-a-crise-da-divida-nos-estados-unidos.jhtm>> Acesso em: 18 fev. 2012.

**ENTENDA a crise da dívida da Grécia**, fev. 2012. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/02/21/entenda-a-crise-da-divida-da-grecia.jhtm>> Acesso em: 21 fev. 2012.

ESTADÃO. **Economia: indústria deve seguir encolhendo em 2012; setor de serviços ganha espaço**, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20120102075038&cat=educacao&keys=economia-industria-deve-seguir-encolhendo-setor-servicos-ganha-espaco>> Acesso em: 16 jan. 2012.

**EUROZONA aprova novo pacote de ajuda financeira para a Grécia**, fev. 2012. G1 Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/02/eurozona-aprova-novo-pacote-de-ajuda-financiera-para-grecia.html>> Acesso em: 21 fev. 2012.

EXPORTAÇÕES brasileiras registram crescimento de 27% em 2011. **G1 ECONOMIA**. jan. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/01/exportacoes-brasileiras-registram-crescimento-de-27-em-2011.html>> Acesso em 07 jan. 2012.

FABOZZI, F. J; ROEVER, W. A. **A primer on securitization**. Journal of Structured and Project Finance. New York. v. 9, n. 2, p. 5, Jun, 2003.

FALCÃO, CARLA. Freio na indústria impediu PIB mais robusto em 2011, mar. 2012. **IG. Economia**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/freio-na-industria-impediu-pib-mais-robusto-em-2011/n1597665924004.html>> Acesso em: 30 mar. 2012.

FALCÃO, Rui. **PIB europeu cai e 6 países estão em recessão**. Disponível em: <<http://ruifalcao.com.br/pib-europeu-cai-e-6-paises-estao-em-recessao/>> Acesso em: 23 mar. 2012.

FARIAS, Roberta. **CNDL aponta que inadimplência do consumidor aumentou 2,91% em janeiro**, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.cearaagora.com.br/noticias/dia-dia/cndl-aponta-que-inadimplencia-do-consumidor-aumentou-291-em-janeiro>> Acesso em: 12 fev. 2012.

FARINA, Erik. Filão Sustentável. **Jornal Zero Hora**. Caderno Dinheiro. 26 fev. 2012. p. 1.

FELLET, João. **PIB cresce 2,7% em 2011 e alcança R\$ 4,1 trilhões**, março 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120306\\_pib\\_brasil\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120306_pib_brasil_jf.shtml)> Acesso em: 22 mar. 2012.

FERNANDES, Humberto. **Conceito Subprime**, nov. 2008. Disponível em: <<http://humbertofernandesoliveira.blogspot.com/2008/11/conceito-subprime.html>> Acesso em: 05 dez. 2011.

FILHO, Mário Ronco. **A crise mundial prevista por jucelino luz de 2006 a 2014 continua e poderá agigantar-se nos eua, europa, américa (norte, central e do sul) e ásia**. Disponível em: <[http://www.jucelinodaluz.com.br/crise\\_mundial.htm](http://www.jucelinodaluz.com.br/crise_mundial.htm)> Acesso em: 31 mar. 2012.

FLORES, Mariana. Portal Administradores. **Especialistas alertam que consumidor também precisa se preocupar com sustentabilidade**, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/administracao-e-negocios/especialistas-alertam-que-consumidor-tambem-precisa-se-preocupar-com-sustentabilidade/40285/>> Acesso em: 21 jan. 2012.

FMI Precisa de mais US\$ 500 bilhões. **Jornal Zero Hora**. Caderno Dinheiro, 22 jan. 2012. P. 3.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **Relatório Panorama Econômico Regional (Regional Economic Outlook)**. Washington – DC: FMI, out. 2011.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **Relatório Panorama Econômico Mundial (World Economic Outlook – Update 2011)**. Washington – DC: FMI, set. 2011.

FREITAS, Eduardo. **União Europeia**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/uniao-europeia.htm>> Acesso em: 24 mar. 2012.

FROUFE, Célia. ESTADÃO. Economia & Negócios. **Expectativa é de desaceleração do emprego na indústria, diz CNI**, dez. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+industria,expectativa-e-de-desaceleracao-do-emprego-na-industria-diz-cni,94799,0.htm>> Acesso em 18 jan. 2012.

G1 Jornal Nacional. **Economia brasileira cresce 2,7% em 2011, segundo dados do IBGE**, março 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/03/economia-brasileira-cresce-27-em-2011-segundo-dados-do-ibge.html>> Acesso em: 23 mar. 2012.

G1 Economia. **Inflação fecha 2011 em 6,50%, no teto da meta do BC**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/01/inflacao-fecha-2011-em-650-no-teto-da-meta-do-bc.html>> Acesso em: 15 mar. 2012.

G1 Economia. **Governo oficializa prorrogação de IPI menor para linha branca**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/governo-oficializa-prorrogacao-de-ipi-menor-para-linha-branca.html>> Acesso em: 27 mar. 2012.

GUTIERREZ, Margarida. **A crise americana**. Globo News. Programa Conta Corrente de 30/07/2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JYZyrtP303l>> Acesso em: 15 dez. 2011.

HAMMES Maria Isabel. **Mundo vive mudança de protagonismo**. Jornal Zero Hora. Caderno Dinheiro. 03 jul. 2011. p. 6.

HENRIQUE, Marcelo. **E a crise econômica de 2011, continua ou não? E o Brasil nessa história?** Jul 2011. Disponível em <<http://www.facilinvestimentos.com.br/2011/07/e-crise-economica-continua-ou-nao-e-o.html>> Acesso em: 18 dez. 2011.

HERÉDIA, Thais. **A valorização do real tem dois lados**, mar. 2012. G1. Caminhos da Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/thaisheredia/2012/03/01/a-valorizacao-do-real-tem-dois-lados/>> Acesso em: 28 mar. 2012.

IBGE, Indicadores. **Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes**, mar. 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val\\_201104caderno.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201104caderno.pdf)> Acesso em: 22 mar. 2012.

IBOPE. **Brasileiro crê que 2012 será melhor do que 2011, mostra IBOPE Inteligência**, jan. 2012. Disponível em: <[http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallIBOPE&pub=T&nome=home\\_materia&db=caldb&docid=1F1EB2952499B89783257989005DEDE5](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=caldb&docid=1F1EB2952499B89783257989005DEDE5)> Acesso em: 13 fev 2012.

IDV. **Desoneração do IPI eleva vendas do varejo nos três primeiros meses de 2012**, mar. 2012. Releases. Disponível em: <<http://www.idv.org.br/imprensa-noticia.aspx?IdNoticia=636>> Acesso em: 30 mar. 2012.

IEF—**Índice de Expectativas das Famílias**, ed. 18. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/IEF/120209\\_ief\\_18.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/IEF/120209_ief_18.pdf)> Acesso em: 23 fev. 2012

IMHOFF Jr, Eugene A. **Asset Securitization: Economics effects and Accounting Issues**. Accounting Horizons. p. 5, Set, 1992.

IMPOSTO Global. **Jornal Zero Hora**. Editorial. 05 nov. 2011. P. 24.

INFORME Econômico. **Jornal Zero Hora**. Caderno Dinheiro. 25 dez. 2012. p. 3.

IPEA. **Ipea divulga índice de expectativas das famílias**, fev. 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13173&catid=4&Itemid=2](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13173&catid=4&Itemid=2)> Acesso em: 23 fev. 2012

**ITÁLIA e Holanda entram em recessão**. Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.nominuto.com/noticias/mundo/italia-e-holanda-entram-em-recessao/81964/>> Acesso em: 23 mar. 2012.

ITÁLIA terá supervisão do FMI, **Jornal Zero Hora**. 05 nov. 2011. P. 15.

KALA, Ritesh. **The Impact of Securitization on NPA of Banks in India**. Mombaim, 2003.

KENDALL, Leon T.; FISHMAN, Michael J (Coord). **A Primer on Securitization**. Cambridge: MIT Press, 1996.

KEYNES, John M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

KHOTHARI, Vinod. **Securitization: the financial instrument of the new millennium**. Calcutta: Academy of Financial Services, 1999.

KUAZAQUI, Edimir. **O crescimento da classe C e seus impactos no cenário brasileiro**, jul. 2011. Revista Autor. Disponível em: <[http://www.revistaautor.com/portal/index.php?option=com\\_Content&view=article&id=681:o-crescimento-da-classe-c-e-seus-impactos-no-cenario-brasileiro&catid=13:economia&Itemid=40](http://www.revistaautor.com/portal/index.php?option=com_Content&view=article&id=681:o-crescimento-da-classe-c-e-seus-impactos-no-cenario-brasileiro&catid=13:economia&Itemid=40)> Acesso em: 07 nov. 2011.

KUAZAQUI, Edimir. **Desafios das exportações brasileiras e a nova crise norte-americana**, set. 2011. Revista Autor. Disponível em: <[http://www.revistaautor.com/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=697:desafios-das-exportacoes-brasileiras-e-a-nova-crise-norte-americana&catid=13:economia&Itemid=40](http://www.revistaautor.com/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=697:desafios-das-exportacoes-brasileiras-e-a-nova-crise-norte-americana&catid=13:economia&Itemid=40)> Acesso em: 06 jan. 2012.

KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LIMA, Luciana. Portal Administradores. **Para especialista, incentivo ao consumo deve vir acompanhado de juros baixos**, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/para-especialista-incentivo-ao-consumo-deve-vir-acompanhado-de-juros-baixos/19078/>> Acesso em: 20 jan. 2012.

LUIZ, Gustavo de Carvalho. **A crise financeira internacional e os reflexos na economia brasileira**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-crise-financiera-internacional-e-os-reflexos-na-economia-brasileira/59916/>> Acesso em: 08 mar. 2012.

MACEDO e ABDO, 2008. **Sonho da casa própria globalizado**, abr. 2008. Disponível em: <<http://ideiasemdesacerto.blogspot.com.br/2008/04/sonho-da-casa-prpria-globalizado.html>> Acesso em: 15 nov. 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A televisão: a vida pelo vídeo**. SP: Moderna, 1993. p.78

MARQUES, Luciana e SVERBERI, Benedito. **REVISTA VEJA. Após PIB de 2,7% em 2011, Mantega reafirma meta de 4,5% para este ano**, mar. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/apos-pib-de-2-7-em-2011-mantega-reafirma-meta-de-4-5-para-este-ano>> Acesso em: 22 mar. 2012.

MARTELLO, Alexandre. **Brasil tem maior superávit comercial em quatro anos**, jan. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/01/superavit-comercial-soma-us-297-bi-em-2011-o-maior-valor-em-4-anos.html>> Acesso em 07 jan. 2012.

MARTELLO, Alexandre. **Exportações brasileiras atingem marca de US\$ 1 bilhão por dia**, jan. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/10/exportacoes-brasileiras-atingem-marca-de-us-1-bilhao-por-dia.html>> Acesso em 07 jan. 2012.

MARTELLO, Alexandre. **Inadimplência de pessoa física segue no maior nível em mais de dois anos**, mar. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/03/inadimplencia-de-pessoa-fisica-segue-no-maior-nivel-em-mais-de-dois-anos.html>> Acesso em: 27 mar. 2012.

MARTELLO, Alexandre. **US\$ 3,5 bilhões saíram do Brasil em dois dias pela conta financeira, diz BC**, mar. 2012. G1. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/us-35-bilhoes-sairam-do-brasil-em-dois-dias-pela-conta-financiera-diz-bc.html>> Acesso em: 28 mar. 2012.

MASTROBERTI, Jorge Carlos. **Sobrou para o proletariado grego**. Jornal Zero Hora. Artigos. 18 mar. 2012. P. 14.

MATIAS, Beth. Portal Administradores. **Brasileiros vão consumir R\$ 5 trilhões até 2020**, maio 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/brasileiros-va-consumir-r-5-trilhoes-ate-2020/44713/>> Acesso em: 21 jan. 2012.

MÁXIMO, Wellton. Portal Administradores. **Brasil poderá reduzir impostos para estimular consumo se crise econômica mundial piorar, diz Mantega**, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/brasil-podera-reduzir-impostos-para-estimular-consumo-se-crise-economica-mundial-piorar-diz-mantega/46886/>> Acesso em: 21 jan. 2012.

MEDIDAS para a indústria são insuficientes, dizem especialistas, mar. 2012. **IG. Economia**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/medidas-para-a-industria-sao-insuficientes-dizem-especialistas/n1597724039649.html>> Acesso em: 30 mar. 2012

MINISTÉRIO da Fazenda. **13ª ed. Boletim Economia Brasileira em Perspectiva**, out. 2011. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perspectiva-Ago-Out11.pdf>> Acesso em: 05 dez. 2011.

MINISTÉRIO da Fazenda. **14ª ed. Boletim Economia Brasileira em Perspectiva**, fev, 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perspectiva-14Ed.EspecialFev2012.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2012.

MINISTÉRIO da Fazenda. **Para ministro, crescimento da economia esse ano deve ficar em torno de 3,2%**, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/audio/2011/dezembro/a061211.asp>> Acesso em: 10 dez. 2011.

MINISTÉRIO da Fazenda. **Mantega diz que BRICs farão aporte ao FMI**, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/audio/2011/dezembro/a011211b.asp>> Acesso em: 08 dez. 2011.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Comércio Exterior. Boletim Balança Comercial**, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>> Acesso em 07 jan. 2012.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. **Evolução de Emprego do CAGED – EEC.** Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>> Acesso em: 28 mar. 2012.

MENDES, Priscila. **Dilma diz que países desenvolvidos fazem 'tsunami monetário'**, mar. 2012. G1. Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/03/dilma-assina-pacto-para-melhorar-condicao-de-trabalho-em-obras.html>>

MONTEIRO, Celso (2007). **Como funciona o consumo consciente**, nov. 2007. Disponível em: <<http://ambiente.hsw.uol.com.br/consumo-consciente.htm>> Acesso em: 20 fev. 2012.

MOREIRA, Marli. **Classe C passou a ser maioria da população em 2011**, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/classe-c-passou-a-ser-maioria-da-populacao-em-2011/>> Acesso em: 27 mar. 2012.

MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças Públicas – Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Campus – Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

NAIME, Laura. **Mutuários 'ninja' foram estopim da crise nos EUA**, set. 2008. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL757713-9356,00-MUTUARIOS+NINJA+FORAM+ESTOPIM+DA+CRISE+NOS+EUA.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL757713-9356,00-MUTUARIOS+NINJA+FORAM+ESTOPIM+DA+CRISE+NOS+EUA.html)> Acesso em: 13 mar. 2012

NICÁCIO, Adriana. Receita contra a crise. **Revista Isto É.** Dez. 2011. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/184560\\_RECEITA+CONTRA+A+CRISE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/184560_RECEITA+CONTRA+A+CRISE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage)> Acesso em: 19 jan. 2011

NÚMERO POSITIVO. **Jornal Zero Hora** Caderno Dinheiro, 18 dez. 2011. P. 3.

O BRASIL QUE DÁ CERTO. **Jornal Zero Hora.** Editorial Interativo. 25 dez. 2011. P.12

OBAMA pede que empresas dos EUA tragam empregos para casa. **Gazeta do Povo.** Economia. jan. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1210446>> Acesso em: 22 jan. 2012.

O TSUNAMI monetário. **Gazeta do Povo**. Opinião. Editorial. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?tl=1&id=1237862&tit=O-tsunami-monetario>> Acesso em: 29 mar. 2012.

PAIVA, Leonardo. **A problemática da taxa de juros**. Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/a-problematica-da-taxa-de-juros/>> Acesso em: 18 dez. 2011.

PAIXÃO JR, Sebastião. **Consumismo Doentio**. Jornal Zero Hora. 10 dez. 2011.

PERCENTUAL de cheques devolvidos aumenta em 2011, diz Boa Vista. **G1 Economia**. jan. 2012. Disponível em: <[g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/01/percentual-de-cheques-devolvidos-aumenta-em-2011-diz-boa-vista.html](http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/01/percentual-de-cheques-devolvidos-aumenta-em-2011-diz-boa-vista.html)> Acesso em 22 jan. 2012

PEREIRA, J. Matias. **Os Efeitos da Retomada da Crise Mundial na Economia Brasileira**, en Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 157, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/jmp2.html>> Acesso em: 11 fev. 2012.

PEREIRA, J. Matias. Revista de Conjuntura. 2001. Publicação do Conselho Federal de Economia do Distrito Federal-DF. **Os efeitos colaterais da crise mundial no crescimento da economia brasileira**. Disponível em: <<http://www.corecondf.org.br/discovirtual/revdownload/revista%20corecon%2044.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2012.

PERIGO na Zona do Euro: Autoridades da Europa precisam entender que estão envolvidas em um combate de vida ou morte. **Jornal Zero Hora**. Caderno Dinheiro. 17 jul. 2011. p. 1.

PESSOA, Samuel. **A crise americana**. Globo News. Programa Conta Corrente de 30/07/2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JYZyrtP303I>> Acesso em: 15 dez. 2011.

PLURAL, **Revista do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.18.1, pp.175-184, 2011. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/18\\_1/v18n1\\_traducao.pdf](http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/18_1/v18n1_traducao.pdf)> Acesso em: 23 jan. 2012.

PORTAL FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná. **Campagnolo elogia medidas de incentivo ao consumo anunciadas pelo governo**, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/sombradoimposto/News14468content158425.shtml>> Acesso em: 21 jan. 2012.

PORTAL ADMINISTRADORES. Redação Site Administradores. 2011. **Demanda das famílias deve manter o comércio em alta diante da crise**, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/demanda-das-familias-deve-manter-o-comercio-em-alta-diante-da-crise/47106/>> Acesso em: 21 jan. 2012.

**RECESSÃO ECONÔMICA**. Perguntas & Respostas. Revista VEJA seções on-line. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/recessao/recessao-economica-crise-desaceleracao-queda-pib-efeitos.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/recessao/recessao-economica-crise-desaceleracao-queda-pib-efeitos.shtml)> Acesso em: 23 mar. 2012.

REIS, Pâmela. Virando a mesa. **As consequências da crise no mundo desenvolvido devem se somar aos fundamentos da economia brasileira para transformar o país num dos centros econômicos do globo**, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.paulista900.com.br/?p=6298>> Acesso em: 07 fev. 2012.

RIBEIRO, Fernando. Editorial. **Crise internacional: nem tudo é inevitável**, set. 2011. Disponível em: <[http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/109\\_EDITORIAL.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/109_EDITORIAL.pdf)> Acesso em: 07 de fev. 2012.

ROBINSON, J. **Filosofia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SABARÁ, Filipe. Portal Administradores. **Consumo x sustentabilidade: de que lado está sua empresa?** Maio 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/marketing/consumo-x-sustentabilidade-de-que-lado-esta-sua-empresa/44567/>> Acesso em: 21 jan. 2012.

SANDRONI, P.. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 6. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SCURSONE, Ezequiel; FERREIRA, Fabrício Perez; HANSEN, Fernando L. dos S.; et al. As crises americanas. In: Contribuciones a la Economía, noviembre 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/ce/2008b/sfhdp.htm>> Acesso em: 11 fev. 2012.

SEGUNDO resgate não resolverá problemas da Grécia, dizem analistas, fev. 2012. **UOL. Economia.** Disponível em: < <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2012/02/21/segundo-resgate-nao-resolvera-problemas-da-grecia-dizem-analistas.jhtm>> Acesso em: 21 fev. 2012.

SEM MEDIDAS, dólar estaria abaixo de R\$ 1,40, afirma Mantega, mar. 2012. IG. **Economia.** Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/sem-medidas-dolar-estaria-abaixo-de-r-140-afirma-mantega/n1597692736716.html>> Acesso em: 30 mar. 2012.

SENTENÇAS. **Jornal Zero Hora.** 22 jan. 2012. p. 14.

SENTENÇAS. **Jornal Zero Hora.** 11 mar. 2012. p. 14.

**SERASA aponta 19 milhões de cheques sem fundos em 2011**, fev. 2012. Disponível em: <[http://not.economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201201231114\\_TR\\_R\\_80758476](http://not.economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201201231114_TR_R_80758476)> Acesso em: 15 fev. 2012.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência do consumidor sobe 21,5% em 2011 e é a maior alta em nove anos, revela Serasa Experian**, jan. 2012. Disponível em: <[http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2012/noticia\\_00740.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2012/noticia_00740.htm)> Acesso em: 17 mar. 2012

SERRES, M. Le tiers instruit. Paris: Gallimard, 1992. **Une crise globale.** Partage, n. 208, jan-fev, 2010.

SFREDO, Marta. **Jornal Zero Hora. Luz Sobre os Líderes.** Caderno Dinheiro. 02 out. 2011. P. 1

SILVA, Daniel. **Crise Financeira: O Problema do Crédito Subprime**, ago. 2007. Disponível em: <<http://danielsilva-finance.blogspot.com/2007/08/crise-financeira-o-problema-do-credito.html>> Acesso em: 01 dez. 2011.

SILVA, Jaime (2012). **Economia. Até o cachorro protesta na Grécia. Jornal Zero Hora.** 18 fev. 2012. P. 12.

SILVA, Jaime (2012). **Economia. Temor com Espanha faz Europa reforçar socorro. Vacina Anticrise. Jornal Zero Hora.** 31 mar.. 2012. P. 22.

SOLIMANO, Andrés. **Crise Econômica e de Liderança nos Estados Unidos e na Europa.** Disponível em: <[http://www.miradaglobal.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1888:crisis-economica-y-de-liderazgo-en-estados-unidos-y-europa&catid=27:politica&Itemid=74&lang=pt](http://www.miradaglobal.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1888:crisis-economica-y-de-liderazgo-en-estados-unidos-y-europa&catid=27:politica&Itemid=74&lang=pt)> Acesso em: 10 fev. 2012.

SOLTANDO o freio – BC reduz restrições ao crédito para os consumidores. **Jornal Zero Hora.** Porto Alegre, 12 nov. 2011. p. 19.

LOPES, Rafael Souza; PALMEIRA, Eduardo Mauch. A crise financeira mundial: impactos sobre o Brasil. In: **Observatorio de la Economía Latinoamericana.** n.105, 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/08/slmp.htm>> Acesso em: 10 fev. 2012.

PIERI, Stuart de; SANTOS, Duarte dos. **Inflação vs. Crescimento Econômico: dilemas macroeconômicos do Brasil atual,** en Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 150, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/11/spds.htm>> Acesso em: 11 fev. 2012.

TAVARES, Eduardo. Revista Exame. Economia. **3 observações sobre o crescimento zero da economia,** dez. 2011. Disponível em: <[http://exame.abril.com.br/economia/noticias/3-observacoes-sobre-o-crescimento-zero-da-economia?page=1&slug\\_name=3-observacoes-sobre-o-crescimento-zero-da-economia](http://exame.abril.com.br/economia/noticias/3-observacoes-sobre-o-crescimento-zero-da-economia?page=1&slug_name=3-observacoes-sobre-o-crescimento-zero-da-economia)> Acesso em: 20 jan. 2012.

TAVARES, Eduardo. Revista Exame. Medidas. **Governo reduz imposto da linha branca para estimular o consumo,** dez. 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/governo-reduz-imposto-da-linha-branca-para-estimular-o-consumo>> Acesso em 20 jan. 2012.

TAVARES, Eduardo. Revista Exame. Perspectiva. **Quando a economia vai sentir os efeitos positivos da queda nos juros?** Jan. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/quando-a-economia-vai-sentir-os-efeitos-positivos-da-queda-nos-juros--2>> Acesso em 20 jan. 2012.

TEIXEIRA, Rubens. **Dr. Rubens Teixeira fala sobre a crise americana e européia e o impacto na economia brasileira.** Entrevista ao Programa Super Madrugada Tupi com Fernando Sérgio. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=zVAwFG-P0yl&feature=plcp&context=C4e8db2fVDvjVQa1PpcFOZNnVMKvqiLf5JbhkyvE18M\\_m2-Lvdbh0=>](http://www.youtube.com/watch?v=zVAwFG-P0yl&feature=plcp&context=C4e8db2fVDvjVQa1PpcFOZNnVMKvqiLf5JbhkyvE18M_m2-Lvdbh0=>)> Acesso em: 25 ago. 2011.

TEIXEIRA, Rubens. **Dr Rubens Teixeira fala sobre elevação do teto da dívida dos EUA e solidez da economia brasileira.** Entrevista ao Programa Super Madrugada Tupi com Fernando Sérgio. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LWsqjpkJSso&feature=plcp&context=C43019bcVDvjVQa1PpcFOZNnVMKvqiLRqFWzTi3FI29LTTUOAJBBw>> Acesso em: 05 out. 2011.

TEIXEIRA, Rubens. **Dr. Rubens Teixeira fala sobre a estabilidade da economia brasileira.** Entrevista ao Programa Super Madrugada Tupi com Fernando Sérgio. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=TKvx\\_fN9DqU&feature=plcp&context=C456de49VDvjVQa1PpcFOZNnVMKvqiLWhY0xU4IIBk9y\\_tp-2Q3a4](http://www.youtube.com/watch?v=TKvx_fN9DqU&feature=plcp&context=C456de49VDvjVQa1PpcFOZNnVMKvqiLWhY0xU4IIBk9y_tp-2Q3a4)> Acesso em: 05 nov. 2011.

TEIXEIRA, Rubens. **Os efeitos do aumento do superávit primário sobre a economia brasileira.** Entrevista ao Programa Super Madrugada Tupi com Fernando Sérgio. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WnSYX5aoRoE&feature=plcp&context=C4699288VDvjVQa1PpcFOZNnVMKvqiLY9ljurr-OJFd0aZF7Qg8SA>> Acesso em: 5 set. 2011.

TEIXEIRA, Rubens. **Radiografia da Cúpula dos BRICS-2012**, abr 2012. Artigos. Economia. Disponível em: <<http://www.rubensteixeira.com.br/site/?p=2901>> Acesso em: 01 abr. 2012.

TEIXEIRA, Rubens. **Rubens Teixeira comenta sobre rebaixamento do rating dos bancos europeus.** Entrevista ao Programa Super Madrugada Tupi com Fernando Sérgio. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fSFriWYdFil&context=C460e9c3ADvjVQa1PpcFOZNnVMKvqiLRLMCPkYARsDPuxYdEuZhGg>> Acesso em: 20 fev. 2012.

TEIXEIRA Lindomar Luiz, **A Ideologia do consumismo.** Disponível em: <[http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/33403\\_4261.PDF](http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/33403_4261.PDF)> Acesso em: 19 fev. 2012.

THURM, Tássia. **Crescimento da classe C no Brasil é 'feito enorme', diz Dilma**, jun. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/crescimento-da-classe-c-no-brasil-e-feito-enorme-diz-dilma.html>> Acesso em: 09 dez. 2011.

TÍTULOS protestados sobem 5,6% em 2011, aponta Boa Vista. **G1 Economia**. jan. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/01/titulos-protestados-caem-56-em-2011-aponta-boa-vista.html>> Acesso em: 20 jan. 2012

TURBULÊNCIA: Crise coloca gerentes da UE no poder. **Jornal Zero Hora**. 12 nov. 2011, p. 21.

TV Câmara. Expressão Nacional - Parte 1, 02 ago. 2011. Crise americana. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=aSAtMi1hpKE> > Acesso em: 15 dez. 2011.

TV Câmara. Expressão Nacional - Parte 2, 02 ago. 2011. **Crise americana**. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=anR9WBsEXgc&feature=related> > Acesso em: 15 dez. 2011.

UHLMANN, Verner. **Rumo aos Estados Unidos**. Informe Econômico. Jornal Zero Hora. Fev. 2012. P. 18.

UNIÃO Europeia. **O que é a União Europeia, Implantação da moeda único: Euro, países integrantes, bloco econômico, países membros, a globalização e o comércio internacional**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/uniao-europeia/>> Acesso em: 24 mar. 2012.

UOL Notícias. Economia. **Receio de inflação faz procura por títulos indexados ao IPCA aumentar em novembro**, dez. 2011. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2011/12/21/receio-de-inflacao-faz-procura-por-titulos-indexados-ao-ipca-aumentar-em-novembro.jhtm>> Acesso em: 13 fev. 2012.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965 [1899].

VEJA. Conjuntura. **Crescimento do PIB do G20 desacelerou para 0,7% no 4º tri**. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/crescimento-do-pib-do-g20-desacelerou-para-0-7-no-4o-tri-ocde> > Acesso em: 27 mar. 2012

VELLUTO, Luciele. **Atividade mais lenta ainda não preocupa**, jan. 2012. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jt-seu-bolso/tag/ministerio-do-trabalho/>> Acesso em: 22 fev. 2012

WASHINGTON (2009) **O que é "consumo consciente"?** Site Geomundo. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/meio-ambiente-40132.htm>> Acesso em: 20 fev. 2012

XUAN, Niu. **Incentivo ao consumo é destaque da economia chinesa**, fev. 2011. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/661/2011/02/22/1s132242.htm>> Acesso em: 21 jan. 2012.

**ZERO Hora.** Caderno Dinheiro. Está Dito. 26 jun. 2011. p. 3

**ZERO Hora.** Caderno Dinheiro. Está Dito. 18 set. 2011. p. 3.

**ZERO Hora.** Caderno Dinheiro. Está Dito. 06 nov. 2011. p. 3.

**ZERO Hora.** Caderno Dinheiro. Está Dito. 04 dez. 2011. p. 8.

**ZERO Hora.** Caderno Dinheiro. Está Dito. 26 fev. 2012. p. 3.

**ZERO Hora.** Caderno Dinheiro. Está Dito. 12 fev. 2012. p. 3.

**ZONA do Euro. O que é a Zona do Euro, países que usam o Euro, economia Europeia, União Europeia.** Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/economia/zona\\_euro.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/zona_euro.htm)> Acesso em: 24 mar. 2012.

**ZONA do euro entrará em recessão em 2012, pela 2ª vez em três anos**, fev. 2012. UOL. Notícias. Economia. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/02/23/zona-do-euro-entrara-em-recessao-em-2012-pela-2-vez-em-tres-anos.jhtm>> Acesso em: 23 mar. 2012.

**ZONA do euro salva Grécia com € 130 bi, mas impõe novos controles**, fev. 2012. UOL. Notícias. Economia. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2012/02/21/eurozona-salva-grecia-de-novo-do-abismo-mas-impoe-novos-controles.jhtm>> Acesso em: 21 fev. 2012.

## APÊNDICE

APÊNDICE A - Formulário Eletrônico Utilizado para a Pesquisa de Campo, por meio da Ferramenta Google Docs. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dHVOaTIfOGhvTWpKSW9CUm1LSVFMSFE6MQ#gid=0>



## Os efeitos da crise financeira internacional na economia brasileira, as políticas de incentivo ao consumo das famílias como estratégia para atenuar os impactos de uma crise externa e os efeitos positivos e riscos dessa medida macroeconômica

Caro colega,

Chamo-me Gustavo de Carvalho Luiz e trabalho como Administrador na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, em São Borja/RS.

Sou aluno do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Escola de Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estou realizando uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a orientação do Professor Paulo Ricardo Zilio Abdala, cujo objetivo é: estudar os efeitos da crise financeira internacional na economia brasileira, as políticas de incentivo ao consumo das famílias como estratégia para atenuar os impactos de uma crise externa e os efeitos positivos e riscos dessa medida macroeconômica.

Gostaria de solicitar a sua participação, de forma voluntária e anônima, com o preenchimento de um breve questionário.

A sua contribuição nesta pesquisa é muito importante para a compreensão do fenômeno estudado, além da consciência do auxílio para produção de conhecimento científico.

Desde já agradeço a sua participação no estudo proposto.

Um abraço!

1) Qual é a sua cidade/estado?

2) Qual a sua idade?

3) Qual seu sexo?

Masculino

Feminino

4) Qual é a sua profissão? \*

Administrador

Economista

Contador

Técnico em Contabilidade

Estudante

Outro:

5) Qual é o seu grau acadêmico?

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

Outro:

6) Qual é a sua área de atuação?

7) Qual a sua expectativa para a economia nacional em 2012? \*

- Muito confiante
- Confiante
- Permanecer igual
- Pessimista
- Muito Pessimista

8) Na sua opinião, o Brasil está imune e protegido dos impactos da crise internacional? \*

- Sim
- Não
- Relativamente
- Outro:

9) Na sua opinião, qual deve ser o comportamento do brasileiro diante das incertezas econômicas no mundo desenvolvido?

Essa questão permite que seja assinalada mais de uma alternativa.

- Cautela
- Manutenção do ritmo de consumo habitual
- Redução do consumo
- Outro:

10) Na sua opinião, o aumento da classe consumidora e o conseqüente crescimento da demanda interna têm condições de manter a economia brasileira aquecida diante de uma estagnação mundial? \*

- Sim
- Não
- Indiferente

**11) Na sua opinião, o mercado interno (demanda doméstica) tem condições de livrar a economia brasileira de uma crise global? \***

- Sim
- Não
- Indiferente

**12) Na sua opinião, as medidas de incentivo ao consumo podem possibilitar ao Brasil transpor o momento de turbulências econômicas externas sem sentir grandes impactos? \***

- Sim
- Não
- Indiferente

**13) Na sua opinião, quais são as maiores vantagens do incentivo ao consumo do brasileiro em um cenário de crise internacional? \***

Essa questão permite que seja assinalada mais de uma alternativa.

- Garantia da manutenção do fôlego econômico
- Reflexo positivo no mercado produtivo e de capitais
- Manutenção do mercado forte, empregos e investimentos
- Rompimento da estagnação econômica e aquecimento do mercado
- Outro:

**14) Quais das medidas de incentivo ao consumo possui maior eficácia? \***

Essa questão permite que seja assinalada mais de uma alternativa.

- Facilitação do crédito
- Redução de juros
- Diminuição de impostos para eletrodomésticos e operações financeiras
- Outro:

**15) Na sua opinião, quais são os maiores riscos do incentivo ao consumo? \***

Essa questão permite que seja assinalada mais de uma alternativa.

- Endividamento das famílias
- Aumento da inadimplência
- Degradação dos recursos naturais
- Aceleração da inflação, forçada pelo aquecimento econômico
- Aumento de importações (empresas e indústrias com estruturas produtivas despreparadas para atender à crescente demanda por produtos, o que as leva a importar matérias primas para saldar a produção interna)
- Outro:

**16) Na sua opinião, quais são os principais efeitos que a economia brasileira pode sentir a partir de uma crise global?**

\*

Essa questão permite que seja assinalada mais de uma alternativa.

- Enfraquecimento na geração de empregos
- Retração da produção industrial pela forte concorrência de importados
- Queda no consumo interno das famílias
- Redução das exportações e aumento de importações, facilitadas pela baixa do dólar
- Déficit no saldo comercial e baixo crescimento
- Outro:

**17) Na sua opinião, qual situação mais contribui para que o Brasil não seja tão afetado pelos reflexos de uma estagnação econômica mundial? \***

Essa questão permite que seja assinalada mais de uma alternativa.

- Reservas internacionais na ordem de US\$ 352 bilhões
- Grande aumento da classe consumidora, com mercado interno forte, crescente e dinâmico
- Medidas macroeconômicas da equipe de governo, como as políticas de incentivo ao consumo das famílias
- Manutenção e aumento do volume de exportações aos países emergentes, onde a demanda continua aquecida
- Outro:

**18) Na sua opinião, a resolução da crise na zona do Euro passa pela: \***

Essa questão permite que seja assinalada mais de uma alternativa.

- Retirada de parte da periferia não competitiva
- Solução coletiva, com um grande plano de união fiscal, com os países membros garantindo as dívidas dos países em dificuldade
- Venda de títulos da dívida dos países ameaçados a investidores
- Compra, pelo Banco Central europeu, de títulos da dívida dos países em risco
- Ajuda dos países emergentes, que em troca podem solicitar a quebra de barreiras comerciais impostas a seus produtos
- Divisão da faixa do euro em dois grandes grupos: um contendo as nações que possuam as finanças mais equilibradas, e outro grupo com os países ameaçados, para que esses possam desvalorizar a moeda para ganhar competitividade, o que hoje é impossível devido à moeda única.
- Outro:

Tecnologia [Google Docs](#)

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)